

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA
EP-FEA-IEE-IF**

HÉLVIO RECH

**A FORMAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO DE MATO GROSSO DO
SUL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO
DE CELSO FURTADO**

**SÃO PAULO
2010**

HÉLVIO RECH

A FORMAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO DE MATO GROSSO DO SUL: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo (Escola Politécnica/Faculdade de Economia e Administração/Instituto de Eletrotécnica e Energia e Instituto de Física) para a obtenção do título de Doutor em Energia

Orientador: Professor Dr. Geraldo Francisco Burani

**SÃO PAULO
2010**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Rech, Hélvio.

A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado / Hélvio Rech; orientador: Geraldo Francisco Burani. – São Paulo, 2010

204 p.: il.; 30 cm.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Energia) – EP / FEA / IEE / IF da Universidade de São Paulo.

1. Energia
2. Desenvolvimento econômico
3. Celso Furtado
4. Serviços públicos
- I. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENERGIA
EP – FEA – IEE - IF

HELVIO RECH

“A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado”

Tese defendida e aprovada em 10/06/2010 pela Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Geraldo Francisco Burani – PPGE/USP
Orientador e Presidente da Comissão Julgadora

Prof. Dr. Ricardo Frota de Albuquerque Maranhão - UAM

Prof. Dr. Claudio Antonio Scarpinella – PPGE/USP

Prof. Dr. Sinclair Mallet-Guy Guerra - UFABC

Prof. Dr. Nivalde José de Castro - UFRJ

Dedicatória

Dedico este trabalho à memória de **Celso Furtado** e **Florestan Fernandes**, próceres do desenvolvimento com inclusão social e do pensamento crítico brasileiro.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Geraldo Francisco Burani, por ter acreditado, meu especial reconhecimento.

À Agência Nacional do Petróleo, por meio dos coordenadores do PRH-4 e a equipe de apoio.

Aos professores José Jeremias de Oliveira Filho (FFLCHS), Ruy Fausto (Universidade de Paris), Murilo Tadeu W. Fagá (PPGE/USP), Edson Gomes (POLI/USP) e Miguel Udaeta (PRH4-IEE-USP), pelo incentivo e pelas dedicadas discussões sobre metodologia, energia, bens públicos, a vida acadêmica e a vida.

Aos pioneiros da primeira diretoria da CELUSA e que deram seu depoimento para esta Tese: Hélio Bicudo, ex-presidente da Celusa, e ao Engenheiro Gelásio José da Rocha, assistente pessoal do Engenheiro Souza Dias; e a Plínio de Arruda Sampaio, coordenador do Primeiro Plano de Ação do Governo de Carvalho Pinto e seu papel decisivo para viabilizar a exploração do Complexo Urubupungá.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Energia da USP, pela oportunidade.

À Biblioteca Professor Fonseca Telles (IEE/USP) e a Procuradoria-Geral do Município de São Paulo.

À Fundação Patrimônio Histórico da Energia, pelo acesso a seu arquivo histórico.

Às bibliotecárias Maria de Fátima A. Mochizuki, Maria Penha da Silva Oliveira e Maria Lourdes Montrezol, pelos seus espíritos dedicados à socialização do saber.

Aos colegas do programa, especialmente aqueles que compartilharam das inúmeras discussões sobre o papel da energia como bem público.

À meus familiares, especialmente ao Gilmar Antônio Rech, irmão mais velho e grande incentivador e a Eléia Pellegrin, companheira e amiga.

“O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é o fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política.”

(**Celso Furtado**)

RESUMO

RECH, Hélvio. *A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado.* 2010. 315f. Tese (Doutorado em Energia) Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

Este trabalho parte da constatação de que, na história de Mato Grosso do Sul, sempre esteve presente a disputa, tão frequente no Brasil, entre os projetos de desenvolvimento de longo prazo e os interesses imediatistas do núcleo governante. Esta análise é conduzida nesta tese pelos os conceitos estruturais de desenvolvimento e subdesenvolvimento, dentro de um quadro teórico preciso, à luz das teorias macro-econômicas de Celso Furtado. Em seguida, o trabalho analisa como, em Mato Grosso do Sul, apesar da presença frequente do discurso do desenvolvimento, a força do imediatismo das elites suplantou as articulações que visassem um projeto de desenvolvimento sustentado e duradouro, capaz de melhorar as condições materiais e intelectuais da sociedade. Em particular no setor energético, que é o foco central desta tese, a contradição é marcante, principalmente em razão de que, sob vários aspectos, Mato Grosso do Sul abriga um dos mais importantes parques hidrelétricos do Brasil, sobretudo no Rio Paraná, compartilhado com São Paulo. Foi justamente a debilidade da visão de longo prazo que levou a que a implantação desse parque energético ocorresse à margem de seus governos.

Palavras-chave: Energia. Desenvolvimento econômico. Celso Furtado. Serviços públicos.

ABSTRACT

RECH, Hélvio. The formation of the energy sector of Mato Grosso do Sul: a review in light of Development Theory of Celso Furtado. 2010. 315f. Doctorate Thesis. Graduate Program on Energy, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. PhD. Dissertation.

This work starts from the observation that in the history of Mato Grosso do Sul, the race was always present, so frequent in Brazil, among the development projects of long term and immediate interests of the core ruling. This analysis is conducted in this thesis by the structural concepts of development and underdevelopment, within a precise theoretical framework, under Celso Furtado's macroeconomic theories. Then, in work examines how, in Mato Grosso do Sul, despite the frequent presence of the development discourse, the strength of the immediacy of the elites supplanted the joints which are aimed at a project of sustainable development and durable, capable of improving the material conditions and intellectual society. Particularly in the energy sector that is the focus of this thesis, the contradiction is striking, especially considering that in many ways Mato Grosso do Sul is home to one of the most important hydroelectric parks in Brazil, especially in the Paraná River, shared with the state of São Paulo. It was precisely the weakness of long term vision that led to the deployment of such energy park occurred outside of their governments.

Keywords: Energy. Economics development. Celso Furtado. Public utility.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMFORP	American & Foreign Power Company
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APA	Área de Proteção Ambiental
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CANAMBRA	CANAMBRA Engineering Consultants Ltd. (Consórcio formado □Elas empresas canadenses Montreal Engineering Company Ltd. E G. E. Crippen & Associates Ltd. E pela estadunidense Gibbs & Hill, Inc.)
CE	Ceará (unidade da federação)
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CELUSA	Centrais Elétricas de Urubupungá S. A.
CEMAT	Centrais Elétricas Mato-grossenses S. A.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S. A.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CGG-SP	Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo
CIBPU	Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguaí
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CME	Companhia Mato-grossense de Energia
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COMAFEM	Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Ltda.
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
CORIPA	Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência
CPCT	Câmara de Produção, Comércio e Transportes

CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica
DEEF	Divisão de Estudos de Economia Florestal
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil S. A.
ENERSUL	Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S. A. (depois Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S. A., até a privatização)
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente da República)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRIMA	Frigorífico Mato-grossense S. A.
GE	General Electric
GTDN	Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste
GTMIN	Geração Térmica Mínima
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INP	Instituto Nacional do Pinho
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S. A.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP/MS	Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso (unidade da federação)
MS	Mato Grosso do Sul (unidade da federação)
NEP	Nova Política Econômica (URSS)

NUPELIA	Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura da Universidade Estadual de Maringá
PED	Programa Estadual de Desestatização
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PPT	Programa Prioritário de Termelétricas
PR	Paraná (unidade da federação)
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SP	São Paulo (unidade da federação)
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
THEMAG	Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda.
TVA	Tennessee Valley Authority (EUA)
UEM	Universidade Estadual de Maringá (PR)
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE	Usina hidrelétrica
UTE	Usina termelétrica
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E FOTOGRAFIAS

Figuras

- Figura 4.1 Rota dos monçoeiros
Figura 4.2 Povoamento do sul de Mato Grosso (século XVIII)
Figura 5.1 Capa do relatório Comissão Geográfica e Geológica
Figura 5.2 Descrição da capa do relatório
Figura 5.3 Esquema da adaptação para a instalação turbina da CESP em Mimoso

Fotografias

- Foto 4.1 Porto de Corumbá no início de século XX
Foto 4.2 Porto de Corumbá no início do século XX
Foto 5.1 Memória da energia em Mato Grosso do Sul: restos da antiga válvula de abertura do canal da usina do Ceroula
Foto 5.2 Memória da energia em Mato Grosso do Sul: ruínas da barragem da usina Botas II
Foto 5.3 Memória da energia em Mato Grosso do Sul: equipamentos da antiga usina Botas II – exemplo de memória relegada
Foto 5.4 Visita do governador Ademar de Barros na área da enseadeira de Jupiá, em 9 de março de 1963
Foto 5.5 Memória da energia em Mato Grosso do Sul: ruínas da Usina Velha de Dourados
Foto 5.6 Pescaria realizada por membros da expedição de 1905
Foto 5.7 Encontro dos integrantes da expedição com índios Xavante
Foto 5.8 Trecho do Salto de Urubupungá
Foto 5.9 Salto de Urubupungá
Foto 5.10 Trechos do Salto de Urubupungá
Foto 5.11 Autoridades paulistas frequentemente visitam o canteiro obras do complexo de Urubupungá
Foto 5.12 Vista do governador Fernando Corrêa da Costa ao complexo Urubupunga
Foto 5.13 Salão de máquinas da usina Mimoso (Usina Hidrelétrica Assis Chateaubriand)
Foto 5.14 Canal de fuga alterado para adaptar a turbina obtida da CESP
Foto 6.1 Vista aérea de Jupiá durante sua construção
Foto 6.2 Vista aérea de Ilha Solteira durante sua construção, em 25 de novembro de 1969

- Foto 6.3 Operários trabalhando na ensecadeira: a mão-de-obra não especializada era arregimentada em todo o Brasil
- Foto 6.4 Momento da abertura da ensecadeira de Itaipu
- Foto 6.5 Vista aérea de Porto Primavera em construção
- Foto 6.6 Manifestação dos atingidos pela Usina de Porto Primavera
- Foto 6.7 Uma das inúmeras reuniões da coalizão Missão Verde
- Foto 6.8 Oleiro faz demonstração da produção do tijolo artesanal comum, na região do Porto João André (MS)
- Foto 6.9 Região remanescente do rio Paraná, a jusante da Usina de Porto Primavera
- Foto 6.10 Cervo-do-Pantanal na região de APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná
- Foto 7.1 Martelo usado pelo governador Wilson Barbosa Martins no leilão de privatização da ENERSUL
- Foto 7.2 Wilson Barbosa Martins
- Foto 7.3 Audiência pública realizada na Associação Comercial de Campo Grande em que foi apresentado o EIA-RIMA da UTE Campo Grande
- Foto 7.4 Instalação da primeira máquina de 35 MW na UTE Campo Grande: na época foi feito o treinamento da equipe técnica da Secretaria do Meio ambiente durante o processo de análise do EIA/RIMA do empreendimento

SUMÁRIO

Introdução	17
Capítulo 1 PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	20
1.1 A energia como um problema de investigação	23
1.2 O estruturalismo de Celso Furtado	25
1.3 A emergência da sociologia crítica	26
1.4 O marxismo ocidental	29
1.5 O método dialético e o conceito de totalidade	32
1.6 Bases empíricas e os métodos e técnicas da pesquisa	33
Capítulo 2 PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO..	35
2.1 O conceito de progresso e desenvolvimento	35
2.2 A natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil	37
2.3 Furtado e o debate sobre o desenvolvimento	39
2.4 A relação centro-periferia	39
2.5 A teoria da dependência	40
2.6 O desenvolvimento desigual	41
Capítulo 3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO	44
3.1 O pensamento de Celso Furtado	45
3.2 O subdesenvolvimento como condição da periferia	46
3.3 A indústria como pólo dinâmico	48
3.4 A industrialização periférica como processo problemático de de- senvolvimento	48
3.5 Subordinação da política monetária ao desenvolvimento	50
3.6 Estado como planejador e investidor e a questão da energia	53
3.7 As questões distributivas	56
3.8 Uma análise decisiva: Formação Econômica do Brasil	58
3.8.1 A análise da formação da estrutura subdesenvolvida brasi- leira: 1500-1850	58
3.8.2 A expansão interna e a transição para a indústria de estru- tura subdesenvolvida: 1850-1950	61
Capítulo 4 SOBRE A FORMAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	64
4.1 A lógica da ocupação do território	69
4.2 O imediatismo e um projeto de longa duração	76
Capítulo 5 A ENERGIA EM MATO GROSSO DO SUL	80

5.1	A fase heróica	80
5.2	Antecedentes do processo de exploração do potencial hidrelétrico...	91
5.3	Os estudos energéticos da região Centro-Sul do país	102
5.4	Os trabalhos da CANAMBRA	103
5.5	A Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU)	104
5.6	A CELUSA: o estado assume seu papel	108
5.7	Mimoso, um projeto da CEMAT	113
Capítulo 6	O APROVEITAMENTO DO RIO PARANÁ	118
6.1	Usina Hidrelétrica de Jupiá	118
6.2	Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira	122
6.3	Usina Hidrelétrica de Itaipu	125
6.4	Usina Hidrelétrica de Porto Primavera	127
6.4.1	A presença de Mato Grosso do Sul	129
6.5	Ilha Grande, o potencial não explorado	138
Capítulo 7	SOB O MANTO DA PRIVATIZAÇÃO	147
7.1	A ENERSUL e sua privatização	148
7.2	A usina termelétrica Willian Arjona	153
7.3	A Usina Termelétrica Três Lagoas	156
Conclusão	160
Referências	165
Apêndice	LISTA DE ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS	171
Anexos	172
1	Termos conceituais da obra de Celso Furtado	172
2	Cronologia de Mato Grosso do Sul	188
3	Governadores de Mato Grosso até a divisão, Mato Grosso do Sul e São Paulo a partir da República	195
3.1	Governadores da capitania de Mato Grosso	195
3.2	Presidente da província de Mato Grosso	195
3.3	Governadores de Mato Grosso até a divisão.....	199
3.4	Governadores de Mato Grosso do Sul	201
3.5	Governadores de São Paulo desde a República	202

INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes da formação do parque hidrelétrico em Mato Grosso do Sul foi a incapacidade de as elites¹ locais articularem um projeto de longo prazo, que lhes permitisse se associar aos grandes empreendimentos energéticos, tanto de iniciativa do governo federal como dos estados vizinhos, em particular São Paulo.

Um exemplo dessa incapacidade é o episódio da inserção da região nas políticas de integração/desenvolvimento empreendidas pelo governo federal nas décadas de 1950 – 1970. As elites regionais não conseguiram se transformar em agentes ativos na exploração dos potenciais energéticos que compartilham com outras unidades da federação. Sua postura foi de apenas a de reivindicar, em nome do estado, compensações devidas aos impactos dos empreendimentos. O caso da formação das Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. (CELUSA) para o aproveitamento do Salto de Urubupungá, e a extensa lista de reivindicações relativas à Usina Hidrelétrica de Porto Primavera e ao próprio gasoduto Bolívia-Brasil são consequências desta visão.

Como será visto, uma iniciativa de extrema importância, como a da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), embora fosse uma ideia do governo de Mato

1 As primeiras teorias das elites são de Valfredo Pareto e Caetano Mosca e foram desenvolvidas ao largo da teoria das classes sociais de Karl Marx. No entanto, com a evolução do conceito, aos poucos esse hiato vem diminuído, ainda que pese a falta de uma definição precisa na teoria marxista sobre o conceito de “elite” (BOTTOMORE, 2001:123). Mas, não há dúvidas que o conceito pode ser utilizado para designar o grupo dominante na sociedade. Da formulação inicial de Pareto, por exemplo, esse autor destaca a qualidade superior de alguns indivíduos, que dão origem a emergência de elite em cada esfera da vida (no esporte, cultura, indústria, etc.). Na formulação de Mosca, justificada pela observação de que “entre os fatos e tendências constantes encontrados em todos os organismos políticos, um é tão evidente que se torna visível ao observador mais casual. Em todas as sociedades – desde as que são muito pouco desenvolvidas e mal atingiram a aurora da civilização até as mais adiantadas e poderosas – há duas classes de pessoas – uma classe que governa e uma outra que é governada” (IDEM). Assim, Mosca destaca o domínio de uma “minoría organizada” sobre uma maioria desorganizada. Essa minoría organizada, acrescenta Robert Michels, se beneficia pela educação e pela experiência adquirida pelo controle dos aparelhos burocrático (Estado, partido político, sindicato, etc), de forma que amplia o divórcio entre essa minoria e as “massas”. Foi Wright Mills, que incorporou de forma mais cabal o conceito de “elite”. Chegou a utilizar “elite do poder” em substituição à “classe dominante”, sob o pressuposto de que “necessariamente” uma classe econômica domina politicamente, e não deixa autonomia suficiente à ordem política e a seus agentes (IDEM).

No presente trabalho, a opção pelo conceito de “elite” se deve pelo fato de caracterizar de forma mais precisa os segmentos dirigentes em Mato Grosso do Sul, que de certa forma “tem maior responsabilidade” sobre as decisões e rumos daquela sociedade, para o bem e para o mal. Assim, entende-se como “elite” os membros influentes da classe dominante (no caso dos primórdios de Mato Grosso do Sul, são ligados às famílias latifundiárias), ou a eles de alguma forma associados, e que defendem seus interesses, ou mesmo segmentos que se “opõem” aos grupos tradicionais, mas que ocupam um espaço “necessário” para a reprodução do sistema, ou seja, para a manutenção de “status quo”.

No texto, quando se observa a “fragilidade das elites” é pelo fato destas não conseguirem “gerar” indivíduos de qualidade superior que fossem além dos interesses da classe à qual origina ou da qual a serve. Ou seja, refere-se ao despreparo para ir além dos interesses imediatos e com isso superar o atraso insistentemente apontado neste trabalho. Tal fragilidade ou fraqueza não é observada quando estão em jogo seus próprios interesses. Nesses casos, as “elites” que se alternaram no poder, são absolutamente tenazes e não medem esforços para cooptar aqueles indivíduos que se destacam na sociedade e ascendem na hierarquia social como profissionais liberais, funcionários públicos, etc. Mas se necessário, promovem o aniquilamento daqueles que os desafiam.

Grosso, que logrou uma série de resultados positivos, não contou com a participação efetiva desse governo. A participação de Mato Grosso na diretoria das Centrais Elétricas de Urubupungá (CELUSA) se deu em razão de uma iniciativa do governador Carvalho Pinto, de São Paulo, por reconhecimento da participação de Mato Grosso no âmbito da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIPBU), ainda que o próprio estado não a considerasse relevante.

Um exemplo de outra natureza se encontra no livro de memórias de Demosthenes Martins, “A Poeira da Jornada”, em que o autor relata as circunstâncias que o levaram a tornar-se diretor da CELUSA, depois de muito relutar em aceitar o convite do então Governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa: “Aceitei para atender ao pedido de um amigo.” Essa pequena passagem ilustra o caráter superficial e clientelístico que permeou as relações estabelecidas pela elite local com a exploração dos recursos energéticos do Estado.

No episódio da implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil, por um longo período, não se utilizou o volume de gás reservado para Mato Grosso do Sul, a ponto de dirigentes afirmarem que o estado não poderia ser apenas a “barriga de aluguel” do gasoduto, em uma referência ao diminuto uso dado àquele insumo. Ainda hoje, após 10 anos de operação, o maior impacto do gás natural em Mato Grosso do Sul é a receita de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pela importação desse energético da Bolívia.

Em relação à usina hidrelétrica de Porto Primavera, todo o esforço político empreendido pelos dirigentes estaduais foi no sentido de buscar medidas compensatórias pelo território inundado, comportando-se mais como um dos atingidos pelo empreendimento e não como agente empreendedor, interessado na perspectiva de desenvolvimento regional que o projeto poderia gerar. Era o Estado se colocando na mesma condição de um ribeirinho a reivindicar algum tipo de reparação.

A despeito da alternância verificada no governo estadual de diferentes grupos políticos, que representavam matizes ideológicas distintas – inclusive com o Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1998 a 2006 –, em todos estes casos prevaleceram os interesses de curto prazo das elites governantes associadas a setores econômicos afluentes.

Tem-se a hipótese de que aqui se repetiu a permanente disputa entre o projeto de longo prazo de uma nação com “vocação de grande e pujante” e os interesses imediatos. Em seu livro “A Dialética da Colonização”, Bosi (1992) discute as razões que levaram o imediatismo a suplantar a capacidade de articular um projeto de desenvolvimento sustentado e duradouro,

capaz de melhorar as condições materiais e intelectuais da sociedade. Em Mato Grosso do Sul, o discurso do desenvolvimento esteve presente em todos os períodos. Este trabalho, porém, tem o objetivo de analisar o processo de desenvolvimento do setor energético desse estado para verificar se o mesmo se enquadra na dinâmica apontada por Bosi. O trabalho visa também fazer essa análise à luz da teoria do desenvolvimento de Celso Furtado.

O trabalho está dividido em sete capítulos. Nos três primeiros concentram-se as discussões teóricas que orientaram a pesquisa. Inicia com as questões teórico-metodológicas que tanto embasam a pesquisa, quanto oferece o plano de fundo metodológico, em seguida aborda aspectos conceituais dos termos *progresso*, *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento*, e finalizada com a Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado.

Nos capítulos quatro e cinco, além dos aspectos gerais da formação de Mato Grosso do Sul, é reconstruída sua história energética. No capítulo seis, é discutida a participação do estado nos empreendimentos energéticos do rio Paraná. No capítulo sete é tratada a fase atual, sob o manto da privatização.

A conclusão corrobora a tese inicial, de que a ausência da racionalidade e de ações do tipo das defendidas por Celso Furtado, consolidadas no planejamento de médio e longo prazos, foram alguns dos elementos que contribuíram para que Mato Grosso do Sul não se apropriasse de seus recursos energéticos. Isso se deveu em parte à mentalidade dos integrantes do núcleo dirigente estadual, que se alternaram no poder, configurando uma postura absentista, calcada em interesses imediatistas.

CAPÍTULO 1

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Não basta praticar metodologia; esta deve afirmar-se também como teoria do conhecimento, ou melhor, como seu legítimo e fidedigno executor testamentário.

Jürgen Habermas

O tema deste trabalho refere-se à formação do setor energético de Mato Grosso do Sul e suas repercussões no processo de desenvolvimento estadual, analisados com base na Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem perspectiva plural, de correntes filosóficas e metodológicas diversas, mas coerentes e complementares. Conceitualmente, é considerada um estudo de caso. Neste capítulo são apresentados alguns elementos dos pressupostos metodológicos da investigação, de forma que o leitor que não tiver interesse especial em questões epistemológicas poderá iniciar a leitura dos capítulos seguintes sem prejuízo significativo para a compreensão do conjunto do trabalho. O objetivo é tão-somente deixar mais claros os instrumentais teórico-metodológicos de referência para a interpretação e explicação do problema abordado. Portanto, sua leitura é recomendada.

Para a investigação de um problema empírico qualquer, incluindo um estudo de caso, o primeiro passo é a seleção ou contorno do problema; por meio de uma mediação técnica e teórica, o objeto empírico torna-se um objeto de investigação científica; esse conjunto mediador é denominado “instrumental metodológico”. A mediação técnica é dada mediante os ferramentais mobilizados (técnicas de coleta e tratamento dos dados, questionários aplicados, entrevistas, depoimentos etc). Entende-se como instrumental teórico o ferramental de trabalho do pesquisador para levar a cabo suas análises e interpretações, seja de fatos passados, de realidades presentes ou prognósticos sobre o futuro, e ainda de elementos e objetos atemporais. Sempre é preciso ter em mente os limites de seu instrumental metodológico; dependendo da complexidade do problema de investigação, uma única concepção teórica e os instrumentais que ela mobiliza podem ser insuficientes para dar conta de toda a explicação do fenômeno estudado.

O procedimento usual tem como ponto de partida a definição do objeto da investigação², os contornos do problema a ser abordado e o levantamento do estado atual das explicações e/ou interpretações acerca do tema, para depois serem estabelecidas as bases sobre as quais serão geradas as hipóteses de trabalho. Com base nisso é definido o esquema conceitual. Já o sistema operacional (métodos e técnicas da pesquisa) selecionado precisa ser adequado para testar as hipóteses levantadas; ou seja, dar base empírica ao sistema conceitual, para gerar as explicações e interpretações.

A perspectiva metodológica plural invocada neste trabalho não significa caminhar para o relativismo metodológico, que de forma irresponsável iguala todas as concepções, tal qual noite dominada pelo breu todos os gatos que perambulam pelas ruas perdem suas características que os individualizam e aos olhos dos observadores incautos todos pertencem à monótona coloração parda. É preciso haver referências universais para que se consiga hierarquizar, fazer comparações. Sem as quais um texto vale pelas suas regras e o outro também vale pelas suas

² O problema de investigação pode ser de três formas: **problema empírico de investigação** (trabalha com dados primários, dados secundários, literatura sobre o assunto e teorias explicativas); **problemas teóricos de investigação e problemas metateóricos de investigação** (nestes casos, trabalha-se nos textos teóricos). Em todos é necessária uma intermediação teórica e técnica. No entanto, há uma fase em que a ciência coleta informações e mais informações, que são confrontadas com os esquemas conceituais e os sistemas de hipóteses vigentes, e que são capazes de gerar explicações e novas informações. Esse processo se repete inúmeras vezes, no entanto, chega um momento que há uma quantidade enorme de informações e de dados, que “estoura” seu sistema de hipótese e explicativo. Isso é caracterizado como crise de paradigma. É o que está acontecendo na área de energia. Há uma crise generalizada na área, ou seja, crise do sistema de hipótese, crise do sistema interpretativo e crise do esquema conceitual. Isso fica mais evidente quando os trabalhos começam a ficar repetitivos. Isso já ocorreu nas ciências sociais, em que havia inúmeros trabalhos dizendo a mesma coisa. O material descritivo era interessante, porque era novo; mas quando se partia para o nível explicativo, era tudo a mesma coisa; não havia qualquer avanço. O tema estava esterilizado, sintoma de uma crise filosófica. Para superar esse patamar, é preciso reestudar os fundamentos com base em estudos filosóficos, para reorientá-los. Mas não só isso, pois a solução para essa crise vai além dos estudos dos fundamentos; ele poderá ajudar, mas baseado em nova elaboração conceitual e teórica. Evidente que essa elaboração deverá ser fundamentada, e a crítica do sistema atual e também a crítica dos fundamentos do sistema atual vão ajudar. Isso é próprio das ciências sociais e humanas. Quando se atua na construção da teoria, sempre há uma intervenção metateórica, maior ou menor, que vai depender da sofisticação da equipe ou da pessoa, de modo que toda vez que faz uma análise crítica de um esquema conceitual ou enfoque que está em crise, mas ainda em vigência, é preciso ir aos fundamentos. A crítica é ampla, seja teórica, técnica, operacional, substantiva. E sempre que a equipe dispuser de instrumentos para isso, pode até chegar aos fundamentos. Mesmo sem perceber o que está se fazendo, acaba tocando também em fundamentos. As pessoas percebem que estão em áreas já meio esgotadas e com isso vão ficando desesperadas, porque percebem que vão fazer um trabalho repetitivo, ou no máximo inovar apenas na coleta de dados. Ao pesquisador resta apenas apresentar dados novos ou inovar na forma de trabalhar os dados, e vai repetindo as explicações existentes. Isso é uma matriz dos trabalhos multidisciplinares. Com isso acaba se depositando em metodologia uma esperança até mesmo excessiva, é comum pessoas de física, sobretudo física teórica, sociologia, psicologia, e até mesmo educação física, em momentos de crise procurarem por aulas de metodologia.

próprias regras, estão todos no mesmo nível. É esse tipo de relativismo que aqui é refutado³, em favor de um conhecimento objetivo. Afinal, não se pode jogar na lata do lixo toda a tradição cultural construída ao longo dos séculos pela inventividade humana, cuja base situa-se nos clássicos. Como veremos adiante, esse pluralismo metodológico está presente em Flores-tan Fernandes e Celso Furtado.

Como exemplo, toma-se a sociedade de classes do século XIX analisada por Marx. Passado mais de um século, seu objeto de análise se enriqueceu, tornou-se mais complexo; num primeiro momento era a sociedade capitalista, em seguida com o advento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, sobretudo, com seu processo de industrialização dos anos de 1930 percebeu-se que algumas das contradições do sistema capitalista também ali estavam presentes; com isso o objeto passou a ser tratado como sociedade industrial⁴, forma inclusive de criticar as experiências do socialismo real. Hoje, nas sociedades pós-industriais ou avançadas, o problema central apontado por Marx continua o mesmo, ou seja, as classes sociais continuam presentes na organização social, e ainda há a contradição central entre capital e trabalho, mas tornaram-se mais complexas, em muitos casos ficaram ainda mais agudas. Há ainda, a manifestação desses “conflitos de classes” nas relações entre as sociedades capitalistas desenvolvidas e o mundo subdesenvolvido, sobretudo nas disputas pela apropriação dos recursos naturais. Nesse aspecto o problema da energia ganha dimensões significativas.

Verifica-se que o mesmo fenômeno de exploração entre países centrais e periféricos ocorre internamente em cada país, uma reprodução do modelo de um tipo de “divisão internacional do trabalho” inserida no âmbito interno desses países, como pode ser visto adiante no desenvolvimento desigual ou satelitizado. O caso de Mato Grosso do Sul, analisado neste trabalho, é um exemplo clássico dessa relação de dependência regional.

³ Esse relativismo está presente em certos autores de orientação pós-moderna que tiveram grande influência nas universidades brasileiras. O exemplo chega às raias do caricato: um sujeito escreve um texto e dá uma interpretação a ele. O leitor anota e quinze dias depois, o sujeito dá outra interpretação para o mesmo texto. Então o leitor lembra que há alguns dias ele havia dado uma interpretação diferente a esse texto. O sujeito olha, dá uma risadinha cínica e diz ao leitor: “você não entendeu; minha obra é aberta, em cada leitura ela se transforma”. O que se pode falar? Essa concepção serviu ao combate do pensamento crítico brasileiro. Coloque-se isso na cabeça de um jovem em formação, num país em que os níveis de educação são tão baixo como o Brasil, e veja o estrago que causa.

⁴ Ralf Gustav Dahrendorf (1929-2009), sociólogo e filósofo alemão, radicado no Reino Unido, teve importante contribuição para o estudos das classes sociais, afastando-se do parâmetro marxista da propriedade dos meios de produção e propondo, em substituição, o parâmetro do poder e da autoridade. É autor de “As classes e seus conflitos nas sociedades industriais” (Editora da UnB: Brasília, 1982).

É, sobretudo pela necessidade de reafirmar o compromisso com a tradição dos clássicos, que se adotou, como elemento comum deste trabalho, o conceito de *totalidade*. O todo está na parte e a parte está no todo. É uma forma de afirmar que eventos singulares são engendrados numa totalidade determinada. Assim, esse conceito se caracteriza como importante instrumento metodológico capaz de reter e explicar situações sociais globais, com base na interpretação de cada fenômeno social individual. Negar o conceito de totalidade é o mesmo que afirmar que no microcontexto de uma comunidade não existe a presença da sociedade global; do sistema social do modo de produção. Não se pode negar que há uma relação (de dependência, muitas vezes) entre uma nação e outra, uma região e outra, enfim, uma comunidade e outra. Além do âmbito da cultura, ela se dá de maneira objetiva por meio de redes de interesses e de coação que ligam uns grupos sociais a outros, umas classes às outras, umas nações a outras etc.

1.1 A energia como um problema de investigação

A energia é uma temática multidisciplinar por excelência. Tomada por seu conceito físico, integra o mundo das ciências; como um “bem público” pode ser analisada no mundo das humanidades, uma vez que no seu processo de produção e consumo encerra um conjunto de relações sociais (indivíduos, grupos e classes sociais). Sua tarifação, seu acesso, são problemas econômicos e políticos. Do ponto de vista de um recurso natural, é um elemento do universo da natureza, e sua abordagem ocorre por meio das ciências naturais. Assim, abordá-la como problema empírico, requer a compreensão do seu complexo sistema, seja em relação às fontes, aos processos de transformação e formas e dos usos finais no conjunto da sociedade. Em outras palavras, é relevante compreender a forma de organização dos sistemas energéticos, sua segmentação vertical (geração, transmissão, comercialização e distribuição) e horizontal, mediante a complexa rede de fornecedores de bens e serviços, que se articulam em cadeias produtivas, bem como os arcabouços institucionais que regulam a atuação dos agentes e dos fluxos.

Como se vê, numa situação tão complexa é recomendável que se tenha conhecimento amplo e se possível multidisciplinar, caro para o campo da energia. O sucesso de um trabalho científico envolve a compreensão das múltiplas dimensões da energia e a interação necessária entre as diversas áreas do conhecimento.

Neste trabalho, uma das escolhas feitas foi a opção entre a abordagem da indústria elétrica e a do setor energético. A abrangência proporcionada pela análise do setor energético se mostrou adequada, principalmente quando se estendia pelo período posterior à criação de Mato Grosso do Sul. Embora não seja tratado de forma profunda, não se poderia deixar de considerar o gasoduto Bolívia-Brasil, até porque as conclusões do projeto Estudos Energéticos de Mato Grosso do Sul⁵ indicam que o gás natural exerce grande impacto econômico em Mato Grosso do Sul, uma promessa ainda não concretizada.

Da mesma forma, sobretudo no período anterior à criação de Mato Grosso do Sul, seria muito difícil trabalhar com os energéticos que antecederam à energia elétrica, como a lenha para cocção e usos industriais, como as madeireiras ou serrarias⁶, em razão da grande quantidade e dispersão das unidades e dos escassos estudos sobre o tema. Essas condições indicavam a necessidade de se estabelecer um corte na pesquisa, delimitando sua abrangência aos insumos energéticos comerciais, embora mantendo a terminologia mais abrangente “energético”, uma vez que esta contempla os principais empreendimentos.

Assim, a pesquisa identificou dois cortes relevantes: o primeiro é histórico e foi dividido em três fases. A primeira fase se inicia com iluminação elétrica da Rua 26 de Agosto, em Campo Grande no ano de 1916, e se estende até o episódio do “encampamento” da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), em 1959. Nesse período o fornecimento de energia elétrica ocorria por meio de concessão privada e foi caracterizado pelas crises de fornecimento; a segunda fase marca o momento em que o governo de Mato Grosso, mediante as Centrais Elétricas de Mato Grosso (CEMAT), assume o controle do fornecimento de energia elétrica, papel desempenhado pela Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul (E-NERSUL), a partir de 1979, com a criação de Mato Grosso do Sul, até sua privatização, em 1997. A terceira fase é marcada pela atuação privada no setor, uma espécie de volta à primeira fase. É nesta fase que surge um novo energético no cenário de Mato Grosso do Sul, com o

⁵ O projeto *Estudos energéticos e a possibilidade de incremento da participação do gás natural na matriz energética de Mato Grosso do Sul*, desenvolvido pelo IEE/USP por meio de convênio com o governo do estado de Mato Grosso do Sul e apoio da Petrobrás, incluiu os estudos das cadeias produtivas, a realização de uma série de balanços energéticos (1998-2004), da matriz energética com projeções para 2025 e o estudo do mercado de gás de Mato Grosso do Sul.

⁶ Apesar a cidade de Naviraí, com menos de 15.000 habitantes na época, localizada no cone sul de Mato Grosso do Sul, possuía 79 serrarias em 1974, uma sobre exploração que levou à exaustão das florestas. Às cinco horas da manhã, soavam os apitos de cada uma, para acordar seus trabalhadores. A cidade inteira despertava para contemplar a aurora (memórias do autor desse trabalho). Na época, a parca energia elétrica para atender as repartições públicas e os moradores influentes das cidades era fornecida pelas serrarias.

advento do gasoduto Bolívia-Brasil, da usina termelétrica Willian Arjona e da usina termelétrica Três Lagoas. Por fim, vale observar no que se refere à biomassa (álcool e carvão vegetal), embora tenha certa importância energética no estado, não foi objeto de análise em razão da dificuldade de incluir múltiplos empreendimentos, dispersos e de pequena repercussão econômica. Recentemente, houve um *boom* de usinas de álcool e açúcar, com dezenas em vias de implantação; o que indica a oportunidade de no futuro se empreender um estudo específico sobre esse ramo da indústria.

1.2 O estruturalismo de Celso Furtado

Furtado exortava os jovens economistas do continente à independência teórica na tarefa de analisar as realidades latinoamericanas lançando mão da teoria estruturalista que critica as políticas econômicas liberais e propunha medidas alternativas, de cunho desenvolvimentista.

Além de estruturalista, Furtado era um keynesiano atípico que adaptava a teoria de Keynes à especificidade das economias subdesenvolvidas, conotação que se traduzia, principalmente, na insuficiência de poupança, ao invés de excedente. Sua análise da história da economia brasileira está impregnada pela noção de que o mercado interno constitui elemento essencial de dinamização da produção e da renda. Assim, pela análise furtadiana, a expansão da renda estava extremamente limitada por ter sua base na economia escravista exportadora em razão de que o impulso dinamizador representado pela demanda externa ficava restrito a este setor; situação que só se alteraria com o advento do trabalho assalariado na economia cafeeira, o qual criava a condição básica para que o impulso externo pudesse colocar em marcha um efeito cumulativo de expansão da produção e da renda no país. Como muitos economistas ligados à CEPAL, Celso Furtado acreditava que a dinâmica de crescimento econômico nos países periféricos era dada por pressão de demanda, diferentemente do modelo clássico ou schumpeteriano.

Como os keynesianos, Furtado é defensor fervoroso da intervenção estatal na forma de planejamento econômico, mas dentro de uma lógica diversa. Na perspectiva keynesiana, o planejamento destina-se a reconduzir e conservar o sistema econômico no pleno emprego. No estruturalismo, destina-se a coordenar os esforços de industrialização de forma a superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento.

Para construir uma teoria adequada à compreensão do subdesenvolvimento latinoamericano, o ponto de partida de Furtado é a recusa das vantagens comparativas do comércio internacional, assim como da interpretação convencional de que o déficit externo dos países latinoamericanos é consequência da inflação. Este, porém, é apenas o ponto de partida. De fato, Furtado questiona a utilidade do instrumental teórico tradicional para analisar, inclusive, o problema do desenvolvimento das próprias economias maduras. Segundo ele, a questão do desenvolvimento nunca esteve no centro da ciência econômica, que se concentrou em analisar a repartição do produto, as flutuações nos preços e a insuficiência periódica de ocupação da capacidade produtiva, deixando o problema do crescimento em longo prazo, no âmbito das considerações marginais.

1.3 A emergência da Sociologia Crítica

Também preocupada com esta mesma problemática do desenvolvimento, esteve a Sociologia Crítica Latinoamericana, cujos núcleos mais expressivos se desenvolveram no Brasil (Florestan Fernandes), México (Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen), Peru (Aníbal Quijano), e Argentina (Gino Germani e Jorge Graciarena). A sociologia crítica surge do encontro do marxismo, enquanto teoria social e metodologia, com a sociologia, enquanto ciéncia social. Há um momento em que a ciéncia social marxista, que tem uma determinada interpretação da sociedade capitalista, se encontra com outras tradições sociológicas que também tem suas próprias interpretações da sociedade capitalista. Dessa interação surge a sociologia crítica, nas suas várias vertentes. Na sociologia a palavra “crítica” é usada para designar uma postura em relação ao capitalismo, depois em relação à sociedade industrial (Escola de Frankfurt), uma vez que a crítica se estendia também ao stalinismo. Enfim, crítica se estende à sociedade moderna enquanto tal. Há inúmeros tipos de interpretação da sociedade capitalista, algumas das quais de orientação marxista, outras não marxistas. Como exemplo, pode ser citado o economista e sociólogo americano Thorstein Veblen, crítico não marxista obstinado da economia neoclássica e da sociedade estadunidense.

No interior da sociologia crítica há várias correntes metodológicas e teóricas. Do ponto de vista metodológico convivem desde tradições mais ensaísticas e especulativas até aquelas que acham que a sociologia, enquanto ciéncia social, precisa ter base empírica, como é o caso de Florestan Fernandes, que trabalhava com dados históricos, etnográficos, sociográficos, demográficos e geográficos para reconstruir a formação social brasileira.

Teoricamente, há correntes da sociologia crítica que adotam apenas o marxismo ou prioritariamente o marxismo. Ou aquelas que incorporam o marxismo a outra abordagem macro, seja weberiana, funcionalista ou estruturalista. Como há uma corrente do marxismo, denominada de marxismo analítico⁷, que utiliza os conceitos do materialismo histórico, mas não aceita a metodologia dialética por entender que seu conteúdo precisa ser substituído pela teoria moderna da ciência e a tecnologia da pesquisa. Preferem trabalhar com a escolha racional e a teoria dos jogos.

Essa contextualização se faz necessária para se ter noção do plano de fundo dos esquemas teóricos e metodológicos da teoria crítica para melhor compreender o pensamento e a contribuição de Florestan Fernandes no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Sua corrente, dentro da sociologia crítica, pode ser resumida como “sociologia crítica como ciência empírica”, e foi muito forte na América Latina e na França. O esquema teórico de Florestan Fernandes é bem amplo, e inúmeras são suas referências, entre as quais a sociologia crítica americana dos anos de 1960 com Wright Mills⁸. Fernandes teve formação em antropologia, em sociologia no sentido amplo, em história e economia. Na sua primeira fase foi antropólogo e trabalhou com o índio (os Tupinambá), na fase seguinte com o negro – é neste trabalho que começa a desenvolver um pensamento crítico, mediante o qual analisa empiricamente a inserção do negro na sociedade de classes (capitalista).

Embora trabalhasse com uma abordagem estrutural, sempre esteve ancorado na história (perspectiva histórico-estrutural). Nunca ficou numa análise puramente estrutural, ou mesmo estrutural-funcional; operava numa abordagem sincrônica e diacrônica. Lançava mão de toda a tecnologia da pesquisa disponível em seu tempo, associada a um esquema teórico plural e macro, numa perspectiva diacrônica, em que o marxismo era o plano de fundo para essa discussão, isoladamente ou com outras perspectivas, como a weberiana ou a sociologia alemã clássica. Sua maneira de trabalhar é uma referência na sociologia crítica, pois recupe-

⁷ É uma corrente do pensamento marxista que ganhou destaque entre filósofos de língua inglesa e cientistas sociais nos anos 1980. Buscam um “pensamento claro e rigoroso sobre os problemas normalmente obscurecidos por uma neblina ideológica”. Teve origem com a publicação de “Theory of History: A Defense” (1978), de Gerald Cohen.

⁸ Charles Wright Mills (1916-1962) foi um dos mais importantes cientistas sociais norte-americanos do século XX. Mestre em artes, filosofia e sociologia pela Universidade do Texas, doutorou-se em sociologia e antropologia pela Universidade de Wisconsin. Foi professor de sociologia das Universidades de Maryland e Columbia. Analisou a sociedade em que vivia em obras que se notabilizaram. Suas maiores influências intelectuais foram os alemães Karl Marx, Max Weber e Karl Mannheim, além dos americanos William James, Thorstein Veblen e John Dewey. É considerado um dos pais da sociologia crítica americana.

rou sua capacidade explicativa em termos mais globais. A obra de Florestan Fernandes impressiona pela quantidade e qualidade. Sua capacidade de trabalho foi destacada por colegas do departamento de sociologia, como o professor José Jeremias de Oliveira Filho.

Sua sociologia tem um cunho revolucionário – “conhecer para transformar”, com objetivos práticos de transformação social. Soube distinguir as duas esferas de sua atuação: a acadêmica e a de militante político. Como cientista social primava pelo rigor acadêmico, mas com uma postura plural. Em suas aulas focava todas as correntes sobre o problema abordado, para depois se posicionar. Incorporava aquilo que julgava necessário e deixava de lado aquilo que não considerava relevante, ou que julgasse contraditório. Essa visão plural e suas aulas amplas levaram alguns de seus críticos a acusá-lo de eclético e sincrético. Na aula inaugural do Departamento de Filosofia da USP, publicada na Revista do CEBRAP, o filósofo José Arthur Giannotti, afirmou: “Nós, do grupo do Capital, que se reunia na casa de Fernando Henrique Cardoso, tínhamos por objetivo reformular o marxismo ocidental [sic], contra o ecletismo e o sincretismo de Florestan Fernandes”.

Nunca exerceu poder na burocracia acadêmica, jamais tendo sido chefe do Departamento de Sociologia, da USP, do qual era membro-fundador. Mas, Florestan Fernandes, como destaca José de Souza Martins, tinha autoridade e o reconhecimento de seus pares. Quando foi deputado federal, mudou-se para Brasília, era do tipo de parlamentar presente e atuante, a exemplo de Darcy Ribeiro.

O contato deste pesquisador foi com a militância política do então deputado Florestan Fernandes. Ao longo do ano de 1991 foi possível conviver com o mestre quase semanalmente, na condição de um dos representantes da União Nacional de Estudantes (UNE) no Fórum Brasileiro em Defesa da Escola Pública na LDB, durante a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na Câmara Federal em Brasília. Florestan Fernandes foi a referência desta e de várias outras gerações de militantes de movimentos sociais com propostas generosamente transformadoras.

Sem dúvida, o grande nome da Sociologia Crítica no Brasil foi Florestan Fernandes, cujo programa de investigação da “Cadeira Sociologia I” da USP, denominado de *Economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento*, teve São Paulo como seu laboratório de pesquisa, a exemplo do que Escola Sociológica de Chicago fez com a cidade americana de Chicago e que deu origem ao primeiro departamento de sociologia de uma universidade. Foi no âmbito desse projeto, que objetivou estudar as transformações sociais no

Brasil, que ocorreram as maiores contribuições da escola no debate do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Seu projeto originou enorme bibliografia, além de uma geração de cientistas sociais em sua volta, como Octávio Ianni, Marialice Mencarini Forachi, Fernando Henrique Cardoso, Luís Pereira, Maria Sylvia Carvalho Franco Moreira, Leônio Martins Rodrigues, entre outros, que podem ser agrupados na denominação de Sociologia Crítica Brasileira, a Escola de Florestan Fernandes.

O problema de Florestan Fernandes e de seus assistentes era compreender as condições dos países subdesenvolvidos que por vias distintas acordaram para o “*progresso*”, e que desejavam superar “*com rapidez e decisão*” *todas as barreiras que os mantinham em estados de estagnação econômica, de atraso cultural e de dependência política*. Sua pretensão maior para a escola seria a elaboração de uma teoria sociológica do subdesenvolvimento econômico. Não cabe aqui confirmar ou não seu êxito, mas o certo é que houve significativas contribuições para a compreensão de um país que se constituía e, sobretudo, dos descaminhos decorrentes no período 1964-1985.

Da contribuição teórica da Sociologia Crítica Brasileira, alguns elementos ajudam a contextualizar o ambiente em que se desenvolveu a Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado e explicar a formação do setor energético de um estado que esteve à margem do processo de industrialização brasileira, mesmo sendo grande depositário de recursos naturais e energéticos. Em primeiro lugar está a discussão sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo no Brasil; a discussão sobre a relação centro-periferia, um dos pilares da Teoria do Subdesenvolvimento; a Teoria da Dependência, incluindo a faceta “desde dentro”, ou seja, os fenômenos da satelitização e do desenvolvimento sociopático que estão nas explicações do desenvolvimento desigual de Luís Pereira.

1.4 O marxismo ocidental

Essa é, talvez, a mais fecunda vertente do marxismo do século XX, afirma Perry Anderson (2004, p.45), e teve sua completa metamorfose com base nos fundadores do materialismo histórico, no tumultuado e polarizado mundo do pós-guerra de 1939, quadro no qual a época se resume: a libertação da Europa do domínio nazista foi assegurada pelas vitórias do Exército Vermelho; em 1945 o fascismo havia sido derrotado no continente, com exceção da Península Ibérica; a União Soviética saiu fortalecida e comanda a Europa oriental, menos no sul dos Bálcãs (Prússia, Tchecoslováquia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Iugoslávia e

Albânia formam um “campo socialista” integrado no leste) e a Europa ocidental, sob proteção aliada, mantém-se no “campo capitalista; na França e na Itália os partidos comunistas saíram fortalecidos por seus desempenhos na resistência, já na Alemanha foram praticamente aniquilados pelo nazismo.

Assim, o pensamento marxista ocidental estava de um lado espremido pela interpretação e vigilância do “Marx oficial” (que veio a ser conhecido como marxismo soviético), ainda mais intensa no período stalinista, a qual procurava impor uma visão esquemática e estéril da análise dos processos históricos, estabelecendo etapas rígidas e que poderiam (ou deveriam) ser aplicadas em qualquer região do mundo. No entanto, isso significava, na visão de pensadores marxistas de países do ocidente, abrir mão de conhecer as particularidades da cada país. Esse estreitamento das condições dos debates e elaboração teórica foi sentido para além das áreas de influência soviética direta (Leste europeu), por meio da atuação dos partidos comunistas que aderiram à linha bolchevista, gerando tensão entre dirigentes partidários e os intelectuais de esquerda ciosos por mais liberdade de pensar.

Como exemplo, pode-se analisar a trajetória dos três mais importantes teóricos do marxismo e que integram a primeira geração, depois das formulações de seus fundadores (Marx e Engels). São esses os verdadeiros criadores do chamado *marxismo ocidental* e que foram, no princípio, importantes líderes partidários: Georg Lukács, Karl Korsch e Antônio Gramsci. Lukács foi vice-comissário do povo para a Educação na República Soviética Húngara em 1919 e em 1928 redigiu as teses do Partido Comunista Húngaro, suas críticas às organizações operárias que considerava socialfacistas e a indistinção que fazia entre os regimes democráticos burgueses e as ditaduras policiais militares, como instrumentos de dominação capitalista, e ainda, o uso de termos democráticos de transição na luta contra a tirania de Miklós Horthy na Hungria, aliado de Hitler, o levou a ser ameaçado de expulsão sumária do partido. Retratou-se e renunciou às atividades no partido e na Internacional e, em 1929 deixou a militância política e voltou-se à crítica literária e a filosofia. Seu livro *História e Consciência de Classe* é um clássico de referência do marxismo ocidental.

Já Korsch foi ministro da justiça comunista do governo da Turíngia, um dos 16 estados federados da Alemanha, cuja capital é Erfurt, e um dos encarregados dos preparativos da fracassada insurreição do Partido Comunista Alemão, em 1923. Foi expulso do Partido Comunista Alemão em 1926 por criticar a política externa da União Soviética de acomodação

com o capitalismo mundial. Influente nos círculos intelectuais alemães, após a vitória do nazismo se exilou na Escandinávia, depois nos EUA.

Gramsci teve papel destacado nas lutas de massas no pós-guerra de 1914, um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e do qual, em 1924, tornou-se líder. Preso por Mussolini em 1926, durante a consolidação da ditadura fascista na Itália. Embora impedido de participar do confronto direto contra a stalinização do Comitê Central do Partido, também se posicionou em favor de mais tolerância nas disputas internas que precederam a expulsão da Oposição de Esquerda na Rússia, e, da mesma forma que Lukács, em 1928 defendeu reivindicações democráticas de transição no regime fascista e a aliança com o campesinato contra esse regime. É bom lembrar que nesse período a União Soviética, sob o comando de Stalin e sua revolução de “cima para baixo” rumo à industrialização, estava “em guerra” com os camponeses da Nova Política Econômica (NEP), os novos “inimigos do povo”.

O peso dos totalitarismos de direita e de esquerda (fascismo e stalinismo), sobre a primeira geração de teóricos marxistas que mantinham ligação com o cotidiano de sua gente, fez com que a partir deles fosse cada vez maior a distância ou “descolamento” entre os intelectuais e a prática política. Vale lembrar que sempre houve uma unidade orgânica entre teoria e prática nos teóricos da geração clássica do marxismo, os quais desempenhavam as funções de ideólogos e dirigentes, a exemplo do próprio Marx, cuja obra é inerente (intrínseca) à sua prática política.

Se por um lado, o marxismo ocidental perdeu ao “aceitar” que questões referentes à análise do desenvolvimento capitalista e à condução da luta de classes eram atribuição exclusiva do *Comintern*, possibilitou, por outro, a ampliação do escopo de aplicação da análise marxista, favoreceu o desenvolvimento teórico em áreas até então negligenciadas, como a cultura em geral, literatura, estética, teoria social, filosofia e metodologia. Além dos escritos de Gramsci, em especial seus *Cadernos do Cárcere*, que por si só definem uma corrente do marxismo ocidental, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt⁹, e que ficou conhecido mais tarde como Escola de Frankfurt, foi o experimento intelectual profícuo e que contribuiu para a evolução da teoria marxista e se consolidou como uma corrente importante do marxismo, a

⁹ Ver *A imaginação dialética*, de Martin Jay, que cobre a história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisa Social no período de 1923 a 1950, e *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*, de Rolf Wiggershaus, que, além de dar uma visão global da história da “escola”, estende as análises até 1969, o ano da morte de Adorno.

teoria crítica. Escritos de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Jürgen Habermas, Franz Neumann, Friedrich Pollock entre outros, foram importantes para revitalizar o pensamento marxista na Europa, além de exercerem influência significativa na esquerda norteamericana e latinoamericana.

Embora a teoria crítica tenha dois vieses de aplicação – a literatura e a sociedade –, é nesta última que as categorias do marxismo são empregadas com maior ênfase. O termo “teoria crítica” foi utilizado pela primeira vez para denominar a escola, por Horkheimer em 1930. Esse período se caracterizou por uma crítica radical à sociedade (no início à sociedade capitalista, depois inspirada em Marx e Freud). Interessa neste trabalho a vertente da sociologia. No campo da metodologia, o projeto de Frankfurt objetivava aproximar o pensamento teórico da antiga sociologia alemã, de cunho mais especulativo, à tradição da pesquisa empírica americana, que ainda vivia sob o impacto do trabalho de George Gallup de 1936, que com base em uma amostra restrita de seis mil eleitores, antecipou o escrutínio da eleição presidencial americana. Esse episódio tornou célebre o método das amostras.

O legado da escola é seu pluralismo metodológico, não apenas no que tange à metodologia da pesquisa, mas ao próprio debate teórico metodológico e epistemológico, em que a presença de Habermas, terceira geração da Escola de Frankfurt, ainda hoje exerce forte influência ao debate das questões metodológicas em diálogo com as diferentes correntes.

1.5 O método dialético e o conceito de totalidade

O método dialético está entre os conceitos fundamentais do marxismo. A origem do termo é do grego *dialegein*, que significa “argumentar” ou “conversar”. Para Aristóteles, a palavra tem o sentido de “argumentar pela conclusão”, embora já no tempo de Platão o termo possuísse o sentido técnico de uma forma de argumento mediante o uso de perguntas e respostas. Existem três dialécticas: a dialética da totalidade, dialética da contradição e a dialética da perspectiva. No marxismo, *totalidade* é uma categoria ontológica fundamental, organizadora da reflexão e expressão de um modo de ser da realidade, uma expressão da existência.

No marxismo o método dialético é combinado com o materialismo histórico. O termo foi explicitado e explicado pela primeira vez por Marx em 1847 em *A Miséria da Filosofia*¹⁰, que vem precedido de uma definição original do método dialético. Para Marx, uma vez que

¹⁰ *A Miséria da Filosofia* foi escrita em francês, entre 1845 e 1847.

determinada formulação conseguir se afirmar como tese, esta tese ou pensamento, oposto a ele mesmo, se desdobra em dois pensamentos contraditórios, o positivo e o negativo, o sim e o não. E a luta destes dois elementos antagônicos encerra-se na antítese. Essa essência constitui o movimento dialético em Marx.

O marxismo ocidental trabalha com a dialética da totalidade, cujo conceito foi desenvolvido por György Lukács, em *História e Consciência de Classe*. Mas também aparece em outros pensadores marxistas, como Karl Korsch, Jean-Paul Sartre, Henri Lefèvre, Antonio Gramsci, Galvano Della Volpe, e também pela Escola de Frankfurt. Além disso, o conceito está presente no livro *Dialética da Totalidade*, de Martin Jay, no qual analisa todo o marxismo ocidental com base nesse conceito primitivo. Na dialética da totalidade opera a relação do todo com a parte por contradição. Diferente de uma relação sistêmica, que também tem relação parte-todo. Só que na teoria sistêmica, a relação parte-todo não é dialética, porque não há contradição envolvida. Neste caso, é uma relação de interação do todo com a parte.

Embora a presente pesquisa não esgote todo o processo de formação da área energética de Mato Grosso do Sul, os casos abordados por si só expressam a dinâmica ocorrida em todo o processo, e, mais ainda, como o sistema capitalista opera numa realidade regional no Brasil, cujas relações de dependência e subordinação econômica em relação ao pólo mais desenvolvido do país – a Região Sudeste, em particular o estado de São Paulo – são predominantes. No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Marx¹¹ destaca o “posto favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa”. Ou seja, em uma totalidade parcial está contido o todo de um processo, de forma que as relações estabelecidas durante o processo de tomada de decisão e de implantação de uma planta energética – por exemplo, uma usina hidrelétrica – expressam aspectos de uma realidade maior, uma totalidade; no caso, a lógica do sistema capitalista.

1.6 A base empírica e os métodos e técnicas da pesquisa

O ponto de partida deste estudo situou-se na bibliografia apresentada para a consecução da tese e das hipóteses propostas. Foi levantado o histórico da formação e da participação

¹¹ MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves; revisão Carlos Roberto F. Nogueira. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 26.

dos grupos dirigentes do governo do estado nos principais empreendimentos energéticos de Mato Grosso do Sul.

O estudo foi ampliado com um conjunto de entrevistas com personagens que tiveram participação ativa no processo de formação do setor. O levantamento global do período abrangido foi realizado por meio de documentos oficiais, dados censitários, relatos de viajantes, jornais, estudos científicos e entrevistas dos personagens que viveram aquele período e fatos interessantes relacionados, organizados na forma de um arquivo geral dos materiais pertinentes, enriquecido com outras fontes de informações, tais como documentos históricos, questionários, entrevistas e visitas em campo, jornais do período, documentos oficiais, manifestos de movimentos sociais, atas de reuniões, livros, compêndios de legislação, artigos e teses.

A elaboração do texto da tese seguiu as normas contidas na NBR 10.520/02, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), complementadas por citações, notas e tabelas e pela numeração das seções e páginas¹². A apresentação do texto final segue as normas do Programa de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo.

¹² Para as citações, seguirá as orientações contidas no item 3 da referida norma:

- a) *Citação*: aplica-se a uma menção de uma informação colhida em outra fonte;
- b) *Transcrição*: é uma citação que reproduz as próprias palavras do texto citado;
- c) *Paráfrase*: é uma citação livre do texto;
- d) *Citação de citação*: é a citação de uma informação a partir de uma fonte intermediária.

As citações com extensão superior a três linhas serão destacadas do texto por meio de recuo de dois centímetros do lado esquerdo e o texto será de um ponto menor em relação ao corpo do texto normal. Todas as citações do tipo transcrição serão apresentadas no texto entre aspas; as citações do tipo paráfrase serão feitas por meio do sistema alfabético, com o sobrenome do autor em letras maiúsculas seguido da data da publicação, separado por vírgula e entre parênteses, no próprio parágrafo, a exemplo: (RECH, 2004, p. 121); quando a citação for do tipo indireta se dará da seguinte forma: (SAUER *apud* RECH, 2004, p. 122). As notas serão utilizadas para esclarecimentos à margem do texto, com o objetivo de não provocar interrupção na leitura e serão colocadas no pé da página separada do texto por uma linha de 1/3 da largura útil da página, e serão numeradas na sequência ordinária, independente da seção ou capítulo. Já as tabelas e quadros, terão numerações independentes e consecutivas e serão dispostas no sentido normal da leitura.

CAPÍTULO 2

PROGRESSO, DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

É preciso que existam certas categorias de homens, capazes de atuar socialmente na mesma direção, com dada intensidade e com relativa persistência.

Florestan Fernandes

Poucas são as expressões ao longo da história da humanidade que galgaram uma posição de aceitação quase unânime entre os povos. Entre elas, paz, liberdade, igualdade, democracia. Todas são vocábulos que expressam um querer coletivo, ideários que poucos renegam. Desde a Revolução Francesa, que sinaliza o início da sociedade moderna sob o lema da liberdade, da igualdade e da fraternidade – com a glória da Declaração dos Direitos do Homem – aos nossos dias, a humanidade coleciona termos que expressam sentimentos coletivos.

Essas expressões alcançaram uma quase unanimidade nas correntes do pensamento social e aceitação em todas as camadas da população. O termo *desenvolvimento* integra essa categoria. Dificilmente se encontra alguém que afirme não ser a favor do desenvolvimento. Todos o buscam e a maioria acredita que, vencidas algumas etapas, fatalmente será atingido o desenvolvimento. Na verdade, o substantivo *desenvolvimento*, embora expresse uma visão otimista em relação ao mundo, é muito recente e vago. Adquire maior precisão quando associado a algum adjetivo que o qualifique, como econômico, social, institucional, sustentável etc. Isolado, é muito mais um ideário que busca expressar uma vontade coletiva.

2.1 A conceituação de progresso e desenvolvimento

Foi no século XVIII (Voltaire, Condorcet e Kant)¹³ que o conceito de progresso¹⁴, como desenvolvimento crescente do conhecimento e da razão, ganhou expressão e adeptos. No século seguinte, a ideia de progresso continuou a florescer, ganhando a adesão tanto de

¹³ Voltaire (1694-1778), filósofo e escritor francês, foi um influente disseminador da filosofia natural newtoniana, tendo sido aclamado em Paris como o maior defensor do iluminismo. Marquês de Condorcet (1743-1794), matemático e filósofo francês, colaborou na Encyclopédie, acreditava no progresso e na possibilidade do aperfeiçoamento da humanidade. Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, fundador da filosofia crítica, sua preocupação foi defender a autoridade da razão.

¹⁴ Palavra derivada do latim *progressus*. Ato ou efeito de progredir, avançar.

Auguste Comte quanto de Karl Marx. Com a teoria da evolução, por meio da seleção natural, Spencer, um evolucionista social, reforçou o conceito.

A ideia de *progresso* pode ser vista por três perspectivas distintas, mas que têm em comum uma visão otimista da história. A primeira, associada às ideias do iluminismo, assegura que a humanidade marcha progressivamente para o triunfo da razão. A segunda, de cunho materialista, deriva do conceito de *acumulação*; nessa concepção, a acumulação de bens aponta para um futuro de melhor bem-estar. E a terceira, de cunho mais cultural, considerava o “modelo de sociedade europeia” uma forma superior de organização social e os demais povos do planeta não haviam alcançado essa forma superior de civilização.

Já termo *desenvolvimento* é o herdeiro natural de *progresso*, sobretudo, nos discursos de economistas e cientistas políticos a partir da década de 1950. É mais político que técnico. Impreciso em sua definição e de significado variável em função de cada setor, classe, grupo ou período social e contexto em que é utilizado. Aliás, tão ambíguo como a palavra *cultura*, algumas vezes próxima da palavra *progresso*, que deriva do verbo latim *colo*, cujo particípio passado é *cultus*, que também deu origem às palavras *culto* e *colonização*: quer dizer “eu ocupo a terra e, por conseguinte, eu trabalho, eu cultivo o campo”. Da mesma forma, “eu levo o progresso, o desenvolvimento”.

O termo *cultura* é empregado para indicar o desenvolvimento de um indivíduo por meio da educação, da instrução. E muitas são suas definições, como a de Malinowski¹⁵: “o todo global consistente de implemento de bens e consumos, de cartas constitucionais para os vários agrupamentos sociais, de idéias e ofícios humanos, de crenças e costumes.” Esse conjunto de valores, práticas e instituições é legado às novas gerações para garantir o estado de coexistência social. Ele desemboca na educação que, como se verá, é uma bandeira importante dos mais distintos grupos ideológicos contemporâneos, o que permite compreensões distintas sobre o conceito de cultura.

Na história real, essas diferenças de compreensões levaram a terríveis conflitos, genocídios e a prolongados períodos de violência contra a cultura de outros povos. É o caso do período colonial brasileiro, com a aniquilação quase que total da cultura indígena e dos escravos negros. Como diz Alfredo Bosi, a cruz cravada na terra do pau-brasil aniquilou os tupis, e

¹⁵ MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

em nome dessa mesma cruz pedia-se liberdade para os índios e clemência para os negros. Os mesmos cultos rezados nas missões jesuíticas eram pelos bandeirantes, que ungidos pelos seus capelães, iriam massacrá-las impiedosamente (BOSI, 2003, p. 15).

Também, as diferenças de concepções de *desenvolvimento* levaram determinados projetos “desenvolvimentistas” a cometerem verdadeiros desastres contra povos locais e o meio ambiente. No Brasil, foram os casos da rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, contra os povos indígenas, ou da construção de Usina de Furnas contra as populações ribeirinhas da bacia do Rio Grande.

2.2 A natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil

Como plano de fundo desse debate, havia a polêmica sobre a natureza do desenvolvimento capitalista no Brasil, ou melhor, de como se deu a formação social capitalista brasileira. Uma das teses até então muito vigentes afirmava a existência de um feudalismo ou semifeudalismo presente no meio rural que convivia com um capitalismo localizado no meio urbano-industrializado, no centro-sul e tendo como centro dinâmico a Região Sudeste, com São Paulo à frente.

Uma segunda tese seria de que a formação social brasileira era genuinamente uma formação capitalista. Essa tese foi elaborada por Florestan Fernandes e é o núcleo do seu principal trabalho, *A Revolução Burguesa no Brasil*, que o elevou à condição de interprete do Brasil, ao lado de Oliveira Viana, Alcântara Machado, Euclides da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre e outros que desenvolveram reflexões profundas e fundamentais para a formação da identidade nacional. Ao explicar a gênese do desenvolvimento do capitalismo no Brasil do ponto de vista sociológico, Fernandes enfrenta um debate crucial sobre a natureza da passagem de um regime nacionalista liberal para um internacionalista autoritário na formação social capitalista brasileira, com o golpe de março/abril de 1964.

Nessa interpretação, considera-se que a industrialização brasileira surge a partir de 1930, momento da história em que se rompe com a ordem tradicionalista da aristocracia agrária, fundada basicamente na cafeicultura, e também o surgimento de novos tipos de agentes econômicos, que marca o início da modernização do processo social. Nem um nem outro caracterizaria o momento em que o capitalismo brasileiro se torna dominante, e sim uma etapa “superior” do desenvolvimento capitalista brasileiro. Este veio se desenvolvendo desde o pe-

ríodo colonial, numa extensão do próprio desenvolvimento capitalista que emergia na metrópole e aqui se deu na forma da empresa açucareira.

O cerne da explicação florestaniana é de que o sentido fundamental do que deve ser apreendido sobre os primórdios do desenvolvimento capitalista no Brasil é de que forma se estabeleceu um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura, e não se houve no período colonial o tipo clássico do burguês ou então algum exemplo de “burgo” típico do período medieval europeu. Procurou identificar quais foram e como se manifestaram as condições sociohistóricas que explicam como e por que se rompeu no Brasil com o immobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. No fundo, procura saber quais são os elementos que condicionaram a desagregação do regime escravocrata-senhorial e a formação de uma sociedade de classes no Brasil.

Fernandes conclui que a revolução burguesa no Brasil não foi um episódio histórico localizado no tempo e no espaço definidos, mas que transcorreu lentamente, ora por convulsões, ora por acomodações, seguindo uma trajetória em ziguezagues. Acrescenta-se que esse processo persiste em algumas regiões do Brasil em que vige uma espécie de *capitalismo tardio*, nos termos de João Manuel Cardoso de Mello¹⁶. E pode-se perceber também, que há características claras de elementos estruturais da relação centro-periferia, como explica a Teoria da Dependência, além de nuances da satelitização regional, do desenvolvimento desigual estudado por Luiz Pereira. Esse estudo, desenvolvido na década de 1970, mantém sua atualidade, pois a nação brasileira ainda se faz e Mato Grosso do Sul está inserido neste contexto de construção, embora desempenhe um papel periférico na organização do sistema capitalista (nacional e internacional).

Eram essas interpretações que desenhavam as alianças políticas das forças progressistas que procuravam tirar o Brasil do atraso histórico no qual se encontrava. Florestan Fernandes e Celso Furtado compartilhavam da visão de que era necessário romper com setores retrógrados que impediam os avanços. Cada um ao seu modo. Para Furtado, a via seriam as reformas estruturais ou de base, negociadas e implementadas com setores sociais relevantes, de forma paulatina, com base em seu planejamento. Já Fernandes defendia mudanças mais bruscas, por meio de um processo revolucionário.

¹⁶ MELLO, João Manoel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo. 3^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

2.3 Furtado e o debate sobre o desenvolvimento

Ainda na década de 1950, Celso Furtado se ressentia da necessidade de instrumentos de análise capazes de enfrentar a realidade dos países periféricos do sistema capitalista internacional. Sua preocupação sempre foi a de “encontrar caminhos de acesso à inteligência dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico”. Achava que os textos correntes eram inapropriados para a realidade dos países subdesenvolvidos, pois focavam a dinâmica dos países com economias desenvolvidas e passavam ao largo das especificidades do capitalismo periférico.

Foi um período de intensa atividade intelectual, seja no campo da economia (política), da sociologia (do desenvolvimento) e da história. Essas três vertentes do conhecimento dialogavam e debatiam e por vezes convergiam para oferecer explicações sobre um fenômeno que não era meramente conjuntural, mas marcadamente estrutural e que concorria para manter não apenas o Brasil mas a totalidade dos países latinoamericanos em uma situação de dependência e subdesenvolvimento. A escola estruturalista latinoamericana (com forte influência da CE-PAL) estava preocupada com a posição dos países periféricos na divisão internacional do trabalho. Procurava explicitar a natureza do processo de industrialização ocorrido em alguns países (centrais) no período de 1914 a 1945, e, ao mesmo tempo, asseverar que qualquer caminho para afirmar a soberania e superar a miséria passaria pela industrialização. Assim, sua problemática passou-se pela industrialização nacional, dentro de um contexto de periferia do sistema capitalista internacional. O pensamento de Celso Furtado está inserido neste contexto, como veremos adiante no **Capítulo 3** deste trabalho.

2.4 A relação centro-periferia

Este é o paradigma estruturalista de explicação do subdesenvolvimento, formulado por Raul Prebisch e Celso Furtado, conhecido também como modelo cepalino, o qual liga o fenômeno do subdesenvolvimento às estruturas produtivas dos países periféricos, em razão de sua indústria não integrada, da agricultura voltada para a exportação, na qual o comércio exterior, por causa da degradação das bases de troca, gera desequilíbrios estruturais. Nesses casos, o subdesenvolvimento das nações é explicado em termos de relações de dominação na troca, em cujo processo ocorre a apropriação de um excedente econômico dos países subdesenvolvidos, periféricos do sistema capitalista, por países capitalistas adiantados ou centrais. Essa relação de troca gera um empobrecimento dos primeiros, condenando-os a permanecer na

condição atual, e concomitantemente, esse mesmo excedente suprimido das nações periféricas é o elemento para o rápido desenvolvimento econômico dos países centrais. Essa relação (extração/apropriação) seria ao mesmo tempo a causa e a perpetuação das desigualdades entre os países.

2.5 A Teoria da Dependência

A reorganização da produção por conta dos efeitos turbulentos de 1929 e nos anos seguintes, em razão da incipiente base industrial que se desenvolveu por uma involuntária defesa dos mercados internos, motivada pela guerra, sinalizou a algumas economias latinoamericanas, a exemplo do Brasil, a possibilidade de ascender ao mundo desenvolvido. Essa ideia era reforçada pelas condições observadas em algumas economias latinoamericanas, entre as quais Argentina, México, Chile, Colômbia, tais como: um mercado interno razoável para absorver produtos industrializados; uma base industrial lentamente construída, sobretudo de bens de consumo e alguns bens relacionados ao mercado externo; boa fonte de divisas por causa da exportação agropecuária e de recursos naturais (minérios, sobretudo); forte estímulo para o crescimento econômico pelo fortalecimento do setor externo a partir dos anos 1950; e a existência de taxa satisfatória de formação interna de capitais (CARDOSO; FALETTO, 2004, p.19).

Isso, amparado em um acúmulo considerável de divisas, sinalizava um horizonte promissor para completar as transformações econômicas, sobretudo a consolidação do processo de industrialização. As condições estavam dadas para completar o ciclo denominado de “substituição de importações”, com o avanço na produção de bens de capital para diferenciar os sistemas produtivos, um caminho que seria trilhado naturalmente. No Brasil, isso tudo seria ancorado em um mercado interno que já havia demonstrado certa consistência e que no futuro seria o vetor desse processo de desenvolvimento.

Mas logo se percebeu que, para que esse desenvolvimento se concretizasse, era necessário agregar uma política de redistribuição de renda. Essas seriam as condições para disparar o gatilho do desenvolvimento autossustentado e autônomo, embalado pelo otimismo que marcava a década de 1950. No entanto, já no final dessa década, essas “certezas” estavam desvanecendo. O que havia acontecido com a Argentina, que estava “pronta” para dar seu salto ao desenvolvimento, que não produziu as transformações qualitativas desejadas. O Brasil, no momento em que tudo indicava que os obstáculos ao desenvolvimento haviam sido superados,

vê-se um uma fase de estagnação e mesmo de retrocesso, conforme analisa Furtado¹⁷. Seriam os elementos arcaicos da estrutura social brasileira, não obstante sua adesão e mesmo modernização durante a fase de expansão da economia, que mantiveram o controle do sistema de poder. No momento em que diminuiu o impulso econômico, antigos problemas voltam à tona, revelando que os protagonistas sociais eram os mesmos de sempre, embora ostentassem uma aparência moderna. Ou, então, a resposta estaria lá fora, explicada pela divisão internacional do trabalho, em que os papéis dos países integrantes eram bem definidos, com barreiras claras que impediam qualquer pretensão das nações periféricas de mudarem sua condição histórica. Essas eram as perguntas que, tanto a economia política quanto a sociologia do desenvolvimento procuravam responder.

Entre as várias explicações existentes, uma delas ganhou relevância e se transformou como uma das poucas formulações teóricas de expressão desenvolvida no “mundo periférico”, sobretudo no seio de pensadores latinoamericanos – a Teoria da Dependência. A idéia surgiu das reflexões sobre colonialismo e imperialismo, desde Jean-Paul Sartre sobre o sistema colonial francês, de intelectuais argelinos de esquerda, como Georges Balandier, em seus estudos sobre a África negra, e foi fruto de um esforço intelectual de André Gunder Frank, Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, entre outros. Fernando Henrique Cardoso também contribuiu, porém não é o único formulador, como consta de algumas leituras. Aliás, o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, que se transformou numa referência sobre a temática, foi escrito em co-autoria com Enzo Faletto.

Para a Teoria da Dependência, existe uma relação de subordinação e dependência dos países “periféricos” em relação aos países centrais, decorrente da dinâmica da divisão internacional do trabalho, na qual a tecnologia desempenha um papel central no modelo explicativo.

2.6 O desenvolvimento desigual

Será que esse capitalismo desigual, ancorado em uma relação de dependência, não opera no âmbito interno de um país, sobretudo com dimensões continentais como o Brasil? Não teria ocorrido uma divisão do trabalho, também no âmbito regional? O processo de in-

¹⁷ Ver Capítulo 5 de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

dustrialização acentuada que ocorreu no Brasil nas décadas de 1950 a 1970 foi homogeneamente distribuída no território brasileiro?

Essas questões eram objeto de pesquisa de Luiz Pereira junto ao Departamento de Sociologia da USP. Pereira, que era integrante da chamada Sociologia Crítica Brasileira, desenvolvia seus trabalhos sobre essa temática dentro do enfoque histórico estrutural. Hoje ocorre o processo de urbanização *sociopática* nos diversos países, inclusive na Europa. Isso pode ser constatado na periferia de Paris, no nível de desemprego da juventude, em que a direita fascista se fortalece justamente contra as políticas de imigração.

Em meio a esse debate, os trabalhos de Pereira alertavam para o descompasso entre a urbanização e a industrialização, sobretudo pelo avanço daquela em relação às oportunidades de emprego oferecidas na indústria. Esse processo de industrialização, Pereira denominou de *sociopático*.

Mais que isso, Pereira teve o mérito de pensar a Teoria da Dependência para dentro, ou seja, aplicada ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na caracterização típica da constituição e funcionamento do sistema capitalista internacional feita nos anos de 1960/70, na qual André Gunder Frank¹⁸ é exemplo e referência, buscava-se identificar as diferentes modalidades do padrão estrutural da dominação-dependência entre as sociedades capitalistas centrais e as sociedades capitalistas periféricas. No entanto, esse padrão metrópole-satélite, denominado de processo de satelitização, se realiza no âmbito das sociedades capitalistas periféricas, em que, aliás, ocorre com grande intensidade. Assim, há dois tipos de satelitização, a externa e a interna. Nessa perspectiva interessa conhecer a dinâmica da satelitização interna, que, na visão de Pereira, “ocorre concomitantemente entre regiões de cada sociedade capitalista periférica, entre setores e/ou subsetores de atividades econômicas no interior de cada região e no interior de cada setor econômico”¹⁹.

Vale notar que o que está em jogo nessa relação de dependência ou subordinação é a apropriação do excedente econômico, e, embora se enfatize, como bem lembra Pereira, o aspecto econômico dessa relação, outras dimensões da vida social também são afetadas, como a cultural, institucional etc. Acrescenta-se que essa relação de dependência, também tem reper-

¹⁸ Para muitos, é considerado o “pai” da Teoria da Dependência, mas, sem dúvida, é um de seus precursores.

¹⁹ PEREIRA, Luiz. Urbanização “sociopática” e tensões sociais na América Latina. In: Ensaios de sociologia do desenvolvimento. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.

cussão no plano psicológico e psicossocial das sociedades satelitzadas, na forma de cultivo de uma “mentalidade de colonizado ou de inferioridade em relação ao colonizador”. Assim, embora sendo expropriado ou sofrendo opressão, projeta como “seus” os valores, os hábitos e os padrões de comportamento do grupo dominante, os quais procura reproduzir.

As décadas de 1960 e 1970 foram ricas em relação às preocupações sobre a temática do desenvolvimento no Brasil, no campo da economia e fundamentalmente no campo da sociologia. A chamada sociologia econômica é a única abordagem teórica, cuja gênese e desenvolvimento deram-se no hemisfério sul, com contribuições genuínas e com repercussões nos principais centros universitários da Europa e Estados Unidos. Com base nela, foi possível compreender as condições estruturais dos países que operavam à margem ou periferia do sistema capitalista. No campo da economia, esse pensamento surge com o nome de “Escola Estruturalista Latinoamericana”.

No Brasil, como foi dito, se destacam os trabalhos de Florestan Fernandes, com seu projeto amplo denominado de “Economia e Sociedade Brasileira”, cujo objetivo seria captar o processo de formação do capitalismo brasileiro – ou seja, como se deram a urbanização e a industrialização no Brasil, dentro de uma perspectiva histórica e estrutural.

No livro *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento*²⁰, organizado pelo professor Luiz Pereira, no qual reúne uma série de artigos que têm como preocupação central a passagem da condição de subdesenvolvido para o mundo desenvolvido, o sociólogo apresenta algumas condições que interferem nesse processo, entre as quais a tomada de consciência das pessoas sobre sua condição. E é este o desafio que motiva estudar a realidade de Mato Grosso do Sul e os percalços rumo ao um desenvolvimento substanciado, como defende Celso Furtado.

20 PEREIRA, Luiz. Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. Luiz Pereira (Org.), Henry C. Wallich; Charles Bettelheim; Herbert Blumer; Robert K. Merton; Frantz Fanon; W. Arthur Lewis; Wilbert E. More; Alpha C. Chiang; Ragnar Nurske e Francisco Zamora. *Textos básicos de ciências sociais*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

CAPÍTULO 3

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

O compromisso ético com valores universais que transcendem todas as formas de paroquialismo e a confiança na liderança de forças sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional.

Celso Furtado

No Brasil, as análises do desenvolvimento²¹ foram feitas por duas correntes ideologicamente distintas. De um lado, há a teoria feita com base em uma análise estruturalista, cujo expoente foi Celso Furtado, tendo como seguidores Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, entre outros. Em comum, compartilhavam visões que iam de Marx a Keynes, com incursão a cada um dos pólos em graus diferenciados. Seguiam a tradição de alguns economistas como Hobson, Kalecki, Schumpeter e Leontief.

De outro lado, figuravam os monetaristas, representados por Eugênio Gudin e Otávio Gouveia Bulhões, qualificados por Bielschowsky²² como representantes da corrente neoliberal. Tratava-se de liberais forçados a se “reciclar”, por isso o prefixo *neo*, e aceitar um mínimo de intervenção estatal na economia, em razão da crise dos anos trinta do século XX. Eram adeptos da velha teoria da divisão internacional do trabalho e das vantagens comparativas, que, na visão de Furtado, condenava o Brasil a ser um eterno produtor de bens primários (a-

²¹ Para um apanhado histórico das **concepções de desenvolvimento estruturalistas e monetaristas**: a) Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro – O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. 4^aed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 (a primeira edição foi de 1988, do IPEA/INPES). b) Guido Mantega, *A Economia Política Brasileira*. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1984 (tese de doutorado defendida na FFLCH-USP). **Sobre políticas de desenvolvimento**: a) Carlos Lessa, *15 Anos de Política Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982. b) Carlos Lessa (org.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. vol. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1982; 1983. c) Maria da Conceição Tavares e Maurício Dias David, *A Economia Política da Crise* (cap. 4, especialmente, sobre política energética). 2^a ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; Achiamé, 1982. d) João Manuel Cardoso de Melo, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. e) Maria da Conceição Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972 (além dos trabalhos do mestre Celso Furtado). **Da perspectiva da sociologia do desenvolvimento**: a) Florestan Fernandes, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. b) Luiz Pereira, *Trabalho e Desenvolvimento* (I, II, III). São Paulo: Difusão Europeia de Livro, 1965. b) Luiz Pereira (org.), *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento, Urbanização e Subdesenvolvimento e Perspectivas do Capitalismo Moderno: Leituras de Sociologia do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, 1973, 1971. **Para enfoques recentes da economia política da globalização e desenvolvimento**: a) Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.), *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997. b) José Luís Fiori (org), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. 3^aed. Petrópolis: Vozes, 2000.

²² BIELSCHOWSKI, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5^aed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

grícolas, por causa da abundância de terras), e se caracterizavam por defender políticas de equilíbrio monetário-financeiro a qualquer custo, independentemente dos reflexos sobre o nível da renda e do, da redução da intervenção do estado na economia, além de negar quaisquer medidas de suporte ao projeto de industrialização, um pressuposto caro aos estruturalistas cepalinos. Gudin e Bulhões foram os principais pensadores dessa corrente até a década de 1950 e início da década de 1960, e Mário Henrique Simonsen, Roberto Campos e Antônio Delfim Neto, nos anos seguintes. Desde os anos 1950, essas duas correntes se revezam hegemonicamente, associadas às condições vigentes em cada momento histórico.

3.1 O pensamento de Celso Furtado

Celso Furtado foi, no Brasil, o grande ideólogo formulador da corrente desenvolvimentista estruturalista, que alimentou o pensamento nacionalista a partir do final dos anos 1950. Co-autor, com Raúl Prebisch²³ das teses estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Furtado as divulgou e aplicou ao caso brasileiro, dando unidade ao pensamento econômico de boa parte dos técnicos do governo engajados no projeto de industrialização do país. Sua combinação de capacidade teórica, talento executivo e senso de oportunidade para abrir espaço às tarefas desenvolvimentistas o transformaram em símbolo de esperança e liderança dos economistas dos anos 1950.

Graduado em Direito com doutorado em Economia em Paris, trabalhou na CEPAL de 1949 a 1953. É dessa época seu livro *A formação econômica do Brasil*, análise estruturalista da história econômica do país, que se tornou um clássico. Entre 1954 e 55, liderou a articulação de economistas e técnicos no debate que consolidaria a base ideológica do projeto desenvolvimentista. Nestes dois anos elaborou um estudo de apoio ao programa de desenvolvimento do país para o período 1955-62. Atuou no planejamento regional, sendo um dos idealizadores e dirigentes da SUDENE (1959-1962), de onde partiu para o planejamento nacional, como ministro extraordinário do Planejamento do governo João Goulart.

Seu trabalho intelectual até 1964 centrou-se na criativa divulgação, refinamento e aplicação do pensamento estruturalista à realidade brasileira, dotando os desenvolvimentistas nacionalistas de um arcabouço teórico minimamente homogêneo para entender o problema do

²³ Raúl Prebisch (1901-1986), economista argentino e um dos pais do estruturalismo econômico latinoamericano, foi o mais destacado intelectual da CEPAL.

subdesenvolvimento. Sua obra contém, de forma elaborada, os três elementos chave que sintetizam o pensamento desenvolvimentista nacionalista, denominados estruturalista:

- a) defende a liderança do Estado na promoção do desenvolvimento mediante planejamento e investimentos em setores estratégicos – para ele, só sob a coordenação estatal seria possível internalizar os centros de decisão sobre a economia brasileira, rompendo com a submissão aos países desenvolvidos;
- b) defende a submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento, em oposição aos programas de estabilização do Fundo Monetário Internacional (FMI);
- c) defende o compromisso com reformas de cunho social (sua obra defende tributação progressiva, desconcentração regional da renda e apoio à reforma agrária).

Furtado estava convencido da necessidade de se formular uma construção teórica própria à análise do subdesenvolvimento. Nesse sentido, exortava os jovens economistas do continente à independência teórica na tarefa de analisar as realidades latinoamericanas lançando mão da teoria estruturalista que atacava as políticas econômicas liberais e propunha medidas alternativas, de cunho desenvolvimentista.

3.2 O subdesenvolvimento como condição da periferia

Segundo a teoria da CEPAL, o subdesenvolvimento se caracteriza por ter estrutura econômica heterogênea, com setores modernos, dedicados basicamente à exportação, coexistindo com um extenso setor de subsistência que tem níveis de produtividade muito inferiores aos primeiros. Desenvolvimento, nesse caso, poderia ser entendido como o processo de expansão dos níveis mais altos de produtividade para toda a economia, o que só seria possível com a industrialização.

A obra de Furtado refina essa proposição estruturalista da CEPAL, partindo da análise de que o subdesenvolvimento não corresponde a uma etapa histórica comum a todos os países, mas é condição específica da periferia do sistema, resultado da evolução e internacionalização da economia. Fruto do desenvolvimento do capitalismo europeu, o subdesenvolvimento teria características inteiramente distintas dos sistemas econômicos que lhe deram origem. No desenvolvimento clássico, a evolução tecnológica que tornou mais ou menos homogêneo o sistema, decorreu da transição do capitalismo comercial para o industrial e da escassez de mão-de-obra. Esse capitalismo industrial passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente de quase todo o planeta. Foram três trajetórias distintas: a primeira foi o próprio

desenvolvimento industrial dos países da Europa ocidental; a segunda foi a ampliação desse mesmo processo às regiões ainda desocupadas com características semelhantes às européias (Austrália, Canadá e EUA), e terceira, fruto desse mesmo desenvolvimento do capitalismo industrial europeu, que iria dar forma às estruturas subdesenvolvidas, ao se expandir para regiões já ocupadas com sistemas econômicos seculares de vários tipos – surgiram, nestas áreas, estruturas econômicas híbridas, que em parte se comportavam como um sistema capitalista, enquanto em outra parte seguiam operando na lógica econômica pré-existente (neste contexto pode ser localizado o caso brasileiro):

A terceira linha de expansão da economia industrial européia foi em direção às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, com seus sistemas econômicos seculares de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos o interesse limitou-se a abertura de linhas de comércio. Em outros, houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. / O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade.²⁴

A industrialização é vista como essencial para homogeneização dessas estruturas. Entretanto, a partir de 1961, Furtado desenvolve a ideia, mais pessimista, de tendência à perpetuação do subdesenvolvimento, mesmo em caso de profundo avanço na industrialização. Isso ocorreria porque o novo núcleo industrial se forma concorrendo com os produtos externos, o que implica a adoção, pelos empresários locais, das mesmas técnicas intensivas em capital empregadas nas economias avançadas. A consequência disso é que a estrutura ocupacional mantém-se tipicamente pré-capitalista mesmo onde a produção industrial alcançou algum grau de diversificação tendo participação no PIB que pouco se distingue da dos países desenvolvidos.

²⁴ FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p.180.

3.3 A indústria como pólo dinâmico

Furtado foi provavelmente o autor cepalino mais atento à nova dinâmica de crescimento industrial que teria se iniciado nos anos 1930. Enquanto as teses estruturalistas lançadas em 1949 apresentavam a industrialização como solução para a superação do subdesenvolvimento da América Latina, Furtado centrava sua atenção em entender a dinâmica do processo de industrialização em curso. Ele observa o crescente desequilíbrio externo dado pela disparidade entre a taxa de crescimento da renda e da capacidade de importar; conclui que, para garantir algumas importações essenciais ao desenvolvimento, o Brasil foi obrigado a substituir outras por similares fabricados internamente. Ele destaca a importância estratégica da indústria brasileira de ferro e aço, liderada pelas à época recém-criadas Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Em 1950, Furtado publica artigo no qual classifica a crise de 1929 como marco de uma fase na economia brasileira, a partir da qual a massa de inversões deslocar-se-ia do setor exportador para setores do mercado interno. O choque causado pela crise externa teria dado à economia brasileira a oportunidade de desenvolver seu mercado interno, processo similar ocorrido durante a Segunda Guerra, como foi referido.

3.4 A industrialização periférica como processo problemático do desenvolvimento

A industrialização periférica é, segundo a CEPAL, um processo inédito na história universal. Seu problema central é seu caráter dual, com estruturas econômicas de níveis variáveis de produtividade, fruto de um período de especialização em atividades exportadoras. Trata-se de uma industrialização que se desenvolve num contexto de escassa capacidade de poupança, tanto mais escassa quanto maior a parcela da população subempregada em setores de subsistência, problema que se acirrava pela adoção de tecnologias intensivas em capital que desperdiçavam o recurso abundante (trabalho), não fazendo bom uso do recurso escasso (capital).

Outro aspecto problemático dessa industrialização é que ela nascia atrelada a um moderno padrão de consumo, para atender à demanda de uma elite subitamente desatendida pela quebra da capacidade de importar. Além disso, a industrialização impunha-se sobre uma estrutura produtiva pouco diversificada e com escassa integração vertical e horizontal, que precisava ser radicalmente transformada por meio de maciços investimentos na importação de equipamentos e matérias primas. Os reduzidos níveis de poupança e a insuficiente capacidade

de importar eram obstáculos à industrialização substitutiva. Os desequilíbrios externos e as desproporções setoriais internas acarretavam permanente tendência à inflação.

Com relação à economia brasileira, porém, Furtado era mais otimista, acreditava que o país já atingira um patamar mínimo de produtividade e que por isso a discussão sobre escassez absoluta de poupança deveria ser substituída pela discussão sobre como mobilizar a poupança potencial. Ele defendia a necessidade de se criar incentivos para poupar, mais do que para investir, e propunha a tributação sobre o consumo para compensar os poderosos estímulos ao consumo criados pelas economias avançadas. Furtado argumentava que o Brasil tinha ampla margem potencial de poupança que poderia ser captada por alguma forma de poupança compulsória. Ele criticou repetidamente o consumo supérfluo das classes mais abastadas e propôs o binômio “tributação e investimentos das estatais” (Furtado, 1969, p. 340-1).

Furtado analisou as possibilidades de superação da dependência do comércio exterior – e superação do próprio subdesenvolvimento – pelo crescimento impulsionado pelo mercado interno. Para isso, ele se empenhou em entender as condições da heterogeneidade estrutural e reduzida diversificação do aparelho produtivo das economias subdesenvolvidas, e, principalmente, os problemas correlatos de insuficiência de poupança e de capacidade de importar. Ele se dedicou a explicar como o processo de industrialização em países subdesenvolvidos criava a necessidade de ampliar a capacidade para importar.

Furtado observava que as importações representavam 10% do conjunto da economia, mas participavam com cerca de um terço das inversões líquidas e pelo fato de que, nas economias subdesenvolvidas, o crescimento industrial amplia as necessidades de importação de equipamentos e matérias primas. Ele contestou as interpretações convencionais que atribuem esse desequilíbrio externo à inflação, refutando especialmente a ideia de que a constância do déficit externo é resultado da pressão dos investimentos sobre a poupança. Atacou particularmente as políticas monetárias contracionistas que buscam conter o déficit pela redução dos investimentos.

Ele argumentou que, em estruturas subdesenvolvidas com amplo desemprego, é normal que ocorram déficits externos dissociados da inflação, porque a capacidade para importar não cresce na proporção das exigências do desenvolvimento econômico. É um problema decorrente da dificuldade de se acomodar uma oferta pouco diversificada às exigências de uma complexa estrutura de demanda. Como solução, ele propunha que fosse planejada a substituição de importações.

O problema da inflação Furtado relacionava com a inadequação da estrutura produtiva, que fazia com que, em etapas de crescimento, a procura global se diversificasse de maneira muito mais rápida do que a oferta global, criando pressões para rápidas e permanentes modificações no aparelho produtivo. Essa discrepância tem efeitos diversos, “conforme o desenvolvimento seja ou não acompanhado por uma expansão da capacidade para importar”.

Nessa situação de dificuldade de adaptação da oferta à procura, a inflação resultava

[...] menos do excesso de procura global sobre a oferta, que da existência de faixas de procura sem contrapartida de oferta e de faixas de oferta sem contrapartida de procura. Quando se reduz a procura global com medidas deflacionárias, o excedente de capacidade produtiva aumenta rapidamente. O equilíbrio entre oferta e procura coincidirá, portanto, com ampla margem de subutilização de capacidade produtiva, e só se manterá a um ritmo de crescimento nulo ou muito reduzido (FURTADO, 1958, p.71)

Para eliminar a tendência ao desequilíbrio, Furtado propõe que se promova desenvolvimento programado, identificando, “com a devida antecipação, as linhas gerais de modificação da estrutura da procura” e criando “condições para que a oferta pudesse satisfazer a uma procura que cresce e se transforma rapidamente”. A inflação, portanto, se combate promovendo o desenvolvimento com planejamento. A estabilidade é meta fundamental, mas que deve estar subordinada ao desenvolvimento. “Uma inflação de natureza estrutural, como a brasileira, para ser eliminada sem prejudicar o ritmo do desenvolvimento, requer cuidadosa programação desse último” (FURTADO, 1958, p.71).

A ideia da necessidade de planejamento estatal é reforçada pela avaliação do autor sobre a inexperiência dos empresários nacionais que “relutam em penetrar nos setores novos para eles”, tendendo por isso a manter a coexistência de setores “diversificados e flexíveis” com outros “rudimentares e rígidos” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.147).

O planejamento surge como indispensável para a eficiência da industrialização num país periférico porque suas especificidades levam a problemas como desemprego, déficit externo e inflação características especiais que não são captadas pela análise convencional e que exigem soluções de política econômica, igualmente específicas.

3.5 Subordinação da política monetária ao desenvolvimento

Furtado entendia que o processo de industrialização das economias periféricas pela substituição de importações pegava de surpresa suas estruturas produtivas heterogêneas e pouco diversificadas, gerando pressões de demanda sobre vários setores.

A discrepância entre oferta rígida e uma procura dinâmica provocava uma tendência básica ao desequilíbrio monetário enquanto as exigências de importações resultantes da própria dinâmica de industrialização periférica tornam o balanço de pagamentos continuamente desequilibrado, sobretudo quando as exportações estagnam ou se reduzem.

Sua receita para enfrentar esse problema era praticar uma política desenvolvimentista que tornasse a oferta flexível. Contestava as políticas monetárias por considerá-las inócuas, por obstruírem investimentos estratégicos e por provocarem sobrecapacidade na significativa parcela da economia que não sofra de rigidez de oferta. A solução era a cuidadosa programação do desenvolvimento.

Embora muito disso estivesse presente na análise contida no Plano de Contenção da Inflação que Furtado elaborou em 1962, quando foi convocado para ser ministro do Planejamento do governo João Goulart, as medidas práticas preconizadas pelo plano acabaram tornando-se um instrumento essencialmente recessivo. O plano determinava o corte das despesas públicas, mas só as de consumo, com aumento dos investimentos. Para isso, porém, era necessária uma revisão e atualização do sistema tributário, que permitisse usar a tributação como instrumento de desenvolvimento, coisa para a qual o governo Goulart não teve força política.

Como primeiro ministro do Planejamento do Brasil, Celso Furtado, ao lado de San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, depararam-se com o problema de controle da inflação, cuja causa principal estava no desequilíbrio das contas externas, provocado pela compra de combustíveis e trigo, ambos decisivos no custo de vida, pois afetavam os transportes e o pão, cuja importação era fortemente subsidiada. O dilema estabelecido era que a pressão inflacionária gerada pelo déficit público por conta do subsídio, poderia ser substituída pelo aumento dos preços que a retirada do subsídio provocaria. O programa de combate à inflação da dupla San Tiago Dantas-Celso Furtado era ancorado no Plano Trienal, que foi escrito basicamente por Celso Furtado em fins de 1962, e tinha como um de seus pressupostos o reconhecimento de que a inflação excedia os níveis toleráveis, mas também que era necessário retomar altos níveis de desenvolvimento. Buscava, no período de três anos, “trazer” a taxa de inflação para dez por cento (em 1962, era de 52%), ao mesmo tempo, manter a taxa de crescimento real de sete por cento (SKIDMORE, 1975, p.288).

Para Furtado, o êxito de seu programa estava em reduzir o déficit público, responsável pela pressão inflacionária, mas mantendo constante o financiamento público (em altos níveis), determinante para maior crescimento; e ao contrário das políticas das décadas anteriores de

emissão de moedas, deveria optar por um meio não inflacionário. A saída vislumbrada por Furtado seria a criação de novos impostos que atingissem os setores mais ricos da população, e redução de subsídios que provocavam déficit nas empresas estatais de navegação e de ferrovias. Além disso, era fundamental que o país mantivesse sua capacidade de importar. Tal medida exigia refinanciar a dívida externa, na qual, àquela ocasião, as obrigações se concentravam em compromissos de curto e médio prazos. Apenas para ilustrar, o plano de Furtado para 1962 estimava que o pagamento da dívida e as remessas de lucros equivaleriam a 45 por cento do valor de todas as exportações do Brasil naquele ano.

No entanto, aplicar o Plano Trienal não seria fácil, fato confirmado já no ano seguinte e abandonado quando João Goulart nomeou o “inexpressivo” burocrata Nei Galvão no lugar de Carvalho Pinto²⁵, em dezembro de 1963, o qual, ainda num esforço de garantir a aplicação do Plano Trienal, substituíra San Tiago Dantas. No plano interno, seu êxito dependia, pelo menos nos primeiros anos, de medidas impopulares para reduzir o déficit público e a absoluta incapacidade de o governo atender às reivindicações de aumento salarial do funcionalismo e, em especial da área militar, gerava forte oposição desses segmentos, e o governo perdia uma importante base de apoio, além de gerar tensões sociais internas.

No plano externo, a posição brasileira era absolutamente frágil, seja pela deterioração do balanço de pagamento, vislumbrando no horizonte próximo a incapacidade de o Brasil honrar seus compromissos externos em razão do perfil de sua dívida; somavam-se a isso as dificuldades internas que os credores internacionais entendiam como falta de vontade política de o governo combater a inflação. Por último, havia a pressão dos grupos econômicos internacionais que atuavam no Brasil, em especial as empresas americanas de mineração e concessionárias de serviços públicos de eletricidade, entre as quais a AMFORP, que estavam no centro do debate.

Da mesma forma, atender às pressões dos credores externos desagradava os setores nacionalistas e da esquerda, que de alguma forma orbitavam na base do governo. Embora o Plano Trienal tenha fracassado, algumas lições puderam ser apreendidas, como a necessidade

²⁵ Em depoimento de Hélio Bicudo, que foi chefe de gabinete do ministro Carvalho Pinto, ele destaca a dificuldade do Presidente João Goulart tomar decisões. Chegou uma hora que Carvalho Pinto achou que não dava mais e pediu demissão. “Levei pessoalmente a carta para o Darcy Ribeiro, que não queria receber. Queria ganhar tempo para poder conversar, antes, com Goulart. Disse-lhe que naquele momento o Carvalho Pinto estava dando uma coletiva à imprensa anunciando sua saída do governo. Esse era o estilo de Carvalho Pinto, objetivo” afirma Bicudo.

de uma política coerente que aliasse o crescimento ao combate à inflação; mais ainda, para que esse crescimento se elevasse à condição de desenvolvimento, há de incluir em seu bojo um projeto social amplamente discutido com a sociedade, além de certa habilidade política dos dirigentes, de forma que cada setor social envolvido tivesse em conta que os esforços despendidos no curto prazo, seriam compensados por ganhos futuros, ou em termos de estabilidade – sobretudo na crença de um futuro melhor. No entanto, há grupos que não aceitam abrir mãos de seus privilégios, e o não enfrentamento significa a manutenção de gargalos que podem colocar em risco qualquer plano de desenvolvimento.

3.6 O Estado como planejador e investidor e a questão da energia

Furtado acreditava que o sucesso da industrialização brasileira dependia muito do controle que os agentes nacionais pudessem ter sobre as decisões fundamentais para a economia do país. Por isso defendia uma ampla participação estatal na captação e alocação dos recursos por meio de um planejamento abrangente, vultosos investimentos públicos e controle do capital estrangeiro.

Embora a CEPAL defendesse a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento latino-americano, Furtado, ainda que tardivamente, acabou por advertir que “a entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país”. Afirmou ainda que “para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro – aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação – necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.151).

Furtado destaca que o desenvolvimento industrial baseado no mercado interno possibilitou certa autonomia nas decisões sobre a economia nacional que poderia ter sido cortada caso setores econômicos básicos tivessem se subordinado desde o início aos grupos concorrentes que dominam o mercado internacional. Para Furtado, “acertadas e oportunas decisões dotaram o país de autonomia em setores que, por sua posição estratégica, condicionam o processo de desenvolvimento econômico”, como siderurgia e indústria petrolífera (BIELSCHOWSKY, 2004, p.152).

O autor acreditava no Estado como agente capaz de garantir o desenvolvimento autosustentado, dando ênfase ao seu papel como planejador mais do que como investidor direto. Embora Furtado não tivesse sido o primeiro nem talvez o maior defensor do planejamento

público do desenvolvimento econômico nacional, foi ele quem deu uma vasta e coerente argumentação teórica, justificando este planejamento como pré-requisito para a superação do subdesenvolvimento. Além disso, foi o autor que melhor aplicou as teses cepalinas ao Brasil, no âmbito do grupo misto CEPAL-BNDE, com o objetivo de construir um subsídio ao planejamento econômico. O trabalho contrasta metodologicamente com o Plano de Metas do governo Juscelino, sobretudo, pela relevância que a CEPAL dava à ação estatal, considerada capaz de compensar, em todas as áreas da economia, as insuficiências da sinalização do mercado à alocação de recursos.

O planejamento seccional utilizado no Plano de Metas propõe que o Estado planeje de forma a garantir, por diversos mecanismos, as taxas de investimento necessárias nos setores em que se identificam pontos de estrangulamento. Já no método de Furtado e da CEPAL, o objetivo é o planejamento global da economia, com base em uma meta de crescimento estabelecida pelo levantamento das possibilidades de expansão do sistema. As projeções setoriais são feitas com base nisso. Os desenvolvimentistas nacionalistas consideravam este tipo de planejamento perfeitamente compatível com a hegemonia da iniciativa privada.

A propósito, ao longo dos anos 1950, no setor energético, tornou-se dominante essa visão pragmática de uma participação privada juntamente com a pública. No setor elétrico, isso ficou muito claro, por exemplo, no Plano Nacional de Eletrificação de 1953, em que teve grande importância a participação de nacionalistas do porte de Jesus Soares Pereira²⁶, Heitor

²⁶ Jesus Soares Pereira nasceu em Assaré (CE) em 1910. Dos 15 aos 21 anos, trabalhou como telegrafista na capital cearense, com isso custeou seus estudos. Nesse período aderiu ao positivismo. Em fins de 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro. Por causa de sua ligação com os positivistas, ainda em 1931 tornou-se amigo do diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, Mário Barbosa Carneiro, que no ano seguinte assumiu interinamente as funções de ministro. Soares Pereira foi então nomeado para um modesto cargo na diretoria geral de contabilidade do ministério, iniciando assim sua carreira no serviço público. Em 1933 foi transferido para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável pela pesquisa geológica no âmbito do Ministério da Agricultura. Em novembro seguinte foi designado para trabalhar na Secretaria de Estado da Agricultura. Pouco depois da implantação do Estado Novo, em 1937, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) teve suas atribuições ampliadas e passou à condição de órgão deliberativo, o que se refletiu no crescimento do seu corpo técnico. Um dos nomes então requisitados foi o de Jesus Soares Pereira. Nos anos seguintes, recebeu encargos de natureza diversa, atuando na assessoria de grupos de trabalho e do conselho pleno do CFCE, cujas reuniões eram presididas com frequência pelo chefe do governo Getúlio Vargas. Participou dos projetos relacionados com o aproveitamento do carvão e de todo o trabalho legislativo que resultou na criação, em 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Trabalhou na assessoria da Câmara de Produção, Comércio e Transporte (CPCT) entre fins de 1942 e início de 1943, quando foi designado para servir de elemento de ligação do CFCE junto ao Ministério da Agricultura e à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Soares Pereira trabalhou no CFCE até a derrubada do Estado Novo, em 1945. Nesse ano, diplomou-se em ciências sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1947 foi nomeado diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal (DEEF),

Medeiros de Lima, Rômulo de Almeida²⁷, entre outros. Essa tendência dominante foi qualificada como “pacto de clivagem” no trabalho de Nivalde José de Castro²⁸.

ligada ao Instituto Nacional do Pinho (INP), onde realizou um importante estudo sobre os recursos florestais brasileiros. Em 1949 assumiu interinamente a presidência do INP. No início de 1951, começo do segundo período de governo, constitucional, de Getúlio Vargas, Soares Pereira deixou seus trabalhos na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e no INP para integrar a assessoria econômica da presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida. Seu trabalho assumiu relevância especial na definição da política do governo para o petróleo. Foi a figura mais destacada da assessoria econômica na preparação do Projeto nº 1.516, que autorizava a criação da Petrobrás e vinculava, pela primeira vez, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes ao programa do petróleo. Em meados de 1953 assumiu a chefia da assessoria econômica de Vargas. Nessa função, coordenou a equipe que elaborou, simultaneamente, o I Plano Nacional de Eletrificação e os projetos de lei visando regulamentar o imposto único sobre energia elétrica e criar a Eletrobrás. Depois da morte de Vargas e da posse do vice-presidente João Café Filho, renunciou ao cargo de confiança que ocupava e retornou aos quadros do Ministério da Agricultura, onde permaneceu durante alguns meses. Em seguida, passou à condição de representante do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro. Em junho de 1956, no período inicial do governo de Juscelino Kubitschek, Soares Pereira foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas, chefiado pelo almirante Lúcio Meira, com quem trabalhou na equipe econômica do segundo governo de Vargas. Pouco depois, foi nomeado representante desse ministério no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), permanecendo nesse órgão entre 1956 e 1959. Durante os sete meses do governo Jânio Quadros, em 1961, manteve-se afastado da administração pública, gozando uma licença-prêmio. Em abril de 1962, no governo de João Goulart, foi indicado para o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Com o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente Goulart e levou o general Humberto Castello Branco ao poder, perdeu seu cargo na diretoria da CSN e foi incluído na lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Pouco depois partiu para Santiago do Chile, onde dirigiu até 1968 o Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU). Retornou ao Brasil em 1969. A partir de 1971 organizou a publicação *Brasil em dados*, da Editora Índice, e colaborou com o *Jornal do Brasil* e o semanário carioca *Critica*, escrevendo principalmente sobre o tema do petróleo. Durante mais de 20 anos, escreveu artigos sobre economia nos periódicos *Diário Carioca*, *O Jornal* e *Última Hora*, todos do Rio de Janeiro, utilizando frequentemente os pseudônimos de “Mercúrio” e “J. Penha Arrais”. Casou-se com Orlanda Soares Pereira, com quem teve uma filha. Faleceu em Petrópolis (RJ) em 1974. (Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro Pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001).

²⁷ Rômulo Barreto de Almeida (1914-1988) foi político, economista e professor. Formado Faculdade de Direito da Bahia em 1933, mas logo passou a atuar na área de planejamento e desenvolvimento econômico. Em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1946 atuou como assessor da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte. Entre 1948 e 1949 participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. Atuou como economista da Confederação Nacional da Indústria em 1950 e no início do segundo governo Vargas, em 1951, integrou o Gabinete Civil da Presidência da República. Organizou a Assessoria Econômica da Presidência da República. Integrou o conselho consultivo da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, e em 1953, tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), autoridade monetária antecessora do Banco Central do Brasil. Nesse mesmo ano, assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Após o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se do cargo.

²⁸ CASTRO, Nivalde de. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada para a propriedade pública (1945-1961)*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1975.

O estudo de Furtado fortaleceu a corrente desenvolvimentista nacionalista porque transformou as teses cepalinas num documento concreto de subsídio à prática do planejamento, aplicado à realidade brasileira.

Outra contribuição importante de Furtado foi sua análise do planejamento regional do Nordeste. O documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, concebido e redigido por Celso Furtado, foi o trabalho que levou à criação da SUDENE, embora ele tivesse atribuído providencialmente a autoria ao Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Esse trabalho, com conteúdo técnico, expõe de forma fria o drama nordestino; uma versão reduzida e mais politizada do mesmo documento foi retratada no texto *A operação Nordeste (1959)*. Vale destacar, aliás, o apurado senso de oportunidade de Furtado, que sabia “medir” o ambiente em que operava, recuando no momento certo, escolhendo as palavras mais adequadas para cada situação, atenuando o discurso, sem perder a essência de sua mensagem.

3.7 As questões distributivas

Embora as preocupações sociais já estivessem presentes na obra de Furtado nos anos 1950 e 1960, elas se centravam na defesa de medidas de política econômica dirigidas ao desenvolvimento industrial, visto como a grande solução para os problemas sociais. Além disso, quatro questões distributivas básicas aparecem em sua obra: a) a proposta de redistribuição via tributação das classes ricas; b) a relação entre concentração de renda e crescimento econômico; c) a questão das desigualdades regionais, e, d) o apoio à reforma agrária. Desde os planos relativos ao Nordeste e no próprio Plano Trienal, seus argumentos centrais recaem na ideia de que a reestruturação agrária e a redistribuição de renda são indispensáveis para a reorientação do próprio estilo de desenvolvimento das forças produtivas.

Dotar o Estado de meios financeiros para a tarefa desenvolvimentista era preocupação central de Furtado. Por considerar as classes dominantes brasileiras adeptas do lucro fácil, sem mentalidade empresarial, ele defendia a elevação da tributação para garantir ao Estado, visto como o agente capitalista dinâmico, os recursos para realizar os investimentos estratégicos necessários:

Supõe-se correntemente que, dado o elevado coeficiente de poupança marginal dos grupos de altas rendas, essa concentração é um eficiente mecanismo propulsor de acumulação nas etapas de rápida elevação de renda. E experiência estaria indicando, entretanto, que o comportamento dos grupos de altas rendas pode ser idêntico ao das classes populares, nivelando-se o coeficiente de poupança marginal com o coeficiente médio... A inoperância do referido mecanismo de acumulação espontânea torna indispensável a ação fis-

cal, se se pretende aproveitar as etapas favoráveis para acelerar o processo acumulativo. Dado um baixo coeficiente de poupança dos grupos de rendas elevadas, se não operar firmemente o setor público, como instrumento de acumulação, o ritmo de crescimento terá que ser reduzido. Ademais, se os estímulos ao consumo operam com a mesma efetividade entre todos os grupos sociais, a concentração de renda passa a operar principalmente como um mecanismo concentrador de consumo²⁹.

Ele defendia, assim, a “poupança compulsória”. Sem o aumento da tributação, os investimentos públicos no desenvolvimento acabavam financiados por meio da inflação, realizando-se “não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com sacrifício daqueles que não têm acesso a esses frutos” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.156). Assim, sua reflexão sobre a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico surge, inicialmente, atrelada à discussão sobre tributação. Ele argumenta que no Brasil a tributação, e não a concentração de renda, é que poderia funcionar como mecanismo intensificador da poupança e dos investimentos.

Mais tarde, Furtado recomendou que se instituíssem de forma combinada impostos sobre a importação de bens de luxo e impostos indiretos sobre a produção interna de bens, de modo a desestimular seu consumo. A intenção era reduzir o mercado de bens suntuosos e desestimular os investimentos nele, evitando que o desenvolvimento concentrasse a renda ou “pelo menos que um alto nível de lucros implique elevado nível de distribuição de dividendos. (...) Ao contrário do que geralmente se imagina a concentração de renda não é meio eficaz de aumentar a taxa de poupança” (FURTADO, 1958, p.47).

Seu trabalho na SUDENE e a Operação Nordeste, um programa de reestruturação da economia nordestina que buscava compensar o atraso na renda da região, intensificaria a discussão sobre a reforma agrária. Sua análise sistêmica da economia nordestina identificou diversos mecanismos de drenagem de recursos da região para o Sul, definindo grandes linhas de ação para atacar o problema. Sua crítica enfocava o caráter tradicionalmente assistencialista das medidas de combate à seca e argumentava que a escassez de água da região deveria ser encarada como situação permanente a ser enfrentada.

Embora considerasse a reforma agrária essencial para ampliar a oferta de alimentos no Nordeste, ele não dava a mesma ênfase à necessidade de mudar a estrutura agrária, como barreira estrutural, no resto do país, até porque a oferta de alimentos crescia no Centro-Sul. Foi

²⁹ Grupo Misto CEPAL-BNDE, 1957, p.23, citado por Bielschowsky (2004, p.155).

só depois de 1964 que Furtado elaboraria as análises nas quais a distribuição de renda e de propriedade aparecem como determinantes do crescimento econômico.

3.8 Uma análise decisiva: *Formação Econômica do Brasil*

O livro *Formação Econômica do Brasil* foi publicado pela primeira vez em 1954. A obra fundamentou o desenvolvimentismo estruturalista sistematizando seu quadro analítico e dando-lhe argumentação histórica, pois, pelo estudo da formação econômica do Brasil, legitimava a tese de que a evolução histórica dos países que em meados do século XX continuavam subdesenvolvidos era, necessariamente, distinta daquela dos países desenvolvidos. Mais que um estudo histórico profundo, a obra é um ensaio de interpretação histórico-analítica de orientação estruturalista e keynesiana. A publicação teve uma importante influência sobre a intelectualidade brasileira, marcante até hoje.

Para além do caso brasileiro, a obra criou uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos, mostrando que a abordagem estruturalista tinha um alcance analítico que surpreendeu os próprios economistas cepalinos.

O livro desenvolve conceitos já presentes em obras anteriores: o do “deslocamento do centro dinâmico” e da “concentração de renda nas fases de prosperidade e socialização das perdas nas fases de depressão” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.164). Na alta, a abundância de mão-de-obra permitiria a apropriação de um excedente crescente por reduzida parcela da população; enquanto na baixa, os prejuízos sofridos pelo setor exportador pela queda dos preços internacionais seriam socializados pela desvalorização cambial. Furtado também desenvolve a tese de que predominava na indústria um espírito exageradamente protecionista e que não existia um empresariado nacional dinâmico, motivo pelo qual o Estado deveria assumir papel central no desenvolvimento.

3.8.1 A análise da estrutura subdesenvolvida brasileira (1500-1850)

Em sua obra clássica, Furtado analisa a formação da estrutura subdesenvolvida brasileira debruçando-se sobre a história da ocupação territorial e da economia escravista açucareira e mineira para em seguida analisar a problemática do crescimento com base nessa estrutura.

Em sua primeira linha de argumentação, ele confronta o subdesenvolvimento brasileiro com o desenvolvimento norte-americano buscando os determinantes históricos da formação das distintas estruturas das duas economias. Ele analisa a colonização portuguesa baseada

na cana-de-açúcar e a confronta com a colonização empreendida nas Antilhas e América do Norte, mostrando como o tipo de atividade econômica dominante da América do Norte até o século XVII era compatível com a pequena propriedade, não tendo o compromisso de remunerar grandes capitais, enquanto nas colônias exportadoras os grupos dominantes se ligavam aos grupos financeiros da metrópole. Embora com produtividade menor que as grandes plantações exportadoras, as atividades econômicas predominantes na América do Norte determinavam uma menor concentração de renda e uma parcela muito menor dessa renda revertida para capitais externos. O resultado é que enquanto nas colônias de grandes plantações, os gastos de consumo, satisfeitos com importações, estavam concentrados numa reduzida classe de proprietários, “nos Estados Unidos, estes gastos se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado de objetos de uso comum”³⁰.

Ou seja, as atividades econômicas desenvolvidas durante o período colonial determinaram que os Estados Unidos formassem um mercado interno expressivo já antes da independência, o que não ocorreu no Brasil. Este mercado interno seria a explicação para a fase de industrialização e dinamismo econômico vivida por esse país logo após sua independência, enquanto no caso brasileiro este período correspondeu a uma fase de contração da renda nacional.

Na época da independência, faltaria ao Brasil não só mercado interno, como também a base técnica e empresarial capaz de dar um apoio seguro à industrialização. Em contraposição, os Estados Unidos tiveram inclusive apoio da metrópole para criar alguma base industrial, sendo capaz de produzir localmente, por exemplo, 75% de uma ampla frota de marinha mercante.

Outros fatores facilitaram a industrialização precoce dos EUA e dificultaram-na no Brasil. Enquanto lá, as Guerras Napoleônicas e a Guerra de Independência estimularam a produção local, ao tempo que a própria Revolução Industrial europeia impulsionou as exportações de algodão, no Brasil, as exportações se estancam na primeira metade do século XIX. Isso fez declinar o consumo interno, impedindo a expansão da indústria têxtil, já dificultada

³⁰ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p.31

pela queda nos preços dos produtos ingleses e pelo boicote da Inglaterra à exportação de máquinas.

Nesse contexto, o setor escravista açucareiro reunia algumas das condições necessárias para gerar um desenvolvimento econômico dinâmico: contava com ampla disponibilidade de terras e com a elevada rentabilidade das exportações. O problema é que a renda gerada ficava concentrada nos proprietários de engenho, revertendo para o exterior seja porque parte dela era apropriada por empresários não residentes, seja por causa de os residentes gastarem sua parcela em produtos importados. Segundo Furtado, era quase nula a renda monetária interna criada na economia de trabalho escravo, o que impedia que o crescimento impulsionado pelas exportações se convertesse em desenvolvimento.

Furtado analisa que as economias escravistas reagem às crises de forma diversa que as economias assalariadas: no caso das primeiras, diante de uma redução da demanda externa, não valia a pena reduzir a produção já que os custos consistiam quase unicamente de gastos fixos. Essa queda na produção se dá muito lentamente à medida que o empresário se vê impedido de repor a força de trabalho e os equipamentos importados. Por isso, a economia exportadora preservava sua estrutura mesmo diante de fortes crises. Exemplo disso seria o Nordeste brasileiro.

Ancorada na produção de açúcar e na pecuária que surgiu para atender à demanda do setor açucareiro por carne e animais de tração e transporte, a economia nordestina preservou sua estrutura mesmo diante da crise. Com produtividade muito menor que a produção de cana-de-açúcar, a pecuária continuou crescendo a despeito da lenta retração da atividade açucareira. Cresceu impulsionada pelo crescimento demográfico e beneficiando-se do fato de poder fazê-lo dependendo apenas da incorporação de terras e mão-de-obra livre, sem precisar adquirir escravos e máquinas. Isso significa que o setor de menor produtividade crescia e ampliava seu peso relativo, embora perdesse rentabilidade com a queda da demanda do setor exportador. Assim, a economia se ampliou com elevação da parcela da força de trabalho ocupada em atividades de mera subsistência e com redução da produtividade média do sistema e da renda real per capita de sua população. A economia nordestina cresceu involuindo: “o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia” (FURTADO, 2001, p.64). Daí Furtado extraiu uma conclusão básica para caracterizar o subdesenvolvimento brasileiro.

Já a economia mineira teve um caráter mais integrador da economia no Centro-Sul do país. Desenvolvendo-se em áreas de população escassa e demandando muito mais gado de corte e de transporte que a economia açucareira, a mineração, assim que se implantava, tinha o efeito de elevar os preços dos alimentos e animais de transporte numa ampla área ao seu redor. Assim, a mineração criou um mercado muito maior que a economia açucareira porque, embora tivesse uma renda média menor, era menos concentrada, com uma população livre maior, reunida em grupos urbanos. Apesar disso, o desenvolvimento industrial foi praticamente nulo, o que Furtado atribui não só à rentabilidade superior da mineração – que tendia a atrair os capitais que poderiam ser canalizados à indústria – ou à proibição pela metrópole de atividades manufatureiras. Por isso, o declínio na produção de ouro mergulhou a região na decadência e na produção de subsistência.

Só o surto cafeeiro logra tirar a economia brasileira da tendência à estagnação. No estudo dessa atividade, Furtado repete a lógica de analisar como a população em expansão se distribui entre atividades de subsistência e exportadora, bem como no exame do fluxo de renda gerado com base no setor dinâmico.

A questão está no cerne da análise de Furtado, que chega a sugerir que se o surto cafeeiro tivesse coincidido com a decadência da mineração, a economia brasileira teria conseguido evitar o subdesenvolvimento porque a porção de sua forma de trabalho dedicada à atividades de subsistência teria se reduzido. Ele atribui o atraso do país não ao modesto ritmo de desenvolvimento do período que vai de 1850 a 1950, mas ao retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores. O problema era a coexistência de setores modernos e de subsistência. Ele sugere que, não fosse isso, a elevação da produtividade que veio com o café, teria implicado elevação salarial e formação de mercado interno, daí resultando uma estrutura produtiva mais diversificada e a disseminação de um padrão tecnológico maior em toda a estrutura econômica, como ocorreu nos EUA.

3.8.2 A expansão interna e a transição para a indústria de estrutura subdesenvolvida (1850-1950)

O processo de industrialização é visto como problemático por ocorrer com grande rapidez sobre uma estrutura econômica atrasada. O foco da análise passa a ser o de mostrar que condições determinaram a modalidade de expansão da renda que viabilizaria a industrialização e quais foram os desequilíbrios estruturais gerados no processo. O ponto de partida é a caracterização da importância do advento do trabalho assalariado.

Dada a abundância de mão-de-obra e de terras subutilizadas, o fluxo de renda criado pelo setor exportador passava a propagar-se para o resto da economia, provocando a produção e comercialização local de bens de consumo e a melhor utilização dos fatores de produção disponíveis. A massa de salários paga pelo setor exportador torna-se o núcleo de uma economia de mercado interno. O aumento da produtividade não se dá mais apenas pela transferência de mão-de-obra do setor de subsistência para o exportador, mas também pela sua absorção nas novas atividades voltadas ao mercado interno. Crescia a proporção de pessoas ocupadas nos setores que pagavam salário em proporção às ocupadas na economia de subsistência, o que elevava a renda média, embora os salários não aumentassem em função da abundância de mão-de-obra. Isso permitia aos empresários se apropriar da totalidade dos benefícios advindos da elevação dos preços dos produtos de exportação, acelerando a acumulação de capital e, consequentemente, a absorção de mão-de-obra. Caso os salários tivessem absorvido parte da elevação da rentabilidade auferida na alta cíclica, haveria maior resistência contra a queda de preços e a deterioração dos termos de intercâmbio na fase baixa porque os salários oferecem maior resistência à compressão que os lucros. O que ocorria, entretanto, é que, nas fases de baixa, os empresários transferiam sua perda de renda para os demais setores por meio da depreciação cambial, socializando os prejuízos. Este seria o mecanismo de ajuste à contração cíclica típico das economias dependentes.

Nas economias maduras, a baixa contrai os investimentos, reduzindo a renda e as importações. Nas economias dependentes, haveria defasagem entre a contração das exportações e a das importações, ocasionando agudo desequilíbrio da balança de pagamentos, que impulsionava a desvalorização cambial. Essa socialização das perdas, além de manter a concentração de renda, teria dado à economia como um todo maior resistência à crise. Outro mecanismo de defesa da economia cafeeira eram os esquemas de valorização do café para suavizar os efeitos da superprodução. Assim, ao eclodir a crise de 1929, o setor cafeeiro encontrava-se debilitado por uma crise de superprodução sem precedentes. Mas a desvalorização cambial somada à compra e destruição de parte da produção permitiu conservar o nível de emprego. Furtado considera que a política de destruição dos excedentes acabou sendo uma política anti-cíclica de maior amplitude que qualquer outra sequer preconizada em qualquer país industrializado, um verdadeiro programa de fomento nacional.

A situação impulsionou a industrialização porque, simultaneamente à manutenção do nível de renda e de demanda interna, houve queda no valor das exportações, o que causou a

desvalorização cambial que aumentou os preços das importações motivando sua redução. Isso teria resultado numa forte expansão da oferta interna substitutiva das importações. É o momento do “deslocamento do centro dinâmico” da agricultura de exportação para as atividades de mercado interno.

A produção interna crescia impulsionada não só pela maior rentabilidade como por atrair os capitais formados no setor exportador. Crescia com base no aproveitamento mais intensivo da capacidade previamente instalada, ampliada pela facilidade de importar, a preços reduzidos, equipamentos que haviam se tornado supérfluos nos países centrais em crise.

A expansão industrial dos anos 1930 logrou, inclusive, que o país produzisse internamente alguns bens de capital de que necessitava. A industrialização se acelera depois da Segunda Guerra Mundial, estimulada pela combinação de câmbio fixo com controle seletivo de importações, iniciada em 1947 para combater a evasão de divisas. A indústria nacional de bens de consumo ficava assim protegida da concorrência externa, ao mesmo tempo em que a inflação interna (que barateava as importações), associada à melhoria dos termos de intercâmbio, possibilitava forte ampliação da importação de bens de capital e matérias-primas industriais. “Dessa forma, a elevação da produtividade associada à melhoria dos termos de troca, ao invés de traduzir-se numa renda maior para os exportadores, estaria sendo capitalizada no setor industrial” (BIELSCHOWSKY, 2004, p.178).

Essa industrialização dos anos 1930 teria tendência estrutural ao desequilíbrio externo e à inflação. O estímulo inicial à industrialização (a dificuldade para importar) transformar-se-ia em seu obstáculo básico já que a expansão industrial com base em uma estrutura produtiva pouco diversificada exige importação de bens de capital. É assim que Furtado explica o recorrente desequilíbrio externo e a inflação contínua que ocorreu no período de aceleração da industrialização, a partir de fins da década de 1940. Conclui-se que o auge do debate da primeira fase do desenvolvimentismo no Brasil, ocorrido nos anos 1950, foi marcado pelo embate entre as duas correntes ideologicamente distintas, a que nos referimos, embora operando no mesmo marco capitalista.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS DA FORMAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

A cruz cravada na terra do pau-brasil aniquilou os tupis e em nome dessa mesma cruz pedia-se liberdade para os índios e clemência para os negros. Os mesmos cultos rezados pelos bandeirantes nas missões jesuíticas, ungia-os, para massacrá-las impiedosamente.

Alfredo Bosi

A criação do estado de Mato Grosso do Sul, consolidada em 1977, foi uma realização das classes dominantes compostas, sobretudo, de proprietários rurais e profissionais liberais a eles associados. Muitas foram as razões de tal empresa, conforme foi analisado em capítulos anteriores, desde o processo histórico de ocupação da região, as características geográficas e de acesso, interesses econômicos, políticos e diferenças culturais. O fato é que houve, historicamente, um “distanciamento” entre Cuiabá, capital da então província de Mato Grosso, com o sul, cuja referência econômica era a cidade de Corumbá; e que tinha como centro político-administrativo e militar a cidade de Nioaque e depois, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a hegemonia de Campo Grande, tanto na economia quanto na política. De Nioaque e Campo Grande o acesso a Cuiabá era difícil.

Isso se deu em primeiro lugar por fatores geográficos. Durante décadas o principal meio de ligação com o sul do país foi pela navegação. Assim, na primeira fase, ainda quando da descoberta do ouro em Mato Grosso, por Pascoal Moreira Cabral (1719), as vias de ligação eram os “caminhos das monções” percorridos pelos bandeirantes paulistas. Eram várias rotas, como a de Vacaria, do rio Verde, do rio Pardo por meio do varadouro de Camapuã e do córrego Varadouro (Terenos), pelas quais procuravam transpor a bacia hidrográfica do Paraná com destino à província de Mato Grosso. No livro *Caminhos e Conquistas: a formação do espaço brasileiro* é mostrada uma das rotas mais importantes utilizadas pelos bandeirantes, descoberta em 1719 pelos irmãos Leme, que ao subirem o rio Pardo não entraram à esquerda, no rio Anhandui, o caminho então utilizado e que fazia a transposição da bacia do Paraná pelo córrego Varadouro. Assim, permaneceram navegando no rio Pardo até sua nascente. Por essa rota a transposição para a bacia do Paraguai se dava pelo varadouro de Camapuã. Ali, os irmãos Leme fundaram uma fazenda, em “local apropriado”, no dizer de Virgílio Corrêa Filho, para apoio à passagem das monções. Este foi o primeiro núcleo de ocupação de Mato Grosso

do Sul, e se consolidou como ponto de descanso e passagem para as expedições e viajantes que se dirigiam da província de São Paulo a Cuiabá e vice-versa. Em 1826, quando Hércules Florence passou por lá, a fazenda já estava em decadência.

O ponto de partida era a cidade de Porto Feliz, em São Paulo. De Porto Feliz, os viajantes percorriam toda a extensão do rio Tietê, chegando às águas do rio Paraná. Nas barreiras naturais, como cachoeiras e fortes corredeiras, os barcos eram retirados do rio e transportados nos ombros dos carregadores até transpor os obstáculos, para serem novamente lançados nas águas. No rio Paraná as expedições navegavam por um pequeno trecho, sem antes transpor o temível salto de Jupiá (local que nos anos de 1960 foi construída a UHE de Jupiá com capacidade de 1370 MW), até a confluência do rio Pardo que era percorrido em toda sua extensão, e na fazenda Camapuã dava-se início ao transbordo no varadouro da lagoa Sangueussuga. Carregavam-se as cargas até a fazenda onde se fazia guarda até que os mantimentos encomendados fossem providenciados (em geral, farinhas de milho e mandioca). Para transpor a bacia, os barcos eram puxados por juntas de bois por caminhos rudimentares e a viagem se reiniciava pelo rio Camapuã, afluente do rio Coxim, neste percorriam toda a sua extensão. Já na foz do Coxim era necessário transpor a cachoeira Beliago, descrita por Hércules Florence, que é o último obstáculo até chegar à Cuiabá.

“Se espalha pela extensão de um quarto de léguas e que só dominam rochas fora e à flor da água, forte correntezas e onda agitadas pelas quais se metem as canoas, porém vazias”³¹. No entroncamento com o rio Taquari (hoje, cidade de Coxim), rumavam em direção ao Pantanal até o rio Paraguai, passando por Corumbá, e seguiam até o rio Cuiabá. Tal percurso poderia durar até cinco meses.

No relato de Antônio Rolim de Moura Tavares, o primeiro governador da capitania de Mato Grosso, em 1748, é possível ter uma ideia das dificuldades da viagem. Sobre as dificuldades de navegação pelo rio Pardo, disse Rolim de Moura:

Sobem-se as varas com muito custo pela grande violência da corrente. Passei nele cinqüenta e quatro cachoeiras, nove vezes se descarregaram as canoas de todo e quatro se passaram com meias cargas, varando-se umas vezes por terra; e outras por cima de pedras do mesmo rio³².

³¹ Cf. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. Museu de Arte de São Paulo, 1977, p.46.

³² Cf. Acyr Vaz Guimarães. *500 Léguas em Canoa: de Araraítaguatuba às Minas do Cuiabá*. Campo Grande: UCDB, 2000, citado por Hildebrando Campestrini.

Nessa época, o sul de Mato Grosso era caminho de passagem, o destino eram as minas de Mato Grosso. A viagem poderia se iniciar nas canoas ancoradas perto do sopé do Pátio do Colégio, no centro da cidade de São Paulo, no rio Tamanduateí atingindo o Tietê. Nesse rio, na então Vila de Araritaguaba (Porto Feliz), partia a rota das Monções até Cuiabá. Apesar de todas as dificuldades da viagem, Hércules Florence³³ afirmava: “É espantoso pensar que se percorrem quinhentos e oito léguas de Porto Feliz a Cuiabá, quase que incessantemente em leitos de rios, ao todo dez, itinerário esse em que unicamente duas léguas se fazem por chão firme.”

Depois de décadas de disputas territoriais com os espanhóis, em 1857 foi estabelecida a navegação pelo rio Paraguai, que em pouco tempo tornou-se o principal meio de ligação entre Mato Grosso e os principais centros do país na época, além de favorecer o povoamento da região, com incremento das trocas de mercadorias e estabelecimento de ocupações ao longo desse rio e de seus afluentes. Estas trocas sofreram pequena interrupção durante a Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai segundo a historiografia oficial), entre 1864 e 1870, e atingiram seu auge no final do século XIX e primeiras décadas de XX. Cidades como Ladário e Corumbá (antiga vila de Albuquerque, 1778), Nioaque (1849), Porto Murtinho (1850), Aquidauana (1892), em Mato Grosso do Sul, e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), São Luiz de Cáceres (antiga Vila Maria, 1778), Poconé (antigo arraial São Pedro Del Rey, 1781), em Mato Grosso, surgiram em decorrência das rotas fluviais.

³³ Idem.

ROTA DOS MONÇOEIROS

1 – De São Paulo pelo Tietê. 2 – Rota da Vacaria. 3 – Rota do rio Verde. 4 – Rota do Camapuã. 5 – Expedição para o Iguatemi. 6 – Córrego Varadouro (município de Terenos). 7 – Varadouro de Camapuã (por terra).

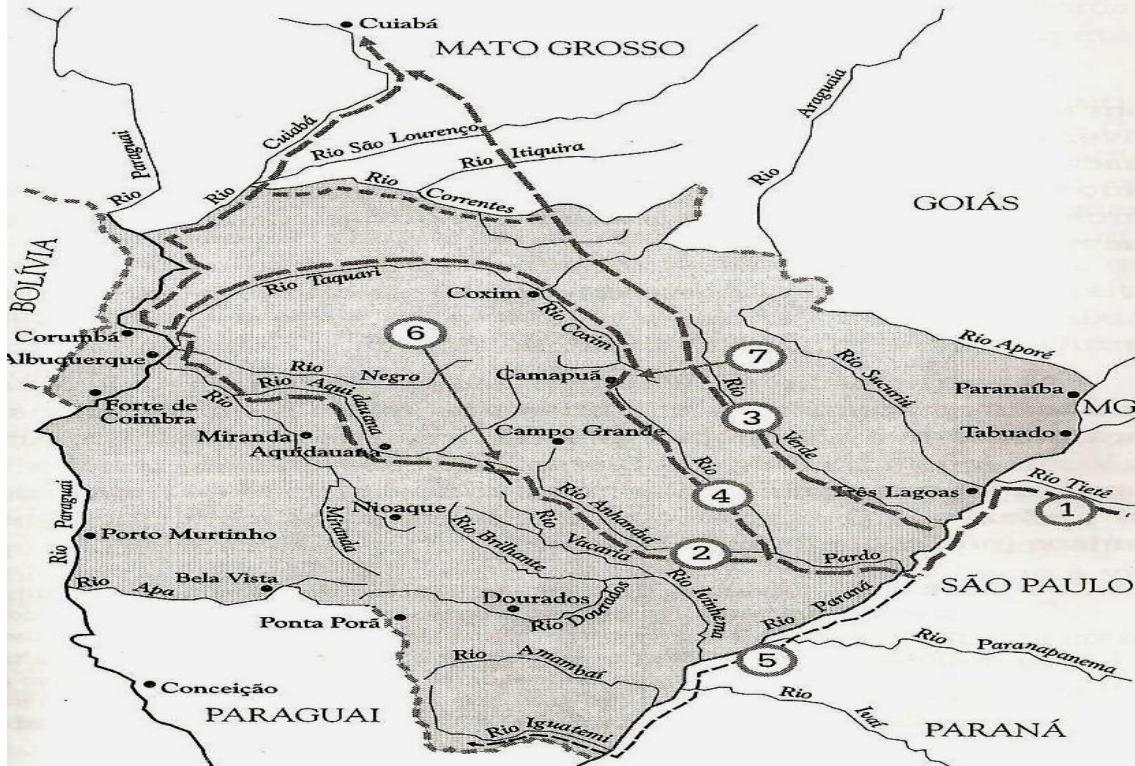


Figura 4.1 – Rota dos monçoeiros

Fonte: Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

No começo do século passado, Corumbá era um dos mais importantes portos fluviais da América Latina. Praticamente toda a importação de Mato Grosso era feita pelos portos de Corumbá e mais tarde Murtinho (em menor escala), e desses entrepostos eram escoadas por meio de embarcações menores para Cuiabá e demais cidades às margens dos tributários do rio Paraguai. Eram navios de grande calado da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, que faziam a ligação Paraguai, Uruguai, Argentina, Bolívia e Brasil. Apenas em 1953³⁴, o porto de Corumbá passou a sofrer a concorrência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil dentro do perímetro urbano, por conta da construção da Estrada de Ferro Corumbá – Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), inaugurada dois anos depois. A melhor maneira para se chegar a Corumbá,

³⁴ O trecho Bauru – Porto Esperança, situado na margem esquerda do rio Paraguai, a 80 km do perímetro urbano de Corumbá, operava desde 1914. Somente em 1953 o trem pôde chegar à cidade de Corumbá, depois da conclusão da ponte ferroviária sobre o rio Paraguai, durante os governos Dutra e Vargas.

no início do Século XX, eram os vapores que faziam a linha regular Rio de Janeiro – Montevidéu – Buenos Aires – Corumbá.

Durante esse período, a cidade era um importante centro comercial e financeiro do interior do Brasil e caminho necessário para alcançar a capital Cuiabá. Também foi a primeira no estado de Mato Grosso a receber iluminação pública. Mantinha estreita ligação com a capital da República e se reportava diretamente a ela.

Já o sul de Mato Grosso sentia-se isolado do centro dinâmico da economia do Brasil, a Região Sudeste, e ao mesmo tempo distante da capital do estado, Cuiabá, que por sua vez se comunicava diretamente com o Rio de Janeiro, a capital da República. Toda comunicação e intercâmbio comercial ocorriam por meio de Corumbá, pelos rios Cuiabá, Paraguai, Prata e pela costa do Atlântico no sul do Brasil. Para os cuiabanos e corumbaenses era mais fácil ir ao Rio de Janeiro que a Campo Grande e São Paulo.



Foto 4.1 – Porto de Corumbá no início do século XX

Fonte: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá; Hamburgo: s.ed., 1914.

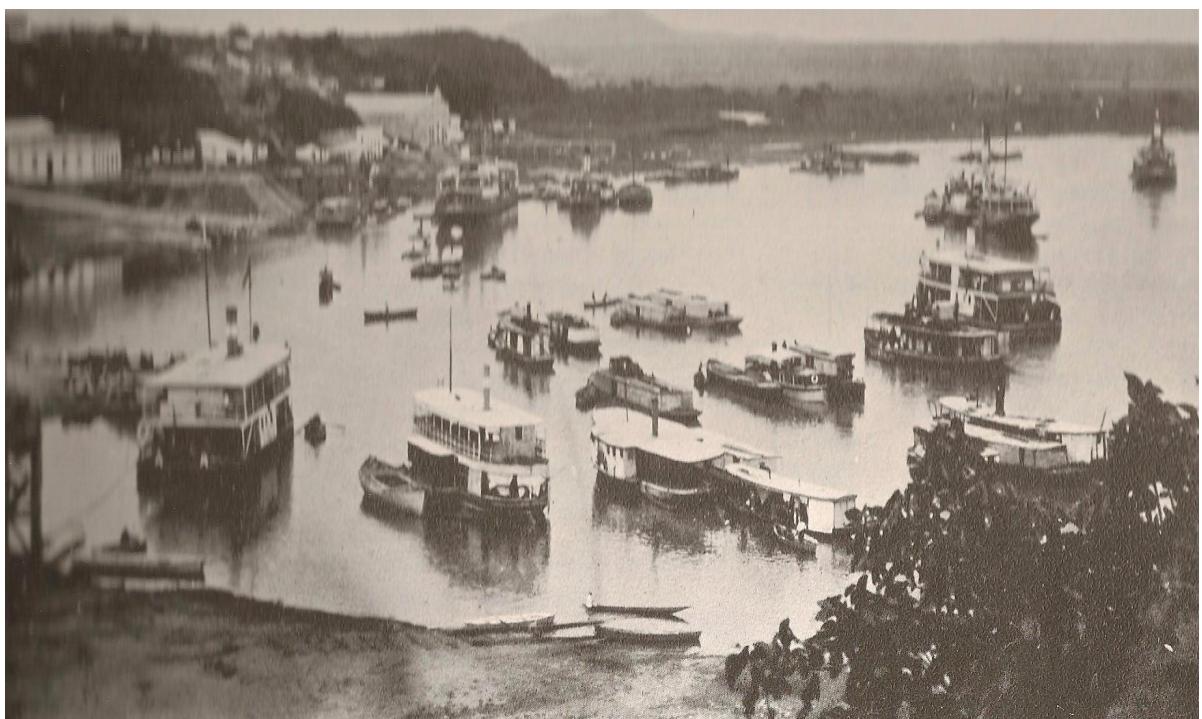


Foto 4.2 – Porto de Corumbá no início do século XX

Fonte: AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá; Hamburgo: s.ed., 1914.

Assim, o sul de Mato Grosso padecia do isolamento. Desde o final do século XIX o meio de transporte da região eram as “comitivas” (boiadas) mineiras e goianas, que aos poucos foram se fixando nas grandes áreas propícias para pastagens e criação de gado, expulsando os grupos indígenas que ocupavam o território. A região principal eram os vastos Campos de Vacaria, que iam das proximidades de Campo Grande até as fronteiras de São Paulo, Paraná e Paraguai. A ocupação dessa região e da planície pantaneira deu uma das conformações sócio-econômicas da porção meridional de Mato Grosso: grandes latifúndios e atividade pastoril.

Pode-se tomar o começo na década de 1830 como início do povoamento das terras que constituem hoje Mato Grosso do Sul e, portanto, o marco do início da formação dos grupos dominantes. O que havia antes eram ocupações precárias ou provisórias, nada mais do que pontos de apoio das Monções e demais caminhos que levavam à capital da província de Mato Grosso, além de áreas militares e ocupações para garantir as fronteiras.

4.1 A lógica de ocupação do território

Foram quatro os principais “fluxos” populacionais relevantes econômica e politicamente na formação de Mato Grosso do Sul: a migração proveniente de Cuiabá, a vinda dos

mineiros e paulistas, os imigrantes gaúchos e paranaenses e os deslocamentos decorrentes das passagens e transferências de militares. Também, na fase áurea de Corumbá, das primeiras décadas do século passado, e de Campo Grande, após a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, Mato Grosso do Sul recebeu imigrantes dos vários estados da federação e do exterior (sírios, libaneses, italianos, japoneses, palestinos etc), que deram importante contribuição, sobretudo, econômica e cultural. Da mesma forma, os diversos grupos indígenas tiveram papel relevante na consolidação do território, porém sua participação no processo social foi pela exclusão, não obstante ser a segunda população indígena do país.

O primeiro fluxo, que não pode ser caracterizado como migratório, pelo fato de ter sido episódico, era formado por famílias com certa relevância na província e que estavam fugindo de Cuiabá em razão do desdobramento do conflito ocorrido em 1834 contra os portugueses (*Rusga*³⁵). Eles se estabeleceram no Pantanal e formaram grandes latifúndios de pecuária. Os *Metelo* vieram povoar o Pantanal do Alegre, que se estendia das margens do São Lourenço até o Piquiri; Os *Gomes da Silva*, representados pelo Barão de Vila Maria, ocuparam os Pantanais do Taquari, do Paraguai, Nabileque, Jacadigo e outros; Os *Rondon*, no Pantanal do Rio Negro; os *Alves Corrêa*, no vale do Aquidauana e Miranda; os *Alves Ribeiro*, na região dos Taboco³⁶, cuja área de posse era de 344.033 hectares. Desse grupo surgiram famílias tradicionais da política mato-grossense. Embora permanecessem na atividade pecuária extensiva e detentores da posse de grandes extensões de terra, seus descendentes expandiram suas atividades econômicas, seja no comércio e na atividade bancária, sobretudo, a partir da cidade de Corumbá. Exerceram grande influência política tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul, pelo menos até o final dos anos de 1980.

Uma segunda corrente migratória foi comandada pelo mineiro Joaquim Francisco Lopes, que partiu de Franca, São Paulo, com destino a Santana do Paranaíba e lá se estabeleceu.

³⁵ Movimento travado entre o grupo liberal da “Sociedade dos Zelosos da Independência” e os conservadores da “Sociedade Filantrópica”, que disputavam o poder político da província de Mato Grosso. No ano de 1834, as disputas culminaram em um violento confronto, que ganhou o nome de *Rusga*. Centenas de portugueses da sociedade filantrópica foram mortos. Sem sucesso, os líderes liberais do movimento foram presos e mandados para o Rio de Janeiro.

³⁶ A fazenda Taboco foi fundada pelo major João Alves Ribeiro (falecido em 1863) e Generoso Alves Ribeiro, na década de 1830. Generoso vendeu sua parte, em 1864, para Luiz da Costa Ribeiro e este a Joaquim Alves Corrêa. Etelvina, uma de suas filhas, casou-se com José Alves Ribeiro, o coronel Jejé que foi um dos fundadores de Aquidauana. Seu filho, José Alves Ribeiro Filho, o coronel Zelito, casou-se com a filha de Pedro Celestino Corrêa da Costa, falecido em 1970, cuja filha Lourdes é casada com José Fragelli, que foi governador de Mato Grosso e presidente do Senado Federal.

Posteriormente vieram seus irmãos e as famílias *Barbosa*, *Souza* e *Garcia*. Essa região havia sido “desbravada” em 1828 e era conhecida como Sertão dos Garcias, e durante muito tempo, Santana do Paranaíba. Por causa de sua ligação com Uberaba (MG), era o local em que se reunia o gado da região para comercializar com o Rio de Janeiro e São Paulo a partir da cida-de mineira. Por volta de 1836, algumas famílias de Santana do Paranaíba, lideradas por Antônio Gonçalves Barbosa, seguiram rumo ao sul e estabeleceram suas posses na região dos Campos de Vacaria. Na época já se falava de seus vastos campos de pastagem natural, águas em abundância de muito “gado selvagem que vivia em manadas”, possivelmente deixados pelas missões dos jesuítas espanhóis, destruídas pelos bandeirantes.

Em seguida a família *Silva Pereira* deixou suas fazendas no Sertão dos Garcias também em direção à Vacaria, e os *Costa Lima*, na região do rio Pardo, além de Antônio José de Souza, que se estabeleceu nos altos do rio Brilhante – num local percorrido pelos Bandeirantes seiscentistas, que ali estabeleceram um ponto fortificado para proteger o varadouro da serra para os baixios (CAMPESTRINI, 2002, p.64). Também da região de Itapeva, São Paulo, por meio do rio Paranapanema, vieram os *Pereira da Rosa* em canoas até os campos de Vacaria. Tantas outras famílias se juntaram a estes grupos, e de acordo com falar do historiador Virgilio Corrêa Filho, todos eles “afazendaram-se”. Depois de longo período de enfrentamentos, os índios que ocupavam a região foram expulsos, consolidando-se uma estrutura agrária caracterizada por grandes latifúndios voltados para a criação de gado bovino.

Esses grupos familiares de pioneiros se constituíram como parte de uma classe social com contornos bem definidos e que, além do poder econômico crescente, almejaram o poder político. E, por meio de uma intrincada rede de relações familiares, deram origem às oligarquias que passaram comandar a política em Mato Grosso do Sul, como as famílias *Barbosa Martins* e *Coelho*.

Para ilustrar esse emaranhado de laços familiares decorrentes desses pioneiros, vale apenas mencionar algumas passagens do trabalho de Marisa Bittar, que entrevistou alguns membros dessas famílias que tiveram expressiva militância política, e que mostra que além dos casamentos consanguíneos, havia a prática das pessoas da mesma família não carregarem o mesmo sobrenome. Na família de Lúdio Martins Coelho, herdeiro político do “Clã dos Coelhos”, ex-senador da República, uma parte dos irmãos assina *Martins*, e o pai, que era *Souza*, deixou de assinar este nome, ficando apenas *Coelho*. Em entrevista concedida em 15 de fevereiro de 1996 a Marisa Bittar, o senador afirma:

Esse pessoal todo veio de Minas. Garcia, Medeiros, Pereira, Sousa. É tudo junto porque foram casando entre eles, sabe? Uns assinavam um nome, outros..., o papai, por exemplo, é Coelho, mas a família dele ficou quase todo Sousa. Então é Sousa e Coelho. A nossa marca de boi, que é a marca mais conhecida do mundo (*sic*), é LS: Laucídio Sousa Coelho. Mas ele largou o Sousa. Diz ele que naquela época os Sousa ficaram ricos e como ele era pobre, resolveu largar o Sousa e ficar com Coelho. Por exemplo, meus irmãos; eu sou Lúdio Martins Coelho, mas eu tenho uns quantos [irmãos] que são só Coelho³⁷

Houve também uma terceira corrente migratória que contribuiu para definir o perfil econômico do sul de Mato Grosso, composta por gaúchos, iniciada por volta de 1840 e intensificado no período republicano. Ganhou novo impulso no governo de Vargas³⁸, quando se fixaram na região de Ponta Porã e Dourados. Diferente da migração mineira/paulista, os gaúchos não se faziam acompanhados de rebanhos e foram os responsáveis pela consolidação e modernização da agricultura no sul de Mato Grosso.

Esses grupos deram a conformação econômica da região. O desenvolvimento contínuo das atividades agropastoris ao longo do século XX já demonstrava que o sul havia suplantado o norte economicamente. No início da década de 1970, havia 15 milhões de cabeças de gado no sul de Mato Grosso, ao passo que no centro-norte do estado esse número não chegava a cinco milhões. Enquanto a mineração do ouro e o extrativismo formaram Cuiabá, um século depois, a bovinocultura extensiva configurava o sul de Mato Grosso.

³⁷ Marisa Bittar, *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado Construído*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1997, p.24.

³⁸ Tecnicamente não há nenhuma relação entre estes dois períodos, único fato comum é a origem desses grupos, o sul do país. Em Dourados foi implantado um projeto de colonização – a Colônia Agrícola de Dourados –, no período Vargas, e que foi importante para consolidar a agricultura em Mato Grosso do Sul.

PRIMEIROS NÚCLEOS (no sul do Estado)

1 – Fazenda Camapuã (1719). 2 – Forte de Coimbra (1775). 3 – Albuquerque (1778). 4 – Presídio de Miranda (1797). 5 – Piquiri (pós-1800). 6 – Sertão dos Garcias (1829). 7 – Vacaria (1839). 8 – Taboco (1840). 9 – Forquilha do Nioaque (1840). 10 – Vale do Taquaruçu (1840). 11 – Água Fria (1844). 12 – Vale do Apa (1844). 13 – Bracinho (1848). 14 – Desbarrancado e outros (1848).

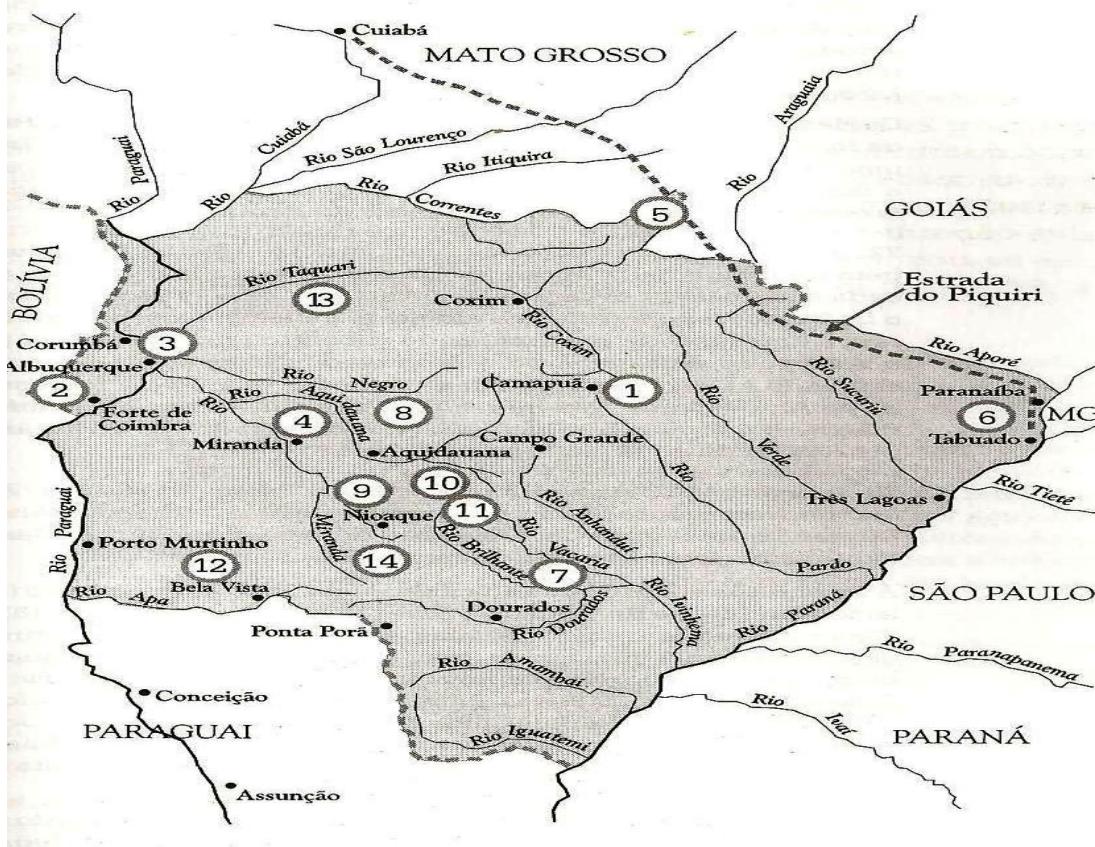


Figura 4.2 – Povoamento no sul de Mato Grosso (Século XVIII)

Fonte: Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002.

A presença militar também contribuiu para o contorno político do sul de Mato Grosso. Um dos mais destacados governantes da província de Mato Grosso, o general Luis de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres tinha como preocupação central de seu governo conter o avanço dos espanhóis e, assegurar o domínio das terras ao longo do rio Paraguai, e construiu fortificações em lugares estratégicos e que marcaram a permanente presença militar nas terras do sul: Cáceres, Forte Coimbra, Albuquerque (Corumbá), Colônia Militar de Miranda, Colônia Militar de Dourados, Fecho dos Morros e Nioaque são exemplos de povoamentos em que a presença militar foi sua razão de ser nas primeiras décadas.

Com o advento da Guerra da Tríplice Aliança (ou Guerra do Paraguai, segundo a historiografia oficial), o contingente militar naturalmente cresceu muito pela posição estratégica da fronteira. Terminado o conflito, havia um número apreciável de soldados e oficiais recrutados nas mais distintas províncias do Brasil que, uma vez desmobilizados, permaneceram e

fixaram residência na região. Mas também muitos dos combatentes paraguaios (Guarani) ali permaneceram, sobretudo, na região fronteiriça, que eram terras paraguaias. A influência desses grupos contribuiu de forma indelével para a formação do tipo brasileiro da região, de acordo com Nelson Werneck Sodré. Alguns oficiais tornaram-se fazendeiros e mantinham milícias armadas que deram forte conteúdo belicista à política mato-grossense.

Outro elemento que merece registro na formação da região foi a atuação da Companhia Matte Larangeira³⁹, que entre os anos 1880 a 1940 explorou extensas áreas de erva-mate (*Ilex paraguarensis*) – uma planta nativa da região, há muito conhecida e utilizada pelos índios Guarani e incorporada à cultura hispanoamericana (Paraguai, Argentina e Uruguai) e no sul do Brasil e, portanto, uma grande demanda da variedade –, arregimentando trabalhadores do Rio Grande do Sul que tinham experiência na extração e pré-processamento da erva-mate. Posteriormente a empresa passou a se utilizar da mão-de-obra Guarani oriunda do Paraguai, não distante do regime servil. A empresa chegou a ter mais de dois milhões de hectares⁴⁰, entre terras próprias e, na sua maioria, em regime de concessão das mãos do governo imperial (a primeira em 1882) e renovada a cada período, adentrando na República, como pode ser visto na cláusula I do decreto imperial.

Clausula I – É concedido a Thomaz Larangeira permissão por 10 anos para colher matte nos hervaes existentes nos limites da Província de Matto-Grosso com a República do Paraguai, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemy, ou entre os rios Amambahy e Verde, e pela linha que destes pontos for levadas para o interior, na extensão de 40 quilometros. (BRASIL, 1882)

Sua política, denominada de “espaços vazios”, tinha por objetivo evitar a ocupação das áreas de seus domínios por posseiros, grupos indígenas, entre outros, e era aplicada com rigor e severidade, e não raro gerava polêmica. Tal política não só controlava a produção ivateira, mas impedia que surgissem concorrentes, assegurando-lhe o monopólio que seria vital para seu negócio. Também servia para sustentar as formas de trabalho mantidas na escravidão por dívidas. Durante logo período a Companhia Matte Larangeira é uma das poucas alternativas

39 A história da Matte Larangeira começou com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Dois anos depois do conflito, constituiu-se uma comissão para definir os limites entre os dois países, da qual fazia parte Thomaz Larangeira. Durante os trabalhos, percorreu a região da fronteira comum entre Paraná, Mato Grosso e Paraguai e descobriu extensas plantações nativas de erva-mate. Findado o trabalho, recebeu a concessão do governo imperial para explorar os ervais localizados na região de Ponta Porã situados em terras devolutas.

40 Embora artigo da edição número 1148 de 1912 do jornal “O Mato Grosso” afirmasse que a extensão do território explorado pela companhia, em “números redondos”, era da ordem de três milhões e quinhentos mil hectares de campos (BIANCHINI, 2000, p.86).

de trabalho na região, a não ser a extração e processamento da erva por pequenos produtores e vendidas no Paraguai, sem antes burlar a vigilância da companhia. Esses trabalhadores no idioma guarani eram conhecidos por “*changa-y*”. Embora questionada por seus métodos, a influência da companhia nos meandros da política local e nacional era muito grande, a qual tinha como sócios os irmãos Murtinho⁴¹.

A historiografia sempre afirmou a importância da companhia na ocupação do território, inclusive como um componente progressista e modernizador, à medida que implantou melhorias na região, como abertura de estradas, uma ferrovia de 22 km para escoar seus produtos até a vila de Porto Murtinho, desenvolveu a navegação, inclusive com a construção de barcos e “*chatas*”, deu início a povoações, escolas etc. Mas o fez, para atender às suas necessidades. Por isso, a historiografia recente começa a desenvolver uma visão crítica sobre a trajetória e importância da Companhia.

Mas foi a implantação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligou Campo Grande a São Paulo por meio de Bauru, que mudou o panorama do sul do estado rapidamente, conferindo-lhe um dinamismo econômico jamais visto. O projeto inicial da estrada, de 1903, seria a ligação entre São Paulo e Cuiabá, porém questões geopolíticas concorreram para que houvesse o deslocamento do eixo, a partir de Campo Grande, para Corumbá. Ali ela se ligou à ferrovia oriental boliviana, com destino a Santa Cruz de la Sierra, no país andino, rumo à cidade portuária chilena de Arica, para consolidar o tronco ferroviário Santos – Arica, conhecido como Ferrovia Transcontinental.

A estrada de ferro veio incluir definitivamente o sul de Mato Grosso à estrutura nacional, mas, mais que isso, estreitou ainda mais os laços econômicos e culturais com o estado de São Paulo e, ao mesmo tempo, proporcionou uma “relativa independência” ao sul e impulsionou o crescimento de Campo Grande. As palavras de Werneck Sodré ilustram bem a importância da ferrovia:

A Noroeste do Brasil vinha resolver um problema geográfico de primeira ordem: constituiria o vínculo, ainda bem tênue, é verdade, que reuniria os territórios mato-grossenses ao corpo do Brasil, do qual estavam divorciados, obrigados a depender da via fluvial do rio Paraguai, viável, para nós, desde a guerra contra a república do mesmo nome, mas que nos colocava na situação de aceitar a preponderância estranha das forças orientadas para a

⁴¹ Joaquim Duarte Murtinho (1848-1911) foi senador da República por três mandatos (1890 a 1896, 1903 a 1906, e 1907 a 1911), ministro da Viação, Indústria e Comércio, ministro da Fazenda, professor catedrático da Escola Politécnica e vice-presidente do Senado.

bacia platina, em lugar de corresponder ao apelo das forças nacionalizadoras que atraem para a zona amazônica ou para os portos do Atlântico no litoral paulista.⁴²

Campo Grande, localizada estrategicamente no centro da região, se tornou polo irradiador e aglutinador das forças econômicas e políticas que a cada dia se tornavam mais poderosas. A ferrovia tornou Campo Grande o principal distribuidor das manufaturas que o parque industrial de São Paulo produzia, reforçando os laços econômicos do sul de Mato Grosso com o estado vizinho.

Trata-se, então, de compreender como se formou uma unidade social e política no período anterior à criação do estado de Mato Grosso do Sul, histórica e geograficamente, identificando os elementos da cultura que contribuíram para a formação da região, os atores sociais e grupos econômicos que atuaram em cada período e os fatores que influenciaram nas decisões do setor energético.

Entre os elementos históricos de sua formação, destacam-se os movimentos separatistas e as guerras travadas desde o século XIX, o alinhamento às forças paulistas em 1932, em franca oposição ao governo da capital do estado, que manteve seu apoio ao governo federal sediado no Rio de Janeiro. Esses elementos podem ser importantes para a unidade sócio-política e geográfica da região em estudo.

4.2 O imediatismo e um projeto de longa duração

No brilhante trabalho de Alfredo Bosi, *A dialética da Colonização*, especialmente no Capítulo 9, no qual analisa a importância de “ideias de longa duração”, o autor trabalha com a hipótese de que, para “acelerar o passo de uma formação social retardada” é necessário um conjunto de valores, que integram uma ideologia. Esse conjunto de valores está no “fundo” dos processos de desenvolvimento. A hipótese de Bosi está baseada nos trabalhos do economista e historiador Alexander Gerschenkron⁴³ sobre o atraso econômico em escala mundial,

⁴² Nélson Werneck Sodré, *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Coleção facsimilar da Edições Arquivo do Estado de São Paulo/Governo do Estado de São Paulo (1990) da edição de 1941, da Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro (p.111).

⁴³ Alexander Gerschenkron nasceu em Odessa (Rússia), em 1904. Na década de 1920 seu pai imigrou para Viena, Áustria. Gerschenkron ingressou na Escola Nacional de Economia da Universidade de Viena, onde obteve o título de bacharel defendendo uma tese que tratava do futuro da democracia marxista naquele país. No Brasil, seu livro *O atraso econômico em perspectiva histórica*, editado em 1962, tornou-se leitura obrigatória nas disciplinas de história comparada e de desenvolvimento econômico, num período de intensos debates entre as formulações de inspiração neoliberal e keynesiana e as teses cepalinas de Celso Furtado e Raúl Prebisch.

elaborada com base em detalhada análise dos casos francês, alemão e russo. Sua tese é que o desenvolvimento técnico e econômico das nações europeias não foi um subproduto automático da Revolução Industrial, pois dependeu também de fatores ideológicos e, em sentido amplo, culturais. É como se fosse necessária a existência de um “caldo de cultura e um conjunto de valores” para que os avanços possam acontecer e até mesmo legitimar um projeto nacional de desenvolvimento (industrialização) em que o Estado seja um ator importante.

Apenas para registro, o que se conhece hoje como *Estado de Bem Estar Social*, tem forte inspiração positivista e remete à filosofia utópica de Saint-Simon⁴⁴ (Auguste Comte foi seu discípulo), que via a sociedade do futuro como uma espécie de nação-estado corporativa na qual os líderes da indústria assumiriam funções políticas de relevo, a economia planejada regularia o desenvolvimento da nação como um todo. A recompensa do mérito iria para os fortes; a assistência benéfica, para os fracos. No entanto, para estabelecer seu sistema era fundamental estabelecer uma economia planejada que regulasse o desenvolvimento da nação como um todo, estimulando a produção e corrigindo os desequilíbrios do mercado.

Foi na Alemanha que o economista Friedrich List⁴⁵ aplicou o discurso empresarial de Saint-Simon em favor de um poder público centralizador, no qual Bismarck foi o paladino, com o estabelecimento do protecionismo oficial à indústria, tendo-se adotado a partir de então, pela primeira vez, o termo *Estado de bem-estar (Wohlfahrstaat)*.

O trabalho de Bosi chama a atenção para a existência de fatores dessa natureza que se desenrolaram no sul do Brasil, edificados em torno dos ideários de Auguste Comte, por meio de um grupo de pessoas do círculo positivista gaúcho, do qual Getúlio Vargas era um de seus membros (seu irmão, Protásio Vargas, e o capitão Antônio Prestes, pai de Luiz Carlos Prestes, foram fundadores do Centro Positivista de Porto Alegre em 1899), e que a partir de 1930 exerceu grande influência no plano nacional e no processo de consolidação e modernização do Estado brasileiro. A influência desse grupo pode ter sido maior do que a historiografia reservou para eles. No plano de fundo, está a ideia de progresso.

⁴⁴ Claude-Henri de Rouvroy, Conde de Saint-Simon (1760 – 1825), filósofo e economista francês, é considerado um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico.

⁴⁵ Georg Friedrich List (1789 – 1846), economista, um dos fundadores da Escola Histórica Alemã, partidário do protecionismo e da intervenção do Estado para desenvolver a indústria, única forma de superar a pobreza.

Na mesma direção de Gerschenkron, o trabalho de Bosi chama a atenção justamente para esses “fatores culturais” que faziam parte da mentalidade dos positivistas no Rio Grande do Sul até 1930, em que os ideários da tradição Saint-Simon/Comte motivaram toda uma geração de *capitães da indústria*, como Miguel Lemos⁴⁶, Raimundo Teixeira Mendes (Rio de Janeiro), Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros (Rio Grande do Sul), entre outros. O traço comum entre eles estava na coerência com que seguiam os princípios dos ideais positivistas: a luta contra a escravidão (que o próprio Comte definia como uma “anomalia monstruosa” que deveria ser extirpada), a defesa do regime republicano, a luta contra a monarquia, pelo trabalho livre e a ação intervencionista do poder público.

Defensores do caráter público dos serviços essenciais, os republicanos gaúchos anteciparam o embate levado a cabo em torno da aplicação do Código de Águas de 1934. Já em 1913, o então governador Borges de Medeiros afirmava sobre a necessidade de municipalizar todos os serviços que a iniciativa particular não pudesse explorar, a não ser mediante monopólio, os quais se denominam hoje de monopólios naturais (como o suprimento de água, os serviços de esgoto, a iluminação pública, o fornecimento de energia elétrica). Cabe ao Estado, segundo ele, exercer a ação reguladora do “livre jogo das forças de mercado” na medida do interesse público. Em seu governo promoveu a encampação do porto do Rio Grande e da Ferrovia Porto Alegre – Uruguaiana, e a exploração das minas de carvão de Gravataí, em 1919, diretamente pelo Estado. Nesse mesmo ano, Getúlio Vargas, herdeiro dessa tradição ideológica, em discurso na Assembléia Legislativa gaúcha, afirmava que “nos países novos como o nosso, onde a iniciativa é escassa e os capitais ainda não tomaram o incremento preciso, a intervenção do governo em tais serviços é uma necessidade real” (BOSI, 1992, p.290).

Esta afirmação está coerente com o pensamento de Celso Furtado que, ainda no início de sua formação, em 1948, quando chegou à França⁴⁷ para fazer seu doutorado, observou que

⁴⁶ Miguel Lemos (1854 – 1917), filho de um oficial da Marinha, nasceu em Niterói, Rio de Janeiro. Aderiu ao positivismo quando estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. É considerado o introdutor do positivismo no Brasil e um dos fundadores da Sociedade Positivista Brasileira de 1876. Em viagem à Europa adere à Religião da Humanidade, criada por Augusto Comte e em 1881 funda Igreja Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Conhecida como Templo da Humanidade, foi o primeiro edifício construído, no mundo, para difundir a Religião da Humanidade. Publicou com Teixeira Mendes *O Apostolado Positivista no Brasil*. De sua autoria encontram-se *Pequenos Ensaios Positivistas*, *Luís de Camões*, *A Questão de Limites entre o Brasil e a Argentina*, *Ortografia Positivista*, entre outras. Em 1903, já doente, passou a chefia do apostolado ao amigo Raimundo Teixeira Mendes. Faleceu afastado da militância positivista, aos 63 anos, na cidade de Petrópolis.

⁴⁷ Nesse período discutia-se a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), acordo histórico entre França e Alemanha, tido como o embrião da União Europeia.

o país, devastado pela guerra, conseguiu mobilizar toda a sociedade para discutir os interesses comuns. O economista recordou que os franceses afirmavam que o planejamento era necessário para resolver os problemas criados pela devastação da guerra. As livres forças do mercado por si só não poderiam resolver tais problemas estruturais. O Brasil vivia uma situação muito semelhante, principalmente em algumas regiões, como o Nordeste. Havia uma nação a construir, por isso o país não podia prescindir do planejamento.

CAPÍTULO 5

A ENERGIA EM MATO GROSSO DO SUL

Aceitei para atender ao pedido de um amigo.

Demósthenes Martins

[Sobre as circunstâncias que o levaram a tornar-se diretor da CELUSA]

O processo de formação do setor energético em Mato Grosso do Sul sempre foi um paradoxo. A região sul de Mato Grosso sentia-se isolada do centro dinâmico da economia do Brasil, a Região Sudeste, e ao mesmo tempo distante da capital do estado, Cuiabá, que por sua vez se comunicava diretamente com o Rio de Janeiro, capital da República, por vias navegáveis naturais. A comunicação e o intercâmbio comercial se davam por meio de Corumbá, pelos rios Cuiabá, Paraguai, da Prata e pela costa do Atlântico, no sul do Brasil. Assim, seu território se caracterizava muito mais como área de passagem de viajantes para outras regiões.

Até os primeiros anos do século passado, Corumbá era a única cidade no sul do Mato Grosso com serviço de energia elétrica. Campo Grande era iluminada por lampiões a querosene. O funcionário encarregado de acender os lampiões dispostos em postes localizados nas esquinas e nos centros dos quarteirões percorria um a um a colocar querosene suficiente para a noite toda. Embora muito precários, os lampiões eram importantes para a segurança das pessoas, pois além de desviar de algum buraco que se encontravam no caminho, o mais comum era terem pela frente um touro pouco amistoso, em razão da grande quantidade de currais que cercavam Campo Grande.

5.1 A fase heróica

Era o funcionário público João Vieira de Almeida, *Janjão*, o responsável à época por acender um a um os lampiões, colocados nos postes nas esquinas e centros dos quarteirões. As latas que serviam de reservatório em cada poste, tinham querosene para queimar uma noite inteira.

Esta cena se repetiu até 1916, quando Campo Grande recebeu as primeiras fiações elétricas. A tarefa de iluminar a vila de Campo Grande ficou a cargo de seu intendente, Coronel Sebastião Lima, com base em contrato firmado em 1915 entre a municipalidade e o italiano

Alfredo Veronezzi, que instalara sua pequena usina termelétrica à rua 26 de Agosto, hoje Centro Cultural Morada dos Baís.

No prédio adaptado, a companhia *A. Veronezzi e Irmãos* colocara em operação uma pequena central térmica com motor movido a gás pobre, e um ano depois a substituiu por um locomóvel⁴⁸, para o qual utilizava lenha do cerrado e água do córrego Prosa e que atendeu à demanda da cidade até 1924, embora já apresentasse problemas.

No início dos anos 1920, uma nova empresa, a Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), cujo sócio majoritário era o engenheiro Cincinato Salles de Abreu, paulista de Mococa e com experiência na *American Foreign Power* (AMFORP), assinou contrato de suprimento elétrico com a municipalidade de Campo Grande e concluiu a construção da usina do Ceroula em 1923, constituída de uma unidade geradora de segunda mão trazida do interior paulista. Essa foi a primeira usina hidrelétrica do sul de Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul, para atender ao serviço público de energia.



Foto 5.1 – Memória da energia em Mato Grosso do Sul: restos da antiga válvula de abertura do canal, da usina do Ceroula

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

⁴⁸ Invento do inglês Matthew Boulton em 1777, é uma máquina a vapor muito usada no início do século, destinada a movimentar pequenas indústrias que se instalaram em curto período em um local. Foram utilizados na produção de energia elétrica primária até o advento dos serviços hidrelétricos. Em Mato Grosso do Sul eram muito utilizadas em serrarias até os anos 1970.

A usina, com potência de 240 kW, aproveitava uma queda d'água de 70 metros nos aparados da serra de Maracaju, região do Inferninho, na fazenda de propriedade de Vespasiano Martins. Na usina havia uma pequena barragem de regularização de vazão diária de 0,7 m³/s. Utilizava um conjunto *Pelton Vogt/Siemens* e um sistema de transmissão de 11,4 kV, com extensão de 15 quilômetros, da usina até a sede da empresa, na rua Cândido Mariano esquina com a avenida Calógeras. De lá era feita a distribuição. Nessa época a população de Campo Grande não era superior a 8.000 pessoas e a carga de eletricidade era predominantemente residencial, cujo pico de consumo era atingido pela iluminação noturna. No setor comercial a demanda maior era por refrigeração e o maior consumo era para iluminação dos quartéis. Porém, Campo Grande crescia embalada pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e a demanda energética seguia também o mesmo ritmo.

Por outro lado, a Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), como forma de estimular o consumo de energia elétrica, comercializava, com facilidades, os eletrodomésticos como lâmpadas, ferro para “engomar”, ventiladores, torradeiras, fogões, todos do fabricante *General Electric*, afirma Kerman José Machado⁴⁹. Em 1934 a usina do Ceroula, recebeu nova unidade de 200 kW. No início dos anos de 1936 entra em operação a usina hidrelétrica de Botas I, na fazenda Angico, ligada em duas unidades *Vogt/Siemens*, de 200 e 250 kW respectivamente. No local, a vazão do córrego Botas era da ordem de 4,0 m³/s e altura de queda de vinte metros. As duas máquinas eram de segunda-mão, trazidas pela CME do interior de São Paulo⁵⁰.

⁴⁹ Kerman José Machado é um personagem importante na história da energia em Mato Grosso do Sul. Engenheiro mecânico e eletricista, nascido em 1926, em Campo Grande, participou do episódio da “tomada” da Companhia Mato-grossense de Energia em 1959. Trabalhou suas atividades nos serviços públicos de Mato Grosso entre 1957 e 1975. Representou o estado de Mato Grosso na Subcomissão de Estudos Hidrelétricos da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU). Foi superintendente do setor Sul da CEMAT durante a construção da usina hidrelétrica de Mimoso e assessor da diretoria da CEMAT junto à CELUSA e à CESP.

⁵⁰ Segundo relato do engenheiro Kerman José Machado, a primeira máquina, de 200 kW operava na base e a segunda na ponta. No entanto, não havia controle automático de velocidade. A entrada se dava em paralelo e assumia a carga unicamente comandada pela força sincronizante. Quando disparava, a sobre-velocidade era controlada por um freio improvisado, em madeira revestida de couro de anta, atuando em uma polia volante, rapidamente apertada por uma manivela de braço acionada por um operador, enquanto seu auxiliar despejava muitos litros de água por um regador, cautelosamente armazenado, o que impedia a ocorrência de chama, mas não a fumaça de couro queimado que “empeteava” toda a usina. Uma vez controlado o disparo, se o pico de carga não tivesse passado, novo paralelo era feito e a unidade retornava a operação. “Sem antes – não se podia esquecer – represar a água para um novo disparo, que certamente viria.” (MACHADO, K. J. in: CUNHA, F. A. M., *Campo Grande, 100 anos de Construção*. Campo Grande: Matriz, 1999.).



Foto 5.2 – Memória da energia em Mato Grosso do Sul: ruínas da barragem de Botas II
Fonte: Arquivo pessoal do autor.



Foto 5.3 – Memória da energia em Mato Grosso do Sul: equipamentos da antiga usina de Botas II, exemplo de memória relegada
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Em 1942 é inaugurada a usina Botas II, com 550 kW de potência, localizada a 24 km de Campo Grande, na fazenda dos Ingleses. Esses foram os únicos equipamentos adquiridos de fábrica especialmente para a usina pela CME. O conjunto fabricado pela *Leffel/GE* francesa operou continuamente entre 1942 a 1966, quando foi posto em reserva ou para substituir alguma geração a diesel. Um terceiro empreendimento foi a Botas III, um reservatório de regulação, que, embora não agregasse potência ao sistema, permitia gerar um pouco mais de energia.

As usinas Botas tiveram um fim melancólico. Botas I, por motivos ignorados foi “dodata” a um prefeito que não conseguindo transportá-la deixou as peças ao relento, as quais vieram a se perder. Botas II, paralisada para uma manutenção com seu gerador conectado em curto-circuito para secagem, num intervalo de serviço foi acionada por um ajudante alcoolizado, o que provocou um incêndio no gerador, causando danos elétricos e mecânicos, tornando-se inviável sua recuperação do ponto de vista econômico.

Na medida em que a sociedade se urbanizava e se diversificava, adotava novos parâmetros para a utilização da energia elétrica e passava a ter acesso a bens de consumo outrora inacessíveis, como eletrodomésticos, refrigeração, aquecimento. Por outro lado, as instalações comerciais aumentavam, tanto no porte como na diversidade e apresentação de seus produtos, e isso demandava mais energia sem interrupções no fornecimento e também já sinalizava uma demanda de energia na indústria de beneficiamento. Cada vez mais a CME tinha dificuldades de manter o fornecimento de energia e ao mesmo tempo atender à demanda crescente.

Na verdade, durante os mais de trinta anos em que pequenas companhias privadas foram as responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica, Campo Grande sofreu com soluções precárias de fornecimento de energia para atender à demanda sempre crescente. A insatisfação da população pressionava a companhia concessionária a buscar novas soluções de suprimento, entre elas com a construção de pequenas centrais hidrelétricas.

O último investimento da companhia foi a aquisição de um conjunto diesel de 1.250 kVA fabricado pela *MAN/Wulfel/Siemens*, composto por um velho motor recuperado de submarino alemão que havia se rendido no Canadá durante a Segunda Guerra Mundial e adaptado com uma caixa multiplicadora 400/1.200 rpm e um gerador de 6,6 kV de saída. Foi a maior unidade geradora, na época, com capacidade de 840 kW.

No entanto, sua operação foi permeada de uma sucessão de equívocos, com frequentes quebras. Segundo o engenheiro Kerman José Machado, havia um problema de desalinhamen-

to entre o motor, a caixa multiplicadora e o gerador, o que provocava maior desgaste nas peças e componentes e consequentemente maior necessidade de manutenção. A situação se agravava por causa das dificuldades de se conseguirem peças sobressalentes, pois se tratava de projeto militar, o qual estava fora de linha comercial de seu fabricante. Não obstante os trabalhos de manutenção que avançavam pelas “madrugadas”, a produção do conjunto jamais conseguiu superar 50% da potência nominal. O relato de Machado mostra claramente os desafios dos trabalhadores para garantir o fornecimento de energia elétrica nas condições da época. Tratava-se de luta, de abnegada dedicação dos técnicos de manutenção e operação frente ao improviso e ao absentismo que marcaram a atuação dos dirigentes da CME:

Não havia condições de paralisar a unidade e perder 600 kW. Tanto assim, que na quebra de um cilindro de aba danificada e cabeça inteira, a solução foi implantá-lo em outra aba inteira e cabeça furada por avaria do bico injetor. As peças foram cortadas e parafusadas com roscas quadradas de duas entradas. Uma delas, de diâmetro menor, foi posta em dilatação térmica e finalmente rosqueada, restaurando a peça. Recolocado esse pistão híbrido na unidade, o gerador operou até sua paralisação⁵¹.

Em 1949 ocorreu o primeiro racionamento de energia em Campo Grande. A partir do início da década de 1950 a qualidade dos serviços declinou na proporção dos problemas resultantes dos equipamentos obsoletos e do aumento da demanda, e a duração e frequência dos racionamentos aumentaram consideravelmente. Aos poucos, a pressão da sociedade chegava ao governo de Cuiabá, pois havia um sentimento de abandono relegado à região sul de Mato Grosso. Em 1955 várias medidas foram buscadas pela municipalidade, embora por seus efeitos tenham se mostrado pouco eficazes. Em 4 de agosto de 1956, o governo João Ponce de Arruda sanciona a Lei Estadual nº. 832/1956, que cria as Centrais Elétricas Mato-grossenses S. A. (CEMAT), mas o início de suas atividades ocorreu dois anos depois, em outubro de 1958. A CEMAT mais tarde passou integrar o sistema Eletrobrás, criada em abril de 1961.

Mesmo nos primeiros anos da criação da CEMAT, a situação de fornecimento de energia elétrica na região sul de Mato Grosso não melhorava. Tudo era muito precário, como afirmava Jurandir Leite, que teve seu primeiro emprego “assinado em carteira” na CME, em dezembro de 1937, depois transferido para a CEMAT e sua sucedânea sul-mato-grossense ENERSUL:

⁵¹ MACHADO, K. J. in: CUNHA, F. A. M., *Campo Grande, 100 anos de Construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p.151.

Na época, o coronel Simões⁵², gerente regional da CEMAT, colocou as regras de uso da energia. A energia era pouca e a demanda era muito grande. Barbosa Rodrigues, dono do jornal *Correio do Estado*, veio até a empresa e exigiu que ligasse sua energia. Não conseguindo, ele fez uma nota grande no jornal protestando. O coronel Simões recortou a reportagem e encaminhou para o presidente da empresa em Cuiabá, Vitor Britto.

Entre 1958 e 1959, aumentou o suprimento na ordem de 600 kW por meio da instalação de um turbogerador *Asea/Stal* do Frigorífico Mato-grossense (FRIMA). Posteriormente a prefeitura instala um grupo gerador, conhecido como *Piracicabano*, com duração mínima.

Outro fiasco foi o turbogerador de 3.100 kW, da *Bellis & Morcon*, adquirido pela CEMAT por meio de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o qual não chegou a alcançar 10% de sua capacidade na fase de comissionamento. Segundo relato de Demosthenes Martins, em seu livro de memórias, o equipamento havia sido importado da Inglaterra no início do século pela *Pará Electric*, e depois de ser utilizado por muitos anos, foi transferido para uma usina açucareira de Pernambuco. Quando chegou a Campo Grande encontrava-se obsoleto. Esse conjunto ficou conhecido como *Elefante Branco* e depois de tentativas frustradas de colocá-lo em operação, foi retirado de serviço por conta da poluição causada na área do Frigorífico Mato-grossense S. A. (FRIMA⁵³), pela queima de óleo combustível.

Na década de 1950, o descaso da Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME) aumentava e era agravado pelo impasse entre a municipalidade e o próprio Departamento Nacional de Águas e Esgotos (DNAE), órgão responsável pela regulação dos serviços na esfera federal. A CME se recusava fazer novas expansões, alegando que as tarifas praticadas eram insuficientes para os investimentos necessários e pleiteava o aumento das tarifas de energia elétrica. Mas a municipalidade, diante da precariedade dos serviços oferecidos, não concordava, e assim o quadro se agravava a cada dia.

Diante da permanência dos problemas, apesar das inúmeras iniciativas da municipalidade, o descontentamento popular crescia na mesma proporção da queda da qualidade dos serviços prestados. Impulsionada por diversos setores da sociedade – profissionais liberais, comerciantes, jornalistas e outros segmentos sociais –, toma corpo a campanha pela encampa-

⁵² Francisco Luiz Simões Corrêa.

⁵³ Foi a primeira “grande” indústria de Campo Grande, tendo à frente os pecuaristas Italívio Pereira Martins e Laucídio Coelho. Iniciou os abates em 1947/1948, o que possibilitou a engorda de bois no estado, pois até então a produção seguia “viva” para São Paulo. Antes do FRIMA, engordavam-se 20 mil reses ao ano e em 1951 passou-se para mais de 50 mil reses. (Fonte: ACRISSUL)

ção da companhia. Assim, foi criada a Comissão Pró-Encampação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade⁵⁴, constituída por membros proeminentes da sociedade e das diversas facções políticas, os quais tinham como convicção que a solução para o problema viria da ação do estado. Segundo seus idealizadores essa solução seria “única forma aplicável, apesar das demoras de solução para a crise intensa de energia que assolava todo o estado de Mato Grosso, especialmente o sul, sendo o município de Campo Grande o mais desenvolvido”⁵⁵.

Em julho de 1957, a campanha atingiu seu auge quando os membros da comissão, acompanhados de populares, ocuparam as instalações da CME, forçando o governador João Ponce de Arruda a adquirir o controle patrimonial da empresa. No ato de ocupação, o prefeito de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins, “destituiu” o chefe da Companhia e indicou o engenheiro Kerman José Machado, em seu lugar. Martins lembra com saudosismo seu ato de “bravura”, observando que a encampação da CME marcou o início de um novo sistema energético no estado. Por ironia do destino, o próprio Wilson Barbosa Martins, no seu segundo mandato de governador de Mato Grosso do Sul, foi o responsável pela “batida de martelo” na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, que culminou com a venda da ENERSUL, no dia 19 de novembro de 1997.

O episódio da encampação foi um marco, pois além de representar a expressão manifesta dos grupos econômicos afluentes à época, os quais desejavam ver solvidos os problemas de suprimento de energia que se constituíam em verdadeiros entraves às suas atividades econômicas, precipitou a entrada do Estado no processo de eletrificação.

No entanto, o problema de fornecimento de energia em Campo Grande, que já durava quase uma década, só foi resolvido em 1961, ano que o governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, autorizou a aquisição de três grupos estacionários da *General Motors* de 1.250 kW, da Companhia Elétrica Caiuá. Eles foram reinstalados sob supervisão e financiamento da *GM – Eletromotive Division*, na Vila Santa Doroteia e, somados a mais uma dessas unidades, doada pelo governador de São Paulo, Jânio Quadros, totalizaram 5.000 kW.

⁵⁴ Participaram do movimento Wilson Barbosa Martins (na época prefeito de Campo Grande, e anos mais tarde se tornaria governador de Mato Grosso do Sul por dois mandatos), Plínio Barbosa Martins, Paulo Simões Corrêa, Roberto Spengler, Michel Nasser, Marcílio de Oliveira Lima, Francisco Albuquerque Palhano, Erliene Albuquerque Palhano, José Barbosa Rodrigues, Arthur D’Ávila Neto, Jorge Rahe, Kalil Abrão, Horácio Lemos, Humberto Neder, entre outros.

⁵⁵ MACHADO, K. J. in: CUNHA, F. A. M., *Campo Grande, 100 anos de Construção*. Campo Grande: Matriz, 1999, p.152.

A solução definitiva anunciada seria a construção da usina hidrelétrica Mimoso, iniciada em 1959, e que marcou o início dos grandes empreendimentos energéticos no estado. No entanto, como será visto adiante, a primeira máquina de Mimoso só gerou energia dez anos depois do início das obras. Assim, a solução do fornecimento de energia para Campo Grande veio pelas mãos de São Paulo, que estava desenvolvendo recursos de aproveitamento do rio Paraná intensamente. Com isso, a capacidade instalada de Campo Grande (térmicas) foi transferida para outras cidades do estado, como Aquidauana e Corumbá.

A usina hidrelétrica de Mimoso foi o maior empreendimento de geração executado pelo governo de Mato Grosso no sul do estado, por meio da CEMAT, e veio se somar às linhas de transmissão de Jupiá. A situação dramática da energia em Campo Grande estava resolvida. Nesse aspecto, vale a pena acompanhar o depoimento do engenheiro José Gelásio da Rocha, que em situação privilegiada acompanhou e participou da implantação dos projetos do rio Paraná (Jupiá e Ilha Solteira e do sistema de transmissão de energia daí decorrentes). Rocha conheceu de perto a aguda crise de energia em Campo Grande; época em que a cidade estava “pendurada em três Diesel de 1 kWA cada um, e que eram motores retirados de submarinos do tempo da guerra e a construção da usina de Mimoso, não ia nem para frente nem para trás”, afirma. “Falei para o Demosthenes⁵⁶: ‘pegue um deputado e mande colocar uma verba no orçamento para a construção da linha de transmissão de 138 kW, daqui de Jupiá para Campo Grande.’ Não era o procedimento correto, do ponto de vista técnico, mas era o que se poderia fazer.”

Além disso, o governador de Mato Grosso conversou com o governador de São Paulo, para que o Banco do Estado de São Paulo financiasse o restante, dando como garantia o fundo de eletrificação recebido do governo federal. O próprio Rocha presenciou a conversa entre Fernando Corrêa da Costa, governador de Mato Grosso, e Carvalho Pinto, de São Paulo, solicitando o empréstimo. Carvalho Pinto disse-lhe que não podia emprestar, pois se emprestasse para Mato Grosso, teria que emprestar para o Brasil inteiro, e ficou nisso. O empréstimo não aconteceu.

Mas, com a eleição de Adhemar de Barros para o governo de São Paulo, Fernando Corrêa da Costa, valendo-se de sua relação de amizade, expôs a dramática situação da energia

⁵⁶ Cf. Rocha: “O governo de Mato Grosso tinha um representante na Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai, chamado de Demosthenes Martins. Era um velhinho muito simpático, tinha trabalhado na Comissão Rondon, era um sujeito lido. Embora não fosse engenheiro, era um cara de nível (*sic*), que representava o governo de Mato Grosso na diretoria da CELUSA.”

no sul de Mato Grosso. Ao estilo de Adhemar de Barros, virou-se para o presidente da CELUSA, que era seu sobrinho Reinaldo de Barros, e lhe disse: “resolva o problema do Fernando”. Com isso, foi construída a linha de 138 kW de Jupiá até Campo Grande, passando por Mimoso⁵⁷. As especificações técnicas da linha foram feitas pelo engenheiro José Gelásio da Rocha e sua equipe⁵⁸. Além disso, prevendo que essa linha *entraria em carga* (ficasse saturada), foi feito um *bay* em Jupiá, para que no futuro fosse construída uma nova linha de 400 kW, de Jupiá até Campo Grande, com isso o problema de eletricidade do estado de Mato Grosso estaria resolvido por um longo período.

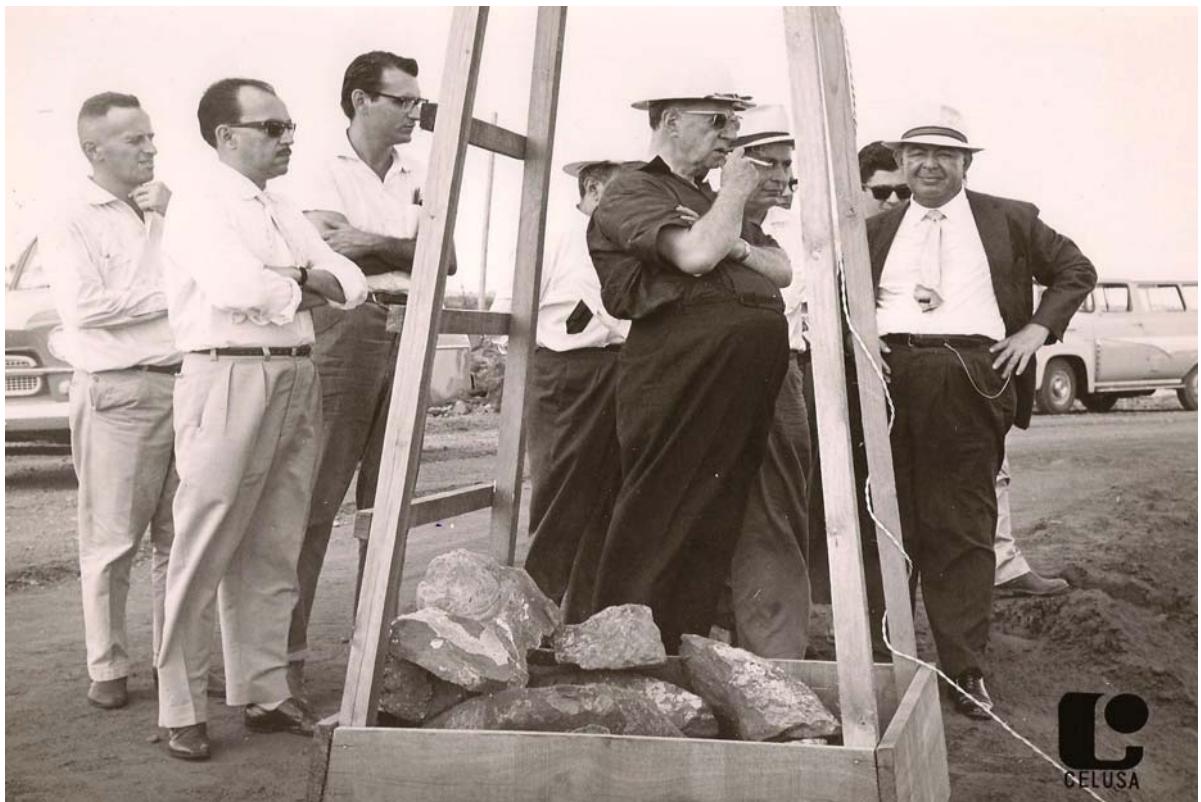


Foto 5.4 – Visita do governador Adhemar de Barros na área da ensecadeira de Jupiá, em 9 de março de 1963.

Fonte: Arquivo Souza Dias.

⁵⁷ A máquina de Mimoso foi comprada pelo governo de Mato Grosso. Ela havia sido comprada por uma concessionária de São Paulo, numa concorrência, mas mudou o projeto e venderam a máquina.

⁵⁸ Kerman José Machado, no artigo sobre energia elétrica publicado no livro comemorativo dos 100 anos de Campo Grande, confirma a atuação da equipe paulista: “Na Cesp, o professor Lucas Nogueira Garcez, que muito auxiliou no soerguimento da CEMAT ao aceitar o período de 48 meses de reescalonamento dos Cr\$ 700 mil de dívidas de quase cinco anos de inadimplência e formalizar a atuação de sua equipe no projeto da LT Jupiá – Campo Grande nas condições de compartilhamento, como veio a ser construída; e também Francisco Lima de Souza Dias Filho, José Marcondes Brito de Carvalho, José Gelásio da Rocha, Walter Pampado e Edgar Kazuo”. (Idem).

A linha foi vendida para a CEMAT. Segundo Rocha, em tom de desabafo:

Aí entrou a política de Mato Grosso. Eles colocaram um circuito a mais, e outra linha onde deveria ser feita a linha de 400 kW. Depois fizeram uma coisa mais sem sentido que podiam fazer: uma linha saindo do Paraná, em 220 kW, até Campo Grande, que não consegue operar porque não equilibra as cargas. O problema é que tiram as pessoas que sabem das coisas, que conhecem a história do negócio, e colocam um sujeito totalmente alheio a tudo, que só faz negócios. / A saída do representante de Mato Grosso da diretoria da CELUSA aconteceu quando o Governador Laudo Natel juntou todas as empresas e criou a CESP, em 1966. E o governo de Mato Grosso não teve a idéia de dizer: ‘Olha, eu estou aqui... Essas usinas estão aqui no meu Estado e eu quero entrar nesta empresa.’ Mato Grosso foi incompetente. Não sei quem era o governador. Depois vem Pedro Pedrossian, ele era mal visto pelo pessoal do golpe de 1964, porque andou fazendo umas estripulias. Criou-se uma situação que ele não tinha autoridade moral para pleitear nada. Acabou. / Quando o Zeca do PT assumiu o governo, um amigo me levou até o Secretário de Planejamento, engenheiro Fausto Matto Grosso, cheguei lá e falei com ele. Mas ele me disse, o senhor sabe... Tudo isso depende do governo federal. Aí eu vi que não dava para conversar. Achei-os ingênuos, gente que não conhece o setor. Porque um estado pequeno como aquele, ficar dependendo de uma decisão do Rio de Janeiro ou de Brasília, que não conhece a situação do estado, é um contra-senso, fica difícil. / Na época tinha toda uma máquina montada para fazer uma usina térmica em Campo Grande e outra em Três Lagoas, uma estupidez. Mas era um negócio e as pessoas queriam ganhar dinheiro.

Em Dourados, no sul do estado, a energia elétrica veio por meio da usina termelétrica Senador Filinto Müller. Sua construção, às margens do córrego Laranja Doce, demorou seis anos, mais do que o tempo normal para se construir uma grande usina termelétrica. A usina foi inaugurada pelo próprio chefe de polícia do estado de Mato Grosso e que na época também era senador da República. A usina foi construída em duas fases: a primeira, entre 1943 e 1946, compreendeu a estrutura predial, e na segunda, finalizada em 1949, com a instalação da caldeira, chaminé e fornalha.

Embora tenha sido a pioneira no fornecimento de energia elétrica para a cidade no final dos anos de 1940, esta usina se notabilizou pelas falhas frequentes pelos constantes reparos nas peças da caldeira, que só eram encontradas em São Paulo. Da capital paulista até Dourados, elas eram transportadas de avião, o que, invariavelmente, aumentava os custos da energia gerada. A lenha utilizada na caldeira era oriunda da Colônia Agrícola Federal de Dourados, implantada na era Vargas. Por conta desses problemas de desempenho, a usina operou por apenas quatro anos. Além disso, a eletricidade gerada pela usina Filinto Muller atendia poucas ruas, servindo para a iluminação de alguns postes esparsos, sempre entre 17:00 e 23:00 horas, quando as máquinas eram ligadas.

Para a maioria da população, que não era beneficiada pelo conforto e segurança proporcionados pela energia elétrica, a usina era um local de lazer, e aos finais de semana, os

arredores da usina transformavam-se em pontos de encontro, os quais, juntamente com o córrego Laranja Doce represado aos fundos da usina, eram os principais atrativos.

A partir da década de 1950 com o crescimento da população, motivado pelo sonho de adquirir terras, por meio da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, e das possibilidades de abrir negócios na cidade, aumentou a demanda por energia. A usina, que operava precariamente, não conseguia mais atender a demanda e em 1952 foi desativada. Do prédio original, hoje existem apenas ruínas. Nos anos de abandono a usina foi alvo de depredação e saques, com perdas de móveis e maquinários. Em 1991 foi tombada pelo patrimônio histórico da municipalidade, e a Usina Velha, como é carinhosamente chamada, ainda não encontrou seu destino.



Foto 5.5 – Memória da energia em Mato Grosso do Sul: ruínas da Usina Velha de Dourados

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

5.2 Antecedentes do processo de exploração do potencial hidrelétrico

O primeiro levantamento sistemático dos recursos hídricos de Mato Grosso foi restrito à região fronteiriça com São Paulo – ou seja, ao rio Paraná –, realizado pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGG-SP) entre 1905 e 1906 e publicada uma segunda edi-

ção em 1911, na forma de dois relatórios (o do Rio Paraná e o do Rio Tietê), que incluíam abundantes registros fotográficos e cartográficos.

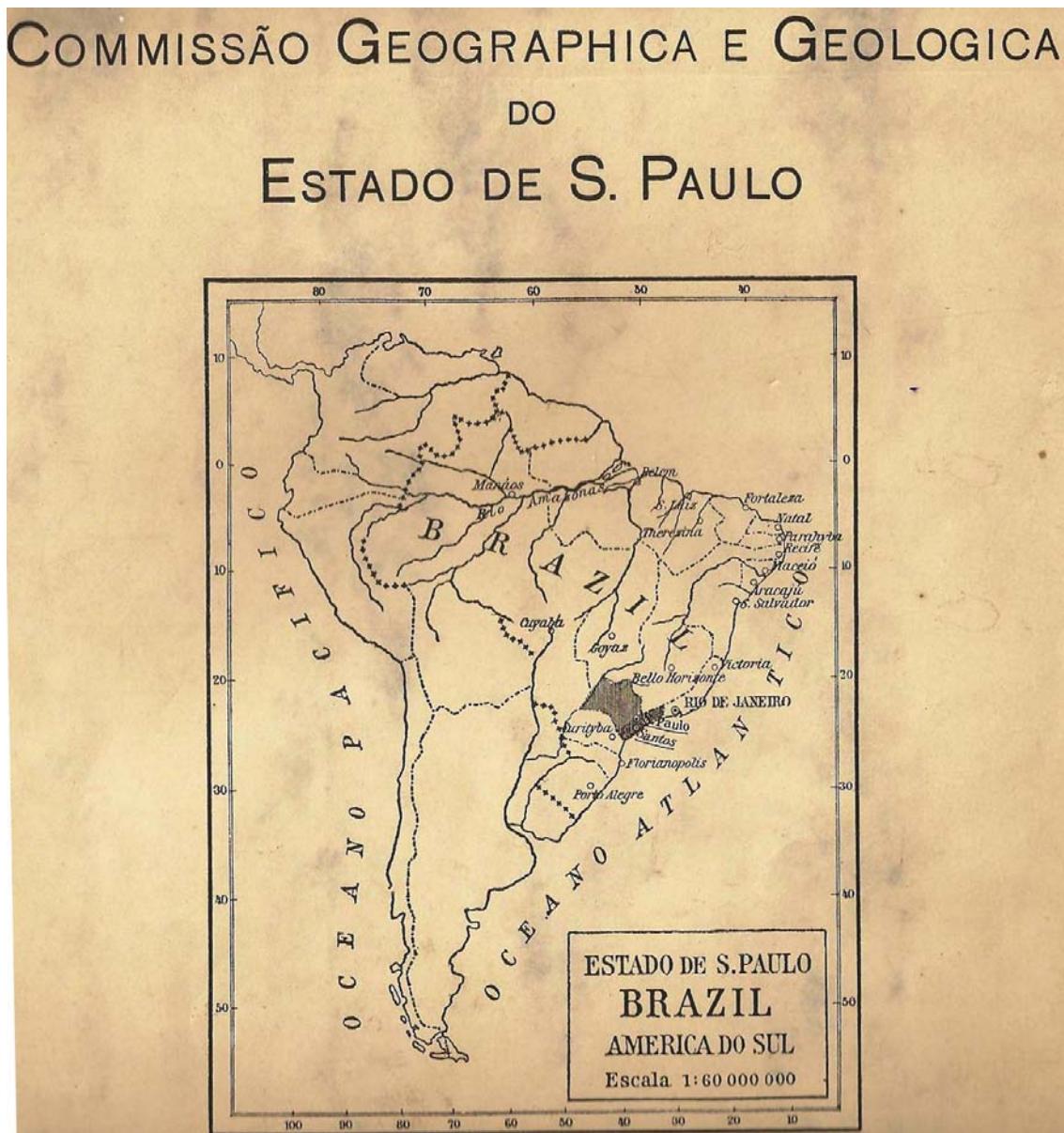


Figura 5.1 – Capa do relatório

A CGG-SP foi uma instituição criada por iniciativa do presidente da província de São Paulo, conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, como resposta às pressões que os cafeicultores paulistas faziam, desde 1860, por mais apoio do governo para expandir suas atividades para novos territórios. Os problemas das vias de comunicação, terras e colonização formavam o tripé em que se assentava a problemática da cafeicultura.



Figura 5.2 – Descrição capa do relatório

O objetivo da comissão, segundo o relatório com o qual o presidente da província propôs sua criação à Assembléia Legislativa Provincial, em 1886, era levantar “informações exatas e minuciosas sobre a geografia, relevo do solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades de terras” do oeste paulista, então muito pouco explorado. O investimento público em tal estudo ficava justificado pela

[...] “expansão que à riqueza pública trará o aproveitamento de recursos naturais cujo valor ficará conhecido, como também pelos preciosos elementos que ela ministrará à solução do problema da colonização”. O plano exposto por Oliveira contemplava a elaboração de cartas “que serão ao mesmo tempo geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas, e em que se representarão exatamente todos os centros de população e os estabelecimentos industriais e agrícolas de certa importância; os acidentes da superfície; as estradas de ferro e de rodagem; os cursos d’água; as minas, etc; a configuração e a elevação da superfície e a distribuição dos diversos terrenos geológicos e das terras de cultura e criação, bem como das improdutivas. As cartas serão acompanhadas de memórias descrevendo as feições físicas da província: a estrutura geológica; os recursos minerais e agrícolas; a meteorologia, a hidrografia, incluindo os estudos de rios suscetíveis de navegação e os meios de os melhorar e utilizar; as qualidades do solo, as condições naturais favoráveis à indústria, etc. (OLIVEIRA *apud* FIGUEIRÔA, 1987, p.40).

No plano de trabalho da comissão, algumas palavras definem claramente seu caráter: “plano geral”, “iniciativa particular”, “exploradores industriais e agrícolas”, “vias de comunicação” e “colonização”. O plano evidenciava ainda uma clara preocupação técnica, sobretudo com a exatidão dos dados. Como destaca Figueirôa, o plano traçado pela comissão evidencia a visão do conhecimento científico como necessário ao desenvolvimento econômico, político e administrativo, com clara menção à necessidade de planejamento da ocupação, com o objetivo de criar infraestrutura que permita melhor explorar o território.

A CGG-SP estava sendo vista como instrumento de planejamento. Inspirada no formato da Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1877), a CGG-SP seguia o modelo internacional dos Serviços Geológicos (*Geological Surveys*) que proliferaram pelo mundo no século XIX, como marca registrada do desenvolvimento das ciências geológicas com forte caráter prático, de aplicação do conhecimento científico sempre associado a um projeto de país, a uma intervenção estatal, como parte de um planejamento territorial. Tratava-se de desenvolver um saber geográfico-geológico para melhor explorar as potencialidades da área.

Os trabalhos da comissão começaram pela expedição pelos rios Itapetininga, Paranaapanema e afluentes, tendo produzido relatórios detalhados e precisos sobre o perfil sistemático dos rios, informações sobre navegabilidade e sugestões de obras para viabilizá-la. É a partir de 1905, entretanto, que o trabalho da CGG-SP ganha novo impulso, com a indicação do engenheiro João Pedro Cardoso para dirigi-la. Mais pragmático, Cardoso volta os trabalhos da comissão para o sertão, alvo maior do interesse dos cafeicultores, realizando grandes expedições que mapeiam as faixas marginais aos rios Tietê, Peixe, Paraná e Grande. Tratava-se de desbravar esta vasta região desconhecida e repleta de “índios ferozes” ou, como se inscrevia nos mapas de então, “a mancha branca” ou territórios desconhecidos.

O governo do estado não tem poupar esforços e dinheiro no afã patriótico e louvável de descortinar, povoar e civilizar o extremo sertão do Estado. Com este intuito por Decreto n. 1278 de 23 de março de 1905 foram criadas quatro comissões de exploração, as quais deviam, começando o serviço nas cabeceiras conhecidas dos rios Feio e Peixe, descer por seus valores até a confluência desses rios com o Paraná, ficando assim por esse levantamento verificado de uma vez se eram dois rios independentes ou reunidos tinham uma só barra no rio Paraná no lugar em que deságua o rio conhecido por Aguapehy; ou se o Feio tinha por desaguadouro esse Aguapehy; e se o Peixe, mais ao sul, seria as cabeceiras de um ribeirão a que no rio Paraná a tradição dava a existência com o nome de rio do Tigre. As outras duas turmas levantariam, uma o rio Tietê até a sua foz no rio Paraná, e a outra começaria o seu trabalho nesse ponto desenvolvendo-o pela margem paulista até a foz do rio Paranapanema, limite dos Estados de São Paulo e Paraná.⁵⁹

O vasto território compreendido entre os rios percorridos pelas quatro expedições (Grande, Peixe, Paraná e Tietê) era meta de ocupação e colonização dos cafeicultores. Era uma área cujos limites estavam sendo pressionados por vários empreendimentos desde o final do século 19: surgimento das primeiras vilas, estradas, ferrovia etc. O objetivo geral das expedições era produzir informações que possibilitassem o planejamento da ocupação, colonização e exploração econômica dos recursos naturais dessa área. Cada uma delas, porém, tinha

⁵⁹ Relatório do coronel Cornélio Schmidt. In: *Exploração do Rio Paraná*. 2^a ed. São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1911, p.10.

objetivos específicos. Nos rios Grande e Peixe, o objetivo principal era o reconhecimento do sertão e a abertura de vias de acesso. Já as expedições aos rios Paraná e Tietê, por exemplo, tinham a incumbência de fazer um levantamento detalhado do rio e da barra de seus afluentes, medindo e relatando largura, profundidade, velocidades das águas, seções transversais, regimes dos rios e de seus acidentes geográficos – ilhas, saltos corredeiras.

Os levantamentos do rio Paraná foram coordenados por Jorge B. Scorrar e Cornélio Schmidt. Na apresentação do relatório final do rio Paraná, o chefe da comissão, engenheiro João Pedro Cardoso, observou que:

[...] o serviço foi feito pelas turmas do Paraná e por uma parte da turma do Tietê; a primeira encetou seus estudos na barra do rio Tietê e desceu o Paraná até a foz do Paranapanema, e a outra iniciou os seus trabalhos no mesmo lugar que a turma do Paraná e procurou subir o rio até a foz do Paranaíba, ficando assim conhecido o levantado numa extensão de 395 quilômetros esse colossal rio que é um dos maiores e dos mais importantes da América do Sul.⁶⁰.

Avaliar a navegabilidade, com vistas a promover a ocupação bem como retirar do território as riquezas que nele pudessem ser produzidas, era provavelmente a preocupação principal das expedições aos rios Paraná e Tietê, embora alguns aspectos das diretrizes estabelecidas para seus trabalhos façam supor que já havia interesse em avaliar seu potencial hidrelétrico. É importante lembrar que parte da elite cafeicultora que impulsionava as expedições se confundia com a ainda incipiente, porém crescente, burguesia industrial.

O decreto que estipulou as diretrizes das expedições sugere o interesse de avaliar o potencial hidrelétrico e de navegação dos rios Paraná e Tietê, uma vez que determinava a necessidade de se fazer um estudo minucioso de suas cachoeiras e saltos maiores: “os saltos maiores, como o Avanhandava, o Itapura e o Urubupungá, no Paraná, serão levantados com um cuidado especial e minuciosamente, determinando-se também as respectivas posições geográficas, volume de águas, etc”. O resultado deste foco é que os relatórios dos rios Tietê e Paraná descrevem muito mais o próprio rio que a paisagem em que está inserido, ficando esta, a fauna, a flora e mesmo os indígenas eventualmente encontrados como narrativas pouco frequentes e dispersas pelo texto.

⁶⁰ Apresentação de João P. Cardoso ao relatório. In: *Exploração do Rio Paraná*. 2^a ed. São Paulo: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, 1911.



Foto 5.6 – Pescaria realizada por membros da expedição de 1905

Fonte: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Relatório do rio Paraná.

Na apresentação do relatório do Paraná, João P. Cardoso descreve o Salto do Urubupungá, como “a mais extensa e mais importante queda d’água que temos e representando uma das maiores riquezas naturais que possuímos”. A região hoje abriga três hidrelétricas (Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos) que, com capacidade de geração de 5.860 MVA, formam um dos maiores complexos hidrelétricos do mundo.



Foto 5.7 – Encontro dos integrantes da expedição com índios Xavante

Fonte: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Relatório do rio Paraná.

O interesse pelo potencial hidrelétrico só é explicitado, entretanto, no relatório do Tie-tê, quando o chefe desta expedição menciona a possibilidade de futuro aproveitamento dos saltos para a produção de energia.



Foto 5.8 – Trecho do Salto de Urubupungá

Fonte: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Relatório do rio Paraná, 1905.

A posição do salto (Avanhandava) indica que naturalmente teremos aí uma grande fonte de atividade [...] quando suas águas passarem pelos mecanismos e imprimirem força, produzirem energia elétrica [...]⁶¹

Em seu estudo sobre as fotografias da CGG-SP, Cláudia Mói destaca que, no conjunto dos relatórios, “a ênfase das imagens se dava nos recursos energéticos a serem explorados para a indústria, nas vias de comunicação possíveis de serem construídas para o comércio”.

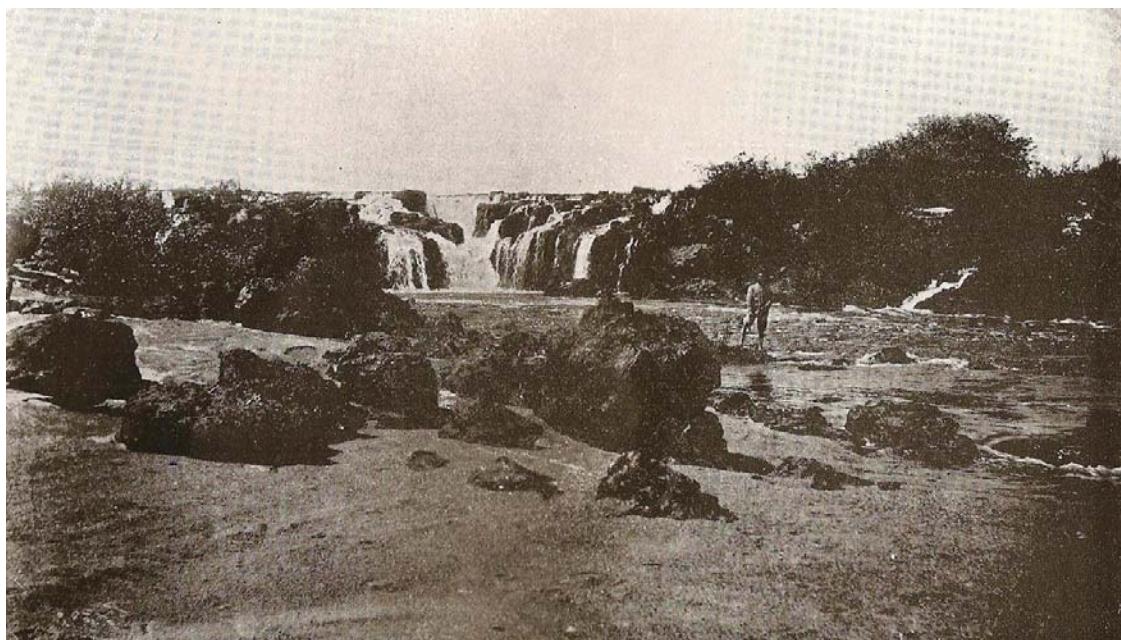


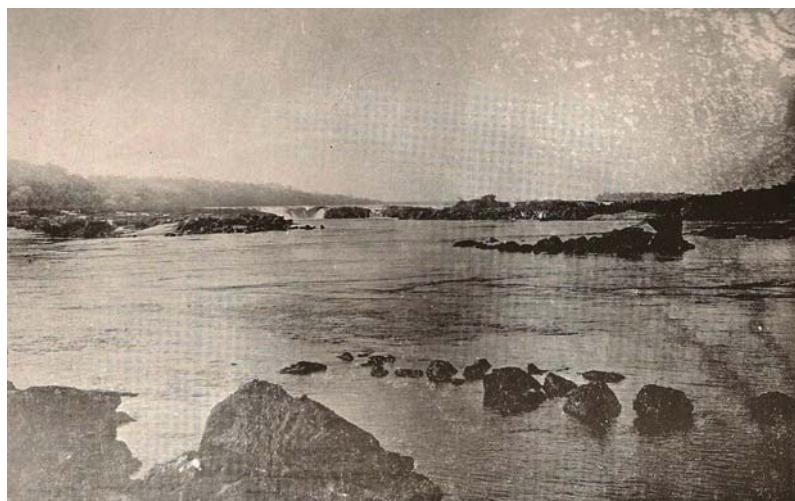
Foto 5.9 – Salto de Urubupungá

Fonte: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Relatório do rio Paraná, 1905.

⁶¹ Idem.

No relatório de Schmidt sobre o Paraná, a análise acerca da navegabilidade do rio:

O rio Paraná é apenas navegável entre o salto de Urubupungá e Sete Quedas e depois da foz do Iguaçu até o rio Paraguai. A grande largura e profundidade do rio no trecho entre os dois saltos mencionados tornam-no, entretanto, apto para a grande navegação nesse trecho, quando houver vida nas suas margens, isto é, quando o sertão dos estados interessados estiver povoado. Então, uma estação de estrada de ferro na margem serviria a esse trecho todo e provocaria e chamaria todas as produções dos estados limítrofes vicinais ao rio e mesmo de parte da república do Paraguai.⁶²



Trecho do salto do Urubú-pungá



Fotos 5.10 e 5.11 – Trechos do salto de Urubupungá

Fonte: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo - Relatório do rio Paraná, 1905.

Em todo o decreto que estabelece as diretrizes das expedições, chama a atenção o minucioso detalhamento dos aspectos técnicos que devem levantados pelas expedições, com

⁶² Relatório do coronel Cornélio Schmidt. *In: Exploração do Rio Paraná.* 2^a ed. São Paulo: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, 1911, p.10.

instruções específicas sobre o que deve ser observado, onde começar e terminar as medições e como fazê-las. As prioridades específicas de cada expedição evidenciam-se pelo perfil dos especialistas de campo escolhidos para integrar cada uma: um geólogo acompanha os trabalhos no rio Tietê e no rio Paraná. A seguir, alguns exemplos destas descrições:

Impressiona o viajante a largura do majestoso rio Paraná; após longa viagem no rio Tietê (cuja largura, apenas por exceção, passa dos 500 metros), avista-se repentinamente um lençol d'água de 1.100 metros de largura que com mansas sinuosidades toma rumo ao sul. / [...] O rio Verde tem 114 metros de largura, uma profundidade de 3,5 metros e de velocidade 0,776 m.p.s.; descarga 132,73 m.p.s. (SCHMIDT, 1905, p.11-12)

O Paraná em frente a barra do Tietê mede 900 metros de largura com profundidade média de seis metros. Em frente à ilha do Saran essa largura atinge 1.200 metros, diminuindo depois até 700 metros que conserva até 1.500 metros acima da barra do bebedouro, próximo à saída do canal por onde escoa toda aquela enorme massa d'água. (SCORRAR, 1905)

Os relatórios também apresentam informações sobre os hábitos das populações ribeirinhas e suas condições sanitárias:

No canal do lado Mato Grosso [...] deságua um pequeno córrego que serve ao último morador da margem direita do rio Paraná, Senhor Trajano dos Santos, cuja morada está a seis quilômetros retirada da margem do rio. Tem esta morada plantio de mandioca, cana e alguma criação, que fornece-lhe assim com à maioria dos sertanejos de Mato Grosso toda a alimentação da família e dos empregados, isto é, carne, farinha, mandioca, rapadura e água ardente, sendo o café quase desconhecido e substituído pela congonha, que é nativa. (SCHMIDT, 1905, p.12)

Dentro da prioridade de avaliar não só os recursos naturais como as possibilidades de se apropriar deles, os relatórios não só avaliam as possibilidades de navegabilidade de cada trecho dos rios como também descrevem as vias de comunicação existentes, uma vez que dessas depende não só o escoamento da riqueza que poderia vir a ser produzida na região como as possibilidades de povoamento: “A grande largura e profundidade do rio [...] torna-o, entretanto, apto para a grande navegação neste trecho, quando houver vida nas suas margens, isto é, quando o sertão dos estados interessados estiver povoado.” (SCHMIDT, 1905, p.10)

Vivian Branco Newerla, em sua tese sobre as expedições da CGG-SP, enfatiza estes objetivos estritamente pragmáticos de produzir informações técnicas que possibilitassem a exploração dos recursos naturais da região, atendendo a interesses econômicos e administrativos, as expedições mesclavam o ideário de progresso, “relacionado ao aproveitamento dos recursos naturais por meio das atividades industriais e agrícolas”. Os relatórios chegam a apresentar os recursos naturais como algo que existe única e exclusivamente com o propósito de servir ao homem:

Inumerável era a quantidade de pássaros de cores variadas que voavam entre as árvores; o tucano de bico amarelo, a araponga de grito metálico e o sabiá com seu canto mavioso que era infalível em todos os acampamentos davam uma nota original como que protestando perante nós os civilizados contra o abandono e solidão em que jaz o sertão. (SCHMIDT, 1905, p.18)

O conceito de civilização complementa este ideário de progresso. Os “civilizados” são os arautos do progresso:

A não ser as tribos de índios que freqüentam as margens do Rio Paraná, não existe, num raio de quase 50 léguas, a mais viva alma com resquício de civilização, se civilizados pode-se denominar o pessoal geralmente foragido à Justiça que reside mesmo nas proximidades do Paraná, ao sul de Mato Grosso. (SCHMIDT, 1905, p.18)

Embora não fosse a preocupação central dos relatórios, eles também incluem descrições da fauna, flora e dos indígenas, embora estes apareçam de forma bastante caricata:

[...] acrelito que os índios Coroados, os mais ferozes, acham-se localizados nos terrenos elevados entre o Aguapey e o Tigre; poucas vezes se aproximam em turmas grandes do rio Paraná, que deve ser mais freqüentado pelos Cayoás e Chavantes, que moram no Estado do Mato Grosso e são ribeirinhos do grande rio. Assim é que foram encontradas diversas canoas, feitas a machado grosseiramente, de um só tronco de madeira, abandonadas em tranqueiras do barranco, mas sempre na margem direita; talvez houvessem rodado do interior pelos afluentes do rio Paraná. (SCHMIDT, 1905, p.18)

Segundo o estudo de Cláudia Mói sobre os relatórios, os indígenas às vezes eram apresentados como obstáculo e às vezes como ajuda à realização dos trabalhos das expedições. Os relatórios os apresentavam ora como “selvagens”, trazendo imagens de armas e utensílios como as provas dos confrontos com os chamados “índios Coroados”, ora como “pacificados”, com imagens de Xavante e Cayuá vestidos com trajes de brancos, perfilados e sorridentes.

[...] Na descida da turma encontraram-se na barra do ribeirão Orelha de Onça pegadas recentes de índios que ali tinham estado, e quando na volta chegamos perto já dessa barra ouvimos alguns gritos de índios, e logo apareceram no barranco alguns indivíduos que traziam arcos e flechas e estavam completamente nus. Desapareceram todos, ficando apenas dois afoitos. Convidados por mímica e atirando-se alguns pedaços de fumo que eram apanhados e logo mastigados, apresentando o forro vermelho dos poches, aproximaram-se admirados pelo uniforme das praças e deixaram-se conduzir para as barcas e para o acampamento que foi feito na barra desse ribeirão. Eram estes dois índios de altura regular, bem nutridos e musculosos; um deles tinha feições regulares, bonitas mesmo, podese dizer, olhos vivos e inteligentes; o outro tinha traços mais selvagens e um que de idiotismo; no entanto riam-se por qualquer motivo mas não deixaram de transparecer a admiração por objetos que forçosamente jamais tinham visto, como máquina fotográfica, fósforos, etc.; contudo gostosamente riam ao provarem aguardente, café, etc., apesar do enjôo que parecia estar-lhes causando ao estômago os pedaços de fumo que depois de mastigados engoliam. Depois de vestidos e presenteados deixamo-los ir em paz para seu aldeamento. A julgar pelas pontas farpadas de suas flechas e pela madeira de que eram feitas, suponho ser da mesma tribo, talvez cayuá, que freqüentam as matas do rio S. Anastácio; pois que aqui encontrou-se nos ranchos abandonados um pedaço de madeira já preparada para a factura de uma ponta farpeada, nas mesmas proporções e qualidade de madei-

ra. Usam arcos pequenos de pau roxo, madeira forte e flexível, que existe no Estado do Mato Grosso e também em alguns pontos do curso interior do rio Tietê. (SCHMIDT, 1905, p. 18)

Após análise desses relatórios, a primeira questão a ser destacada é a completa ausência do então governo de Mato Grosso nesses estudos. Muitas explicações poderiam ser atribuídas a essa postura, desde o completo desconhecimento dos recursos naturais da porção meridional do Estado, o abandono relegado ao sul pelos governantes do norte, mas também, e talvez o mais importante, seria a ausência quase completa de projetos autóctones de exploração dos recursos energéticos, inclusive pelas elites do sul que reivindicavam a separação do norte, para serem donos de seus próprios destinos.

Mas também remete a uma necessidade, ou melhor, uma não necessidade, naquele momento, do fornecimento de energia para atender às demandas de uma sociedade que começava a delinear seu futuro, mas que ficava presa às demandas do presente. A energia não era um fator estratégico para os dirigentes de então.

5.3 Os estudos energéticos da região centro-sul do país

Até a década de 1940, o atendimento da demanda energética da região centro-sul podia ser feito com base em fontes geradoras localizadas nas proximidades dos centros de consumo. Eram projetos locais financiados com recursos da própria empresa.

A primeira tentativa de equacionamento global do problema energético da região centro-sul data da elaboração dos primeiros planos mais gerais para a energia no Brasil, nos dois últimos anos do Estado Novo⁶³. Entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, as bacias dos rios Paraná e Paraguai foram estudadas do ponto de vista do potencial hidrelétrico por um consórcio denominado CANAMBRA, cujos estudos serviram de base para a elaboração de dois minuciosos planos de criação de centrais hidrelétrica e termelétricas: Plano Estadual de Eletrificação de São Paulo, de 1953, e o revolucionário Plano Nacional de Eletrificação do governo Vargas, de 1954, que previa a criação da estatal Eletrobrás.

⁶³ Ver Sônia Draibe, *Rumos e Metamorfoses: Um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

5.4 Os trabalhos da CANAMBRA

Para a constituição de uma entidade capaz de desenvolver um estudo completo e aprofundado dos recursos energéticos da região centro-sul, foi constituído um comitê coordenador com base em um acordo de alto nível do qual participaram o Ministério das Minas e Energia e os governos dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara. Tratava-se de uma decisão pioneira em matéria de abrangência de estudos energéticos do país: “nunca em épocas pretéritas, plano algum de eletrificação baseou-se em tão ampla investigação [...]; nem jamais se planejou o suprimento de energia elétrica de uma região com um conhecimento tão completo e seguro de suas disponibilidades energéticas.”⁶⁴

Sintomaticamente, o estado de Mato Grosso ficou fora dessa coordenação, não obstante compartilhasse dos principais potenciais hidráulicos em estudo.

A concorrência para as empresas capazes de implementar esses estudos deu a vitória a um grupo constituído pela *Montreal Engineering Company Ltd.*, *G. E. Crippen & Associates Ltd.*, ambas canadenses, e *Gibbs & Hill, Inc.*, estadunidense. As três empresas formaram o consórcio *CANAMBRA Engineering Consultants Ltd.*, responsável pelo contrato de estudo, que durou quatro anos, de 1963 a 1967. O trabalho foi organizado em “três grupos”, cada qual sob a direção e supervisão de uma equipe de consultores sob o comando geral do diretor dos estudos, Jack K. Sexton, da CANAMBRA.

Ao primeiro, sediado em Belo Horizonte e apoiado na organização técnica e administrativa da CEMIG, competiu efetuar o levantamento, estudos, orçamento e investigação de profundidade, quando fosse o caso, dos potenciais dos estados de Minas Gerais e parte dos estados do Espírito Santo e Goiás; ao segundo, sediado em São Paulo, e apoiado em uma organização especialmente constituída para esse fim – o Comitê Regional do Estado de São Paulo (CORESP) – coube a tarefa de estudos idênticos em todas as demais bacias desde o norte do estado do Rio de Janeiro até o norte do Paraná; e finalmente o terceiro, sediado no Rio de Janeiro, competiu, além da coordenação geral de todos os trabalhos, as tarefas específicas de estudos de mercado, estudos de transmissão e de interligação de sistemas e a formulação do plano de eletrificação regional propriamente dito, à luz dos resultados dos levantamentos dos potenciais, efetuados nos dois primeiros grupos. Coube ainda, a esse terceiro grupo, efetuar estudos sobre a viabilidade de utilização do carvão-vapor de Santa Catarina, com complementação térmica para os sistemas hidráulicos da região.⁶⁵.

⁶⁴ *Estudos energéticos da região centro-sul do Brasil*. Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil. Rio de Janeiro: CANAMBRA, 1967, p.i.

⁶⁵ *Idem*.

O levantamento hidráulico dos rios da região centro-sul foi um trabalho sem precedentes no mundo, em vulto e em significado econômico. Acabou com o conceito errôneo que versava sobre as limitações nacionais em recursos energéticos, revelando um potencial de 40 mil MW.

O estudo mapeou a disponibilidade hidráulica e de recursos hidrelétricos de uma área de 1.100 mil km² (equivalente aos territórios da França, Espanha e Portugal), percorrendo 28 mil quilômetros de rios (3.700 horas de voo e muito mais de horas de transporte terrestre). Foram examinados 510 locais de barragem, dos quais mapeados e investigados 264 por meio da manipulação de dados de 440 estações hidrométricas.

A partir de então, e com a clara preocupação de atender à indústria nascente, passou a ser trabalhada a expansão do projeto de Furnas, que desde 1957 vinha sendo operado como grande alternativa do abastecimento energético para atender vários mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, numa extensão territorial inédita num só projeto brasileiro. Eram os primeiros passos para o futuro processo de interligações do sistema elétrico.

O levantamento da CANAMBRA contemplou trechos que correspondem às bacias dos principais afluentes do Rio Paranaíba, bacias dos afluentes do rio Paraná no sul de Mato Grosso (rios Sucuriú, Verde e Pardo) e do Paraná. O maior potencial hidráulico da região encontra-se nos rios Grande, Paranaíba e Paraná.

O abastecimento elétrico da região, até então, era garantido por empresas de capital privado ou mistas, em que predominavam o governo federal ou governos dos estados. Algunhas eram empresas integradas (encarregavam-se desde a geração até a distribuição), outras eram distribuidoras ou geradoras e transmissoras. Até pouco antes de 1967, cada empresa procurava desenvolver independentemente seu próprio sistema de transmissão, com ligações apenas casuais com os sistemas vizinhos.

Em 1965, a capacidade dos sistemas da região era de 2.896 MW de energia firme (2.305 hidrelétricos e 591 termelétricos) – as hidrelétricas representavam 85% da capacidade geradora da região.

5.5 A Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU)

As crises de energia registradas nos principais centros consumidores brasileiros na primeira metade dos anos 1950 levaram os governos a procurar alternativas para fazer frente à

crescente demanda de eletricidade. O modelo vigente desde o início do século, com a participação principal do concessionário privado, se esgotara. Mesmo nas regiões do Brasil em que esses concessionários constituídos de grandes empresas de capital externo, como o caso da AMFORP no interior de São Paulo e de diversos estados brasileiros, e da *São Paulo Tramway Ligth and Power Campany*, no polo mais desenvolvido do país (capital de São Paulo e Vale do Paranaíba), não foram capazes de garantir o suprimento de energia para atender à crescente demanda, principalmente nas regiões em que a energia elétrica tornou-se um elemento da técnica produtiva. Nas demais regiões do Brasil, a exemplo de Mato Grosso, em que as concessões eram dadas às pequenas empresas, muitas delas de atuação municipal, a situação se tornava dramática.

Dessa conjuntura surgiram as propostas de Fernando Corrêa da Costa⁶⁶: a tentativa de elaborar um plano estadual de eletrificação e, numa importante decisão política, adequada às ideias mais modernas de planejamento, a proposta de criar uma comissão interestadual para estudar os potenciais hidrelétricos dos rios da região. Aceita a proposta pelos governos de São Paulo e Paraná, criou-se a importante Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIB-PU). Infelizmente, o êxito dessa atitude não a fez criar raízes no próprio estado de Mato Grosso, em que os governantes continuaram mantendo uma postura absenteísta diante dos problemas gerais do estado, como energia e desenvolvimento.

A importância de planejar energia com desenvolvimento tinha antecedentes decisivos: nos anos 1930, a experiência americana de desenvolvimento do Vale do Tennessee, através da atuação da *Tennessee Valley Authority* (TVA) ganhou repercussão mundial e foi um dos instrumentos com que o presidente Franklin Delano Roosevelt enfrentou a grande depressão daqueles anos, tornando-se uma referência para outras regiões do planeta. No Brasil, por iniciativa do governo federal criou-se a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 15 de dezembro de 1948, com dotação orçamentária própria, com o objetivo de planejar o desenvolvimento integrado de todo o vale do São Francisco, seja por meio do aproveitamento hidrelétrico, da navegação, agricultura e turismo. A questão do planejamento regional no Brasil ganhou força com a Constituição de 1946, que criou o Conselho Nacional de Economia e estabeleceu 3% da arrecadação nacional para a Amazônia e o Nordeste e 1% para o Vale do São

⁶⁶ Em 1955, o governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, encaminhou ao legislativo estadual o projeto de criação da CEMAT, que foi aprovado em 17 de outubro de 1958, no mandato do governador João Ponce de Arruda.

Francisco⁶⁷. Com base no plano elaborado por Celso Furtado foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

Em 1950, o deputado por Mato Grosso Carlos Vandoni de Barros defendeu a instituição da Comissão do Vale do Paraná, inspirado na iniciativa da CVSF, mas não obteve êxito. De acordo com as memórias de Demosthenes Martins⁶⁸, o governador Fernando Corrêa da Costa, depois de “trocar impressões comigo”, redigiu carta ao governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, propondo que ele, líder do estado mais rico da federação, tomasse a iniciativa de convocar os demais governadores da região. Assim, Garcez convocou os governadores de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, e de 6 a 8 de setembro de 1951 ocorreu a primeira conferência de governadores dos estados integrantes da bacia do rio Paraná, com o objetivo de “esquematizarem as soluções dos problemas de interesse comum, compreendidos na Bacia do Paraná” (MARTINS, 1980, p.200).

No dia 7 de setembro de 1951, com a presença dos governadores da região, com exceção de Juscelino Kubistchek de Oliveira (Minas Gerais) e de Irineu Bornhausen (Santa Catarina), foi criada a Comissão Interestadual da Bacia do Paraná. Levado o fato ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas, este indagou da necessidade de incluir na mesma o “meu Rio Grande”. Assim, no dia 6 de maio de 1962, em São Paulo, foi aprovado o regimento da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU). Embora a expectativa dos governos dos estados integrantes fosse de que a comissão devesse ser galgada a um organismo federal de planejamento regional, foi um experimento notável, sobretudo pelos inúmeros estudos que desenvolveram em toda a região de sua influência, cientes de seu papel como um organismo para o desenvolvimento dos vales do Paraná e Uruguai. Além disso, a Comissão apresentava a singular condição de ser uma iniciativa dos estados federados e com forte caráter descentralizador, cujos recursos para funcionamento eram providos pelos estados-membro, obrigados a contribuir com 0,5% de sua receita tributária.

Para o governo de Mato Grosso, os trabalhos da comissão foram superiores aos esforços empreendidos pelo Estado, seja na forma de recursos humanos ou financeiros. Do total dos recursos anuais destinados à CIBPU entre 1953 e 1966, 91,57% vieram dos cofres paulistas e apenas 1,97%, de Mato Grosso. Mesmo em face dessa desproporção, em 1966, o gover-

⁶⁷ Foi na divisão regional do Brasil de 1969 que a Bahia passou a integrar a região Nordeste.

⁶⁸ *A Poeira da Estada* (Memórias).

nador Pedro Pedrossian anulou a dotação orçamentária destinada à CIBPU, decorrente do convênio assinado em 1951, “não obstante tantos benefícios proporcionados pela Comissão a Mato Grosso”, reclama Demosthenes Martins. Da extensa pauta de prioridades que a Comissão deveria abranger, do ponto de vista do interesse mato-grossense, constavam:

1. Aproveitamento do potencial hidrelétrico de toda a bacia do rio Paraná, com esforço máximo inicial de Sete Quedas e Urubupungá.
2. Eletrificação rural.
3. Canal de Guairá a Porto Mendes, para vencer o obstáculo das Sete Quedas, permitindo a ligação entre as bacias do Alto e do Baixo Paraná.
4. Desenvolvimento da navegação do Alto e Baixo Paraná e seus tributários, com consequente instalação de estaleiros, construção de portos e escola de práticos pilotos.
5. Povoamento, por colonização racional, de todo o Vale, aproveitando ao máximo o transporte fluvial e bem assim a posição relativa e a tradicional experiência do estado de São Paulo.
6. Prolongamento da estrada de ferro Sorocabana em direção a Dourados e à ferrovia Araraquarense em direção a Cuiabá.
7. Conjugar o plano rodoviário ao sistema fluvial, tendo em vista os vários pontos econômicos da região.
8. Estudo sobre a possibilidade de unir a Bacia do Paraná à do Amazonas.
9. Melhoramento e aparelhamento, com eletrificação, das ferrovias de acesso à bacia do Paraná. (MARTINS, 1980, p.203)

Durante a década de 1950, foram desenvolvidos vários estudos em território mato-grossense, em geral estudos econômicos e topo-hidrográficos, sobretudo, para o desenvolvimento da navegação nos rios interiores, com especial atenção para aqueles com vista à ligação de bacias, dos rios Brilhante e Ivinhema (bacia do Paraná) com o rio Miranda (Bacia do Paraguai), e da bacia do rio Pardo com os rios Taquari e Coxim. Era o antigo sonho de ligação das velhas rotas das Monções do século XVIII. Algo totalmente sem sentido nos dias de hoje, face ao assoreamento a que estes rios foram submetidos ao longo de décadas e que inviabilizava qualquer forma de navegação. O fato é que dos estudos e projetos realizados no território de Mato Grosso tiveram êxito apenas aqueles que eram compartilhados e que contavam com o interesse de São Paulo, e o exemplo mais notável foi a exploração do salto de Urubupungá.

Embora a sugestão de criar a CIBPU tenha sido do governo mato-grossense, pode-se muito bem concluir que foi um experimento paulista; hoje são visíveis as mudanças ocorridas nos vales dos rios Tietê e Paranapanema, tributários do rio Paraná no território paulista, com o aproveitamento múltiplo dos rios, como a geração de energia elétrica, navegação, turismo, aquicultura, irrigação, entre outros, que refletem os ideários daquela comissão. Durante toda a sua existência, a CIBPU teve como sede São Paulo, e seu presidente era o governador desse estado. Por outro lado, nem o “ideário desenvolvimentista”, pautado na ação racional, no pla-

nejamento integrado foi capaz de ser internalizado pela mentalidade das elites dirigentes de Mato Grosso, e mesmo das lideranças do sul, que mais tarde exerceram grande influência em Mato Grosso do Sul.

5.6 CELUSA: o Estado assume seu papel

Já em setembro de 1951, na primeira reunião dos governadores dos estados integrantes da CIBPU, havia um consenso em torno da construção de uma usina de grande porte na bacia no rio Paraná, tendo como local indicado o salto de Urubupungá, cujos estudos iniciais datavam do início do século.

Quando eu trabalhava no Departamento de Água e Energia (DAE), eu tomei conhecimento de uns estudos que tinham sido feitos no começo do século passado, por uma comissão, chamada de Comissão Geográfica e Geológica. Eles pegaram os rios do Estado e estudaram tudo, inclusive estudaram o Rio Paraná. Tinha lá um relatório enorme sobre o Salto do Urubupungá. Eu bisbilhotava a biblioteca do DAE, uma biblioteca antiga, que tinha muitos livros e muita documentação e deparei com esse estudo do Rio Paraná. Peguei o relatório e mostrei para o meu chefe e disse: aqui é que a gente devia fazer uma usina hidrelétrica. Ele me disse que eu não tinha nada a ver com isso, que o meu problema era o Rio Pardo. Isso foi mais ou menos, no fim de 1952⁶⁹.

Nessa época, diferente de Mato Grosso, o governo de São Paulo, por meio do Departamento de Água e Energia (DAE), mantinha equipe técnica e vinha desenvolvendo alguns potenciais hidráulicos dos rios do Estado. Em 1952, o diretor do Instituto de Eletrotécnica e representante de São Paulo na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), Francisco Lima de Souza Dias, foi encarregado pelo governador Lucas Nogueira Garcez de construir uma série de usinas no rio Pardo (Limoeiro, Euclides da Cunha e Graminha). A **Foto 5.12** mostra o registro fotográfico de uma das inúmeras visitas ocorridas no canteiro de obra, conforme relatou Rocha. A exploração dos recursos energéticos do rio Paraná sempre foi prioridade do governo de São Paulo. Daí viria parte substancial da energia para atender o processo de industrialização paulista.

⁶⁹ Depoimento do engenheiro José Gelásio da Rocha para esta pesquisa.

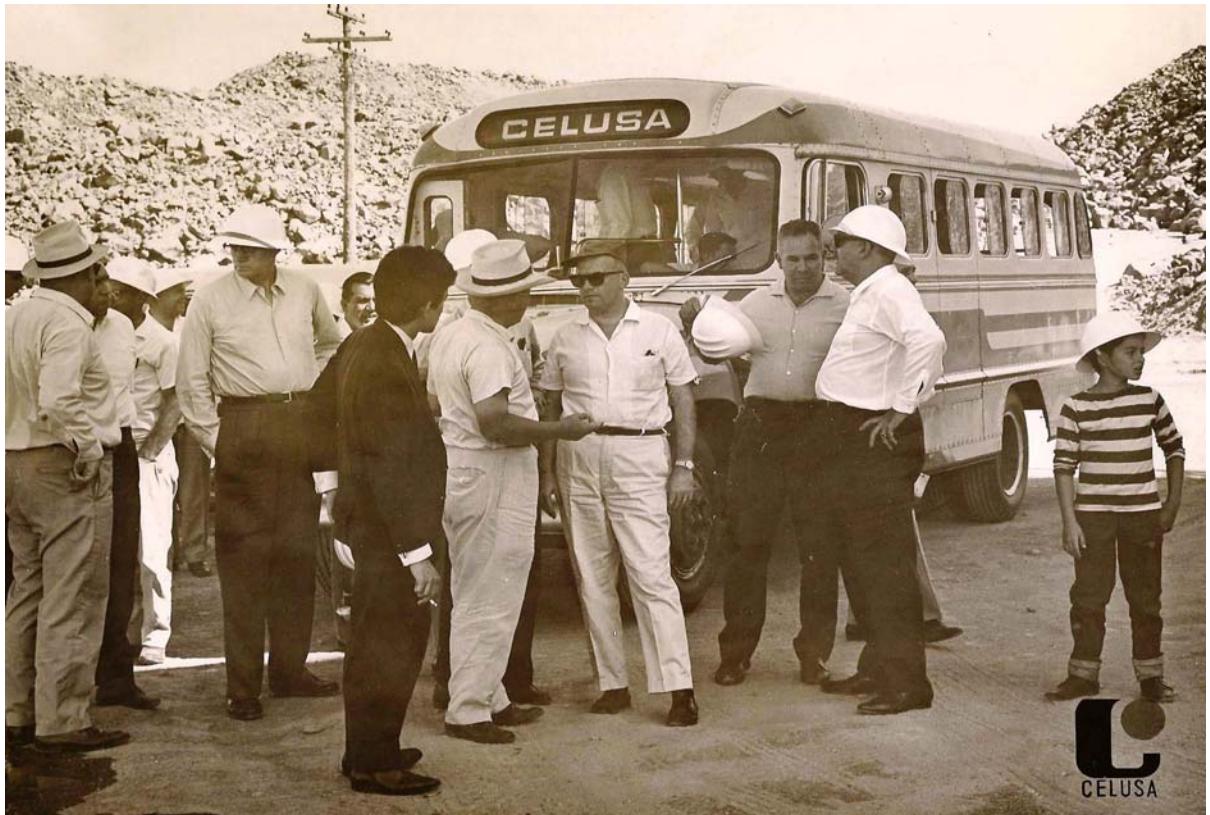


Foto 5.12 – Autoridades paulistas frequentemente visitam o canteiro obras do complexo de Urubupungá

Fonte: Arquivo Souza Dias.

Juntou-se a Souza Dias o jovem engenheiro José Gelásio da Rocha, recém-egresso da Escola Politécnica da USP. Seu ingresso no serviço público estadual, como funcionário contratado pelo DAE, foi em 17 de abril de 1952, tendo trabalhado no rio Pardo por 10 anos, depois transferido para o rio Paraná, onde participou da construção de praticamente todas as usinas desse rio. O processo de decisão para a implantar as usinas de Jupiá e Ilha Solteira pode ser melhor entendido pelo depoimento de Rocha, colhido em seu escritório em São Paulo:

Ele [Souza Dias] imaginou que a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai se encarregaria de fazer o projeto, uma vez que essa comissão era formada pelos governadores dos estados da bacia dos rios Paraná e Uruguai e os estados tinham recursos nessa tal comissão. E entre os estados estava Mato Grosso, com um representante. / Meu chefe [Souza Dias] induziu a CIBPU a contratar um escritório de engenharia na Itália para fazer o projeto de aproveitamento de Jupiá. Na época não se falava salto de Urubupungá. Em 1954 a comissão fez um contrato com uma empresa da Itália, denominada de Societá Edison, sediada em Milão, para fazer um estudo da usina de Jupiá. Então foi assinado esse contrato e a coisa começou a andar. [...] O grupo italiano fez o projeto em 1955, ano em que Jânio Quadros tomou posse no governo de São Paulo. Levado ao Jânio, ele disse que era um projeto grande demais para o estado de São Paulo e que esse projeto deveria ser feito pelo governo federal; e mandou entregar tudo para o Juscelino Kubitschek de Oliveira, que estava recém-eleito, isso no final de 1955. / O Juscelino já estava comprometido com a construção das usinas de Furnas e Três Marias e não deu atenção necessária ao projeto. Quando o Jânio deixou o governo e o Carvalho Pinto assumiu, no começo de

1959, as conversas foram retomadas com o Plínio de Arruda Sampaio, que na época era o coordenador do Plano de Ação do Carvalho Pinto. / O Plínio, embora demorasse certo tempo, começou a acreditar no projeto e levou para o Carvalho Pinto, o qual aderiu imediatamente. Para executar, as obras foi criada uma empresa, chamada Centrais Elétricas de Urubupungá S.A (CELUSA). A empresa se instalou e começamos fazer a obra de Jupiá. Fui transferido do rio Pardo para o rio Paraná e coordenei o projeto dos aproveitamentos do rio Paraná. Eram três aproveitamentos – Jupiá, Ilha Solteira e Três Irmãos; naquele tempo não se chamava Três Irmãos, e sim Ilha Seca, depois é que se mudou o nome para Três Irmãos. Esse aproveitamento fica no rio Tietê, e integra o Canal Pereira Barreto, que faz a ligação dos dois reservatórios, os grandes reservatórios de regularização do rio Paraná. Fui para lá, e fomos nós que planejamos esse complexo, chamado de *Complexo de Urubupungá*.⁷⁰

Enquanto isso, as crises de energia, com racionamentos e apagões, persistiam e provocavam a repulsa popular “Mesmo em São Paulo, tinha quebra-quebra. Em São João da Boa Vista, certa vez quebraram tudo, foi uma droga”, recorda Rocha.

Em meio a um crescimento da campanha nacionalista pela criação da Petrobrás, em 1953, Getúlio Vargas enviou ao Congresso o referido Plano Nacional de Eletrificação, propondo a criação da Eletrobrás. Aumentou muito a tensão entre o governo e as correntes da oposição pró-capital multinacional, levando a uma grande agitação política e pela imprensa. Mantendo a ofensiva, reforçado pela vitória do projeto Petrobrás em 3 de outubro desse ano, Vargas iniciou 1954 radicalizando sua postura nacionalista e relacionando a situação econômica do país à “má-fé dos estrangeiros”. O confronto se tornou muito mais crítico quando o governo propôs um aumento de 100% no salário-mínimo, no quadro de uma mobilização do movimento operário, comandada pelo ministro do Trabalho, João Goulart. A radicalização da luta política naquele ano, como se sabe, levaria ao suicídio do presidente⁷¹. Em sua Carta-Testamento, na trágica madrugada de 24 de agosto de 1954, Getúlio asseverou: “A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o povo seja independente.”

Quando Jânio Quadros assumiu, no começo de 1962, a lei de criação da Eletrobrás tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 1961, mas o então presidente Juscelino não a sancionou. Jânio, tampouco. Assim, a lei da Eletrobrás teve que ser sancionada pelo Congresso Nacional, em abril de 1962.

À época, Campo Grande enfrentava grave crise de fornecimento de energia e a grande solução que acabou por se realizar foi a energia do complexo de Urubupunga. Dentro desse

⁷⁰ Depoimento de José Gelásio da Rocha.

⁷¹ Ver Ricardo Maranhão e Antônio Mendes Júnior, *Brasil História*, v. 4 (Era Vargas), São Paulo: Brasiliense, 1981.

complexo, Mato Grosso garantia sua participação, mantendo um diretor na CELUSA. Entretanto, a iniciativa mato-grossense, em termos políticos, esgotou-se aí. Segundo relato de Hélio Bicudo, primeiro presidente da empresa, a iniciativa de convidar um representante de Mato Grosso partiu do próprio governador Carvalho Ponto, por entender que era legítima, vez que o estado vizinho também compartilhava do mesmo rio. Bicudo recorda que, durante presença deste, nenhuma reivindicação de Mato Grosso, ou proposta para o complexo, foi apresentada. Com a criação de CESP, reunindo as diversas empresas energéticas de São Paulo, entre elas a CELUSA, a participação do estado de Mato Grosso não mais existiu.

A saída do representante de Mato Grosso da diretoria da CELUSA ocorreu quando o governador Laudo Natel reuniu todas as empresas de energia elétrica de São Paulo e criou a CESP, em 1966. E o governo de Mato Grosso não teve a ideia de dizer: “olha, eu estou aqui... Essas usinas estão aqui no meu Estado e eu quero entrar nessa empresa.” Mato Grosso foi incompetente. Não sei quem era o governador. Aí vem o Pedro Pedrossian, ele era mal visto pelo pessoal do golpe de 1964, que andou fazendo umas estripulias. Criou-se uma situação que ele não tinha autoridade moral para pleitear nada. Acabou... Tempo depois, fui procurado por um pessoal de Mato Grosso, e eu expliquei para eles o que era preciso fazer. Eles saíram e não deu em nada. Porque já tinha toda uma máquina montada para fazer uma térmica em Campo Grande e outra em Três Lagoas, que era a coisa mais estúpida do mundo. É que ali tinha negócios; são pessoas que querem ganhar dinheiro⁷².



Foto 5.13 – Visita do governador Fernando Corrêa da Costa ao complexo Urubupungá
Fonte: Arquivo Souza Dias

⁷² Depoimento de José Gelásio da Rocha.

Aqui vale a pena relatar o processo de constituição da CESP e o papel que essa empresa desempenhou no processo de desenvolvimento regional no estado de São Paulo, que, pode-se afirmar em largos passos, foi uma consequência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da CIBPU, inclusive com a participação de Mato Grosso. Foi o governo de Laudo Natel que tomou a iniciativa de aglutinar numa só empresa toda a atividade de eletrificação do estado. Na época, questionado pelo marechal Castelo Branco, Natel explicou ao presidente que era necessário ter um planejamento integrado, que o estado de São Paulo iria cuidar, com os seus próprios recursos, do seu sistema de produção, transmissão e distribuição de eletricidade.

O Professor Lucas Nogueira Garcez, homem público de notória respeitabilidade, segundo opinião de Gelásio, e que exercera, entre outras atividades, a cátedra de Hidráulica e Saneamento da Escola Politécnica e fora governador do Estado, foi o grande responsável pela consolidação da CESP, que contava em sua equipe de diretores o destacado engenheiro, Francisco Lima de Souza Dias Filho, que hoje empresta o nome à usina hidrelétrica de Jupiá, além de amplo corpo de engenheiros, economistas e profissionais de diversas áreas.

A CESP se projetou de tal forma, que conseguia financiamentos junto a instituições financeiras sediadas no exterior e organismos multilaterais. Colocou em operação um conjunto de obras visando atender à demanda de energia necessária ao desenvolvimento industrial paulista, centro de consumo da nação, ao tempo em que implementava a indústria de construção civil, máquinas e equipamentos, bem como o desenvolvimento da engenharia nacional, sediando em São Paulo alguns dos principais projetistas nacionais.

Nesse período, a CESP consolidou-se como uma companhia de desenvolvimento regional, com o incremento de significativas melhorias nas áreas não comercialmente rentáveis de distribuição (no varejo), e desenvolveu a hidrovia Tietê-Paraná, incluindo o canal de navegação Pereira Barreto. Assim, São Paulo vinha ao encontro da política preconizada no Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com a abertura de grandes frentes de obras, três na bacia do Paranapanema – UHE Taquarussu, UHE Rosana e UHE Canoas (I e II) –, uma na foz do Tietê – UHE Três Irmãos, completando o ciclo de barramento deste rio – e na bacia do Paraná a UHE Porto Primavera, além de UHE Água Vermelha na foz do rio Grande, que juntamente com o rio Paranaíba, forma o Paraná.

Em 1977, durante o governo de Paulo Egídio Martins, a CESP foi transformada em Companhia Energética de São Paulo, mas manteve a sigla inicial. Era um período de crise energética e o governador desejava que a CESP pesquisasse fontes alternativas de energia.

Com isso, a CESP desenvolveu uma série de pesquisas em conjunto com instituições universitárias, que merecem um estudo específico para analisar o sucesso destas pesquisas.

No final de década de 1970, projetava-se uma grande estatal paulista de energia, sinalizada com a incorporação da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), pela CESP, com a administração unificada de todas as empresas de energia do Estado – CESP, CPFL, ELETROPAULO e a polêmica PAULIPETRO –, em consórcio entre CESP e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). A atuação da CESP foi um dos experimentos que mais procuraram reproduzir a conhecida experiência da *Tennessee Valley Authority* (TVA)⁷³, objetivando realizar aquilo que os norteamericanos chamam de aproveitamento integral dos recursos hídricos, ou seja, controle de enchentes, abastecimento de água, irrigação, piscicultura, recreação, incentivo ao turismo, conservação do meio ambiente e produção de eletricidade.

Da mesma forma, a crítica sobre a real política de uso múltiplo das águas merece um trabalho específico, pois é fato que o uso do rio para a produção de energia elétrica suplementou todos os demais usos. Sem avaliar a real dimensão destes atos, alguns feitos podem ser destacados, entre os quais o controle das enchentes nas bacias do Paranapanema, Tietê e do Rio Paraná. A CESP foi pioneira na instalação de estações de piscicultura e estabeleceu hortos florestais para a produção de mudas de essências nativas para implantar nas margens dos reservatórios, num trabalho pioneiro de preservação do meio ambiente. De certa forma, os cuidados com a fauna e flora e as chamadas preocupações ambientais, sobretudo com o desastre ambiental que representou a usina hidrelétrica de Porto Primavera. Como a história mostrou, Mato Grosso do Sul passou ao largo também desse movimento.

5.7 Mimoso: um projeto da CEMAT

A usina de Mimoso foi pensada como forma de resolver os problemas de energia que afetavam Campo Grande, no segundo período da década de 1950. A CEMAT, criada em 1956, iniciou suas operações apenas em setembro de 1958. Os primeiros estudos do potencial do salto Mimoso foram feitos em 1946, pelos engenheiros Durval de Salles Fagnani e Cândido Rondon, que previam implantar uma usina de 10 MW, por meio da Sociedade Campograndense de Engenharia Ltda. (SOCEL), mas a proposta não avançou. Na ocasião Kerman

⁷³ Ver David E. Lilienthal, *TVA – A democracia em Marcha*. Tradução de Otávio Alves Velho. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

José Machado, que anos depois seria presidente da CEMAT, era estagiário da equipe, e aludiu: “Na primeira expedição de engenharia ao salto Mimoso, no rio Pardo e, de lá, carros de bois, cavalos, uma canoa de montaria e dois meses de topografia e hidrologia dos estudos iniciais daquele aproveitamento.”⁷⁴

Machado ingressou na CEMAT em 1957, e durante o desenvolvimento do projeto de Mimoso era o chefe da Superintendência de Obras do Setor Sul. Neste mesmo ano iniciaram-se as obras de Mimoso com financiamento do BNDE, porém, por problemas financeiros, a conclusão só ocorreu 12 anos depois (MACHADO, 1999). O projeto inicial da usina previa 43 MW de potência, com base em um conjunto de três turbinas, uma de 12 MW (*Charmilles*) e duas de 15,5 MW cada, mas sofreu alteração em sua conformação original para dar lugar a uma turbina *Kaplan* de 10 MW, adquirida da CESP e que fora projetada para uma usina em Palmital, interior de São Paulo. A usina começou operar em 1969, e em 1970 foram retomados os trabalhos para a instalação de segunda máquina *Kaplan* (*Voith*), com potência de 19,5 MW. Só em 1977 esta máquina entrou em operação. Depois da divisão do estado, a usina hidrelétrica de Mimoso foi transferida para a ENERSUL. Hoje a usina é controlada pelo grupo Rede, detentor da concessão até 3 de dezembro de 2027, e sua potência registrada na ANEEL é de 29,5 MW.

O que chama a atenção no caso de Mimoso, além do longo período para sua implantação e se tratar de uma usina de pequeno porte, se comparada com aquelas do rio Paraná, foram os “arranjos” para sua construção. É uma solução “*sui generis*” na engenharia nacional o caso da turbina que a CEMAT obteve do governo de São Paulo (as circunstâncias não puderam ser esclarecidas por esta pesquisa), projetada para um potencial distinto, com características próprias, e que obrigou os engenheiros de Mimoso a fazer uma adaptação (gambiarra) na casa de máquina e no canal de fuga, com sua elevação da base para adequar a altura da queda d’água específica da turbina.

Essa conformação comprometeu um terço da altura útil do aproveitamento para aquela baía, com prejuízos à geração de energia: é uma atitude difícil de entender. A **Figura 5.3** mostra a diferença de nível do piso entre as turbinas, uma situação inusitada, porque em qualquer

⁷⁴ Kerman José Machado, Energia elétrica. In: CUNHA, F. A. M. *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz, 1999.

projeto de usina hidrelétrica os equipamentos são detalhadamente especificados pelo projeto, em razão das características do aproveitamento, como vazão, queda d'água, potência etc.

Na **Foto 5.15** é mostrado o canal de fuga modificado para a instalação de turbina obtida CESP, foi necessário elevar o canal de fuga a cerca de 1/3 de sua altura da queda d'água (h_3). O arranjo, além de provocar perda da capacidade da usina e de geração de energia continuamente enquanto a usina continuar em operação exigiu uma complexa intervenção da engenharia para adaptar a obra civil à máquina. A **Foto 5.14** mostra a situação atual da casa de máquinas.

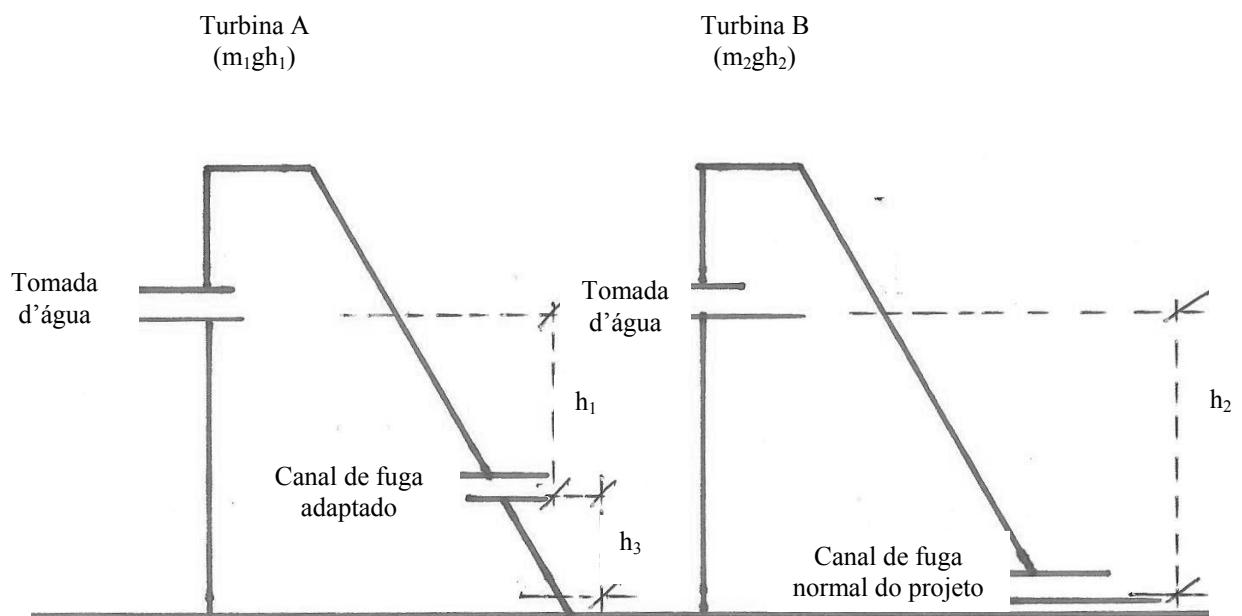


Figura 5.3 – Esquema da adaptação para a instalação turbina da CESP em Mimoso
Fonte: Elaboração própria com base em vista à usina

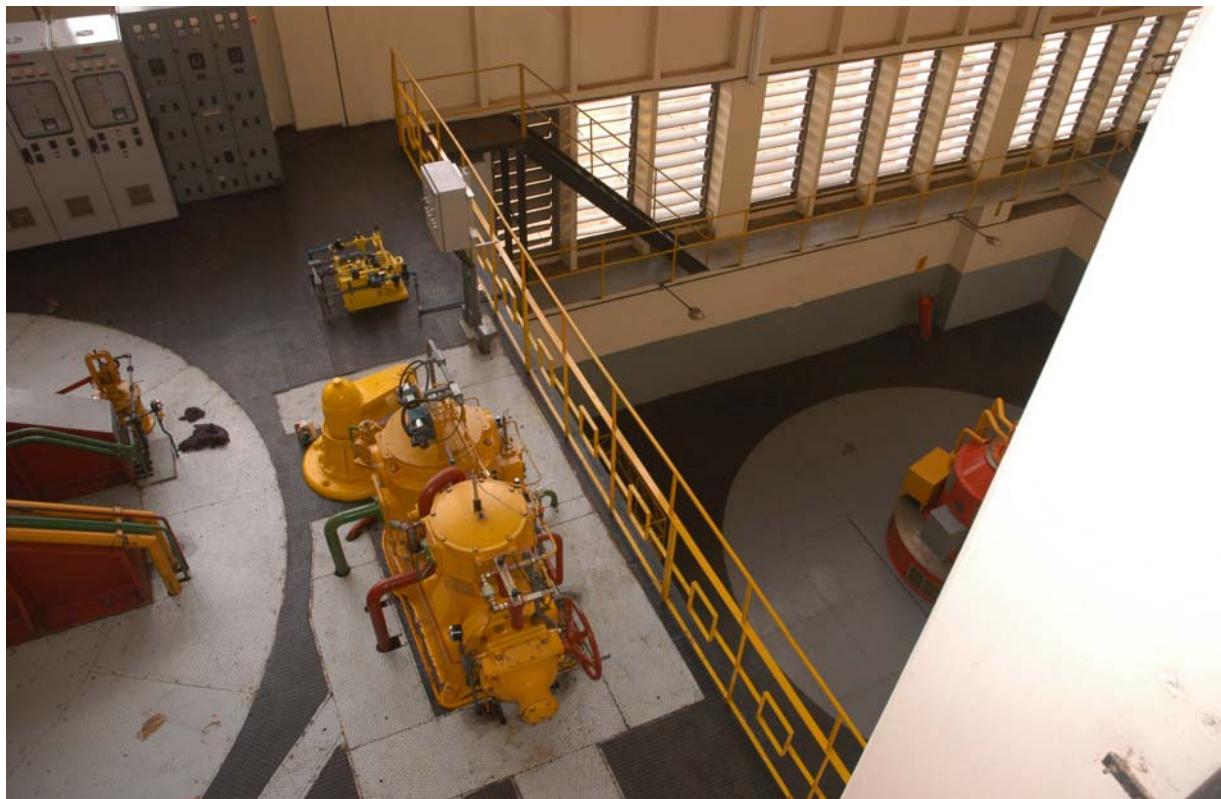


Foto 5.14 – Salão de máquinas da usina Mimoso (usina hidrelétrica Assis Chateaubriand)

Fonte: Acervo pessoal do autor.



Foto 5.15 – Canal de fuga alterado para adaptar à turbina obtida da CESP

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Esta “solução” poderia ter sido motivada pela falta de equipamentos no mercado ou mesmo pela premência, porque 1959/60 foi a fase mais aguda da crise de fornecimento de energia em Campo Grande. Da mesma forma, poderia se alegar que com a operação da linha de transmissão (LT) de energia de Jupiá – Campo Grande, a usina perdera a importância; sua conclusão apenas fora uma questão de honra, talvez pessoal de Kerman José Machado, que por necessidade. No entanto, o fato revela a postura que parece ser recorrente dos grupos dirigentes e da própria elite tecnocrata no estado, caracterizada por uma cultura do improviso, voluntarismo, pela falta de planejamento e incompetência, que chega às raias da irresponsabilidade. Certamente, essa é mais uma manifestação do absenteísmo, recorrentemente identificado ao longo da história. E que concorre para o descrédito dos dirigentes estaduais frente a seus pares no plano nacional.

CAPÍTULO 6

O APROVEITAMENTO DO RIO PARANÁ

Dispor de fontes abundantes de hidrelétricidade num mundo ameaçado de poluição crescente é vantagem singular de que se beneficia o Brasil. Para aproveitá-la, necessitamos de competente planejamento de longo prazo.

Celso Furtado

Neste capítulo será feita a descrição das principais usinas hidrelétricas construídas no rio Paraná, acompanhada de alguns elementos históricos que “marcaram ou não” a participação de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Além disso, procura-se reconstruir alguns elementos dessa participação, e especialmente a inserção do projeto no centro das discussões ora desenvolvidas, ou seja, quais as possibilidades apresentadas e a postura adotada pelos dirigentes de então. No caso em que a participação estadual foi muito reduzida ou nula, permanece a descrição do aproveitamento, como no caso de Itaipu. Nos **Anexos**, foi incluído um banco de imagens de cada aproveitamento com sua significação dentro da discussão deste trabalho.

6.1 A usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá)

A usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) foi construída com tecnologia inteiramente brasileira e concluída em 1974, no rio Paraná, entre as cidades de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Os estudos contratados neste empreendimento incluíram a avaliação do estudo de viabilidade existente, levantamentos e investigações de campo, investigações hidro-meteorológicas, estudos hidráulicos e hidrológicos, estudos energéticos e estudos do sistema elétrico. Posteriormente foram elaborados os projetos básico e executivo, incluindo, além dos desenhos de construção das obras de concreto e de terra, projetos de instrumentação, testes de modelos hidráulicos, preparação de especificações técnicas, planilhas de quantidades, documentos de contrato e documentos de concorrência. Foram também realizadas as atividades de assessoria às concorrências, supervisão de contratos, serviços de assistência e consultoria técnica, assistência na seleção de equipamentos, inspeção de fabricação de equipamentos e supervisão de montagem no local.

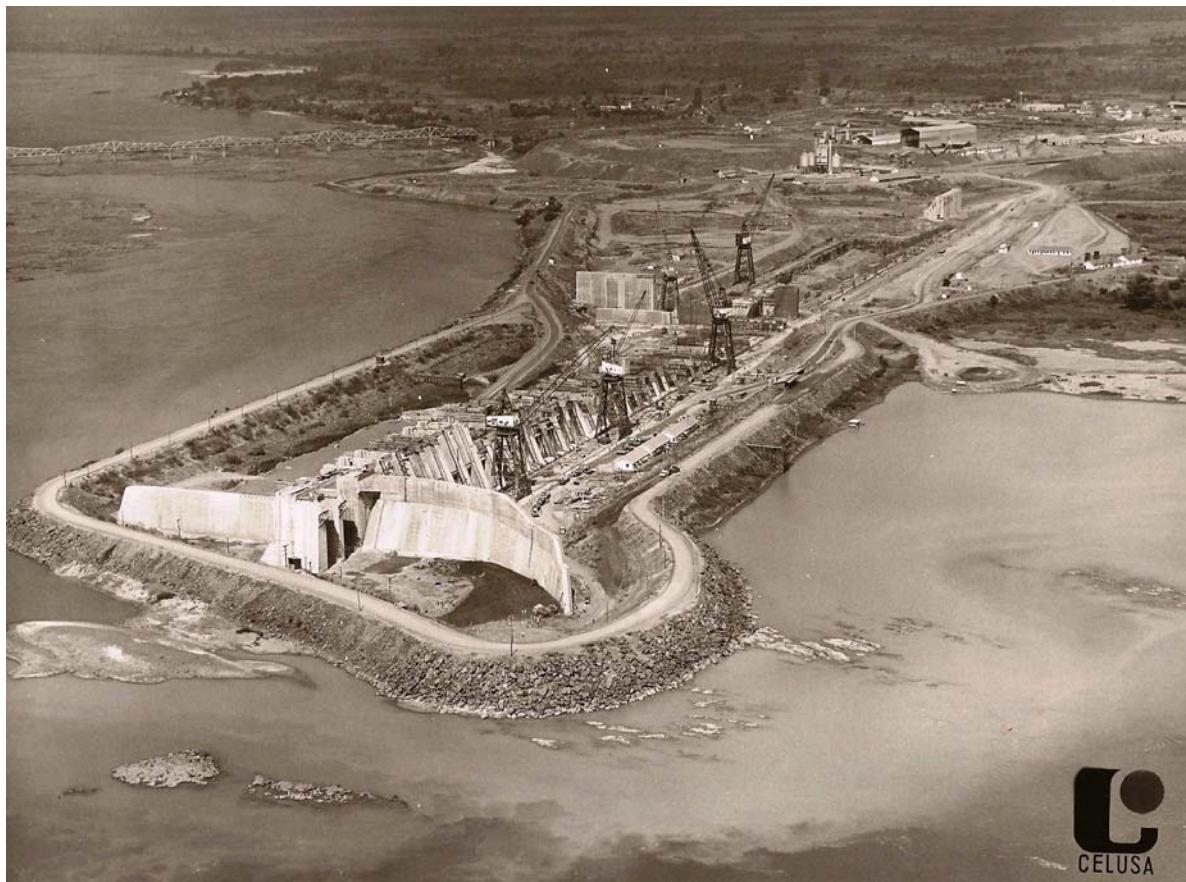


Foto 6.1 – Vista aérea de Jupiá durante sua construção.

Fonte: Acervo Arquivo Souza Dias.

Jupiá é um projeto de aproveitamento múltiplo e comprehende geração de energia hidroelétrica e navegação fluvial. O barramento, que cria um desnível de 20 metros, está formado pelo conjunto tomada d'água-casa de força, o vertedouro de superfície, os descarregadores de fundo, a eclusa e as barragens laterais de terra, em ambas as margens.

A bacia hidrográfica do reservatório possui 471.900 km^2 , com descarga regularizada $3.220 \text{ m}^3/\text{s}$ e reservatório de 241 km^2 , com volume máximo $3.680 \times 10^6 \text{ m}^3$. A barragem de concreto, tipo gravidade, possui 1.200 metros de extensão e altura máxima, da fundação à crista, de 38 metros. A barragem lateral da margem direita, em território de Mato Grosso do Sul, feita de aterro compactado, possui 2.200 metros de extensão e altura máxima de 40 metros; a da margem esquerda, também em aterro compactado, possui 2.440 metros e altura máxima de 42 metros. Possui 37 comportas radiais de fundo, com dimensão de $10 \times 7,6$ metros e quatro comportas radiais de superfície, com dimensão de 15×12 metros. O conjunto tem capacidade (decamilenar) de $50.000 \text{ m}^3/\text{s}$.

A casa de força é do tipo abrigada, e a capacidade instalada de usina é 1.400 MW, por meio de 14 turbinas *Kaplan* com capacidade de 100 MW cada; possui 14 geradores com capacidade de 112 MVA cada. A câmara possui dimensão de 427 metros de comprimento e 72 metros de largura. A eclusa é feita de concreto tipo gravidade, cuja câmara tem dimensão de 17,0 x 210,0 metros e queda máxima de 26 metros.

A história da construção da usina de Jupiá se confunde com a da própria CELUSA, constituída especialmente para sua implantação. A primeira diretoria da empresa era formada por Hélio Bicudo, seu presidente, e os diretores Diogo Adolfo Nunes de Gaspar, Francisco Lima de Souza Dias Filho, Nilde Ferreira da Costa, oriundo da Secretaria de Obras, e Demóstenes Martins, representante do governo de Mato Grosso. Na época, recorda Hélio Bicudo, vivia-se um momento de expansão. São Paulo tinha algumas empresas que foram responsáveis pela construção de várias usinas. A CELUSA era a principal, pelo porte do empreendimento em que estava envolvida. Foi esta primeira diretoria que formulou toda a política de construção de usina, desde a parte civil, quanto ao fornecimento dos equipamentos. Seu depoimento a esta pesquisa é esclarecedor:

Na parte civil nós fizemos uma tomada de preços vencida pela Camargo Corrêa, que em seguida começou fazer a ensecadeira e as obras de apoio ao canteiro de obras, desde a moradia dos técnicos e engenheiros, a parte do pessoal que trabalhava na obra, saneamento, escolas e equipamentos de recreação. O canteiro de obras era focado nessa questão social. O Sebastião Camargo era muito exigente na questão de higiene. [...] / O projeto havia sido incluído no Plano de Ação do governo Carvalho Pinto⁷⁵, por seu coordenador-executivo, Diogo Adolfo Nunes Gaspar. Isso veio “masti-gado” através dessa entidade, que era a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU) [...]. O trabalho dessa comissão “desaguou” na usina de Jupiá como obra importante para a infraestrutura do estado. E realmente foi importante, porque naquele tempo estava começando um “boom” no estado de São Paulo. Um “boom” de progresso, de implantação de indústrias etc. As indústrias eletromecânicas, de equipamentos pesados, surgiram a partir da CELUSA. A empresa foi a grande motora do desenvolvimento dessas empresas. / O caráter interestadual da CELUSA foi uma decisão política do professor Carvalho Pinto, uma vez que havia a inclusão de Mato Grosso nos projetos do Paraná/Uruguai e que a usina iria de Jupiá a Três Lagoas (MT), não havia motivo para excluir Mato Grosso. Eu acho que foi uma decisão política acertada, pois ele entendeu que deveria trazer alguém de Mato Grosso para compartilhar da direção da CELUSA (pelo menos nessa primeira fase). O empreendimento era de São Paulo, Mato Grosso não entrou com nenhum recurso. Teve a participação através do Demóstenes Martins na primeira diretoria (...). Quando Ademar de Barros assumiu o governo do estado, toda a diretoria se demitiu, com exceção do Souza Dias. / O professor Carvalho Pinto achava que a CELUSA tinha que ter não apenas técnicos em energia, e

⁷⁵ Composição inicial do Grupo de Planejamento: Plínio Soares de Arruda Sampaio (coordenador); Diogo Adolfo Nunes Gaspar, economista (secretário-executivo); Celeste Angela de Souza Andrade (diretora-geral do Departamento de Estatística do Estado); Paulo Menezes Mendes da Rocha (professor catedrático da Escola Politécnica da USP); Ruy Aguiar da Silva Leme (professor catedrático da Escola Politécnica da USP); Antônio Delfim Netto (assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP); Sebastião Advíncula da Cunha (Departamento Econômico do BNDE); Orestes Gonçalves (chefe do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda); Ruy Miller Paiva (engenheiro agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura).

sim um advogado. O problema da implantação de uma empresa não é apenas técnico, é um problema jurídico, inclusive. Problemas de desapropriação, contratos da obra civil, contratos da parte eletromecânica.

Em vez de uma concorrência internacional, foi feita uma tomada de preços internacionais, e nessa tomada de preços os japoneses tiveram a melhor qualificação. Exigia-se que quem fornecesse dos equipamentos eletromecânicos financiassem toda a obra, e que trinta por cento desse financiamento⁷⁶, deveria destinado à indústria nacional. A indústria pesada nacional ainda estava se desenvolvendo nessa época. Depois de alguns meses, os japoneses apresentaram uma carta anunciando sua saída da tomada de preços, alegando que não teriam condições de fazer o financiamento.

O segundo colocado na tomada de preços foi um grupo italiano, composto de empresas de equipamento pesado, turbina, além de equipamentos de transmissão. Os italianos fizeram o financiamento, de cerca de quatrocentos milhões de dólares, dos quais, 30% foram destinados à indústria nacional, que participou da construção desses equipamentos. O recurso complementar, para o sistema de transmissão, foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

As negociações com os italianos ocorreram em Milão, sede do grupo italiano. A equipe da CELUSA, integrada pelo presidente Hélio Bicudo e por Souza Dias e seu auxiliar José Gelásio da Rocha, esteve na Tchecoslováquia, Alemanha e Suíça, que demonstraram interesse, mas o problema era o financiamento. Embora no princípio houvesse dúvidas com relação à qualidade dos equipamentos italianos, já na primeira visita de Souza Dias, percebeu-se não tinha como pôr obstáculos aos equipamentos italianos, pois eram de primeira qualidade, “tanto que estão funcionando até hoje e bem”, observa Bicudo. Em seguida, destaca a importância da CELUSA para o desenvolvimento da indústria nacional:

Carvalho Pinto era uma pessoa muito sensível no que diz respeito a propiciar o desenvolvimento da indústria nacional. Se você desse a fabricação do equipamento todo para o grupo que vencesse essa tomada de preço, a indústria nacional não iria ter posterior qualificação técnica, como teve. Isso propiciava um avanço da indústria nacional no que diz respeito à tecnologia na implantação de usinas hidrelétricas, o que realmente aconteceu, pois as outras usinas tiveram grande participação das indústrias brasileiras na construção

⁷⁶ A participação dos trinta por cento que seriam destinados à indústria nacional foi uma discussão que ocorreu dentro do grupo de planejamento, que era um grupo de assessoria especial do governador Carvalho Pinto. A ideia, nas palavras de Hélio Bicudo, é que “não se podia apenas pegar lá e colocar aqui: tinha que pegar lá, colocar aqui e fazer aqui também”. Os trinta por cento foram fixados em comum acordo com os industriais, considerando a capacidade da própria indústria nacional.

das turbinas, na construção dos geradores, no equipamento pesado, mecânico e também no equipamento necessário para a transmissão de energia elétrica.

6.2 A usina hidrelétrica de Ilha Solteira

A usina, da Companhia Energética de São Paulo (CESP, São Paulo, SP), está localizada no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, na longitude $51^{\circ}30'W$ e na latitude $20^{\circ}15'S$, e integra o que ficou conhecido como complexo Urubupungá (Jupiá, Ilha Solteira e Canal Pereira Barreto).



Foto 6.2 – Vista aérea de Ilha Solteira em construção (25 de novembro de 1969).
Fonte: Acervo Arquivo Souza Dias.

A decisão de construir Ilha Solteira foi inusitada. Adhemar de Barros assumiu o governo de São Paulo, em 31 de janeiro, já no dia 15 de fevereiro ele resolveu visitar Jupiá. “Ficamos apavorados, o Adhemar tinha toda aquela fama”, relata Rocha. Em Jupiá, o Souza Dias apresentou a usina para o governador, e ele ficou entusiasmado. Dias disse-lhe que estavam estudando outra usina, mais acima, Ilha Solteira, e explicou para ele o projeto. O governador parou e disse: “O país não pode sofrer crise de energia elétrica; e no caso da energia elétrica, temos que pensar com 10 anos de antecedência, comece as obras de Ilha Solteira.”⁷⁷ A decisão de fazer a usina de Ilha Solteira nasceu naquele momento. A participação de Mato Grosso no projeto foi pífia. “No caso de Ilha Solteira, o governo de Mato Grosso, na época era o Pedro Pedrossian, nem aparecia lá”, revela Rocha⁷⁸.

O projeto italiano (Jupiá e Ilha Solteira) foi modificado pela equipe de Souza Dias. Foi montado um laboratório de hidráulica lá na usina de Ilha Solteira. Os professores da Escola Politécnica da USP ficaram “loucos de raiva”, porque queriam fazer os estudos com modelos reduzidos em São Paulo, recorda Rocha. Disse-lhes que em primeiro lugar na Politécnica não havia em água na quantidade necessária. Além disso, para fazer o modelo reduzido são necessários pedra, areia, cascalho etc, materiais que se encontram facilmente na beira do rio Paraná, com redução dos custos dos estudos. Segundo relatos, os laboratórios construídos em Ilha Solteira foram um grande sucesso.

Os estudos abrangeram a avaliação e atualização do estudo de viabilidade existente, análises hidrometeorológicas, estudos hidrológicos e hidráulicos, investigações geotécnicas, levantamentos técnicos, previsões de demanda de energia, estudos de mercado e comercialização, e estudos do sistema elétrico. Com base nisso, elaboraram-se os projetos básico e executivo, que incluíram os desenhos, a construção de obras de terra e de concreto, projeto de instrumentação, estudos de modelo hidráulico, especificações técnicas, documentos de licitação e as análises de propostas e seleção dos equipamentos (turbinas, geradores, transformadores e comportas), bem como assistência técnica na inspeção de fabricação e montagem.

⁷⁷ Entrevista concedida por José Gelásio da Rocha para esta pesquisa.

⁷⁸ Rocha recorda-se de uma atividade da Escola Superior de Guerra, realizada em Campo Grande em 1982, com a presença de generais. Chegou Pedrossian, dizendo que falava com Deus. “Uma coisa completamente maluca”, afirma, referindo-se ao ex-governador de Mato Grosso e depois de Mato Grosso do Sul, por duas vezes, a quem atribuem ser, segundo Rocha, “um sujeito operoso”.

O projeto contemplou o aproveitamento múltiplo do potencial, com geração de energia hidrelétrica, regularização de vazões e navegação fluvial. O barramento, que cria um desnível de 47 metros, é formado pela tomada d'água de 600 metros de extensão, vertedouro de superfície, clausa de navegação, barragem de gravidade de concreto e barragens de terra nas duas margens.

A casa de força, ao pé da barragem, serve de base para a subestação elétrica de 400 kV. Algumas soluções técnicas merecem destaque: quase toda energia gerada em Ilha Solteira foi requerida para as áreas das vizinhanças imediatas da cidade de São Paulo, e a totalidade das linhas de transmissão de saída em 460 kV foram orientadas para o leste. Sob estas circunstâncias, a ligação dos 20 transformadores principais localizados no topo da estrutura da casa de força, por linhas de transmissão suspensas até o pátio de manobras na margem esquerda teria requerido a construção de pelo menos 80 torres com 320 fundações dentro do leito do rio propriamente dito.

Para evitar isto, assim como para atender as razões da construção do pátio de manobra, foi elevada uma plataforma na forma de ponte acima do canal de fuga, a jusante da estrutura da casa de força, ligada aos transformadores por linhas aéreas, sem necessidade de torres fundadas no leito do rio. A plataforma foi construída na área ensecada, servindo adicionalmente como meio de cruzamento do rio durante o período em que este foi desviado por meio da estrutura da casa de força, eliminando a necessidade de outra ponte.

Neste projeto foi utilizado pela primeira vez no Brasil, o pré-resfriamento de agregados e água para controle térmico do concreto. Também foram utilizadas pela primeira vez no Brasil, comportas de emergência do tipo *bulkhead*, flutuantes, nas comportas do vertedouro, em vez do tipo painéis deslizantes convencional, com vantagens econômicas e de tempo de construção.

A bacia hidrográfica da usina abrange párea de 337.340 km² e vazão média anual de 5.380 m³/s, com reservatório de 1.231 km² e volume máximo 21.166 x 106 m³. A barragem de concreto (tipo gravidade) com extensão de 985 metros e altura máxima (fundação à crista) 78 metros; a barragem lateral da margem direita (enrocamento) tem extensão de 3.404 metros e altura máxima 72 metros, e a da margem esquerda (terra compactada) têm extensão de 1.796 metros e altura máxima 73 metros. O vertedouro (tipo superfície), com extensão de 355 metros e capacidade (decamilenar) 40.000 m³/s. A unidade é constituída de 19 comportas radiais de 15 x 15 metros. Sua casa de força, tipo abrigada, é integrada por 20 turbinas *Francis* de

160 MW cada e geradores de 170 MVA cada, totalizando a capacidade total instalada 3.200 MV.

O Canal Pereira Barreto, com 9.600 m de comprimento, interliga os reservatórios da usina hidrelétrica Ilha Solteira e da usina hidrelétrica Três Irmãos, propiciando a operação energética integrada dos dois aproveitamentos hidrelétricos.



Foto 6.3 – Operários trabalhando na enseadeira. A mão-de-obra não especializada era arregimentada em todo o Brasil.

Fonte: Arquivo Souza Dias

No caso de Ilha Solteira, segundo Rocha, “o governo de Mato Grosso nem aparecia lá; o governador na época era Pedro Pedrossian”.

6.3 A usina hidrelétrica de Itaipu

Localizada no rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai, aproximadamente na longitude 54°30'W e na latitude 25°30'S, a usina hidrelétrica pertence à Itaipu Binacional, empresa estatal brasileiro-paraguaia sediada no Rio de Janeiro (RJ), constituída com base em acordos diplomáticos realizados entre os governos militares dos dois países durante as décadas de 1960 e 1970. O barramento da usina, que cria um desnível de 120 metros, é composto

pela barragem principal de gravidade aliviada de concreto sobre a qual está instalada a tomada d'água, a estrutura de desvio do rio em concreto gravidade, as barragens de contrafortes de concreto, as barragens de enrocamento e de terra e o vertedouro situado na ombreira direita. A casa de força está localizada ao pé da barragem principal, sendo alimentada por condutos de aço parcialmente embutidos no concreto.



Foto 6.4 – Momento da abertura da ensecadeira de Itaipu.

Fonte: Acervo Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento de São Paulo.

Na casa de força foi construída uma subestação de manobra isolada a gás SF₆, de onde saem quatro linhas em 50 Hz para a margem direita (República do Paraguai) e quatro linhas em 60 Hz para a margem esquerda (Brasil). As obras civis foram iniciadas em 1975 e completadas em 1983, quando houve o enchimento do reservatório e início da geração.

A bacia hidrográfica do reservatório é de 820.000 km², com vazão média anual 8.463 m³/s. O reservatório possui área de 1.350 km², com volume máximo 29.000 x 106 m³ e volume útil de 19.000 x 10⁶ m³. A barragem principal, do tipo contrafortes de concreto, possui extensão de 1.234 metros e altura máxima, da fundação à crista, de 196 metros. A barragem da margem direita, no território paraguaio, também de contrafortes de concreto, possui 986 metros de extensão e altura máxima de 64,5 metros. Já a barragem do lado esquerdo (brasileiro), feita com enrocamento, possui extensão de 1.984 metros e altura máxima de 70 metros. A

barragem lateral da margem esquerda, feita com terra compactada, possui 2.294 metros de extensão e altura máxima de 30 metros.

A usina possui um vertedor de 380 metros de extensão, com capacidade de 62.200 m³/s e 13 comportas radiais, de 20 x 21,3 metros. A casa de força do tipo abrigada é composta por 18 condutos forçados com 10,5 metros de diâmetro e um conjunto de turbinas Francis (18 unidades) de 715 MW cada, e 18 geradores, sendo que nove deles são de 823,6 MVA/50Hz, instalados no lado paraguaio e, ou outros nove, com 737 MVA/60 Hz, no lado brasileiro. A capacidade instalada é de 12.600 MW e a câmara (completa) possui comprimento de 968 metros e largura de 90 metros. Nas escavações foram movimentados 56,6 x 10⁶ m³ de material, os aterros 25,0 x 10⁶ m³, além de 13,2 x 10⁶ m³ de concreto.

Itaipu⁷⁹ é um capítulo à parte na história da energia do Brasil, e que o estado de Mato Grosso do Sul pouco tinha a oferecer, além de mão-de-obra braçal; e sua relação hoje, resume-se aos *royalties* pagos à prefeitura do município de Mundo Novo (MS), cuja pequena parte do território foi afetada pelo reservatório da usina.

6.4 A usina hidrelétrica Porto Primavera (Engenheiro Sérgio Motta)

A usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também chamada de usina hidrelétrica Porto Primavera, está localizada no rio Paraná, 28 km a montante da confluência com o rio Paranapanema, na fronteira entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, na região do Pontal, situada na longitude 53°W e na latitude 22°30'S. Sua barragem, a mais extensa do Brasil, tem 10.186,20 metros de comprimento e seu reservatório, 2.250 km², dos quais 80% ocupam o território de Mato Grosso do Sul, em razão da vasta planície. A primeira etapa do enchimento do reservatório, na cota 253,00 m, foi concluída em dezembro de 1998, e a segunda etapa, na cota 257,00 metros, em março de 2001. Em Outubro de 2003, entrou em operação a unidade geradora 14, totalizando assim, 1.540 MW de potência instalada. As três primeiras unidades completaram a entrada em operação em março de 1999.

⁷⁹ Para quem desejar conhecer um pouco da história da usina, recomenda-se a leitura do livro de Osny Duarte Pereira, *Itaipu, prós e contras*. São Paulo: Paz e Terra, 1973.



Foto 6.5 – Vista aérea de Porto Primavera em construção.

Fonte: Acervo Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento de São Paulo.

O barramento, que cria um desnível de 20 metros, é formado pelo conjunto tomada d’água-casa de força de 570 metros, em concreto estrutural, pelo vertedouro, de 215 metros de comprimento, em concreto gravidade, e pela barragem de terra, que fecha a parte direita da calha do rio e a planície de inundação, de aproximadamente 10 km de comprimento.

A casa de força, que forma parte integrante com a barragem principal, é projetada para abrigar 18 unidades geradoras de 112 MVA cada, ligadas a transformadores trifásicos de 224 MVA, de relação 13,8/525 kV. O sistema de transposição para navegação está situado na margem esquerda, composto da câmara da eclusa em concreto e dos canais de aproximação de montante e de jusante, escavados em rocha. Para manutenção da navegação durante a construção foi implantada uma eclusa temporária, com câmara escavada na rocha.

A bacia hidrográfica do reservatório é de 575.000 km², com vazão média anual 6.000 m³/s. o reservatório tem uma área de 2.250 km², com volume máximo 20.000 x 10⁶ m³. A estrutura de concreto, tipo gravidade tem extensão de 888 metros e altura máxima, da fundação à crista, de 56,5 metros.

A barragem lateral da margem direita, em território de Mato Grosso do Sul, é feita de aterro compactado e possui extensão de 10.400 metros e altura máxima de 38 metros. Em função de características morfológicas, na margem direita do rio Paraná, no território paulista, não houve necessidade de fazer aterro. A usina possui vertedouros de superfície, com capacidade (decamilenar) de $52.800 \text{ m}^3/\text{s}$, com 16 comportas radiais com dimensão de 15 metros x 18 metros. Sua casa de força é do tipo abrigada. Possui 18 unidades de tomada d'água, com dimensão de 28 x 23 metros, para girar 18 turbinas *Kaplan*, com 103 MW cada uma, acopladas em 18 geradores de 112 MVA cada. A capacidade total instalada é de 1.800 MW. A câmara possui 573 metros de comprimento e 55,8 metros de largura (completa), e a eclusa tem câmara com dimensão de dimensões da câmara 17,0 x 210 metros e queda máxima de 23 metros. O volume de rochas escavados em rocha é da ordem de $14,2 \times 10^6 \text{ m}^3$; aterros $33,4 \times 10^6 \text{ m}^3$ e concreto $2,1 \times 10^6 \text{ m}^3$.

6.4.1 A presença de Mato Grosso do Sul

Ao contrário das usinas de Jupiá e Ilha Solteira, construídas ainda nas décadas de 1960/70, Porto Primavera teve suas obras iniciadas em meados dos anos de 1970, mas que, em razão da prioridade dada à usina de Itaipu, teve sua construção interrompida. O início de operação só ocorreu 18 anos depois da primeira data prevista e 20 após o início da construção. Depois de várias alterações no projeto, finalmente teve suas obras reiniciadas. No entanto, após a retomada, por causa de nova legislação ambiental, em 1981, a usina foi submetida ao processo de licenciamento ambiental, sendo o primeiro empreendimento de porte da indústria energética a elaborar o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório de impacto ambiental – EIA-RIMA.

Foi justamente a necessidade do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica Porto Primavera que permitiu ao governo de Mato Grosso do Sul participar de forma mais intensa do debate sobre a implantação desse empreendimento, principalmente em relação aos anteriores, e conseguiu estabelecer um processo de negociação, num primeiro momento com a CESP e, num segundo, com o próprio governo de São Paulo, cuja alegação principal era de que dos 220.000 hectares de áreas inundadas com a formação do reservatório da usina, 80% estavam no território sul-mato-grossense. Embora esse processo de negociação abrisse a possibilidade da discussão mais ampla sobre a participação no próprio empreendimento, dando uma nova dimensão ao papel dessas usinas no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, como se verá adiante, o caminho escolhido foi inverso: toda negociação se pautou por medidas compensató-

rias, uma espécie de “rosário de reivindicações locais” que atendessem aos interesses imediatos dos prefeitos das cidades impactadas e ao próprio governo estadual.

Assim, a primeira fase de negociações, que ocorreram durante o governo de Pedro Pedrossian, as medidas compensatórias se restringiram a obras de infra-estrutura, principalmente na pavimentação de estradas, construção de casas populares, além de equipamentos públicos nos municípios, como postos de saúde, algumas salas de aulas, reformas de praças, veículos etc. Desse episódio, ainda hoje lembrado e criticado pelos municípios da região que tiveram parte de seus territórios inundados pelo reservatório, são as casas populares construídas pelo governo do estado, na cidade de Dourados com recursos oriundos da CESP. Para a CESP, as negociações ocorridas com o governo de Pedro Pedrossian encerravam o processo de negociação com Mato Grosso do Sul.



Foto 6.6 – Manifestação dos atingidos pela usina de Porto Primavera
Fonte: Acervo pessoal do autor.

No entanto, as reuniões com a CESP eram realizadas entre os representantes do governo estadual e das prefeituras, sem a participação da comunidade atingida pela usina. Sentindo-se alijados do processo e excluídos do acordo firmado, deram início a ampla mobilização, que prosseguiu durante o ano de 1997. Na **Foto 6.6**, Dona Ernestina, uma liderança dos oleiros do Porto João André (MS), relata o drama de seus pares durante audiência pública no plenário da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul.

Um elemento importante que a comunidade tinha a seu favor era o EIA-RIMA do empreendimento, que previa uma série de medidas de “caráter mitigatório” para as populações humanas atingidas (oleiros, pescadores, pequenos agriculturas, comerciantes etc), a fauna e a flora. Nesse mesmo estudo estava prevista uma série de programas, cujo objetivo seria mitigar os impactos, quando possível, ou compensar em caso de haver perda definitiva. Embora houvesse discordância sobre o que a CESP estabelecia em seus programas, além do descompasso em relação à implementação das medidas relativas aos municípios paulistas – como exemplo, em Panorama (SP), a CESP já havia extraído toda a argila para o funcionamento das olarias e cerâmicas funcionarem por mais 10 anos depois da formação do reservatório.



Foto 6.7 – Uma das inúmeras reuniões da coalizão Missão Verde
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Esses fatos e a expectativa da formação do reservatório da usina mobilizaram as promotorias de Justiça do Meio Ambiente da região. Só na comarca de Bataguassu (MS) foram impetradas mais de 20 ações civis públicas, muitas das quais tendo recebido sentenças favoráveis ainda em 1997, além de 16 que estavam em vias de serem impetradas.

No período, deve-se destacar a atuação da Missão Verde⁸⁰, uma coalizão de ambientalistas, pesquisadores, população atingida, trabalhadores do setor elétrico e que contava com apoio dos municípios da região, e em especial, do Sindicato dos Eletricitários de Campinas, cuja base territorial integrava os municípios da bacia do Paraná. A **Foto 6.7** mostra uma das inúmeras reuniões realizadas pela Missão Verde.

Uma das atividades mais importantes realizada pela coalizão foi uma expedição integrada por mais de quarenta barcos com representantes dos diversos segmentos dos municípios paulistas e sul-mato-grossenses lindeiros e a imprensa nacional, que durante quatro dias percorreu a extensão do rio Paraná entre as Usinas de Jupiá e a barragem da Usina de Porto Primavera com a realização de vários atos públicos durante o percurso, como forma de mostrar a verdadeira extensão dos efeitos da inundação sobre os ecossistemas e a vida das populações ribeirinhas. A expedição culminou com uma grande manifestação em Porto Primavera que mobilizou milhares de pessoas. Na ocasião, era unânime a denúncia do “desastre ambiental que representava Porto Primavera”. Também se falava das manobras de intimidação com a utilização de helicópteros com seus voos rasantes e aterrissagens em comunidades isoladas, em que desce um funcionário da CESP, “faz perguntas e vai embora sem maiores explicações”, segundo denúncias recorrentes entre os moradores das ilhas e ribeirinhos.

⁸⁰ A representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na reunião de 14 de agosto de 1997, na Assembléia Legislativa de São Paulo, afirmou que o movimento não tinha “tido pernas” para acompanhar o problema de Porto Primavera, por causa de outras lutas. Mas que o trabalho da Missão Verde, de alguma forma, compensou. Anunciou que doravante o MAB terá condições de uma maior atuação.



Foto 6.8 – Oleiro faz demonstração da produção do tijolo artesanal comum, na região do Porto João André (MS)

Fonte: Acervo pessoal do autor.

O processo de licenciamento da usina Porto Primavera ocorreu paralelamente à implementação do Programa Estadual de Desestatização – PED, em que a privatização das empresas de eletricidade⁸¹ era prioridade para o governo Mário Covas. A própria participação dos trabalhadores do setor à campanha de Porto Primavera ocorreu em parte motivada pela bandeira contra a privatização da CESP, um exemplo de coalizão vitoriosa, entre o movimento sindical e grupos ambientalistas, uma vez que o governo de São Paulo não conseguiu privatizar a empresa.

Na época, havia a expectativa de que o novo governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos (PT), pudesse implementar uma nova política em relação à CESP, que viria ao encontro da proposta formulada por Sauer (2000) como alternativa à proposta de privatização, dando-lhe um novo papel:

No segundo semestre de 1999 foram vendidas, por cerca de R\$ 2,1 bilhões, as companhias geradoras Paranapanema e Tietê, dotadas de mais de 4 mil WW instalados. Infelizmen-

⁸¹ O processo de privatização do setor elétrico paulista merece um estudo à parte. Em seu início, o Executivo paulista enviou à Assembléia Legislativa projeto de lei em que autorizava a divisão das empresas de eletricidade existentes (CESP, CPFL e ELETROPAULO) em vinte e duas para serem leiloadas. A única empresa que não teve interessados foi a CESP Paraná, que detinha a concessão das Usinas de Jupiá, Ilha Solteira e Porto Primavera. Um dos motivos eram as incertezas representadas pelo passivo da usina hidrelétrica de Porto Primavera.

te esses dados apenas confirmam as avaliações consignadas neste documento (que indicavam valores próximos a R\$ 2,0 bilhões para as duas empresas, sob uma taxa de desconto de 10% a.a.). Mais importante, ratificam as constatações atinentes a pouca relevância das receitas da simples venda das empresas, que poderiam ser obtidas também mediante outras formas de reestruturação, condizentes com a manutenção dos objetivos estratégicos para a sociedade, sem a perda do controle público. / O recente anúncio de desestatização da CESP (remanescente), que responde por 7,7 mil MW (concluída a usina Sérgio Mota), enseja a retomada das discussões e denota a atualidade deste documento, em razão dos problemas envolvidos e das excepcionais condições, tecnológicas e de geradora de caixa, que a CESP ostenta. / Um imenso passivo ambiental e social, envolvendo os estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, ainda está pendente com relação à usina Sérgio Mota (ex-Porto Primavera). Fatores subjacentes à privatização tenderão a agravar ainda mais a busca de soluções, que tem se revelado difíceis mesmo quando estavam envolvidos apenas os governos estaduais e comunidades. / [...] maior controle social e viabilize a sinergia entre o domínio tecnológico da CESP e a agilidade de gestão privada, estariam dadas efetivas condições de porte, escala e capacidade de alavancar recursos resultando na **constituição de um “global player” brasileiro** que, escorado no mercado interno, busca a buscar maiores espaços nos mercados externos. De saída, essa companhia já possui porte superior ao de outros “players” (chilenos, portugueses e espanhóis) que recentemente conquistaram posições no mercado brasileiro⁸².

Embora a proposta tivesse sido bem recebida pelo governo de Mato Grosso do Sul durante as mobilizações que se seguiram contra a tentativa de privatizar a CESP Paraná, no exato momento em que ocorria um ato público no plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo, reunindo ampla coalizão contrária à privatização da CESP, além da presença de Itamar Franco, governador de Minas Gerais – que tentou qualificar a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) para disputar o leilão mas fora impedido pelo governo de São Paulo. Enquanto isso, o chefe da Casa Civil do governo de Mato Grosso do Sul, Vander Loubet, estava reunido com representantes do governo de São Paulo, dando aval à privatização da CESP, em troca de recursos financeiros a título de “compensação” por causa dos impactos que a usina Porto Primavera provocara ao estado. Naquele momento a política de José Orcírio dos Santos se igualava à de seus antecessores.

A última tentativa de privatizar a CESP Paraná, no final do ano de 2007, pelo governador José Serra (PSDB), retomou a política de privatização que marcou os governos paulistas que o antecederam, e que muitos acreditavam ser página virada, não deixou de surpreender diversos setores da sociedade em São Paulo e nos demais estados que integram e compartilham a bacia do Paraná. Ainda que sem as gerações dos rios Paranapanema e Tietê, a CESP

⁸² Ildo Luís Sauer, *A privatização da CESP – Consequências e alternativas*. 2^a ed. Campo Grande: EDUFMS; Missão Verde, p.9-10, 2000.

Paraná é a maior geradora de energia elétrica de São Paulo, com 7.456 MW de potência instalada.

Durante os debates que antecederam esta tentativa de privatizar a CESP Paraná, estava o não cumprimento pelas novas controladoras dos compromissos de ampliar em 15% a capacidade de geração dos rios Paranapanema e Tietê, assumidos no edital de venda das usinas daqueles rios para a iniciativa privada em 1999, prazo estabelecido havia se esgotado em 2007; um segundo argumento dizia respeito à renúncia do estado pela implementação de uma política ativa para o setor energético e a perda de um instrumento de desenvolvimento regional, como foi a CESP no passado em todas as regiões do estado em que atuou. Além disso, reduziria a capacidade do estado de influir diretamente sobre o setor mais estratégico, sobre o qual se assenta o desempenho de toda a sua economia.

A proposta do governo José Serra seria alienar 43,31% do capital total da empresa que pertence ao estado e que o torna o maior acionista e controlador da direção da CESP. Adotando o valor de US\$ 2.000,00 por kW instalado, como custo para a implantação de novas usinas hidrelétricas, e considerando a capacidade instalada da CESP Paraná, as ações controladas pelo governo paulista valem cerca de R\$ 11,6 bilhões, embora a dívida da CESP Paraná em 2008 estava na ordem de R\$ 6,5 bilhões, a companhia tem potencial de auferir, indefinidamente, lucros anuais da ordem de R\$ 2,0 bilhões.

Conceitualmente, a lógica que orienta a privatização do setor hidrelétrico está na disputa pela apropriação da renda hidráulica, que é a diferença entre o custo de geração das usinas hidráulicas e o preço pago pela venda dessa energia. No caso das usinas do rio Paraná, estas são extremamente atrativas, tanto para bancos quanto para os demais investidores privados, uma vez que o custo médio de geração de todas as usinas da empresa é da ordem de R\$ 40,00 por MWh de energia, contra um preço de venda da energia no mercado livre⁸³ em torno de R\$ 130,00 o MWh. Isso representa uma renda diferencial (hidráulica) de R\$ 90,00 por MWh. Como o parque gerador garante 3.916 MW médios de energia assegurada, essa renda soma R\$ 3,52 bilhões anuais.

⁸³ O preço da energia no mercado livre tem apresentado grande variação. Para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o preço na semana de 26 de janeiro a 1º fevereiro de 2010 foi de R\$ 550,28; na semana seguinte, R\$ 255,91. Com as chuvas do período, caiu para R\$ 150,00. Já no leilão da usina hidrelétrica do Rio Madeira, em 10 de dezembro de 2007, foi ofertada a R\$ 78,90 MWh pelo consórcio vencedor. No entanto, analistas projetam um valor estável de R\$ 130,00 em 2010-2012.

Embora esse seja um valor de referência, ele pode ser utilizado para demonstrar a robustez financeira da CESP Paraná: o valor médio da energia gerada pela empresa é pelo menos três vezes superior ao seu custo de geração, o que representa um valor agregado superior ao de qualquer outra atividade produtiva ou aplicação financeira. Além disso, caso se concretizasse a venda da CESP Paraná naquelas condições, os custos dessa transação recairiam sobre o conjunto dos consumidores de energia elétrica do país, pois não existe nenhuma restrição que impeça os futuros controladores da empresa transferir essa energia ao mercado livre, hoje destinada ao mercado cativo e regulado, podendo auferir lucros fabulosos.

De forma que o mercado cativo seria obrigado a comprar energia das novas usinas – mais cara –, o que resultaria na elevação das tarifas de energia. A própria venda pressionaria os preços à alta, vez que os compradores têm pressa de recuperar o capital investido. De forma que esse “sobrepreço” incidiria não apenas sobre consumidores domésticos, mas sobre os custos da produção industrial, elevando o custo Brasil, pressionando a inflação e impactando negativamente toda a economia.

O argumento final contrário à venda da CESP Paraná seria de que os estados integrantes da bacia do Paraná perderiam a possibilidade de participar do debate sobre o papel que a CESP Paraná deveria desempenhar no desenvolvimento regional, como foi destacado anteriormente: durante décadas a CESP impulsionou – e continua impulsionando – o desenvolvimento do estado de São Paulo, não só fornecendo energia para suas indústrias, como também por suas atividades de pesquisa e desenvolvimento e pela atuação de seu quadro de técnicos e engenheiros altamente capacitados, que foram envolvidos em projetos de desenvolvimento do lado paulista das regiões interioranas das bacias do Tietê e do Paranapanema. Exemplo disso são as regiões da Alta Sorocabana e Araçatuba. Entretanto, tais benefícios não foram sentidos no lado sul-mato-grossense, pelas razões já discutidas.

É interessante observar que esta discussão ocorreu depois do mandato de José Orcírio Miranda do Santos (PT), à frente do governo de Mato Grosso do Sul. Seu sucessor, André Puccinelli (PMDB), manteve-se distante. No entanto, os prefeitos dos municípios da região e os deputados se engajaram no debate, inclusive participando de audiências públicas realizadas na Assembléia Legislativa de São Paulo, mas o argumento principal utilizado pelos representantes sul-mato-grossenses era de que a privatização da empresa criaria dificuldades para o cumprimento dos compromissos com o estado e os municípios. Diante dos protestos, das ações judiciais e da desistência dos grupos interessados na compra, fracassou a tentativa de o gover-

nador José Serra (PSDB) privatizar a CESP. Após ficar em compasso de espera por praticamente uma década, em fevereiro de 2010, o governo de São Paulo anuncia uma nova política para a CESP, com a retomada dos investimentos na perspectiva de ampliar a capacidade de produção de energia, a exemplo da companhia mineira CEMIG e da COPEL, no Paraná.

Mais uma vez o debate estratégico sobre o papel da CESP não foi devidamente considerado por Mato Grosso do Sul, que manteve sua política de reivindicar compensações para o estado e municípios. No entanto, aproxima-se um terceiro tempo, com a proximidade do fim do período das concessões das usinas do rio Paraná (UHE Porto Primavera, 2008; UHE Jupiá, 2015 e UHE Ilha Solteira, 2015), uma nova oportunidade de corrigir uma distorção histórica e reafirmar que a energia gerada no rio Paraná continue atendendo o interesse público.

Além disso, deve-se somar a *expertise* sem igual na área da geração de energia hidrelétrica (engenharia, projetos, planejamento e meio ambiente) e que deve ser colocada a serviço do desenvolvimento energético nacional, da exploração de novos potenciais com a necessária proteção do meio ambiente, e também da construção da integração energética latinoamericana, em cooperação com os demais países, como Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Argentina e Uruguai.

É possível que CESP Paraná possa desempenhar um papel mais ativo no desenvolvimento regional, particularmente no estado de Mato Grosso do Sul, seja pela participação desses estados nos ganhos provenientes da geração de eletricidade, seja pela colocação da capacidade técnica da empresa a serviço da redução das desigualdades regionais, que ainda são fortes, especialmente nas regiões do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, no Noroeste do Paraná e no Sul e Sudeste de Mato Grosso do Sul.

A CESP Paraná, com sua experiência, capacidade técnica e recursos financeiros, tem muito a contribuir para a exploração dos recursos do rio Paraná, considerando seu múltiplo uso – como desenvolvimento do turismo, navegação, agricultura e irrigação –, bem como para garantir a preservação efetiva de áreas de proteção ambiental, como a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Nessa região está a única área remanescente protegida e que abriga ecossistemas únicos (como o “varjão do rio Paraná”), cuja proteção deve ser compatibilizada com a busca de alternativas de renda e desenvolvimento social para a população local, numa perspectiva que integre desenvolvimento regional e proteção ambiental.

6.5 O potencial não explorado de Ilha Grande

O que hoje é conhecido como a região remanescente do rio Paraná, localizado entre os reservatórios de Itaipu e Porto Primavera, é um dos poucos exemplos de um potencial hidrelétrico localizado próximo aos centros de consumo que não foi implementado. Os motivos não puderam ser conhecidos – possivelmente decorreram de diversos fatores, entre os quais as próprias condições para o barramento, sobretudo pela imensa região de várzeas que compõem aquele sistema, razões econômicas, adensamento populacional, e ainda mais recentemente o fortalecimento das ações ambientais e o próprio apoio da população da região, como se verá adiante.

Mas no passado o futuro da região poderia ter sido outro. A empresa estatal Furnas Centrais Elétricas chegou a projetar uma usina na região de Guaíra, chamada de usina de hidrelétrica de Ilha Grande, no rio Paraná, 170 km ao norte de Foz do Iguaçu, a montante da cidade de Guaíra, na fronteira entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, na longitude 54°W e na latitude 24°S. Chegou-se a construir parte da barragem de terra e foram iniciadas as obras da ensecadeira, mas depois o projeto foi abandonado.



Foto 6.9 – Região remanescente do rio Paraná, a jusante da usina de Porto Primavera
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Ainda hoje, ao passar pela Ponte Ayrton Sena, que liga as cidades de Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul, e Guaíra, no Paraná, avista-se o velho aterro. A área de inundação chegaria a 12.500 km², uma área equivalente ao território do estado do Sergipe. Era previsto, também, fazer todo um sistema de transmissão em 750 kW. A opção seria dividir o projeto e construir duas usinas: a de Ilha Grande, em Guaíra, e outra em Porto Primavera, região do Pontal do Paranapanema. Apenas a usina hidrelétrica de Porto Primavera foi construída.

Posteriormente, a concessão do projeto de Ilha Grande foi dada às Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), com sede em Florianópolis (SC). Coube à THEMAG elaborar os estudos de alternativas e da revisão dos estudos de viabilidade elaborados anteriormente. Estes estudos foram realizados em conjunto com a ELETROSUL e posteriormente a THEMAG elaborou os estudos de viabilidade no padrão ELETROBRÁS, e em seguida o projeto básico e os documentos de licitação. Também realizou o projeto básico da eclusa de navegação e os estudos ambientais.

Como projeto para aproveitamento múltiplo, Ilha Grande⁸⁴ compreendia a geração de energia hidrelétrica, regularização de vazões e navegação fluvial. O barramento constituído de barragem de terra compactada na margem esquerda, barragem de enrocamento na margem direita e estrutura de concreto tipo gravidade para a tomada d'água e vertedouro, tinha o comprimento aproximado total de 7.600 metros, com desnível de 18,0 metros entre o reservatório de água a montante e a restituição a jusante.

A casa de força foi planejada para ser de tipo convencional, formando parte integrante de barragem principal. Contendo 24 unidades hidrogeradoras com capacidade total de 2.400 MW. A subestação seria completamente fechada, isolada em SF6 e localizada dentro da casa de força propriamente dita.

Ilha Grande é um raro exemplo brasileiro de um grande potencial localizado próximo ao maior centro de consumo de energia do Brasil, que foi “abandonado” pelo setor elétrico,

⁸⁴ A bacia hidrográfica do reservatório projetado seria de 802.000 km² com vazão média anual 9.100 m³/s. O reservatório teria área 3.270 km², com volume máximo 30.000 x 106 m³, cuja estrutura de concreto (do tipo gravidade) seria de 120 metros e a altura máxima (fundação à crista) de 28,5 metros. A barragem lateral da margem direita (enrocamento) com extensão de 3.790 metros e altura máxima de 29 metros, e a barragem da margem esquerda no território de Mato Grosso do Sul, com terra compactada teria a extensão de 2.400 metros e altura máxima de 28 metros. Seu vertedouro, com 356 metros de extensão e vazão (decamilenar) 62.700 m³/s, com 18 comportas radiais de 15 x 22 metros. A casa de força, tipo abrigada, e 24 unidades de condutos forçados, com 9,3 metros de diâmetro; a capacidade total instalada seria de 2.400 MW, por meio de 24 turbinas *Kaplan* de 103 MW cada, e geradores de 112 MVA, cada.

não sem antes passar por duas tentativas de ser implantado. O megaprojeto de Furnas, que pretendia fazer uma única usina e, depois, quando o potencial foi desdobrado, entre Porto Primavera, executado pela CESP, e Ilha Grande, cuja obra foi iniciada pela ELETROSUL e mais tarde abandonada. A região tornou-se objeto de atenção de pesquisadores e ambientalistas em meados da década de 1990, que aos poucos foram obtendo a adesão dos municípios lindeiros paranaenses, como Altônia, Icaraíma, São Jorge do Patrocínio, Vila Alta, Guaíra, Terra Roxa, Iporã e Nova Esperança.

Em manifesto desses municípios, em 1º de setembro de 1997, encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA, solicita-se maior proteção ambiental ao “varjão do rio Paraná”, na qual entendiam que tal medida auxiliaria de forma decisiva no desenvolvimento regional por meio do ecoturismo e demais atividades correlatas. Nesse documento, pedia-se a criação de uma área de proteção federal que abrangeira toda a região remanescente do rio Paraná:

A criação de uma ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FEDERAL ao longo de toda a divisa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, desde a foz do Rio Paranaapanema no Rio Paraná até a ponte Interestadual, entre Guaíra e Mundo Novo, concomitante com a elevação das áreas atualmente protegidas pelos Municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência – CORIPA, à categoria de PARQUE NACIONAL, que não impedirá o desenvolvimento econômico da região, bem como o desenvolvimento do eco-turismo no noroeste paranaense, e que representaria importante passo no sentido de assegurar a manutenção, a nível nacional, das belezas cênicas e riquezas naturais do Rio Paraná, que em tupi-guarani significa irmão do mar.⁸⁵

A descoberta da importância ambiental da região, bem como de medidas legais de proteção partiram de alguns municípios paranaenses, com a criação de Área de Proteção Ambiental (APA), no âmbito dos municípios. Em 1995, Altônia, São Jorge do Patrocínio e Alto Paraíso criaram o CORIPA, um dos primeiros consórcios municipais no Brasil, cuja finalidade é a manutenção áreas protegidas, por meio da gestão compartilhada das APAs dos municípios associados. A primeira atividade do consórcio foi a elaboração do zoneamento do conjunto das APAs municipais, a um custo muito menor do que se fosse contratado individualmente pelos municípios. Em 1996, Icaraíma se associou ao consórcio, e em 1997, Guaíra.

Com isso, todos os municípios do lado esquerdo do rio Paraná, que margeia o arquipélago de Ilha Grande, estavam integrados. E em 2005 os municípios de Xambrê e Nova Espe-

⁸⁵ Manifesto assinado pelos municípios em 1º de setembro de 1997 na cidade de São Jorge do Patrocínio.

rança, que não possuem territórios às margens do rio Paraná, aderiram à associação, complementando os atuais oito municípios consorciados que compõem o CORIPA. Iniciava-se assim uma inédita experiência de gestão compartilhada de áreas naturais e de recursos ambientais, com destaque especial para a proibição de atividades predatórias como as atividades pecuárias (criação de gado bovino nas ilhas e nos varjões) e de mineração de areia e argila.

Dois fatores contribuíram para o êxito do consórcio. Em primeiro lugar, os recursos adicionais que os municípios recebem devido ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico, criado em julho de 1997, por meio do Decreto Estadual nº 3.446, com o objetivo de apoiar os municípios que possuem unidades de conservação (parques, APAs, reservas biológicas, estações ecológicas), terras indígenas, reservas particulares do patrimônio natural, além das reservas florestais legais, áreas de preservação permanentes e sítios especiais, desde que estejam nos contornos das unidades de conservação, em seus territórios. Em segundo lugar, as experiências de parcerias – para contratar serviços, promover a fiscalização integrando as estruturas de cada município (barcos, equipe técnica, fiscais), além da integração com outras organizações, como universidades, polícias (Florestal e Rodoviária), órgãos das esferas estadual e federal (Ibama, Ministérios Públicos, Instituto Ambiental etc).

Com isso, os engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas das prefeituras, somados à equipe técnica do consórcio desenvolviam trabalhos de extensão rural, educação ambiental e orientação aos proprietários rurais, em um trabalho de convencimento, embora amparado em lei, de isolamento das áreas de proteção permanente (margens dos rios, nascentes, várzeas etc), além de prestar apoio para a construção de poços para a dessedentação animal, de forma a impedir que as reses adentrem às áreas protegidas. As patrulhas mecanizadas faziam os trabalhos de conservação de solo em cada município, cabendo aos produtores rurais apenas os custos do combustível. Essas ações e o apoio no sentido de aumentar a produtividade agrícola e a renda do produtor (melhoria das pastagens, melhoramento genético, apoio à comercialização) foram decisivos para a adesão desse segmento ao projeto conservacionista do consórcio.

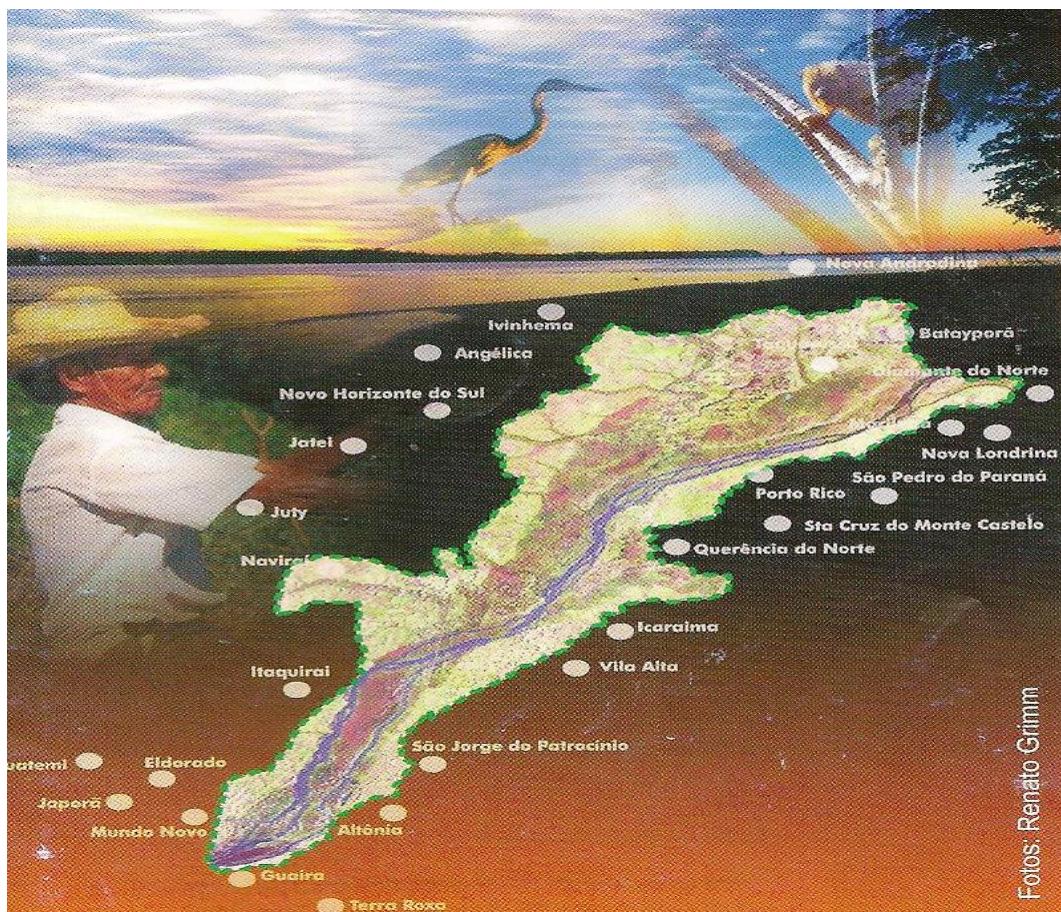


Figura 6.1 – Perímetro da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná.

Foto: Acervo Renato Grimm.

Em 30 de setembro de 1997, são criados o Parque Nacional de Ilha Grande e a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. A área do parque abrange a “Ilha Grande, Peruzzi, Pavão e Bandeirantes e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o reservatório de Itaipu e a foz do rio Piquiri até a foz dos rios Amambai (Mato Grosso do Sul) e Ivaí (Paraná), as áreas de várzeas e planícies de inundação, situadas às margens do rio Paraná, as águas lacustres e lagunares e seu entorno e o paredão da Araras”⁸⁶.

Já a APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná compreende toda a extensão do rio Paraná entre os reservatórios da usina hidrelétrica de Itaipu e a usina hidrelétrica de Porto Primavera, totalizando 899.632,00 hectares. São ilhas e ilhotas do rio Paraná, águas interiores e áreas lagunares e lacustres, as várzeas, planícies de inundação e demais sítios especiais situados em suas margens. O objetivo da unidade de conservação, explícito no decreto, é a proteção da

⁸⁶ Teor do decreto estadual de criação da unidade de conservação.

fauna e da flora, especialmente as espécies ameaçadas de extinção, tais como o cervo-do-pantanal (*Blatocerus dichotomus*), o bugio (*Alouatta fusca*), a lontra (*Lutra longicaudis*), a anta (*Tapirus terrestris*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e a onça-pintada (*Panthera onca*). Em relação à flora, a unidade procura garantir a conservação dos remanescentes da floresta estacional semidecidual aluvial e submontana e dos ecossistemas “pantaneiros”.

A experiência do CORIPA inspirou a criação de outros novos consórcios intermunicipais. Os municípios de Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, São Pedro do Paraná e Santa Mônica, localizados noroeste do Paraná, criaram em 1998 o Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná (COMAFEN), com o objetivo de representar o conjunto dos municípios integrantes frente aos órgãos estaduais e federais, além de planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas à conservação e recuperação dos ecossistemas associados ao rio Paraná, bem como promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico e ambiental da região da APA compreendida no território dos municípios consorciados.

Uma das ações pioneiras dos consórcios foi a contratação de fiscais ambientais municipais, com funções de fiscalização, educação ambiental e de extensão rural com orientação ambiental. Além disso, havia grande preocupação com o planejamento das ações com vista à proteção ambiental por meio de gestão associada de serviços públicos, assim como a integração do planejamento e gerenciamento ambiental dos entes federativos consorciados; a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados; o compartilhamento ou o uso comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal; a produção de informações ou de estudos técnicos e científicos; a promoção do uso racional dos recursos naturais, a proteção do meio-ambiente, a educação ambiental e o turismo, bem como o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados.

As experiências desses consórcios foram incorporadas à gestão da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Elas incentivaram a criação de consórcios semelhantes entre os municípios de Mato Grosso do Sul que partilham o território da APA Federal, como Mundo Novo, Japorã, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Jateí, Novo Horizonte do Sul, Angélica, Ivinhema, Nova Andradina, Batayporã e Taquarussu. Entretanto, o lado sul-mato-grossense não procedeu a criação desses consórcios nem a participação ativa nas suas iniciativas e benefícios. A única

exceção é o município de Jateí, maior beneficiário do ICMS Ecológico de Mato Grosso do Sul, criado em 1994, mas sua regulamentação só ocorreu com a Lei Complementar Estadual n. 2.193/2000.

Em 17 de dezembro de 1998, foi criado o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, nos municípios de Naviraí, Taquarussu e Jateí, com área de 73.300,00 hectares, fruto de uma das medidas compensatórias pelos impactos ambientais provocados pela usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, da CESP. A área do parque integra os “varjões dos rios Paraná e Ivinhema” e compreende o último trecho livre, sem represamento, no rio Paraná.

A própria criação do parque foi fruto das discussões no âmbito dos seminários de gestão compartilhada da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, especialmente pelos trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura da Universidade Estadual de Maringá (NUPELIA). Essas pesquisas indicavam que a melhor estratégia para a proteção dos ecossistemas do rio Paraná seria “canalizar” todos os recursos disponíveis da compensação ambiental da UHE Porto Primavera para a proteção de uma grande área contínua e, portanto, mais adequada à proteção da macrofauna, e que melhor representaria o ecossistema do rio Paraná, ao contrário da proposta inicial de preservar os ambientes sobreviventes que não foram atingidos pela elevação do nível da água com a formação do reservatório da usina, em geral áreas pequenas, isoladas e pouco representativas do ambiente.

Área com estas características só é encontrada a jusante da usina. Além disso, as pesquisas do NUPELIA apontavam para a necessidade de um cuidado especial com as lagoas marginais da planície, e associadas a elas as cheias sazonais do próprio rio. Esses dois fenômenos associados eram decisivos para a reprodução de espécies de peixes migratórios, em geral aqueles de maior valor comercial, que durante as cheias subiam os rios e faziam a desova justamente nestas lagoas marginais. Ao baixarem as águas, os alevinos ficavam “presos” e, protegidos de seus predadores, se desenvolviam e no ciclo seguinte retornavam ao leito do rio. Vale reproduzir o depoimento do professor Ângelo Antonio Agostinho sobre o caso, constante da ata de reunião de 20 de novembro de 2003 e que integra os autos da Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público do Estado do Paraná contra a CESP, a qual foi sentenciada favoravelmente ao impetrante:

O NUPELIA vem estudando a região há mais de quinze anos, havendo demonstração científica de que os “picos de cheias” são fundamentais para o recrutamento de formas juvenis e manutenção de várias espécies de peixes importantes do ponto de vista ecológico

e comercial. Após o enchimento do reservatório da UHE Sérgio Motta (Porto Primavera), tanto até a cota 253 metros até a cota 257 metros, foi verificada a diminuição no recrutamento dos indivíduos das espécies de maio porte. Afirmo que o período do ano que as cheias normalmente ocorrem, e sua duração, são fatores mais importantes que sua intensidade, para favorecer um recrutamento suficiente a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de várzea a jusante da hidrelétrica.

Foi com base nessa avaliação, em conversação com o representante do Ministério Público Estadual, que na ocasião liderava as negociações sobre dezenas de ações judiciais demandadas contra a CESP, que se optou por concentrar as medidas compensatórias em uma única área extensa e representativa dos ecossistemas dizimados pela usina. Surgia o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema, cujo objetivo seria conservar os fragmentos de florestas, os remanescentes de várzea e ecossistemas associados dos rios Ivinhema e Paraná e manter mecanismos de regulação natural das bacias hidrográficas locais como forma de promover a preservação da diversidade genética das espécies que habitam o parque, principalmente aquelas ameaçadas de extinção.

A experiência de gestão da região remanescente do rio Paraná, e que está em franco desenvolvimento, principalmente no “lado” paranaense do rio, é algo que incorpora parte da racionalidade defendida por Celso Furtado, centrada no planejamento (regional). A região como um todo compartilha de características comuns, seja do ponto de vista econômico e social e sobretudo ambiental. Contudo, tanto o governo de Mato Grosso do Sul, quanto os municípios, com exceção daqueles que estão tendo benefícios imediatos, não conseguem perceber a importância de pensar as ações presentes aliadas a uma visão de futuro, algo que os municípios paranaenses já perceberam. Mais uma vez, Mato Grosso do Sul voltas as costas para o que o rio Paraná representa ou pode vir representar.



Foto 6.10 - Cervo-do-Pantanal na região de APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

CAPÍTULO 7

SOB O MANTO DA PRIVATIZAÇÃO

É o símbolo de uma “vergonha” em minha trajetória política.

Wilson Barbosa Martins

Em 1997 inaugura-se uma nova fase no setor energético de Mato Grosso do Sul e encerra-se o ciclo iniciado em 1959, quando o estado tomou para si, mesmo com improvisos e subordinado aos movimentos que ocorriam tanto na esfera federal quanto aos de seu vizinho e velho aliado, o estado de São Paulo, na produção de eletricidade. De seu modo, a atuação da única empresa energética estadual, a ENERSUL, criada em 1979, cumpriu com os anseios da população de garantir o fornecimento de energia para atender suas necessidades básicas, mas não foi além.

Embora este estudo não tenha se aprofundado no papel desempenhado pela empresa, pois aqui são apresentados apenas alguns elementos para situar a discussão, pode-se afirmar que não existem evidências de que o paradigma furtadiano de desenvolvimento tenha sido a tônica que pautou a atuação da empresa. Da mesma forma, o conceito de planejamento com perspectiva de promover o desenvolvimento regional integrado, da forma que pautou a atuação da CESP, por exemplo, em São Paulo, também não ocorreu. A empresa atendia as políticas a cada governo que se sucedia, e no momento que o estado entendeu que poderia abrir mão de seu controle e que ela seria mais importante como moeda para equilibrar as finanças do Estado, não pensou duas vezes e a privatizou.

Nos dez anos que se passaram, a empresa privatizada teve dois controladores, foi objeto de Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, além de ter sido obrigada a reembolsar os consumidores por valores cobrados indevidamente. No entanto, as questões aqui apresentadas, têm como objetivo apenas de situar alguns eventos ocorridos após o processo de privatização da era FHC e que bateu em cheio no Mato Grosso do Sul.

7.1 A ENERSUL e sua privatização

A Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S.A. (ENERSUL) foi criada em 1979, ano da criação de Mato Grosso do Sul, sob a forma de sociedade de economia mista, com 51% das ações com direito a voto reservado ao estado. Na fase pré-operacional, de 11 de junho a 31 de dezembro de 1979, foi feita a cisão das Centrais Elétricas Mato-Grossenses S. A. (CEMAT), com a transferência dos ativos que integravam o sistema operado pela companhia no Estado de Mato Grosso do Sul, em 1º de janeiro de 1980. Em junho de 1993, a empresa passou a denominar-se Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S. A., mantendo a sigla ENERSUL, que embora tenha ampliados os seus objetivos, com a inclusão de atividades de pesquisas, estudos, planejamento, construção e exploração da produção, transformação, transporte, armazenamento, distribuição e comércio de energia, em qualquer das suas formas, além de combustíveis e demais fontes primárias de energia, suas atividades ao longo de sua atuação pouco se alteraram. E em 24 de setembro de 1997 iniciou-se o processo de privatização da empresa.⁸⁷



Foto 7.1 – Martelo usado pelo governador Wilson Barbosa Martins no leilão de privatização da ENERSUL

Fonte: Acervo pessoal do autor.

⁸⁷ O martelo faz parte dos objetos que decoram a residência do governador na rua XV de Novembro, em Campo Grande. “É o símbolo de uma ‘vergonha’ em minha trajetória política”, diz o velho político sul-mato-grossense.

O leilão de privatização da Enersul foi realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 19 de novembro de 1997. O lance vencedor apresentado pela ESCELSA foi de R\$ 625.555 mil e correspondeu a um ágio de 83,80% sobre o preço mínimo. A ironia da história é que com privatização da ENERSUL encerra-se o ciclo da fase histórica da área energética de Mato Grosso do Sul, iniciado em 1959 com a ocupação da Companhia Mato-grossense de Eletricidade. Como foi demonstrado anteriormente, à frente daquele movimento, encontrava-se à época o jovem político e prefeito de Campo Grande Wilson Barbosa Martins, e passados quarenta anos esse mesmo político, agora à frente do Executivo estadual, foi o responsável por bater o martelo da privatização da sucedânea da empresa que ajudou a construir. Ao justificar sua atitude, afirmou que o estado dependia do apoio do governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual condicionou qualquer ajuda à privatização da ENERSUL. Não podia fazer nada, “me sentia como um *boi no brete*⁸⁸, a caminho do matadouro. Não tinha como recuar”, revela emocionado.

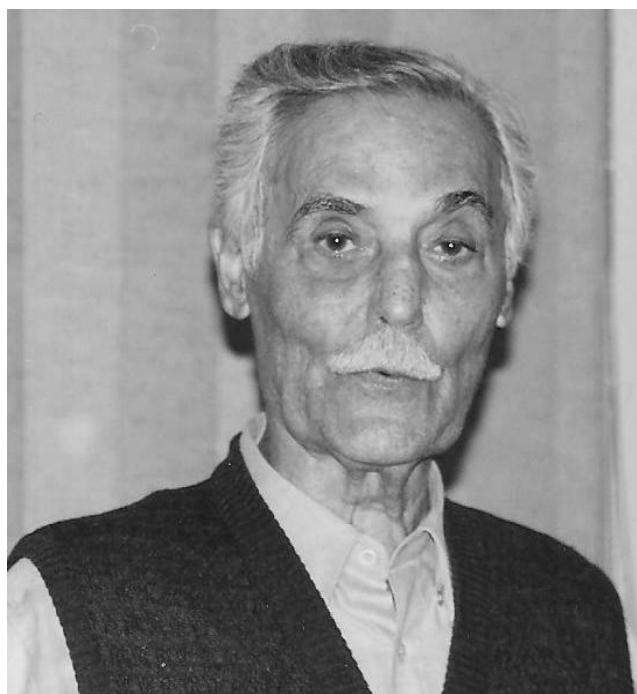


Foto 7.2 – Wilson Barbosa Martins, ex-prefeito e ex-governador do estado

Fonte: Acervo pessoal do autor.

⁸⁸ Uma expressão regional que significa “um caminho sem volta”. É uma alusão a um compartimento ou jaula para reter bovinos ou cavalos, impossibilitando qualquer movimento do animal, muito comum nas fazendas de gado. É usado para o manuseio do gado com segurança, enquanto estes são examinados, marcados ou recebem tratamento veterinário.

O caso da privatização da ENERSUL está inserido num contexto maior do programa de privatização patrocinado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que por sua vez estava subordinado a um movimento mundial, comandando pelo próprio Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa política ficou conhecida como Consenso de Washington, e pode ser resumida em dez pontos:

- 1º. *Ajuste fiscal*: O Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.
- 2º. *Redução do tamanho do Estado*: Limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com enxugamento da máquina pública.
- 3º. *Privatização*: O Estado vende as empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e implementar as políticas sociais.
- 4º. *Abertura comercial*: Redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
- 5º. *Fim das restrições ao capital externo*.
- 6º. *Abertura financeira*: Fim das restrições para que as instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condições com as do país. Redução da presença do Estado no segmento.
- 7º. *Desregulamentação*: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia.
- 8º. *Reestruturação do sistema previdenciário*.
- 9º. *Investimento em infra-estrutura básica*.
- 10º. *Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas*.

Essas regras foram tomadas como panaceia e aplicadas indistintamente aos países que necessitassem de qualquer “auxílio” do FMI. No entanto, havia aqueles governos mais realistas do que o rei, que acreditavam, como uma espécie de profissão de fé, que se aplicassem este receituário, automaticamente retomaria o crescimento de suas economias. A experiência mostrou o contrário, levando vários países à bancarrota. Não cabe a este trabalho fazer uma

avaliação crítica do período, mas para o setor elétrico vale a pena recomendar alguns estudos realizados a pós a catastrófica experiência do apagão no Brasil⁸⁹.

No Brasil, o programa de privatização⁹⁰ focou os setores estratégicos, especialmente lucrativos, como telefonia, energia e mineração. Na telefonia, como o sistema era diretamente comandado pelo governo federal sua privatização ocorreu sem maiores percalços, especialmente porque houve apoio aberto dos veículos de comunicação, em que alguns grupos eram candidatos a quinhão do sistema que estava sendo desmantelado; soma-se a isso a pouca tradição de luta dos trabalhadores do setor e sua baixa articulação com a sociedade. Não cabe aqui avaliar o “relativo sucesso”, que veio a preço de ouro para o usuário dos serviços de telefonia, mas é preciso salientar que o setor passou por verdadeira “revolução tecnológica” que já estava em gestação ainda durante a época da TELEBRÁS, cujo próprio centro de pesquisa havia desenvolvido tecnologias para este salto experimentado na telefonia.

Já na área da energia as resistências foram muito maiores. Empresas diretamente controladas pela União, como a ELETROSUL, foram privatizadas, mesmo diante de protestos de parcelas da população. No entanto, no setor energético brasileiro, por ser um segmento bastante complexo na sua organização como indústria (segmentado), cujo comando estava pulverizado entre os estados e União, a privatização avançou com dificuldade. Dois fatores foram decisivos para essa dinâmica: a posição dos governos estaduais e suas compreensões sobre o papel da empresas de energia para o desenvolvimento estadual, e algumas vezes, do próprio papel do Estado no segmento, e a força dos setores da sociedade civil contrárias à privatização. Poderia somar a isso, a tradição de luta nos estados e o próprio grau de desenvolvimento de suas instituições e suas condições de dependentes e periféricos do núcleo dinâmico do capitalismo brasileiro. O estado de Minas Gerais resistiu às pressões do governo federal, ali pe-

⁸⁹ As leituras indicadas para quem deseja conhecer um pouco mais o que foi a “saga” das privatizações no setor elétrico no Brasil, recomendam-se: 1) SAUER, Ildo *et all. A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. Campo Grande; São Paulo: EDUFMS; Paz & Terra, 2003. 2) D’ARAÚJO, Roberto Pereira. *O setor elétrico brasileiro: uma aventura mercantil*. Brasília: Confea, 2009. 3) KIRCHNER, Carlos Augusto Ramos. *Malogro no setor elétrico*. São Paulo: SEESP, 2005. 4) VEIRA, José Paulo. *Antivalor: um estudo de energia elétrica – construída como antimercadoria e reformado pelo mercado nos anos de 1990*. São Paulo: Paz & Terra, 2005 (especialmente o Capítulo 2).

⁹⁰ Uma visão ampla sobre o tema está na leitura obrigatória para quem deseja uma visão crítica do problema, desenvolvida por Aloysio Biondi, obra editada inicialmente em dois volumes, a saber: *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado* (1999) e *O Brasil privatizado II – O assalto das privatizações continua* (2000). Após seu falecimento em 21 de julho de 2000, os escritos foram reorganizados pelos filhos e republicados em volume único: BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado – edição especial*. Prefácio Aziz Ab’Sáber. São Paulo: Perseu Abramo. 2001.

sou a tradição nacionalista de seus dirigentes. São Paulo, ao contrário, abraçou a causa da privatização em pleno governo de Mário Covas (PSDB), mas não fez mais por causa da resistência de setores da sociedade civil, como o movimento sindical, intelectuais, segmentos da oposição etc. No entanto, seu sucessor, Geraldo Alckmin (PSDB) avançou com a agenda de privatização, restando apenas a CESP sob o controle do Estado. No Paraná o governo de Jaime Lerner (PFL) não conseguiu vencer as resistências contrárias à privatização durante seu mandato e, seu sucessor, Roberto Requião (PMDB), um crítico do processo de privatização, manteve a COPEL e ainda aprofundou seu papel de empresa pública. A Petrobrás, embora controlada pela União, o apoio da população forçou o governo a recuar na agenda de privatização, sem antes vender parte de suas ações na bolsa norte-americana.

Mato Grosso do Sul se enquadra no caso da fragilidade institucional e situação de dependência, além da pouca tradição de mobilização sindical e popular. A venda também contou com amplo apoio na Assembléia Legislativa e da própria imprensa local. Um possível foco de resistência que poderia ter ocorrido entre os próprios funcionários da companhia, mas perdeu força devido à estratégia do governo de oferecer lote de ações com deságio para os funcionários da empresa, que com isso enfraqueceu a posição contrária do sindicato da categoria. O depois senador Delcídio do Amaral Gómez (PT), que na ocasião integrava a equipe do governo FHC, comandou pessoalmente o processo de privatização da ENERSUL, por intervenção direta dos dois irmãos assessores presidenciais, Luiz Carlos e José Carlos Mendonça de Barros, da equipe do então superministro Sérgio Motta.

Consumada a venda, parte dos recursos que caberiam ao estado foi bloqueada pela Justiça para o pagamento de um precatório milionário à construtora Odebrecht. Além do mais, segue a polêmica sobre o destino dos recursos da venda da empresa. O fato é que a privatização da ENERSUL afastou-a definitivamente de ser um instrumento do Estado para promover políticas voltadas para o desenvolvimento regional. Diferentemente da COPEL, no Paraná, que permaneceu sob o controle do Estado e que teve seu escopo de atuação ampliado e oferece serviços de comunicação multimídia (acesso de internet, inclusão digital), por meio da COPEL Telecomunicações S. A., empresa de economia mista, de capital aberto e com ações nas Bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri, e tem como sócio majoritário e principal gestor o governo do estado do Paraná. Além disso, a empresa tem programas especiais de fornecimento de energia para irrigação, com desconto de 60%, mediante o Programa de Irrigação

Noturna (PIN), cujo objetivo é estimular a irrigação entre as 21:30 horas e as 6:00 horas, período em que a demanda de energia é baixa, para o aumento da produtividade agrícola.

Em Mato Grosso do Sul, a empresa apresentou o típico comportamento de um fornecedor privado, cujo objetivo é proporcionar rentabilidade aos investidores. Como foi dito anteriormente, depois de sua privatização, a empresa foi objeto de nova transação e atualmente é controlada pelo Grupo Rede e continua instável. Não raro, a imprensa veicula nova mudança no controle acionário da empresa, a qual uma das interessadas é estatal mineira, a CEMIG. O fato é que os encargos de sua privatização, das transações sequentes e a busca por rentabilidade somada à fragilidade dos órgãos de regulação estadual e federal, concorrem para que as tarifas de energia elétrica praticadas pela empresa sejam das mais altas do país. Tal situação motivou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em que foi constatada a cobrança indevida, o que motivou a ANEEL a determinar que a ENERSUL deve devolver uma soma de cerca de 190 milhões de reais aos consumidores, embora ninguém tenha sido apontado como culpado pelo “erro”.

7.2 A usina termelétrica Willian Arjona

O processo de implantação da usina termelétrica Willian Arjona⁹¹ pode ser considerado como no contexto do paradigma antifurtadiano. A obra projetada pela ENERSUL depois de sua privatização, quando ainda era controlada pela ESCELSA, pode ser definida como uma oportunidade de negócio, e se valeu de uma necessidade se fazerem as termelétricas para jus-

⁹¹ “O investimento em termoelectricidade foi amplamente incentivado pelo Governo Federal, que criou o Programa Prioritário de Termoelectricidade (“PPT”) e incentivou todas as empresas do setor elétrico a investir em projetos para geração térmica a gás. Nesse sentido, o PPT garantia aos investidores condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento de projetos de geração termelétrica, o que, de fato, fez com que vários empreendedores apresentassem projetos para obter os benefícios do PPT. O investimento na UTE Campo Grande esteve nas cogitações da ENERSUL muito antes da vigência do PPT, pois havia razões várias que ensejavam a iniciativa da ENERSUL em levar a cabo o investimento em geração termelétrica. No curso desse processo decisório cuidados foram tomados pelos então administradores da ENERSUL, dentre os quais destaca-se a elaboração, por parte das empresas contratadas BVI - Technoplan Ltda. e BVI - Black & Veatch International Company, de um “Estudo de Viabilidade da UTE Campo Grande”, o qual, em sua versão final, datada de dezembro de 1999, concluiu pela viabilidade econômica do projeto. Prestados os esclarecimentos, as acionistas Empresa Electrica Pilmaiquen S.A. e Wisteria Holdings LLC solicitaram informações adicionais sobre o assunto, as quais foram prestadas pelo referido Superintendente. Após ampla análise e discussão, os acionistas, por maioria de votos, com base nos esclarecimentos prestados pela administração e considerando que atos de gestão praticados no interesse da Companhia, sem violação à lei e sem culpa ou dolo, não ensejam a responsabilização dos administradores, deliberaram não aprovar a proposta para a propositura de ação de responsabilidade. Foi recebida, pela mesa, uma manifestação de voto contrário das acionistas Empresa Electrica Pilmaiquen S/A e Wisteria Holdings LLC. Adicionalmente, a mesa recebeu protesto formulado pela acionista Magistra Participações S/A.” (Fonte: Ata de Assembleia-geral Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2004, em segunda convocação.)

tificar a economicidade do gasoduto. Em depoimento, Beverly dos Santos Martinez, superintendente de geração da companhia, afirma que “a usina contribuiu garantindo a continuidade do abastecimento. Seu objetivo não era garantir desenvolvimento e progresso, mas garantir o abastecimento de energia”. E de fato, poucos dias depois de a empresa obter a licença ambiental, em um processo enviesado e tenso, o empreendimento foi vendido para a *Tractebel*. Nesse aspecto, o depoimento de Beverly é esclarecedor:

A Enersul construiu a usina, colocou em operação e chegou a despachar para atender uma demanda reprimida no Estado. Mas depois, o modelo do setor elétrico foi mudando. Na época da divisão de Mato Grosso, quando foi criado Mato Grosso do Sul, a Eletrosul entrou como supridora na área, responsável para fornecer energia elétrica à região. No modelo atual, não existe mais a figura do supridor. Mas, naquele contexto, a Enersul, que é uma empresa distribuidora de energia, avaliou que, com as condições comerciais que se apresentaram, era mais interessante vender do que ficar com a usina. O negócio foi fechado com a Tractebel, que tinha comprado geração da Eletrosul.

Quando a ENERSUL era a proprietária, a usina denominava-se UTE Campo Grande, e após a aquisição pela *Tractebel*, em homenagem a um funcionário da empresa morto em um acidente aéreo, passou a denominar-se usina termelétrica Willian Arjona. Inserida no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), o empreendimento teve sua implantação em meio a forte tensão com setores do governo de Mato Grosso do Sul, sobretudo com a Secretaria de Meio Ambiente, uma vez que persistiam dúvidas sobre a localização, e, sobretudo, a própria necessidade do empreendimento. Além disso, havia muitas dúvidas na área técnica da secretaria, responsável pelo parecer sobre o licenciamento do empreendimento, pois se tratava do primeiro caso desta natureza licenciado pela secretaria. Por outro lado, os moradores da região, próxima da usina manifestavam preocupações; da mesma forma eram questionados, por pesquisadores e professores ligados à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), os eventuais impactos ligados às emissões atmosféricas, com grande repercussão na imprensa e na própria opinião pública, além da oposição de grupos ambientalistas.

O empreendedor, por sua vez, trabalhou com a política do fato consumado. O fato era que depois da privatização da ENERSUL, o estado não tinha qualquer controle no setor elétrico, nem mesmo de informações. O gerenciamento da carga era feito pela própria empresa. A curva de demanda era fornecida pela ENERSUL, que eventualmente a utilizava para “pressionar” pela emissão da licença, sendo comum circularem boatos de que a qualquer momento poderia haver um blecaute no estado; e em havendo, a responsabilidade seria da Secretaria de Meio Ambiente, que não queria emitir a licença para a usina.

Além disso, o empreendedor havia iniciado a movimentação de máquinas e limpeza do terreno, sem que houvesse as devidas licenças ambientais. A saída para o impasse foi um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul e a ENERSUL, empresa responsável pelo empreendimento. No documento foram estabelecidas as condicionantes para enquadrar a empresa às normas ambientais vigentes, tais como a obrigatoriedade de elaborar o EIA/Rima e o curso normal do processo de licenciamento ambiental com a realização das devidas audiências públicas; além de a empresa fornecer os meios materiais e financeiros para o treinamento da equipe da secretaria, que seria responsável pelo parecer técnico dos estudos ambientais pertinentes. O treinamento foi realizado pela equipe da COPPE/UFRJ, que também acompanhou a análise do EIA-Rima. Esse TAC continha a autorização para o funcionamento da primeira máquina, em caráter emergencial, para atender à demanda de energia em Mato Grosso do Sul.



Foto 7.3 – Audiência Pública realizada na Associação Comercial de Campo Grande em que foi apresentado o EIA-RIMA da UTE Campo Grande

Fonte: Arquivo pessoal do autor.



Foto 7.4 – Instalação da primeira máquina de 35 MW na UTE Campo Grande. Na época foi feito o treinamento da equipe técnica da Secretaria do Meio ambiente durante o processo de analise do EIA/RIMA do empreendimento

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Alguns dias depois da posse da licença emergencial emitida pela Secretaria de Meio Ambiente, a ENERSUL consolida a venda da usina para a empresa belga, *Tractebel* que conclui o empreendimento.

Assim, a usina é constituída de cinco unidades geradoras, cujas unidades 1, 2 e 3 apresentam potência efetiva 120 MW (3 x 40), com fator de capacidade máxima de 90%, e as unidades 4 e 5 apresentam potência efetiva = 62,50 MW (duas unidades), com fator de capacidade máxima de 100%.

7.3 A usina termelétrica Luiz Carlos Prestes (Três Lagoas)

A usina localizada na confluência do rio Sucuriú com o reservatório da usina hidrelétrica de Jupiá, no município de Três Lagoas (MS) é de propriedade da Petrobrás. Seu processo de decisão e construção é bem diferente daquele verificado na UTE Willian Arjona, e embora localizada no território sul-mato-grossense, também não contou com a participação do governo estadual. Ela foi construída entre 2001 e 2003 pelo consórcio formado pela Promon Engenharia S.A e a Construtora Norberto Odebrecht. Embora tenha sido planejada como uma resposta à crise do “apagão” de 2001, no qual o governo federal previa a entrada em operação da

primeira máquina, de 60 MW em setembro de 2002, a usina começou gerar energia apenas em janeiro de 2004⁹². A inauguração oficial foi em abril de 2004.

A usina cuja potência nominal instalada é de 240 MW (quatro turbinas a gás MS6001FA do fabricante *General Electric* (GE-Europe), em ciclo simples. Com a implantação do ciclo combinado que está em curso a potência instalada será ampliada para 350 KW. Serão instaladas quatro caldeiras de recuperação de calor e duas turbinas a vapor. Além disso, integra o complexo uma subestação de 138 kV e linhas de transmissão. A usina faz parte do sistema integrado nacional.

Vale destacar que, diferentemente do processo de instalação da UTE Willian Arjona, a usina se submeteu ao processo ordinário de licenciamento ambiental. Além disso, seguiu com a execução de seu planejamento, também na segunda fase de ampliação, com a instalação do ciclo combinado. Para quem acompanhou ou dois processos, percebe-se a nítida diferença de postura, entre o imediatismo e de certa forma o oportunismo de se aproveitar de uma situação de crise para “aumentar seus lucros”, como foi o processo da UTE William Arjona, e que se contrasta com a tradição de planejamento da Petrobrás, responsável pela usina em Três Lagoas. Aliás, essa diferença de mentalidade foi muito bem identificada pelo trabalho de Ildo Luiz Sauer e outros, em 2003, no qual afirmam:

O governo Federal decretou em 2001 o racionamento de energia elétrica. A desmontagem e o desaparelhamento do sistema de planejamento, evidentemente, encontram-se entre as principais causas dessa situação extrema. De outro lado, constatou-se a emergência de novos agentes empresariais, com novas estratégias de gestão. Muitas vezes essas estavam vinculadas a distintos interesses econômicos e geopolíticos determinados por suas matrizes localizadas em outros países. / A atuação dos agentes concretamente abandonou o histórico e bem estruturado sistema de planejamento da expansão. O sistema brasileiro possui grandes reservatórios em bacias com regimes hídricos distintos. Foi construído sob a lógica de que deveria prevalecer, tecnicamente, a gestão integrada, de longo prazo [...].⁹³

Após a inauguração a UTE Três Lagoas passou-se a denominar UTE Luiz Carlos Prestes. Aliás, a própria mudança de nome é digno de nota. Segundo o professor Ildo Luís Sauer, que assumiu a Diretoria de Gás e Energia em 2003, com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a mudança de nome das usinas termelétricas da Petrobrás, coroou o processo de

⁹² Segundo a Odebrecht, o caráter de urgência fez com que a obra começasse ainda na fase do projeto conceitual. O projeto básico foi feito ao mesmo tempo que se executava a obra. Como consequência, as licenças ambientais demoraram a ser expedidas e o fornecimento dos grandes equipamentos atrasou. (Fonte: *Projeto Melhores Práticas – Mapeamento da Usina Termelétrica Luiz Carlos Prestes*. São Paulo: IEE/USP, 2008.)

⁹³ Ildo Luiz Sauer *et all*, *A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. Campo Grande; São Paulo: EDUFMS; Paz & Terra, 2003, p.94.

saneamento de uma série de contratos assinados no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, no qual desempenhou papel ativo Delcídio do Amaral Gómez, antigo aliado de FHC e atual senador por Mato Grosso do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores, então diretor de Gás e Energia da Petrobrás. Esses contratos ficaram conhecidos como “os contratos imorais”, embora tivessem respaldo legal. E visavam viabilizar as usinas termelétricas *Eletrobolt*, da companhia americana *Enron*, que depois se tornou o epicentro da crise de energia americana e faliu; e também, da *Macaé Merchant*, da *El Paso*, também americana e da *TermoCeará* do empresário brasileiro Eike Batista. Estimativas feitas na época davam conta de que a Petrobrás teria um prejuízo de R\$ 6,0 bilhões em cinco anos.

Ouvido na época pelo repórter Raimundo Pereira, o senador Delcídio do Amaral afirmava que os contratos não tinham nada de imoral, e que era um exemplo a ser seguido nas Parcerias Pública e Privada (PPP), de que o próprio presidente Lula tanto fala (*sic*). Outro ouvido pelo repórter foi Xisto Vieira da Silva, que havia sido secretário nacional de Energia na gestão do ministro Rodolpho Tourinho. Este foi mais cauteloso e afirmou: “os contratos feitos correspondiam a uma necessidade do país naquele momento, de falta de energia; sem eles, se teria um racionamento muito maior”⁹⁴. Realmente, naquele momento a sociedade brasileira vivia em pânico com o fantasma do apagão e qualquer medida ou promessa para diminuir as consequências da falta de energia era aceita sem mesmo o exercício da crítica. Assim, o modelo adotado foi de transferir todo o risco do programa de termelétrica para as empresas estatais. Além da Petrobrás, a Companhia Paranaense de Energia Ltda. (COPEL), do Paraná, também se viu na mesma situação. Em última análise esses custos seriam transferidos para o consumidor final de energia.

Depois de intensas negociações, amparadas em pareceres de especialistas de reconhecida capacidade, sem antes ameaçar recorrer à Justiça, a Petrobrás consegue renegociar os contratos, cuja saída foi a aquisição das usinas termelétricas em disputa e, ao mesmo, tempo seguia construindo suas próprias usinas, como aquela de Três Lagoas.

Depois de sanear todos os contratos e consolidar seu parque termelétrico, distribuídos nas diversas regiões no Brasil, e como forma de coroar o processo a empresa resolver homenagear ilustres brasileiros, que de alguma forma deram importante contribuição para consoli-

⁹⁴ Revista *Reportagem*. São Paulo: Oficina de informações, ano V, nº 59, agosto de 2004, p. 18.

dar a área de energia no país, cujas visões eram diametralmente opostas àquelas que orientaram a conhecida reestruturação do setor energético de orientação liberalizante, que viam no planejamento um empecilho para a livre iniciativa e a fluidez dos negócios.

Esses homenageados fazem parte daquele grupo que ainda nos anos de 1950 entenderam a importância do planejamento para a construção do país. Assim, a UTE *Macaé Merchant* recebeu o nome de Mário Lago, poeta, letrista e ator que cunhou a palavra de ordem da campanha da Petrobrás dos anos de 1950 “O petróleo é nosso”. A UTE *Eletrobolt* recebeu o nome de Barbosa Lima Sobrinho, jornalista e emblemático presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), teve importante participação na campanha do petróleo e um dos mais respeitáveis cidadãos brasileiro. A UTE Piratininga recebeu o nome de Fernando Gasparian, empresário, editor e político, foi ativo parlamentar constituinte sendo um dos responsáveis pelo capítulo da ordem econômica na Constituinte de 1988. A UTE FAFEN Energia recebeu o nome de Rômulo de Almeida, economista e político, que foi responsável pela assessoria econômica no segundo governo de Getúlio Vargas, cuja atuação na criação da Petrobrás e Eletrobrás foi decisivo. A UTE TermoBahia, recebeu o nome do economista Celso Furtado. Também foram homenageados por suas posturas em defesas dos interesses nacionais Aureliano Chaves, Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes. Este para a UTE Três Lagoas, em reconhecimento à sua participação na Campanha do Petróleo e a uma vida de luta contra as desigualdades sociais no Brasil. A escolha de Três Lagoas devido à passagem da Coluna Prestes pelo território de Mato Grosso do Sul.

Embora as homenagens tenham sido bem recebidas em todo país, vale destacar a resistências dos políticos de Mato Grosso do Sul à indicação de Luiz Carlos Prestes, que desejavam ver homenageado um político local.

CONCLUSÃO

É fundamental que as pessoas tenham muito claro que a produção, transmissão e distribuição de eletricidade, antes de ser um negócio, é um serviço de alta relevância.

A primeira constatação que este estudo mostra é que o processo de formação do setor energético de Mato Grosso do Sul seguiu o mesmo padrão de organização do setor no plano nacional, no que tange à eletricidade. Foram três fases distintas. A fase pioneira, cujos responsáveis pelo fornecimento eram as concessionárias privadas, e se estende de 1916 até 1959. Esse período foi caracterizado por sucessivas crises de fornecimento de energia, baixa qualidade dos serviços e tensão entre concessionárias e usuários dos serviços e de frágil controle do Estado. A segunda compreende o período em que o estado assume para si o problema da energia, com a criação da empresa estadual de energia (CEMAT e sua sucedânea ENERSUL), e se estende até privatização da ENERSUL. Nesse período, bem ou mal, o atendimento elétrico foi ampliado para todo o estado e atendia os padrões de qualidade estabelecidos pela ELETROBRÁS. A terceira fase é o período atual, marcado pela atuação do concessionário privado.

Analizando o processo de formação do setor energético em Mato Grosso do Sul à luz do pensamento de Celso Furtado, um termo que sempre vem à mente e que pode sintetizar a sensação percebida depois de analisar os fatos é a ausência. Ausência de ações pensadas com base em um amplo diagnóstico e que apontem para uma perspectiva, um caminho. Tudo parece que acontece ao acaso, de forma voluntária e ao sabor da percepção dos dirigentes na ocasião. Uma das poucas iniciativas que rompe com essa tradição do acaso e que apostou na valorização do planejamento ocorreu no governo de Fernando Corrêa da Costa, ao sugerir a criação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU) ao governador de São Paulo, malgrado a pequena participação mato-grossense nos trabalhos que a comissão elaborou durante seu funcionamento e, sobretudo, a pequena incorporação das propostas da comissão aos planos do governo.

Isso reforça a ideia de que o objetivo da CBIPU, na visão do governo mato-grossense, muito aquém de uma proposta presidida por uma visão de planejamento e de construção do futuro, era apenas uma forma de pleitear alguns recursos federais adicionais. Até porque era

público o desejo de vê-la se transformar em um organismo federal, a exemplo da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), com dotação orçamentária própria.

Diferentemente dessa postura ausente, o estado de São Paulo abraçou a proposta, investindo recursos humanos e orçamentários para o funcionamento da CIBPU, transformando-a num dos mais ricos experimentos de planejamento regional realizada no Brasil. É interessante observar que praticamente toda infraestrutura de energia, transportes, desenvolvimento industrial contidos nos planos dos diversos governos paulistas foi de alguma forma influenciada ou mesmo subsidiada pelos estudos desenvolvidos no âmbito da CIBPU, especialmente no primeiro Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, para o período de 1959 a 1963, e no segundo Plano de Ação, para o período de 1963 a 1966.

Tais considerações reforçam a ideia de que não houve no estado aquilo que Bosi chama de enxerto político de longa duração, ou seja, um conjunto de ideias e valores que vão além dos interesses imediatos e dos interessados.

Além disso, vale destacar a ausência de uma sociedade civil ativa e organizada e vigilante aos passos dos governos mato-grossenses que se sucederam e que se fizesse presente em todo o período analisado. Durante esse período, em apenas dois momentos a história registra maior participação popular: em 1959, com o episódio da ocupação a Companhia Mato-grossense de Eletricidade (CME), relatado anteriormente, que buscava, sobretudo, melhores condições de fornecimento de energia; e durante o processo de licenciamento da usina de Porto Primavera, reivindicando reparação aos danos provocados pela usina. Outras formas de participação proativa estiveram ausentes. Além disso, em Mato Grosso (e depois Mato Grosso do Sul) não existiram figuras como um Souza Dias, um Jesus Soares Pereira, tampouco um Celso Furtado. Da mesma forma, as sociedades científicas, como o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. A história da energia no Brasil identifica claramente os debates ocorridos durante a Semana de Energia, promovido pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 1958, que contribuiu decisivamente para os rumos do setor energético no Brasil.

A preocupação local era outra, e estava profundamente relacionada com formação histórica de Mato Grosso do Sul. A mentalidade predominante ainda era agrária, ligada à criação de gado e a uma agricultura incipiente. Até porque é a base econômica que determina a necessidade de energia. E, em Mato Grosso do Sul, as atividades primárias de exportação eram o motor econômico, não requeriam grandes blocos de energia, sobretudo, a eletricidade. A classe dominante dava pouca ênfase ao desenvolvimento da indústria, mas não tolerava a falta de

energia nas suas residências. E, também, não podia faltar energia para as atividades de comércio e serviços, também de baixa intensidade energética. Foi justamente quando o sistema de fornecimento não foi capaz de garantir essa pequena quantidade de energia que ocorreu o ato de ocupação da concessionária. Desde a implantação do sistema de transmissão de Jupiá a Campo Grande, que resolveu as crises de fornecimento de energia no estado, pouco se falou de energia. O problema da energia era o “aqui e agora”.

Da mesma forma, na relação entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, vista com base na ótica centro-periferia, o primeiro era fornecedor de produtos primários de baixo valor agregado, num primeiro momento representado pela carne bovina em que por muito tempo o gado era exportado vivo para os abatedouros e frigoríficos paulistas, e depois, abatido e em peças inteiras, também para ser processado nas indústrias paulistas. O cone sul do estado, nos anos 1960-70, cuja região se assenta sob o domínio de mata atlântica, com suas perobas rosa, cedros, ipês, canafistulas etc, foi por muitos anos, até a exaustão, um importante pólo exportador de madeiras brutas, apenas com processamento primário, que seguiam via fluvial pelo rios Amambaí e Paraná, até o Porto de Presidente Epitácio, e de lá por ferrovia até a cidade de São Paulo, para serem transformadas em móveis e demais usos demandados pela forte urbanização paulista. A indústria estava em São Paulo, e nessa lógica a energia gerada no rio Paraná tinha como endereço as indústrias paulistas. Nessa divisão “regional” do trabalho, Mato Grosso tinha como papel produzir e fornecer produtos primários para a indústria paulista.

Durante o período analisado, por dois momentos houve possibilidade real de uma participação ativa do estado, nos anos 1960 com a criação da CELUSA e recentemente, com o processo de licenciamento da usina de Porto Primavera. Nos dois momentos, as lideranças políticas e econômicas optaram por soluções de curto prazo. No primeiro, o estado recebeu a energia que precisava, e no segundo abriu mão de discutir uma proposta de participação em um novo modelo de gestão do parque energético do rio Paraná e optou apenas por receber indenizações e compensações “pela entrega de parte de seu território para o controle paulista, devido à formação do reservatório”.

Embora Mato Grosso do Sul inicie tarde seu processo de industrialização, com a instalação de algumas agroindústrias, como frigoríficos de abate de bovino, suínos e frango, esmagadoras de soja, uma consequência natural do desenvolvimento de sua economia, e agora recentemente amplia a base industrial com novas indústrias no ramo têxtil, papel e celulose, siderurgia, alimentos. Três Lagoas, cidade localizada na região do Bolsão Sul-mato-

grossense, onde estão situadas a usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) e a termelétrica de Três Lagoas de propriedade da Petrobras, caminha para se tornar uma cidade industrial. No entanto essa industrialização não é fruto de uma “ação pensada”, a exemplo de transformá-la em um pólo especializado, e sim ao próprio rearranjo do sistema capitalista, em sua conhecida divisão internacional do trabalho.

Além da conhecida busca por mão-de-obra barata, que determina a alocação das plantas industriais no mundo globalizado, outro elemento que ganha força como critério definidor é o componente ambiental. Neste sentido, caminha-se para uma “nova divisão internacional do trabalho” cujos principais critérios demarcadores são o componente tecnológico e os danos ambientais. A tolerância das sociedades avançadas em relação aos impactos ambientais (poluição do ar, da água e do solo) é muito menor do que nas sociedades subdesenvolvidas das nações periféricas. Por isso, os grupos multinacionais optam por instalar suas plantas de maior potencial poluidor nesses países em que, de um lado estão ávidos por investimentos (e empregos) e que têm uma sociedade civil debilmente organizada que não tem força para contrapor-se a esta lógica. O nível de exigência de um cidadão da Suíça é superior a um da Índia, África ou Brasil. Da mesma forma, há uma graduação no interior destas nações.

No Brasil, este fenômeno vem ocorrendo com maior frequência principalmente no estado de São Paulo em relação aos demais estados da federação, e em especial com Mato Grosso do Sul. Indústrias de maior potencial poluidor são desestimuladas de se instalarem na região metropolitana de São Paulo, por conta de maiores exigências ambientais dos órgãos de controle, provocadas até mesmo pela saturação do meio ambiente, entendido como um recurso que “absorve” a poluição. É como se fosse uma lixeira, que enquanto o lixo não transborda, é tolerado pelas pessoas. É preciso ter mais controle das emissões e isso significa aumento dos custos para os empresários. Ora, com isso o estado adotou uma política de interiorização das indústrias. Só que esse processo foi além de suas fronteiras, em parte pelos incentivos oferecidos por outros estados da federação. Indústrias de papel e celulose, que não são bem-vindas nos países europeus e mesmo na região metropolitana de São Paulo, são aplaudidas pelos governantes de Mato Grosso do Sul, e a população as recebem de portas aberta. Agora, não se pode imaginar que a indústria aeronáutica e de alta tecnologia atravesse a fronteira, porque a ela não interessa apenas solo e mão-de-obra baratos (isso interessa a todas), pois o insumo principal que eles necessitam são “cérebros” e isso se faz com uma base educacional estruturada e um sistema de ensino de referência, algo distante da realidade sul-mato-grossense.

Analisando nessa ótica, a mesma relação “centro-periferia” e de dependência que historicamente marcou Mato Grosso do Sul e São Paulo não muda com a incipiente industrialização de Mato Grosso do Sul. O estado continuará sendo um dos satélites do principal centro econômico do país, com as consequências “positivas” e “negativas” que essa relação proporciona.

Deixar nas mãos do mercado para que ele resolva essa distorção ou que supere essa condição é o caminho mais adequado? Será que é possível sem uma ação planejada? Neste contexto vale a pena parodiar Celso Furtado, que depois de conhecer os horrores da guerra e uma Europa destruída, ficou admirado por que os franceses diziam que o planejamento era necessário para resolver os problemas decorrentes da destruição da guerra. Furtado, então, afirmou:

[...] o subdesenvolvimento era uma espécie de devastação. Portanto, para superá-lo necessita-se de planejamento. O mercado sozinho não pode resolver o problema. Não é capaz de mudar as estruturas, o que é fundamental [...]. Uma economia rica como a Suíça, talvez não precise do planejamento global, pois as situações se acomodam e o mercado resolve o essencial. Mas numa economia como a brasileira, que tem imenso atraso acumulado, desequilíbrios regionais e setoriais, e um potencial enorme de recursos não utilizados, abandonar a idéia de planejamento é renunciar a idéia de ter governo efetivo⁹⁵.

Pode-se concluir que o principal elemento que contribuiu para que Mato Grosso do Sul não se apropriasse de seus recursos energéticos foi a ausência da racionalidade e de ações do tipo das defendidas por Celso Furtado, consolidado no planejamento de médio e longo prazos. Também ficou evidente que o núcleo dirigente estadual que se alternou no poder foi responsável por essa falta de planejamento, característica de um absenteísmo calcado em interesses imediatistas. Com isso, as políticas de desenvolvimento empreendidas pelos governos sul-mato-grossenses não tiveram longo alcance, nem efetividade, entre outras razões por não aderirem a uma concepção mais ampla e elaborada (política geral e ideológica) de desenvolvimento.

⁹⁵ Celso Furtado, Mensagens aos jovens economistas. In: *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental nas trilhas do materialismo histórico*. Tradução Isa Tavares; revisão Túlio Kawata e Maísa Kawata. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Córumbá; Hamburgo: s.ed., 1914.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.
- BOANOVA, A. C. *Energia e classes sociais no Brasil*. Loyola: São Paulo, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade – para uma teoria geral da política*. 11^a Tradução de Marco Aurélio Nogueira. . São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 10^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANCO, Adriano Murgel (Org.). *Política energética e crise de desenvolvimento: a antevista de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – ensaio de interpretação sociológica*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *A ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CASTRO, Nivalde José de. *O setor de energia elétrica no Brasil: a transição da propriedade privada pra a propriedade pública (1945-1961)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação do Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1975.
- COMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Exploração do rio Paraná – 1. Barra do rio Tieté ao rio Paranahyba; 2. Barra do rio Tieté ao Paranapanema*. 2^a ed. São Paulo: Typografia Brazil de Rothschild & Co. 1911
- COSTA, Luiz Augusto Maia. *O ideário urbano paulista na virada do século - O engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.
- D'ARAUJO, Roberto Pereira. *Setor elétrico brasileiro – uma aventura mercantil*. Série Pensar o Brasil e construir o futuro da Nação. Brasília: Confea, 2009.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano de Ação do Governo 1959-1963*. Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico-Social – Governo Carvalho Pinto. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Série biblioteca universitária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- _____, Florestan. *Elementos de sociologia teórica*. Florestan Fernandes – Universidade de Toronto. Série biblioteca universitária. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.
- _____, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. - 3^a ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- _____, Florestan. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernandes de Mendonça. *A Ciência na Busca do Eldorado: institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808 - 1907)*. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- _____, Silvia Fernandes de Mendonça. *Os Modernos Bandeirantes: a comissão geográfica e geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 45^a Ed.. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora Record, 2001.
- FROELICH, Gilval Mosca. *Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992)*. São Paulo: EDUC, 2001.
- FURTADO, Celso de Medeiros. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____, Celso de Medeiros. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____, Celso de Medeiros. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____, Celso de Medeiros. *A saga da SUDENE (1958-1964)*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.
- _____, Celso de Medeiros. *Análise do “modelo” brasileiro*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____, Celso de Medeiros. *Brasil: a construção interrompida*. 3^a. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____, Celso de Medeiros. *Criatividade e independência na civilização industrial*. Edição definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____, Celso de Medeiros. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

- _____, Celso de Medeiros. *Ensaios sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de recursos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2008b.
- _____, Celso de Medeiros. *Formação econômica da América Latina*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.
- _____, Celso de Medeiros. *Formação econômica do Brasil*. – 30^a. ed. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- _____, Celso de Medeiros. *Introdução do desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural* 3^a. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____, Celso de Medeiros. *O Brasil do pós-“milagre”*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- _____, Celso de Medeiros. *O capitalismo global*. 5^a ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2001c.
- _____, Celso de Medeiros. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____, Celso de Medeiros. *O mito do desenvolvimento econômico*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____, Celso de Medeiros. *O mito do desenvolvimento econômico*. Texto extraído da primeira parte de O mito do desenvolvimento econômico, Paz e Terra, 1974 – 3^a. ed.- São Paulo: Paz e Terra, 2001b.
- _____, Celso de Medeiros. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Tomo I, II e III. – São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____, Celso de Medeiros. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. – 2^a. ed. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981b.
- _____, Celso de Medeiros. *Perspectiva da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC-Iseb, 1958.
- _____, Celso de Medeiros. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____, Celso de Medeiros... (et all). *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o desenvolvimento, 2009.
- GAEDIN, Cleonice. *CIBPU: A Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai no planejamento regional brasileiro (1951-1972)*. Dourados: Editora UFGD, 2009.
- GALBRAITH, John Kenneth. *O pensamento econômico em perspectiva - uma história crítica*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- HALL, Gus. *O problema da energia: história de uma fraude*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- HANDERSON, Hazen. *Além da globalização: modelando uma economia global sustentável*. São Paulo: Editora Cultrix, 2003.

- HEMERY, Daniel *et all.* *Uma história da energia* Traduzido e atualizado por Sérgio de Salvo Brito. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.
- HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno. Um estudo da produção mecanizada*. Tradução. Benedicto de Carvalho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- IANNI, Otávio. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia.. 2ª ed.* .São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- JAY, Martin. *A imaginação dialética: história da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950.* Tradução de Vera Ribeiro; revisão da tradução Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- _____, Martin. *Marxism and totality: the adventures of a concept Lcács to Habermas.* 1ª ed. São Paulo: Cambridge, 1984.
- LILIENTHAL, David E. *TVA – A democracia em marcha.* 2ª ed. Tradução de Otávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.
- LIMA, Heitor Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação – um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.
- LIMA, José Luiz. *Política de Governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984).* Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.* Tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. - 1ª ed. .São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUMANN, Niklas. *Sistema social.* Tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini. - 1ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada.* São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850.* In. Obras escolhidas Vol. I. São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda,
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1983.
- _____, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.
- MERLEAU-PONTY Maurice. *As aventuras da dialética.* Tradução Cláudia Berliner; revisão técnica e da tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura.* Tradução Miguel Maillet. .São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MORAES, Luzia Elizabeth Prado (org.). *Fragmentos econômicos e culturais sulmatogrossense.* Campo Grande: Associação de Novos Escritores de Mato Grosso do Sul, 1990.
- NEWERLA, Vivian Branco. *Rios vistos e revistos:* as expedições do sertão da CGG-SP na história da ciência e ensino de ciências naturais. 2000. Tese (Doutorado)- Departamento

- de Geociências Aplicadas ao Ensino, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.
- ODUM, Howard T. *et al* ODUM Elisabeth C. *Hombrey y naturaleza: bases energeticas*. Barcelona: Ediciones Omega, 1981.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OSLON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- PARSONS, Talcott. *Sistema social*. Tradução Rodnei Nascimento; revisão da tradução Karina Jannini.. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- PEDROSSIAN, Pedro. *O pescador de sonhos - Memórias*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.
- PEREIRA, Luiz. *Classe operária – situação e reprodução*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- _____, Luiz. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1971.
- _____, Luiz (Org). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Textos Clássicos de Ciências Sociais. 2 ed. São Paulo: Zahar Editores, 1973.
- _____, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.
- PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu, prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- POLANYI, Karl, 1886 - 1964. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2^a ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1944/2000.
- PRZEWORSKI, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Tradução. Angelina Cheibub Figueiredo. Rio de Janeiro: Editora Relume-Demará, 1995.
- QUEIROZ, M. I. P. *Elementos do capitalismo híbrido*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- RECH, Hélvio. *Regulação dos Serviços Públicos de Energia Elétrica: descentralização e controle social 2004*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, 2004.
- _____, Hélvio; SAUER, Ildo Luis. *Regulação dos Serviços Públicos de Energia Elétrica e as experiências setoriais de controle descentralizado*. In: X CONGRESSO BRASILEIRO DE ENERGIA, 10., 2004, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2004
- SANTOS, Milton. *Por outra globalização. do pensamento único à consciência universal*. 11^a ed. . Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SAUER, Ildo L. *et. all.. A privatização da CESP: consequências e alternativas*. 2^a ed. Campo Grande: Editora UFMS; Missão Verde, 2000.
- _____, Ildo L. *et. all.. A reconstrução do setor elétrico brasileiro*. Campo Grande: Editora UFMS; São Paulo: Paz e Terra, 2003.

- SCARPINELLA, Cláudio A. *Porto Primavera: o paradigma de análise e os processos de decisão e implantação*. Tese (Doutorado)- Programa Interunidades de Pós-Graduação e energia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *A teoria do desenvolvimento econômico*: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. Introdução de Rubens Vaz da Costa; tradução de Maria Sílvia Possas. – São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____, Joseph et all. *History of economic analysis*. New York: Oxford University Press.
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*; tradução Laura Teixeira Mota; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. 4^a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- TAVARES, Maria Conceição. *Império, território e dinheiro*. In: FIORI, J. L. (Org.). Estado e moeda no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico e significação política*. 2.ed.. Tradução do alemão por Lilyane Deroche-Gurgel; tradução do francês por Vera de Azambuja Harvey; revisão técnica por Jorge Coelho Soares. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006. 742p.

LISTA DE ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

Fausto Matogrosso	Foi secretário de Planejamento de Mato Grosso do Sul durante o primeiro mandato do governo de José Orcírio Miranda dos Santos, em Mato Grosso do Sul (2000-2004);
Hélio Pereira Bicudo	Foi presidente da CELUSA durante o governo de Carvalho Pinto;
Jorge Jose Katurchi	Comerciante pioneiro em Corumbá - MS
José Gelásio da Rocha	Trabalhou com Souza Dias na construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira.
Jurandir Leite	Teve seu primeiro emprego em carteira assinada em 04 de dezembro de 1937, pela Companhia Matogrossense de Eletricidade. Foi funcionário CEMAT e ENERSUL
Kerman José Machado	Foi representante do Mato Grosso na CIBPU, chefe da superintendência de obras da CEMAT durante a construção da Usina Hidrelétrica de Mimoso.
Plínio de Arruda Sampaio	Foi sub-chefe de gabinete e coordenador do Plano de Desenvolvimento do Estado de São Paulo no governo de Carvalho Pinto.
Wilson Barbosa Martins	Foi prefeito de Campo Grande na década de 1950 e governador de Mato Grosso do Sul por dois mandatos.

ANEXOS

1 – Termos conceituais da obra de Celso Furtado

- Acumulação “É, acima de tudo, uma resposta à ação de forças que comandam o sistema econômico em função dos objetivos da vida social. Tais forças variam de uma sociedade para outra e são determinadas pelo nível de vida já alcançado pela coletividade, pelo regime político, pelo sistema de valores prevalecente, pelas responsabilidades internacionais que se atribui a coletividade ou seus dirigentes, por formas de dominação externa”
(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 102)
- Acumulação “Assume as formas mais variadas nas distintas culturas. Ela é o cimento da estratificação social e da legitimação do sistema de poder, por um lado, e, por outro, é o vetor do progresso das técnicas”
(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 21)
- Acumulação “É apenas o vetor que permite, mediante a inovação, introduzir as modificações nos sistemas de produção e nas estruturas sociais de chamamos de desenvolvimentos”
(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 73)
- Acumulação de capital “Difundir em um setor ou estender a novos setores uma técnica superior já disponível”
(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 74)
- Acumulação “*stricto sensu*” “É apenas a transferência no tempo do uso final de recursos disponíveis em um momento dado”
(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 63)
- Agricultura nos países subdesenvolvidos 1. “A participação da mão-de-obra agrícola na força de trabalho total é considerável: quase sempre superior a 40 por cento, podendo em alguns casos superar o duplo dessa cifra.
2. A produtividade do fator de trabalho é consideravelmente mais baixa na agricultura, relativamente às demais atividades produtivas; a diferença é pelo menos de 1 a 2, podendo alcançar 1 a 5 ou mais; os preços relativos desempenham

aqui um papel importante, mas, mesmo se se adotam preços relativos internacionais ou prevalecentes em economias desenvolvidas, a diferença continua elevada, particularmente quando a comparação é feita com o setor industrial.

3. O salário médio agrícola (ou a renda média do trabalhador agrícola) é bem mais baixo que o salário do trabalhador não especializado das atividades não agrícolas; demais, uma parte significativa do salário (renda) do trabalhador rural não se integra nos fluxos monetários.
4. O investimento realizado no fator humano (melhoria de condições de saúde, educação, formação profissional etc.), o qual é em grande parte, financiado pela sociedade no seu conjunto, concentra-se nas zonas urbanas; da mesma forma, a renda invisível criada pelos investimentos públicos e pelas economias de aglomeração beneficiam quase que exclusivamente a população urbana.
5. Esses dados traduzem o fato fundamental de que, nos países subdesenvolvidos, a sociedade põe à disposição da massa rural apenas o necessário para a sua subsistência. A diferença entre esse nível de subsistência e a produtividade média do setor agrícola constitui o excedente agrícola, o qual se reparte entre a classe proprietária rural, os intermediários financeiros e comerciais e o Estado”

(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 157)

Agricultura tradicional

“Se caracteriza pelo estado praticamente estacionário das técnicas que utiliza. Desta forma, a expansão da agricultura tradicional se realiza mediante a incorporação de fatores de produção que ela já utilizou no passado, tais como mão-de-obra, terra, água. Posto que a técnica não se modifica, a produtividade da mão de obra é estacionária”

(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 160)

Aplicação do excedente

“Outra coisa não é senão a variedade de caminhos que trilha o homem no seu esforço de criatividade, e explica as distintas curvas descritas pelas civilizações. A mudança de uma corrente de comércio pode secar a fonte de um excedente e modificar a curva de uma civilização, mas não existe nem progresso e nem declínio necessariamente”

(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:286)

Apropriação do excedente de forma autoritária

“O caso extremo do excedente gerado autoritariamente é a escravidão. Os sistemas impositivos têm origem idêntica, o que não impede que eles hajam evoluído no sentido da legitimação pelo consenso dos indivíduos tributados. Formas mais sutis de extração autoritária do excedente são as normas que regem as

	profissões hereditárias, que freiam a mobilidade geográfica das pessoas, que impedem a circulação de bens, que restringem o acesso à terra arável e à água. Formas ainda mais sofisticadas são os sistemas de patentes, o controle da informação, o controle do acesso às escolas de prestígio etc.”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 21)
Apropriação do excedente de forma mercantil	“Fundase nas operações de intercâmbio. Ela também gera a estratificação social, mas o seu ponto de partida não é a dominação e sim o aumento de produtividade criado pela especulação, possibilitada pelo intercâmbio. Com efeito, o intercâmbio pode existir no quadro de relações simétricas, ou seja, entre parceiros totalmente independentes um do outro”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 22)
Ascensão burguesa	“É mais um processo de geração de novas formas de poder do que a assunção de novos grupos sociais às formas tradicionais. Essas novas formas de poder fundavam-se no controle da produção, e não na propriedade da terra e/ou na tutela direta sobre a população”
	(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 63)
Atuais economias subdesenvolvidas	“Onde a taxa de salário depende essencialmente das condições de vida que prevalecem em um amplo setor pré-capitalista, com respeito às quais o progresso técnico se comporta como variável exógena definida por outras economias de mais avançado grau de capitalização”
	(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 209)
Bens de consumo duráveis	“São criações de uma civilização tecnologicamente avançada, isto é, de economias em que o fator mão-de-obra já era relativamente escasso”
	(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 208)
Bom planejamento	“É aquele que ausulta a preferência dos consumidores, evidentemente dentro do quadro de recursos globais dedicados ao consumo da coletividade”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:280)
Capital reprodutível	“Soma total de trabalho realizado no passado para aumentar a produtividade do próprio trabalho no presente”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 94)
Ciclo	“Manifestação externa do processo de crescimento da economia industrial de livre-empresa”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 143)

Condição de equilíbrio dinâmico	<p>“O perfil da demanda de bens finais terá de conformar-se às exigências do progresso tecnológico na forma em que este é transmitido pelas empresas transnacionais”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 211)</p>
<i>Corporation</i>	<p>“Originariamente era a expressão de um contrato entre o estado e um grupo de pessoas beneficiárias de um privilégio concedido pelo poder público”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 118)</p>
<i>Corporation</i> quase-pública moderna (para usar expressão de Adolf Berle)	<p>“Para usar expressão de Adolf Berle, é em realidade a resultante das exigências da tecnologia e da organização que estão na base do crescimento da atividade econômica. Mas também exprime a evolução da empresa privada tal qual já a descrevia A. Smith”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 1118)</p>
Crescimento	<p>“É o aumento da produção, ou seja, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto especializado, e que o desenvolvimento é o mesmo fenômeno quando observado do ponto de vista de suas repercussões no conjunto econômico de estrutura complexa que inclui o referido setor especializado”</p> <p>(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 79)</p>
Crescimento de uma economia desenvolvida	<p>“É, principalmente, um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 85)</p>
Crescimento de uma economia subdesenvolvida	<p>“É, sobretudo, um processo de assimilação da técnica predominante na época”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 85)</p>
Dependência tecnológica	<p>“A tecnologia, fator exógeno, impunha um montante de investimento por trabalhador em desacordo com a fraca capacidade de poupança das populações periféricas”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 68)</p>
Desenvolvimento	<p>“É, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 105)</p>
Desenvolvimento	<p>“A generalização do acesso aos padrões de vida com base na elevação da produtividade física do conjunto da população ativa”</p>

- (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 79)
- Desenvolvimento
“É, portanto, um processo de recriação das relações sociais que se apóia na acumulação”
- (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 73)
- Desenvolvimento
(rompendo com o preconceito antievolucionista da antropologia)
“Um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas –existentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação do sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”
- (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo II, 1997: 280)
- Desenvolvimento
agrícola
“Passagem da agricultura tradicional para a moderna”
- (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 162)
- Desenvolvimento das
forças produtivas
“Implica transformação dos recursos, portanto uma reestruturação do processo produtivo e, provavelmente, daquilo que se produz”
- (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 64)
- Desenvolvimento das
forças produtivas na
sociedade industrial
“É um duplo processo de transformação: no nível da utilização dos recursos produtivos e no plano do comportamento dos agentes sociais”
- (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 64)
- Desenvolvimento
econômico
“Fenômeno com uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhes são específicos, se bem que muitos deles sejam comuns a outras economias contemporâneas. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento”
- (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 28)
- Desenvolvimento
econômico
“Consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho”
- (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 85)
- Desenvolvimento
material (em um país como o Brasil)
“É quase necessariamente imitativo, dado que os empresários industriais tem a sua disposição processos produtivos comprovados pela experiência de economias mais adiantadas, entre os quais faz a sua escolha”
- (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:277)

Desenvolvimento nas sociedades capitalistas	<p>“Assenta em duas forças mestras:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) o impulso à acumulação – por meio do qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade b) o impulso à melhoria das condições de vida que atua a partir da massa da população” <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo II, 1997: 285)</p>
Desenvolvimento periférico	<p>“Passa a ser, portanto, a diversificação (e a ampliação) do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o inicio, no progresso tecnológico. Mais precisamente: o fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população”</p> <p>(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 182)</p>
Economias centrais	<p>“São aquelas que criam e exportam tecnologia”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997: 175)</p>
Economia do tipo colonial (que prevalecera até recentemente no Brasil)	<p>“O crescimento independe de elevações de produtividade (baseava-se na absorção pelo setor exportador de recursos de terra e mão-de-obra disponíveis, em geral operando a mais baixo nível de produtividade em atividades de subsistência) e não conduzia à diversificação das estruturas positivas”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997: 164)</p>
Economia industrial	<p>“Aquela em que os aumentos de produtividade são essencialmente causados por mudanças na organização da produção, e não na divisão horizontal do trabalho, que é o caso da economia comercial”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:286)</p>
Empresário	<p>“É um indivíduo ligado ao processo produtivo. Toda a sua vida, pública e privada, está marcada por esse fato. Suas energias e sua inteligência estão orientadas para os problemas da produção”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 73)</p>
Enfoque faseológico do desenvolvimento	<p>“Um esforço interpretativo da história moderna, com base em certos elementos da análise econômica”</p> <p>(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 113)</p>
Estrutura agrária brasileira	<p>“Seu estudo é de significativa importância para entender a estranha combinação entre abundância de recursos naturais e per-</p>

	sistência de baixos salários. O binômio latifúndio-minifúndio permite que as terras aráveis brasileiras sejam subutilizadas em extensa áreas, ao mesmo tempo que obriga a população rural a empilhar-se em reduzidos espaços; a apropriação da terras aráveis brasileiras por uma reduzida minoria força a massa da população rural a aceitar baixíssimos salários pra sobreviver”
(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo III, 1997: 206)	
Estrutura subdesenvolvida	“Aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema”
(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 173)	
Estruturas subdesenvolvidas	“São sistemas híbridos, constituídos por setores ou departamentos com comportamentos específicos”
(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 174)	
Evolução da sociedade capitalista	“Compreende duas fases perfeitamente definidas. A primeira esta assinalada pela desarticulação das formas de dominação social apoiadas na apropriação autoritária do excedente e da ascensão da classe mercantil à posição hegemônica. A segunda é definida pela emergência da organização das massas assalariadas como elemento de crescente importância nas estruturas de poder”
(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo III, 1997: 24)	
Excedente	“Uma margem que não será absorvida pelo consumo corrente”
(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 113)	
Feudalismo	“Geralmente apresentado como organização social mais avançada do que a escravidão, também pode ser visto como “uma forma regressiva”, tendo surgido na área do Império Romano do ocidente quando se desorganizavam os meios de transporte, atrofiou-se o comércio e se reduziu consideravelmente o consumo urbano. Seria específico da economia feudal o <i>fechamento</i> que lhe foi imposto, impossibilitando-a de utilizar plenamente sua capacidade produtiva”
(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:287)	
Formas imperfeitas de mercado	“Um eufemismo para descrever o resultado ex-post da imposição da vontade de certos agentes nessa apropriação”
(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 41)	
Fundamento do poder no caso dos assalaria-	“Ocasionalmente exercem no sentido de modificar a distribuição da renda em benefício próprio, está em que, dadas as condições que prevalecem nas sociedades capitalistas, a acumula-

dos	ção de capital tende a ser mais rápida que o crescimento da oferta de mão de obra, surgindo uma tendência à escassez relativa deste último fator. Ao exercerem esse poder, os assalariados abrem caminho aos investimentos baseados na difusão de técnicas já conhecidas” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 104)
Fundamento do poder no caso dos empresários capitalistas	“O poder se funda em que eles estão em condições de introduzir invenções e de orientar o progresso técnico. Por essa forma podem intensificar a capitalização e reduzir, em termos relativos, a procura de mão de obra” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 104)
Grande empresa	“É um conjunto organizado hierarquicamente de relações sociais que é posto a serviço de uma vontade programada para condicionar o comportamento de segmentos da sociedade” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 44)
Greve	“Instituição <i>sui generis</i> que faz possível o uso controlado da violência fora do estado” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 118)
Hipertrofia do mercado financeiro internacional	“Não é senão uma indicação de que as grandes empresas mantêm fora do controle dos Estados nacionais grande parte de seus recursos líquidos; e o endividamento dessas empresas nesse mercado revela a preocupação que tem de subtrair aos governos dos países que estão sediadas grande parte das aplicações que realizam no exterior” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 131)
História	“A busca da ampliação dos horizontes do homem pelo conhecimento empírico do mundo” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 109)
Iluminismo	
Ilusão econômica	“É a redução da sociedade a um modelo e a tradução de um processo histórico em termos de um elegante sistema de equações diferenciais” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 291)
Industrialização	“Tecnicismo de todas as atividades produtivas” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 65)
Industrialização bra-	“Foi menos o fruto de uma política deliberada e mais o resulta-

sileira	do de pressões geradas no sistema produtivo pela conjuntura internacional durante os anos de depressão e de guerra pela ação do governo na defesa dos interesses do principal produto de exportação”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 87)
Industrialização clás- sica	“A produção manufatureira assumia a forma de um fluxo de inovações e disputava os mercados à produção artesanal”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 69)
Industrialização tar- dia	“O produto manufaturado local concorre com o importado, frequentemente de melhor qualidade. Daí que as técnicas utilizadas sejam, de alguma forma, predeterminadas”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 69)
Inflação	“Fora o instrumento de socialização de perda dos grupos exportadores. Quando baixava o preço internacional do café, depreciava-se a moeda brasileira, elevando-se os preços das importações e reduzindo-se ou anulando-se, em moeda nacional, as perdas dos exportadores”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:299)
Inflação “reprimida”	“Com pequena ou nenhuma manifestação no nível de preços, pondo em evidência que seus aspectos monetários podem ou não manifestar-se”
	(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo I, 1997: 298)
Integração econômica	“É, no essencial, um esforço visando a maximizar as economias de escala de produção, em função da tecnologia disponível, sem reduzir as economias de aglomeração, ou compensando adequadamente os efeitos negativos dessa redução sobre determinadas coletividades”
	(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 233)
Introdução de uma nova máquina numa economia	“Não é um puro ato de inovação, pois exige a convergência de determinadas condições que a justifiquem economicamente”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 75)
Liberalismo	“Ideologia voltada para preservação do <i>status quo</i> social mediante reformas graduais”
	(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo III, 1997: 159)
Lucro	“Quaisquer que sejam as qualificações que lhe façam, é um elemento residual”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 74)
Macroeconomia	“Um esforço de captação a <i>posteriori</i> , e sua tradução em modelagem econômica, de um processo histórico no qual o “econô-

	mico” e o “não econômico” se condicionaram mutuamente em todos os instantes” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 74)
Marxismo	“Podemos resumi-lo em uns poucos pontos: <ul style="list-style-type: none"> a) O reconhecimento de que a ordem social que aí está funda o bem estar de uma classe que abriga muitos parasitas e 1816181osos na miséria de parte da população; b) O reconhecimento de que a ordem social é histórica, portanto, mutável, e c) O reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social” (FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo II, 1997: 215)
Mercado	“É um conceito amplo que abarca distintos mecanismos destinados a recolher, elaborar e transmitir informações a serem utilizadas pelos agentes econômicos. Essas informações são diversas ou apresentadas de forma distinta conforme o agente seja um consumidor, um empresário, um comprador de títulos etc. Mas a eficácia da decisão dependerá sempre da qualidade e da oportunidade das informações a que tem acesso o agente” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 88)
Microeconomia	“Constitui um simples conjunto de regras de racionalidade formal” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 74)
Modelo	“Conjunto coerente de relações entre dados passíveis de expressão quantitativa, capaz de explicar o funcionamento de uma unidade econômica simples ou complexa. Um modelo não é apenas uma lista de variáveis. É essencialmente um conjunto de relações perfeitamente definidas entre essas variáveis” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 197)
Modificações de estrutura	“São transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais tem como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 79)

Ocidentalização	<p>“Deperecimento de sistemas de cultura cujos valores nem sempre encontravam adequados substitutivos”</p> <p>(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 86)</p>
Operações de mercado	<p>“São via de regra, transações entre agentes de poder desigual. Com efeito: a razão de ser do comércio –expressão de um sistema de divisão de trabalho- está na criação de um excedente cuja apropriação não se funda em nenhuma lei natural”</p> <p>(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 40)</p>
Padrões de modernidade	<p>“Forma de viver egendrada pela industrialização nos países que a lideram”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo I, 1997: 19)</p>
Planificação	<p>“Opera principalmente do lado do uso dos recursos, procurando aumentar a eficácia na utilização dos recursos raros. Portanto, seu objetivo não é exigir mais esforço da coletividade, nem mesmo aumentar a taxa de crescimento, e sim reduzir o custo social da produção. A decisão de exigir mais esforço da população e/ou intensificar o crescimento é de natureza política. O que é próprio da planificação é que ela explica os objetivos embutidos na política”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo I, 1997: 240)</p>
Plano histórico	<p>“Abrange o estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 08)</p>
Plano macroeconômico	<p>“Massa de trabalho social”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 41)</p>
Plano microeconômico	<p>“Força de trabalho do individuo”</p> <p>(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 41)</p>
Poder	<p>“Modificar a conduta previsível de outros agentes, ou alterar relações estruturais de forma a frustrar as expectativas de outros agentes”</p> <p>(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 104)</p>
Poder político	<p>“Concebido como capaz de modificar o comportamento de 182óplos grupos sociais, configura-se como uma estrutura complexa na qual as instituições que formam o Estado interagem com os grupos que dominam o processo de acumulação e com as organizações sociais capacitadas para interferir de for-</p>

	ma significativa na distribuição da renda” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 43)
Populismo	“Manipulação de forças sociais por indivíduos que empolgam o poder e buscam legitimidade na satisfação de reivindicações populares imediatistas, com reflexos negativos no processo acumulativo” (FURTADO, Obra autobiográfica – Tomo III, 1997: 37)
Problema central dos países subdesenvolvidos	“É a escolha de uma estratégia de modificação das estruturas, e não a formulação de planos convencionais de desenvolvimento fundados nas técnicas de política quantitativa” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 202)
Processo de democratização	“Crescente ligação do princípio de legitimidade à representatividade social do poder” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 66)
Processo de formação de capital	“Aumento da dotação média de capital por pessoa ativa. Apresenta-se sempre com duas dimensões. A primeira é a acumulação <i>strictu sensu</i> , e a segunda traduz o fator que permite que essa acumulação se realize sem declínio da produtividade do capital” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 102)
Produtividade social	“Produto total por unidade de tempo de ocupação da força de trabalho de uma coletividade” (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 30)
Progresso técnico	“Constitui um progresso de múltiplas dimensões que, se bem tenha como base de apoio a acumulação de capital, constitui ele mesmo a principal fonte dos recursos que se acumulam, assim como a razão de ser da continuidade a longo prazo da acumulação” (FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 102)
Propriedade Privada (dos meios de produção)	“Não é mais do que uma forma de promover a descentralização, portanto, de assegurar a eficiência” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo II, 1997:219)
Reforma agrária	“Política, cujo objetivo é libertar os agricultores para que eles se transformem em atores dinâmicos no plano econômico”

Reformas estruturais	<p>“São um aspecto essencial da política econômica dos países subdesenvolvidos, constituem um tipo radical de política qualitativa... Em certo sentido, essas reformas transcendem o quadro do que convencionalmente se chama de política econômica, pois constituem o coroamento de uma fase de agudas tensões sociais. As reformas surgem não como uma opção racional, e sim como o abandono de certas posições pelos grupos que controlam o sistema de poder, ou como uma modificação da relação de forças dos grupos que disputam o controle do sistema do poder”</p> <p>(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 199)</p>
Regime democrático	<p>É aquele que permite o pleno desenvolvimento das tendências divergentes próprias das sociedades de classes surgidas do capitalismo industrial, e que permite encontrar solução construtiva para conflitos engendrados por essas divergências.</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo II, 1997:282)</p>
Renda <i>per capita</i>	<p>“Não é senão uma aproximação do nível de acumulação e do bem estar de uma sociedade”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997:263)</p>
Revolução burguesa	<p>Ascensão da classe mercantil européia a posições de força que lhe permitirão desmantelar o sistema tradicional de apropriação autoritária do excedente, ou pelo menos colocá-lo em posição de dependência.</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997:23)</p>
Secularização	<p>“Prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder”</p> <p>(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 65)</p>
Ser americano	<p>“É, acima de tudo, arvorar um sentimento de superioridade, estar consciente de compor um país que suscita inveja em todo o mundo e que pretende cumprir uma missão civilizadora”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 142)</p>
Soberania do consumidor	<p>“É a prevalência da cidadania, da sociedade civil nas decisões econômicas. Produz aquilo que os cidadãos desejam consumir”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 116)</p>
Socialismo	<p>“Ideologia voltada para a justiça social”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 159)</p>
Socialização de perdas	<p>“Transferência para a massa dos prejuízos impostos às empresas agroexportadoras pela contração do mercado externo”</p> <p>(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997: 164)</p>

Sociedade anônima	“Instituição por um grupo de pessoas privadas de uma entidade com personalidade autônoma e de vida indefinida” (FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 118)
Stalinismo	“Uma forma brutal do aumento do excedente, o qual seria utilizado para modificar a estrutura do sistema produtivo – crescimento privilegiado das indústrias de base- visando a reforçar o potencial militar e também beneficiar uma classe burocrática” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 75)
Subdesenvolvimento	“Processo histórico autônomo, e não uma etapa pala qual tñham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 11)
Subdesenvolvimento	“É por si mesmo um desequilíbrio no nível dos fatores –o qual reflete um desajustamento entre a disponibilidade de fatores e a tecnologia que está sendo absorvida, razão pela qual se torna impossível alcançar concomitantemente a utilização plena do capital e da mão de obra” (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 74)
Subdesenvolvimento	“É uma deformação estrutural, e dele não se sai ao impulso das simples forças de mercado” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 184)
Taxa de capitalização	“Grau de esforço que faz uma economia, num período dado de tempo, para crescer” (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 96)
Taxa de crescimento	“Em uma economia que conta com uma oferta elástica de mão de obra, é função do esforço de acumulação e da eficácia no uso dos recursos. O esforço de acumulação depende essencialmente da taxa de poupança, que por seu lado reflete o quadro institucional, portanto, opções políticas” (FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo I, 1997: 240)
Taxa de poupança	“É simples resultante do choque entre o desejo da classe capitalista de consumir e a “necessidade” que tem cada capitalista individual de acumular para não ser excluído pelos concorrentes” (FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 48)
Temática cepalina	“Consistia em nova leitura dos textos “clássicos” à luz da expe-

	riência recente de perda de dinamismo das principais economias latino americana”
(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 84)	
Teoria científica	“Pressupõe a existência de problemas cuja solução é motivo de preocupação de algum grupo social”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 81)
Teoria da dependência	“Esta se funda numa visão global de capitalismo –enfocando como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas- que permite captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade nos países de industrialização tardia”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 17)
Teoria das informações (em que se apóia o estudo dos mercados)	“Todo o elemento informativo deve ser codificado, traduzido em mensagem e a transmissão desses elementos se realiza por intermédio de canais cuja capacidade é o elemento essencial do sistema de informações. A codificação deverá permitir a quantificação das informações, e a unidade nesse sistema de medida é a quantidade de informações que nos permite escolher entre duas opções perfeitamente caracterizadas, reconhecendo a verdadeira”
	(FURTADO, Teoria e política do desenvolvimento econômico, 1983: 88)
Teoria do desenvolvimento	“Explica, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como de distribui e se utiliza o produto social”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 08)
Teoria do desenvolvimento	“É, principalmente, uma teoria macroeconômica da produção”
	(FURTADO, Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 2009: 30)
Trabalho	“É efetivamente uma fonte de valor independentemente daquilo que expressam os preços conjunturais”
	(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 204)
Urbanização	“Estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho”
	(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 65)
Urbanização brasileira	“Tem sido principalmente fruto da exploração do terciário, à qual não é estranho o processo de concentração da renda – o

excedente rural é principalmente despendido nas cidades -, de crescimento do setor público e de aumento de salário invisível auferido nas cidades graças aos melhores serviços e às economias de aglomeração”

(FURTADO, Obra autobiográfica - Tomo III, 1997: 90)

Urbanização moderna

“É mais um enquadramento espacial da população, para assegurar a regularidade no trabalho, do que a expressão de uma nova forma de convivência social”

(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 79)

Valor da mão de obra

“Poder de compra do salário medido em termos de um conjunto de bens que satisfação as necessidades básicas da população - varia em função da estrutura interna de dominação (a forma como é apropriado e utilizado o excedente social) e do nível de acumulação, o qual condiciona a produtividade física do trabalho”

(FURTADO, Criatividade e dependência na civilização industrial, 2008: 52)

2 – Cronologia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

- 1675 Esteve no Sul de Mato Grosso a expedição chefiada por Francisco Pedroso Xavier, que resistiu, na serra de Maracaju, a um ataque de tropas castelhanas enviadas do Paraguai
- 1680 Bandeira comandada por Francisco Dias Mainárdi que percorreu os sertões sul-mato-grossenses dos rios Ivinhema e Amambai
- 1682 As bandeiras de Brás Mendes Pais e de Bartolomeu Bueno da Silva, o velho (Anhanguera) esteve nas áreas meridionais de Mato Grosso
- 1718-1719 O sertanista Pascoal Moreira Cabral, percorrendo áreas dos rios Cuiabá e Coxipó, em Mato Grosso, para capturar “bugres”, descobriu jazidas de ouro e fundou o Araial de Bom Jesus do Cuiabá
- 1726 Começou a ser aberto, por Luís Pedroso de Barros, um caminho por terra de Cuiabá a São Paulo
- 1727 Instalação da “Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá”, em Mato Grosso
- 1728 Estabeleceu-se um sítio de cultura no Camapuã, para comodidade dos viajantes que faziam o percurso fluvial de Porto Feliz (São Paulo) a Cuiabá
- 1734 Começaram a ser descobertas novas jazidas auríferas na chamada zona da Chapada, ao norte de Cuiabá em Mato Grosso
- 1736 Estabeleceu-se comunicação regular entre as povoações de Cuiabá (Mato Grosso) e Goiás
- 1748 Desmembradas do governo de São Paulo as terras de Mato Grosso e Goiás, que passaram a constituir capitania autônomas
- 1752 Fundada, às margens do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade, para ser a sede da capitania de Mato Grosso, e iniciada ali a construção do Palácio dos Governadores
- 1767 Estabelecido pelo governo da capitania de São Paulo, no sul de Mato Grosso, o presídio de Iguatemi
- 1777 O presídio do Iguatemi, estabelecido no sul de Mato Grosso foi destruído por forças castelhanas
- 1820 Iniciada a mudança da sede do governo da capitania de Mato Grosso, de Vila Bela para Cuiabá
- 1826 A prelazia de Cuiabá foi elevada à categoria de bispado
- 1834 Massacre de portugueses, em Cuiabá, em decorrência de rivalidades políticas entre nativos e reinóis (Rusga)
- 1851 Início da discussão para construção de uma ferrovia ligando Mato Grosso do Sul ao litoral

1864	O território de Mato Grosso foi invadido por forças paraguaias
1864	Início da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), evidenciando a falta de transportes na região
1880	Começaram a ser instaladas usinas de açúcar (utilizando máquinas à vapor) na zona de Cuiabá
1881	Estudos para a construção de uma ferrovia entre Curitiba e Miranda
1882	Thomás Laranjeira obteve permissão para explorar os ervais localizados no sul de Mato Grosso, em zona confinante com o Paraguai.
1884	Começaram a ser exploradas as seringueiras, para extração de borracha, no norte de Mato Grosso
06/1890	O governo federal decreta a concessão de várias ferrovias. Uma delas ligaria a cidade de Uberaba (MG) à vila de Coxim (MT), concedida ao “Banco União de São Paulo”
1897	A extração da borracha da seringueira passou a ser a mais rendosa atividade econômica de Mato Grosso
21/06/1904	Criação da sociedade anônima “Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil” com o objetivo de construção e exploração de uma ferrovia no trecho entre a região de Uberaba e Coxim
30/07/1904	O Governo Federal decreta a transferência da concessão da Estrada de Ferro Uberaba-Coxim; anteriormente pertencente ao “Banco União de São Paulo”, ela passa para a “Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil”
01/10/1904	Atendendo ao pedido anterior da Companhia Paulista de Vias Aéreas e Fluviais, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro emite parecer sobre o traçado da linha Uberaba-Coxim e sugere mudanças; a linha deveria sair “das imediações de São Paulo dos Agudos” e chegar à região central de Cuiabá
18/10/1904	Decreto do Governo Federal redefine o traçado da Uberaba-Coxim, apontando como ponto de partida as linhas da Estrada de Ferro Sorocabana e criando o trecho Bauru-Itapura-Cuiabá
15/11/1905	É iniciada a construção das linhas da NOB no trecho Bauru-Itapura
27/09/1906	Entregue ao tráfego os primeiros 48 km da via, entre Bauru e Lauro Muller
1907	Restaurado, pela comissão Rondon, o primitivo palácio dos capitães-generais em Vila Bela (Mato Grosso) para servir de sede à estação telegráfica local
25/04/1907	Decreto do Governo Federal altera o traçado Bauru-Cuiabá da NOB para Bauru-Corumbá, passando pelas corredeiras de Jupiá, no Rio Paraná
1908	Fizeram as primeiras descobertas de diamantes nas áreas do leste-central de Mato Grosso e começou a se desenvolver ali a atividade dos garimpeiros

05/1908	É iniciada a construção do trecho Itapura-Corumbá nos dois sentidos. Elas partem de Itapura para Corumbá, no sentido inverso, de Porto Esperança para Itapura
10/1910	Chega à estação Jupiá, MT (atual MS), com travessia do rio Paraná por <i>ferry boat</i>
1912	O sul de Mato Grosso começou a ser servido pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
12/10/1914	Inaugurada e entregue ao tráfego a linha de Itapura e Porto esperança, a 1251 km de Bauru
14/10/1914	Inauguração da Estação Ferroviária de Campo Grande
1916	Campo Grande recebe sua primeira rede de distribuição de energia elétrica
1919	Iniciaram suas atividades de navegação no rio Paraná a Companhia Viação São Paulo-Mato Grosso
1923	Implantação da Usina do Ceroula com potência de 240 kW
1924-1925	Instalação da Colônia de Terenos, próxima de Campo Grande, constituída em sua maior parte por imigrantes alemães
1925	Concluiu-se a ponte sobre o rio Paraná, entre Mato Grosso e São Paulo, tornando dispensável o transporte, por balsas, dos vagões da Noroeste do Brasil
12/10/1926	Inauguração oficial da ponte sobre o rio Paraná, com extensão de 1024 metros. Até então, os trens atravessavam o rio em vapores (<i>ferry boats</i>)
1928	Inaugurada a usina hidrelétrica Casca I, utilizando o potencial do Rio da Casca, em Cuiabá. Logo, a demanda por energia elétrica aumentou e, na década de 50, outra usina foi construída no mesmo rio.
1932	Dezembro: Criação da Liga Sul Matogrossense
1934	Instalação de máquina de 200 kW na Usina do Ceroula
1935	Fundou-se a Colônia Agrícola de Dourados, onde se localizaram colonos brasileiros, paraguaios, portugueses, espanhóis e japoneses
1936	Operação da usina Botas I, com 450 kW de potência instalada
1937	Início dos estudos para a construção do ramal ferroviário Campo Grande-Ponta Porã
16/07/1938	São iniciadas as obras do ramal ferroviário Campo Grande-Ponta Porã, na divisa com o Paraguai
01/10/1938	Início da construção da ponte ferroviária sobre o rio Paraguai
1943	Criado o território federal de Ponta Porã, abrangendo sete municípios do sul de Mato Grosso
1943	Criação da Colônia Federal de Dourados
1943	Criação da Fundação Brasil Central

1945	Operação da usina Botas II, com 550 kW
1946	Extinto o território federal de Ponta Porã, reincorporando-se a Mato Grosso as suas terras
21/09/1947	Inauguração da ponte sobre o Rio Paraguai com 2009 metros de extensão, mas ainda sem trilhos
1950	Começou a declinar a exportação mato-grossense de erva mate, em consequência das restrições impostas pela principal importadora do produto, a Argentina
1952	Criação da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIB-PU)
23/01/1952	Finalização das instalações dos trilhos no trecho Rio Paraguai-Corumbá
31/12/1952	A primeira composição atravessa a ponte sobre o rio Paraguai e chega a Corumbá
1956	Criação das Centrais Elétricas Matogrossense S/A, CEMAT através da Lei número 836/56 de 04 de agosto e iniciou suas atividades em 17 de outubro de 1958
1957	Conclusão do ramal ferroviário de Campo Grande (Indubrasil) a Ponta Porã
16/03/1957	Fundação da RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A, no dia 30 de setembro, sendo a ela incorporada a EFNOB, então com 1764 km
1959	Ocupação da Companhia Matogrossense de Eletricidade - CME - em Campo Grande
1959	Anúncio da construção da usina de Mimoso, no Rio Pardo
1961, janeiro	Criação das Centrais Elétrica de Urubupungá S.A. (CELUSA)
1963	Início de operação da CGH São João I, no rio São João município de Ponta Porã, com potência instalada 0,66 MW
1964	Início de operação da CGH Coxim, no rio Salto, no município de Coxim, com potência instalada de 0,3 MW
22/06/1966	Os ministros das Relações Exteriores do Brasil, Juracy Magalhães, e do Paraguai, Sapena Pastor, assinaram a “Ata de Iguaçu”, uma declaração conjunta que manifestava a disposição para estudar o aproveitamento dos recursos hidráulicos pertencentes em condomínio aos dois países, no trecho do Rio Paraná
1967	Início de operação da CGH São João II, no rio São João, município de Ponta Porã, com potência instalada 0,6 MW
1968	Foi construída a Usina Hidrelétrica Piray em Iguatemi (atualmente desativada)
1969	Início de operação da Usina Hidrelétrica de Mimoso, no rio Pardo, município de Ribas do Rio Pardo (MS), com potência instalada 29,5 MW

1970	O consórcio formado pelas empresas IECO (EUA) e ELC (Itália) venceu a concorrência internacional para a realização dos estudos de viabilidade e para a elaboração do projeto da obra de Itaipu
1974	Conclusão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá) no rio Paraná, entre os municípios de Castilho e Andradina (SP) e Três Lagoas (MS). Possui 14 unidades geradoras com turbinas Kaplan com potência instalada de 1.551,2 MW.
1974	Início das obras da Itaipu Binacional, com a chegada das primeiras máquinas no futuro canteiro de obras.
11/10/1977	Foi feita a divisão territorial de Mato Grosso, em duas áreas: sendo Mato Grosso e Mato Grosso do Sul , ao qual o presidente Ernesto Geisel queria nomear de Estado do Pantanal
1978	Concluída a Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira no Rio Paraná, entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS), com potência instalada é de 3.444,0 MW
01/01/1979	Mato Grosso do Sul passou a ser reconhecido oficialmente como um Estado
1979	Criação da Enersul (Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul S/A)
18/04/1983	As linhas da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (CESP) - Mimoso (ENERSUL) III e IV, que operavam no mesmo módulo em ambas as Unidades Operativas, passaram a operar em módulos separados, com telemedição de intercâmbio entre CESP e ELETROSUL na unidade operativa UH Engenheiro Souza Dias (CESP)
05/05/1984	Entrou em operação a primeira unidade geradora de Itaipu
1996	Leilão de privatização da Malha Oeste pela RFFSA no dia 05 de março
1996	Inicio de operação da Ferrovia Noroeste S/A, vencedora do leilão, no dia 1º de julho
1996, setembro a 1997, dezembro	A CEMAT foi administrada pelo Governo do estado, em parceria com a Eletrobrás e sob a intervenção do BNDES. . Estes conduziram o processo de privatização da concessionária
1997	Começou a ser construído o gasoduto Bolívia-Brasil, também conhecido como Gasbol
24/09/1997	Iniciou-se o processo de privatização da Enersul, com a abertura de Audiência Pública a fim de dar conhecimento, informar e esclarecer a opinião pública sobre as condições gerais da desestatização, tendo sido publicado, em 21 de outubro de 1997, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, o Edital de Alienação
19/11/1997	Leilão de privatização da Enersul, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro
27/11/1997	A CEMAT foi comprada pela Rede Energia em leilão realizado no

	dia 27 de novembro de 1997
1998	Incorporação à Ferropasa –Ferronorte Participações S/A, em junho
1998	A Enersul, por meio do consórcio formado com DM Construtora de Obras Ltda, ingressou no empreendimento de construção da Costa Rica Energética Ltda., uma usina hidrelétrica com potência instalada de 16 MW que iniciou suas operações, em caráter experimental, no mês de setembro de 1998. Atualmente, a Costa Rica é controlada pela Energest, controlada direta da Energias do Brasil
1999	Início das operações do gasoduto Bolívia-Brasil
1999	Inicio de operação da PCH Costa Rica, rio Sucuriú no município de Costa Rica, com potência instalada de 16,00 MW
2000	Conclusão da usina hidrelétrica de Porto Primavera (o lago de Porto Primavera inundou uma área de 225 mil hectares, aumentando em nove vezes o leito do rio Paraná para produzir, em sua potência máxima, 1.800 megawatts, com média de 900 megawatts). A Usina está instalada no Rio Paraná à altura do município paulista de Rosana. Tendo 80% de seu lago no estado de Mato Grosso do Sul.
2002	Incorporação da Novoeste à Brasil Ferrovias S/A, juntamente com as ferrovias Ferronorte e Ferroban, em 04 de março de 2002
2003, outubro	As três primeiras unidades da Usina Hidrelétrica Porto Primavera completaram a entrada em operação
2003	A Enersul passa a integrar o Grupo EDP - Electricidade de Portugal
2003	Inicio de operação da PCH Paraíso, no rio Paraíso, município de Costa Rica (MS), com potência instalada de 21,00 MW
2004, Novembro	Inicio da construção da PCH Sucuriú, no rio Sucuriú, nos municípios de Água Clara e Chapadão do Sul, em Mato Grosso do Sul
2005, janeiro	Inicio das obras da PCH Ponte Alta, no Rio Coxim, município de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul
2005, junho	Inicio das obras da PCH Aquarius, no rio Correntes, nos municípios de Itiquira, no Mato Grosso e Sonora, Mato Grosso do Sul
2006, março	Inicio de operação da PCH Ponte Alta, com potência instalada de 13,00 MW
2006, outubro	Inicio de operação da PCH Sucuriú, com potência instalada de 29,00 MW
2006, novembro	Início de operação da PCH Aquarius, com potência instalada de 4,2 MW
2007, fevereiro	Inicio de operação da PCH Buriti que está localizada no rio Sucuriú (sub- bacia 63 do Rio Paraná) nos municípios de Chapadão do Sul (MS) e Água Clara (MS) e tem potência instalada de 30,00 MW
2008, julho	Inicio das obras da PCH Santa Gabriela, no rio Correntes entre os municípios de Itiquira (MT) e Sonora (MS), com potência instalada de 24,00 MW

- 2008, setembro Inicio de operação da PCH Porto das Pedras, no Rio Sucuriú entre os municípios de Chapadão do Sul e Água Clara, com potência instalada 28,03 MW
- 2009, agosto Inicio das obras da PCH São Domingo, no Rio Verde entre os municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, com potência instalada de 48 MW

3 – Governadores de Mato Grosso até a divisão e de Mato Grosso do Sul

3.1 – Governadores da capitania de Mato Grosso

09 de maio de 1748 a 17 de janeiro de 1751	Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela)
17 de janeiro de 1751 a 1º de dezembro de 1765	Antônio Rolim de Moura Tavares (Conde de Azambuja)
1º de janeiro de 1765 a 03 de janeiro de 1769	João Pedro da Câmara
03 de janeiro de 1769 a 13 de dezembro de 1772	Luís Pinto de Sousa Coutinho (Visconde de Balsemão)
13 de dezembro de 1772 a 20 de novembro de 1789	Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres
20 de novembro de 1789 a 28 de fevereiro de 1796	João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres
28 de fevereiro de 1796 a 06 de novembro de 1796	1ª Junta Governativa
06 de novembro de 1796 a 15 de agosto de 1803	Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Marquês de Vila Real da Praia Grande)
15 de agosto de 1803 a 28 de julho de 1804	2ª Junta Governativa
28 de julho de 1804 a 08 de novembro de 1805	Manoel Carlos de Abreu e Meneses
08 de novembro de 1805 a 18 de novembro de 1807	3ª Junta Governativa
18 de novembro de 1807 a 06 de janeiro de 1819	João Carlos Augusto de Oeynhausen-Grevenburg (Marquês de Aracaty)
06 de janeiro de 1819 a 20 de agosto de 1821	Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (Barão de Vila Bela)

3.2 – Presidentes da província de Mato Grosso

20 de agosto de 1821 a 1º de agosto de 1822	Luís de Castro Pereira
---	------------------------

01 de agosto a 20 de agosto de 1822	Jerônimo Joaquim Nunes
20 de agosto de 1822 a 30 de julho de 1823	Antônio José de Carvalho Chaves
30 de julho de 1823 a 10 de setembro de 1825	Manuel Alves da Cunha
10 de setembro de 1825 a 10 de abril de 1828	José Saturnino da Costa Pereira
10 de abril de 1828 a 1º de janeiro de 1830	Jerônimo Joaquim Nunes
1º de janeiro de 1830 a 21 de julho de 1831	André Gaudie Ley
21 de julho de 1831 a 19 de abril de 1833	Antônio Correia da Costa
19 de abril a 04 de dezembro de 1833	André Gaudie Ley
04 de dezembro de 1833 a 24 de maio de 1834	Antônio Correia da Costa
24 de maio a 26 de maio de 1834	José de Melo Vasconcelos
26 de maio a 22 de setembro de 1834	João Poupinho Caldas
22 de setembro de 1834 a 31 de janeiro de 1836	Antônio Pedro de Alencastro
31 de janeiro a 24 de fevereiro de 1836	Antônio Correia da Costa
24 de fevereiro a 26 de agosto de 1836	Antônio José da Silva
26 de agosto de 1836 a 21 de maio de 1838	José Antônio Pimenta Bueno (Marquez de São Vicente)
21 de maio a 16 de setembro de 1838	José da Silva Guimarães
16 de setembro de 1838 a 25 de outubro de 1840	Estevão Ribeiro de Resende
25 de outubro a 28 de outubro de 1840	Antônio Correia da Costa
28 de outubro de 1840 a 09 de dezembro de 1842	José da Silva Guimarães
09 de dezembro de 1842 a 11 de maio de 1843	Antônio Correia da Costa
11 de maio a 07 de agosto de 1843	José da Silva Guimarães
07 de agosto a 05 de outubro de 1843	Manuel Alves Ribeiro
05 de outubro a 24 de outubro de 1843	José Mariano de Campos
24 de outubro de 1843 a 27 de setembro de 1844	Zeferino Pimentel Moreira Freire

27 de setembro de 1844 a 05 de abril de 1847	Ricardo José Gomes Jardim
05 de abril de 1847 a 06 de abril de 1848	João Crispiniano Soares
06 de abril a 31 de maio de 1848	Manoel Alves Ribeiro
31 de maio a 30 de setembro de 1848	Antônio Nunes da Cunha
27 de setembro de 1848 a 08 de setembro de 1849	Joaquim José de Oliveira
08 de setembro de 1849 a 11 de fevereiro de 1851	João José da Costa Pimentel
11 de fevereiro de 1851 a 1º de abril de 1857	Augusto João Manoel Leverger (Barão de Melgaço)
1º de abril de 1857 a 28 de fevereiro de 1858	Albano de Sousa Osório
28 de fevereiro de 1858 a 13 de outubro de 1859	Joaquim Raimundo de Lamare (Visconde de Lamare)
13 de outubro de 1859 a 08 de fevereiro de 1862	Antônio Pedro de Alencastro
08 de fevereiro de 1862 a 09 de agosto de 1865	Herculano Ferreira Pena
12 de maio a 15 de julho de 1863	Augusto João Manoel Leverger (Barão de Melgaço)
15 de julho de 1863 a 09 de agosto de 1865	Alexandre Manoel Albino de Carvalho
09 de agosto de 1865 a 1º de maio de 1866	Augusto João Manoel Leverger (Barão de Melgaço)
1º de maio de 1866 a 02 de fevereiro de 1867	Albano Sousa Osório
02 de fevereiro de 1867 a 13 de abril de 1868	José Vieira Couto Magalhães
13 de abril a 07 de setembro de 1868	João Batista de Oliveira (Barão de Aguapeí)
07 de setembro a 17 de setembro de 1868	José Vieira Couto Magalhães
17 de setembro a 19 de setembro de 1868	Albano de Sousa Osório
19 de setembro de 1868 a 26 de março de 1869	José Antônio Murtinho
26 de março de 1869 a 10 de janeiro de 1870	Augusto João Manoel Leverger (Barão de Melgaço)

10 de janeiro a 29 de maio de 1870	Luís da Silva Prado
29 de maio a 12 de outubro de 1870	Antônio de Cerqueira Caldas (Barão de Diamantino)
12 de outubro de 1870 a 25 de maio de 1871	Francisco Antônio Raposo (Barão de Caruaru)
27 de maio a 29 de julho de 1871	Antônio de Cerqueira Caldas (Barão de Diamantino)
29 de julho de 1871 a 25 de dezembro de 1872	Francisco José Cardoso Júnior
25 de dezembro de 1872 a 06 de dezembro de 1874	José de Miranda da Silva Reis (Barão de Miranda Reis)
06 de dezembro de 1874 a 05 de junho de 1875	Antônio de Cerqueira Caldas (Barão de Diamantino)
05 de julho de 1875 a 02 de março de 1878	Hermes Ernesto da Fonseca
02 de março a 06 de julho de 1878	João Batista de Oliveira (Barão de Aguapeí)
06 de julho de 1878 a 05 de dezembro de 1879	João José Pedrosa
05 de dezembro de 1879 a 02 de maio de 1881	Rufino Enéas Gustavo Galvão
02 de maio de 1881 a 10 de março de 1883	José Leite Galvão
10 de março a 07 de maio de 1883	José Maria de Alencastro
07 de maio de 1883 a 13 de setembro de 1884	Manoel de Almeida da Gama Lobo Coelho d'Eça (Barão de Batovi)
13 de setembro de 1884 a 05 de outubro de 1885	Floriano Peixoto
05 de outubro de 1885 a 05 de novembro de 1885	José Joaquim Ramos Ferreira
05 de novembro a 09 de novembro de 1886	Joaquim Galdino Pimentel
09 de novembro a 09 de dezembro de 1886	Antônio Augusto Ramiro de Carvalho
09 de dezembro de 1886 a 28 de março de 1887	Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis
28 de março a 29 de maio de 1887	Antônio Augusto Ramiro de Carvalho

29 de maio a 16 de novembro de 1887	José Joaquim Ramos Ferreira
16 de novembro de 1887 a 06 de fevereiro de 1889	Francisco Rafael de Melo Rego
06 de fevereiro a 11 de julho de 1889	Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho
11 de julho a 09 de agosto de 1889	Manoel José Murtinho
09 de agosto a 09 de dezembro de 1889	Ernesto Augusto da Cunha Matos

3.3 – Governadores de Mato Grosso

09 de dezembro de 1889 a 15 de fevereiro de 1891	Antônio Maria Coelho
16 de fevereiro a 31 de março de 1891	Frederico Solon de Sampaio Ribeiro
01 de abril a 05 de junho de 1891	José da Silva Rondon
06 de junho a 16 de agosto de 1891	João Nepomuceno de Medeiros Mallet
16 de agosto de 1891 a 1º de fevereiro de 1892	Manoel José Murtinho
01 de fevereiro a 20 de maio de 1892	Generoso Paes Leme de Sousa Ponce
20 de maio de 1892 a 15 de agosto de 1895	Manoel José Murtinho
15 de agosto de 1895 a 26 de janeiro de 1898	Antônio Correia da Costa
26 de janeiro de 1898 a 10 de abril de 1899	Antônio Cesário de Figueiredo
10 de abril a 06 de julho de 1899	João Pedro Xavier Câmara
06 de julho a 15 de agosto de 1899	Antônio Leite de Figueiredo
15 de agosto de 1899 a 15 de agosto de 1900	Antônio Pedro Alves de Barros
15 de agosto de 1900 a 15 de agosto de 1903	João Paes de Barros
15 de agosto de 1903 a 02 de julho de 1906	Antônio Pais de Barros
02 de julho de 1906 a 15 de agosto de 1907	Pedro Leite Osório
15 de agosto de 1907 a 12 de outubro de 1908	Generoso Pais Leme de Sousa Ponce

12 de outubro de 1908 a 15 de agosto de 1911	Pedro Celestino Correia da Costa
15 de agosto de 1911 a 15 de agosto de 1915	Joaquim Augusto da Costa Marques
15 de agosto de 1915 a 08 de fevereiro de 1917	Caetano Manoel de Faria e Albuquerque
09 de fevereiro a 22 de agosto de 1917	Camilo Soares de Moura
23 de agosto de 1917 a 21 de janeiro de 1918	Cipriano da Costa Ferreira
22 de janeiro de 1918 a 21 de janeiro de 1922	Francisco de Aquino Correia
22 de janeiro de 1922 a 24 de outubro de 1924	Pedro Celestino Correia da Costa
25 de outubro de 1924 a 22 de janeiro de 1926	Estêvão Alves Correia
22 de janeiro de 1926 a 21 de janeiro de 1930	Mário Correia da Costa
22 de janeiro a 30 de outubro de 1930	Aníbal Benício de Toledo
30 de outubro a 03 de novembro de 1930	Sebastião Rabelo Leite
03 de novembro de 1930 a 24 de abril de 1931	Antônio Mena Gonçalves
24 de abril de 1931 a 15 de junho de 1932	Artur Antunes Maciel
15 de junho de 1932 a 12 de outubro de 1934	Leônidas Antero de Matos
12 de outubro de 1934 a 08 de março de 1935	César de Mesquita Serva
08 de março a 28 de agosto de 1935	Fenelon Muller
28 de agosto a 07 de setembro de 1935	Newton Deschamps Cavalcanti
07 de setembro de 1935 a 08 de março de 1937	Mário Correia da Costa
09 de março a 13 de setembro de 1937	Manuel Ari da Silva Pires
13 de setembro de 1937 a 30 de outubro de 1945	Júlio Strubing Muller
30 de outubro de 1945 a 19 de agosto de 1946	Olegário Moreira Barros
19 de agosto de 1946 a 08 de abril de 1947	José Marcelo Moreira
08 de abril de 1947 a 1º de julho de 1950	Arnaldo Estêvão de Figueiredo
01 de julho de 1950 a 31 de janeiro de 1951	Jari Gomes
31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956	Fernando Corrêa da Costa

31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961	João Ponce de Arruda
31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966	Fernando Corrêa da Costa
31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971	Pedro Pedrossian
15 de março de 1971 a 15 de março de 1975	José Manoel Fontanillas Fragelli
15 de março de 1975 a 15 de agosto de 1978	José Garcia Neto
15 de agosto de 1978 a 15 de março de 1979	Cássio Leite de Barros
15 de março de 1979 a 15 de março de 1983	Frederico Carlos Soares Campos

3.4 – Governadores de Mato Grosso do Sul

01 de Janeiro a 12 de junho de 1979	Harry Amorim Costa (ARENA)
13 de junho a 30 de Junho 1979	Londres Machado ⁹⁶ (ARENA)
30 de Junho de 1979 a 29 de outubro de 1980	Marcelo Miranda Soares (ARENA)
29 de outubro a 07 de novembro de 1980	Londres Machado (ARENA)
07 de novembro de 1980 a 15 de março de 1983	Pedro Pedrossian (PDS)
15 de Março de 1983 a 15 de março de 1986	Wilson Barbosa Martins (PMDB)
15 de março de 1986 a 15 de março de 1987	Ramez Tebet (PMDB)
15 de março de 1987 a 15 de março de 1991	Marcelo Miranda Soares (PMDB)
15 de março de 1991 a 01 de janeiro de 1994	Pedro Pedrossian (PTB)
01 de janeiro de 1994 a 01 de janeiro de 1999	Wilson Barbosa Martins (PMDB)
01 de janeiro de 1999 a 01 de janeiro 2003	José Orcírio Miranda dos Santos (PT)
01 de janeiro de 1993 a 01 de janeiro 2007	José Orcírio Miranda dos Santos (PT)

⁹⁶ No dia 13 de junho de 1979 foi promulgada a Constituição do Estado. O Então deputado Londres Machado, eleito presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, assume interinamente o governo.

01 de janeiro de 2007...

André Puccinelli (PMDB)

3.5 – Governadores de São Paulo desde a República

14 de dezembro de 1889 a 18 de outubro de 1890	Prudente José de Moraes Barros
18 de outubro de 1890 a 07 de março de 1891	Jorge Tibiriçá Piratininga
07 de março de 1891 a 15 de dezembro de 1891	Américo Brasiliense de Almeida Mello
16 de dezembro de 1891 a 23 de agosto de 1892	José Alves de Cerqueira Cezar
23 de agosto de 1892 a 15 de abril de 1896	Bernardino José de Campos Júnior
01 de maio de 1896 a 31 de outubro de 1897	Manoel Ferraz de Campos Salles
31 de outubro de 1897 a 10 de novembro de 1898	Francisco de Assis Peixoto Gomide
10 de novembro de 1898 a 01 maio de 1900	Fernando Prestes de Albuquerque
01 de maio de 1900 a 13 de fevereiro de 1902	Francisco de Paula Rodrigues Alves
13 de fevereiro de 1902 a 03 de julho de 1902	Domingos Correia de Moraes
03 de julho de 1902 a 01 de maio de 1904	Bernardino José de Campos Júnior
01 de maio de 1904 a 01 de maio de 1908	Jorge Tibiriçá Piratininga
01 de maio de 1908 a 01 de maio de 1912	Manoel Joaquim de Albuquerque Lins
01 de maio de 1912 a 01 de maio de 1916	Francisco de Paula Rodrigues Alves
01 de maio de 1916 a 01 maio de 1920	Altino Arantes Marques
01 de maio de 1920 a 01 maio de 1924	Washington Luis Pereira de Sousa
01 de maio de 1924 a 27 de abril de 1927	Carlos de Campos
14 de julho de 1927 a 20 de maio de 1930	Júlio Prestes de Albuquerque
20 de maio de 1930 a 24 de outubro de 1930	Heitor Teixeira Penteado

26 de novembro de 1930 a 25 de julho de 1931	Coronel João Alberto Lins de Barros
26 de julho de 1931 a 13 de novembro de 1931	Laudo Ferreira de Camargo
13 de novembro de 1931 a 07 de março de 1932	General Manoel Rabelo
07 de março de 1932 a 02 de outubro de 1932	Pedro Manoel de Toledo
06 de outubro de 1932 a 27 de julho de 1933	General Waldomiro Castilho de Lima
21 de agosto de 1933 a 29 de dezembro de 1936	Armando de Salles Oliveira
05 de janeiro de 1937 a 26 de abril de 1938	José Joaquim Cardoso de Mello Neto
26 de abril de 1938 a 04 de junho de 1941	Adhemar Pereira de Barros
04 de junho de 1941 a 27 de outubro de 1945	Fernando de Souza Costa
03 de fevereiro de 1945 a 14 de março de 1947	José Carlos de Macedo Soares
14 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951	Adhemar Pereira de Barros
31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955	Lucas Nogueira Garcez
31 de janeiro de 1955 a 31 de janeiro de 1959	Jânio da Silva Quadros
31 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963	Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto
31 de janeiro de 1963 a 05 de junho de 1966	Adhemar Pereira de Barros
06 de junho de 1966 a 15 de março de 1967	Laudo Natel
15 de março de 1967 a 15 de março de 1971	Roberto Costa de Abreu Sodré
15 de março de 1971 a 15 de março de 1975	Laudo Natel
15 de março de 1975 a 15 de março de 1979	Paulo Egydio Martins
15 de março de 1979 a 15 de maio de 1982	Paulo Salim Maluf
15 de maio de 1982 a 15 de março de 1983	José Maria Marin
15 de março de 1983 a 15 de março de 1987	André Franco Montoro
15 de março de 1987 a 15 de março de 1991	Orestes Quércia
15 de março de 1991 a 01 de janeiro de 1995	Luiz Antônio Fleury Filho
01 de janeiro de 1995 a 10 de janeiro de 1999	Mário Covas Júnior

10 de janeiro de 1999 a 06 de março de 2001	Mário Covas Júnior
06 de março de 2001 a 31 de dezembro de 2002	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
01 de janeiro de 2003 a 30 de março de 2006	Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
30 de março de 2006 a 01 de janeiro de 2007	Cláudio Lembo
01 de Janeiro de 2007...	José Serra